

ROSIMEIRE RIBEIRO DA SILVA

**Mulheres Guarani e Kaiowá encarceradas no Sul de Mato Grosso do
Sul: violência territorial, violência de gênero, alcoolismo e a
negligência estatal.**

DOURADOS – 2016

ROSIMEIRE RIBEIRO DA SILVA

Mulheres Guarani e Kaiowá encarceradas no Sul de Mato Grosso do Sul: violência territorial, violência de gênero, alcoolismo e a negligência estatal.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Thiago Leandro Vieira de Cavalcante**.

DOURADOS – 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586m Silva, Rosimeire Ribeiro Da

Mulheres Guarani e Kaiowá encarceradas no Sul de Mato Grosso do Sul: violência territorial, violência de gênero, alcoolismo e a negligência estatal / Rosimeire Ribeiro Da Silva -- Dourados: UFGD, 2016.

238f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Thiago Leandro Vieira de Cavalcante

Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Mulheres indígenas. 2. Prisão. 3. Violência. 4. Problemas fundiários. 5. Criminalidade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ROSIMEIRE RIBEIRO DA SILVA

**Mulheres Guarani e Kaiowá encarceradas no Sul de Mato Grosso do
Sul: violência territorial, violência de gênero, alcoolismo e a
negligência estatal.**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Thiago Leandro Vieira de Cavalcante (Dr. UFGD) _____

2º Examinador:

Cándida Graciela Chamorro Argüello (Dr. UFGD) _____

3º Examinador:

Grazieli Acçolini (Dr. UFGD) _____

Aos povos Guarani e Kaiowá,
especialmente às mulheres que se encontram em
privação de liberdade e que me concederam seus
relatos.

Ao meu filho Fernando;

Ao meu esposo Ronaldo Pasquim;

A meus pais Aparecida e Altair (*in
memorian*);

Aos meus irmãos Ederson, Kelly, Jeniffer e
Rosiane;

À minha tia Ozana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que, por sua infinita misericórdia, me concedeu saúde para que me dedicasse aos estudos em um momento de dificuldade, buscando uma válvula de escape me matriculando como aluna especial em uma disciplina na PPGH na Universidade Federal da Grande Dourados. Nessa disciplina, conheci a pessoa da Graciela Chamorro que me apresentou a um povo que me despertou para a pesquisa e hoje me orgulho em conhecer esse povo e sua incansável luta.

Agradeço também ao meu orientador Thiago Leandro pela paciência, compreensão e auxílio de um excelente profissional que tenho muito orgulho em conhecer e saber que faz parte do quadro de servidores da Universidade e principalmente do curso de História.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema central a história de vida das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani encarceradas no sul de Mato Grosso do Sul. Um dos objetivos do trabalho é demonstrar para a sociedade não indígena a problemática da violência que afeta tais comunidades indígenas. Também foi possível observar as transformações ocorridas na organização social dessas sociedades indígenas. Hoje, por exemplo, a mulher Kaiowá e Guarani está se destacando no exercício de funções que outrora eram apenas masculinas. Defende-se que o esbulho de suas terras de ocupação tradicional contribuiu sobremaneira para que a criminalidade aumentasse nas reservas indígenas implantadas pelo governo. Com a diminuição do espaço territorial, surgiram diversos conflitos sociais devido à aglomeração de famílias, às vezes de grupos ou etnias diferentes. Além disso, verifica-se a impossibilidade da sobrevivência do cultivo de suas terras, pois, tanto quantitativa quanto qualitativamente, elas não atendem às necessidades básicas das famílias. Outro agravante dos conflitos internos está no consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas entre homens, mulheres e até crianças, situação diretamente relacionada ao problema fundiário. Com isso, chegou-se a algumas conclusões: a demarcação e a devolução das terras de ocupação tradicional devem ser tratadas pelos órgãos governamentais com extrema urgência. Não há condições dignas de se viver nas reservas indígenas que atualmente encontram-se superpovoadas, motivando conflitos internos violentos e causando graves consequências às famílias de uma forma geral e à sociedade do seu entorno. A maioria dos crimes de homicídio está associada ao consumo de bebidas alcoólicas e ocorre entre seus pares. Existe a necessidade de um programa social que atenda exclusivamente as reservas indígenas no combate ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas e outras substâncias ilícitas. Dar publicidade aos números desta pesquisa e de outras pode contribuir para que medidas sejam cobradas dos órgãos competentes e, conseqüentemente, tanto as mulheres como os homens indígenas que vivem em privação de liberdade saiam da invisibilidade em que hoje se encontram. Tal invisibilidade dificulta a cobrança de medidas legais que garantam seus direitos gerais e específicos. As principais fontes da pesquisa foram entrevistas orais. As entrevistadas compõem uma amostragem de mulheres Guarani e Kaiowá encarceradas nos presídios femininos de Jateí, Rio Brilhante, Ponta Porã e no Estabelecimento Penal Semiaberto de Dourados. Ao todo, foram realizadas treze entrevistas. Esses relatos permitiram elaborar o perfil dessas mulheres, apontando principalmente os principais tipos de crimes cometidos por elas, as motivações e como foi o tratamento recebido do aparato policial, judiciário e carcerário no decorrer da prisão e do processo.

Palavras-Chave: Mulheres indígenas; prisão; violência; problemas fundiários; criminalidade.

ABSTRACT

This dissertation is focused on the life story of Kaiowá and Guarani indigenous women incarcerated in southern Mato Grosso do Sul. One of the aims of the work is to demonstrate to non-indigenous society the problem of violence affecting these indigenous communities. It was also possible to observe the transformations in the social organization of these indigenous societies. For instance, nowadays, the Kaiowá and Guarani woman is standing out in playing roles that only man used to play. It is argued that the dispossession of the land they traditionally inhabited greatly contributed to increase crime rates among Indian reservations implemented by the Brazilian government. With the decrease of territorial space, several social conflicts arose due to the agglomeration of families, sometimes belonging to different ethnic groups. In addition, it is impossible for them to survive from the cultivation of their land since, both quantitatively and qualitatively, they meet the basic needs of the families. Another problem that impacts on internal conflicts is the use of alcohol and illicit substances among men, women and even children, situation directly related to the land problem. Thus, it was possible to come to a few conclusions: the demarcation and the return of the land traditionally occupied by the Indians should be treated by government agencies with extreme urgency. There are no conditions enabling decent living on Indian reservations, once they are currently overcrowded, prompting violent internal conflicts and causing serious consequences to the families in general and to the society of their surroundings. Crimes of murder are mostly linked to alcohol consumption and occur among their peers. There is a need for an exclusive social program for the Indian reservations to help fight against excessive consumption of alcohol and other illicit substances. Publishing the numbers of this and other researches may help push competent bodies to implement measures and hence indigenous people – both men and women – living in deprivation of liberty will come out of the invisibility they currently find themselves in. Such invisibility hinders the demands for legal measures to ensure their general and specific rights. The main sources for this research were the oral interviews. The interviewed women make up a sampling of Guarani and Kaiowá incarcerated women in prisons in Jateí, Rio Brilhante, Ponta Porã and in Estabelecimento Penal Semiaberto in Dourados. In all, thirteen interviews have been conducted. These reports have resulted in the profile of these women, especially pointing out the main types of crimes committed by them, their motivations and the treatment received from the apparatus of the police, the judiciary and the prison system during the arrest and the legal process.

Keywords: Indigenous women; prison, violence, land issues; criminality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação fundiárias das Terras Indígenas (TI) Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul	24
Tabela 2 – Densidade demográfica nas Reservas Indígenas criadas pelo SPI no início do século XX no atual sul de Mato Grosso do Sul	28
Tabela 3 – Projeção da quantidade de hectares por família em reservas entre 1991 e 2031	29
Tabela 4 – Projeção da população Guarani e Kaiowá em reservas entre 1991 e 2031	29
Tabela 5 – Demonstrativo de distribuição por unidade penal e cálculo de Déficit de servidores	55
Tabela 6 – Classificação e lotação das unidades penais femininas pesquisadas	56
Tabela 7 – Ranking dos 10 países com maior população prisional	81
Tabela 8 – Percentual do aumento de Mulheres Encarceradas no Brasil de 2000 a 2005	95
Tabela 9 – Tipificação do crime de homicídio entre os indígenas encarcerados de Mato Grosso do Sul	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul	26
Figura 2 – Fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia	53
Figura 3 – Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (Masculinos e Femininos) .	54
Figura 4 – Estabelecimentos Penais Femininos em Mato Grosso do Sul	56
Figura 5 – Panorama geral da capacidade e lotação feminina regimes fechado, Semiaberto e aberto	57
Figura 6 – População carcerária por estado Brasileiro	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento da população prisional feminina em 10 anos	53
Gráfico 2 – Índice de aprisionamento no MS	54
Gráfico 3 – Distribuição de Custodiadas no Estado	57
Gráfico 4 – Distribuição de Custodiadas por Regime	57
Gráfico 5 – Mortes de custodiadas nos últimos três anos em presídio de Mato Grosso do Sul	58
Gráfico 6 – Faixa etária	60
Gráfico 7 – Raça - Cor - Etnia	60
Gráfico 8 – Tipos de Crime	60
Gráfico 9 – Educação Prisional	61
Gráfico 10 – Trabalho Prisional	61
Gráfico 11 – Quantitativo referente à etnia e a nacionalidade	61
Gráfico 12 – Características Indígenas Etnia	62
Gráfico 13 – Faixa Etária	62
Gráfico 14 – Escolaridade das Indígenas	63
Gráfico 15 – Tipos de Crime	63
Gráfico 16 – Faixa Etária	63
Gráfico 17 – Escolaridade das Custodiadas Bolivianas	64
Gráfico 18 – Tipos de Crime das Bolivianas	64
Gráfico 19 – Faixa Etária	64
Gráfico 20 – Escolaridade das Custodiadas Paraguaias	65
Gráfico 21 – Tipos de Crimes das Custodiadas Paraguaias	65
Gráfico 22 – Tipificação dos crimes entre as treze indígenas encarceradas	97
Gráfico 23 – Idade das indígenas encarceradas	97
Gráfico 24 – Indígenas encarceradas casadas/solteiras	98
Gráfico 25 – Detentas indígenas/quantidades de filhos	99
Gráfico 26 – Grau de instrução das indígenas envolvidas na pesquisa	100
Gráfico 27 – Etnia das indígenas envolvidas na pesquisa	101
Gráfico 28 – Uso de bebida alcoólica entre as seis indígenas que cometeram crimes de homicídio	103
Gráfico 29 – Religião entre as indígenas encarceradas	104
Gráfico 30 – Indígenas encarceradas - sobre o cuidado na infância	107
Gráfico 31 – A língua portuguesa	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEPEN- Agência Estadual de Administração Penitenciária

AGU- Advocacia Geral da União

BO- Boletim de Ocorrência

CAND- Colônia Nacional Agrícola de Dourados

CEBELA- Centro Brasileiro de Estudos Latino- Americanos

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

CNMP- Conselho Nacional do Ministério Público

CNPCP- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CP- Código Penal

CPB- Código Penal Brasileiro

CTI- Centro de trabalho Índigenista

DEPAC-DDOS- Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário

DEPEN- Departamento Penitenciário Nacional

DEPEN- Departamento Penitenciário Nacional

DSP- Departamento do Sistema Penitenciário

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FLASCO- Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFOSEG- Rede de Informações de Segurança Pública dos Órgãos de Fiscalização do Brasil

LEP- Lei de Execuções Penais

MJ- Ministério da Justiça

OIT- Organização Internacional do Trabalho

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PCC- Primeiro Comando da Capital

PED- Penitenciária Estadual de Dourados

PNAMPE- Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

RIBUP- Regimento Interno Básico das Unidades Penais

RID- Reserva Indígena de Dourados

SIAPEN- Sistema Integrado de Administração do Sistema Penitenciário

SIGO- Procedimentos Policiais Integrados e Informação Única

SPI- Serviço de Proteção ao Índio

TI- Terra Indígena

TJ- Tribunal de Justiça

UCDB- Universidade Católica Dom Bosco

UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	08
Lista de Figuras	08
Lista de Gráficos	09
Lista de abreviaturas e siglas	10
Introdução	14
Capítulo 1	
AS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI E A CRIMINALIZAÇÃO	18
1.1. Antecedentes Históricos	19
1.2. A questão fundiária hoje e suas possíveis relações com a criminalidade	22
1.3. A noção de crime e alteridade cultural	31
1.4. A criminalidade entre as mulheres	33
1.5. Organização social	36
1.6. Mulheres indígenas e a violência de gênero nas sociedades Guarani e Kaiowá	40
Capítulo 2	
O ESTADO E A CRIMINALIDADE ENTRE OS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL	50
2.1. O sistema penitenciário em Mato Grosso do Sul	51
2.2. Proporção Custodiadas/Servidoras de Penitenciária	58
2.3. Causas das mortes	58
2.4 Perfil da Mulher em Privação de Liberdade no Mato Grosso do Sul	59
2.4.1. Características das detentas indígenas	62
2.4.2. Características das Custodiadas Bolivianas	63
2.4.3. Características das custodiadas paraguaias	64
2.5. A Legislação Penal e as especificidades em relação aos indígenas	65
2.6. O inquérito policial	68
2.7. A visão e a atuação do Ministério Público Estadual e Federal	72
2.8. As estratégias dos Defensores	74
2.9. Os posicionamentos do Judiciário	75
2.10. A execução penal	76
Capítulo 3	
A HISTÓRIA DAS MULHERES INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ ENCARCERADAS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL	80
3.1. Apresentação do Capítulo	80
3.2. Metodologia	80
3.3. Causas da invisibilidade das populações indígenas no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul e em outros estados no Brasil	83
3.4. A rotina em uma unidade penal feminina	87
3.5. O perfil das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá encarceradas no sul de Mato Grosso do Sul	95
3.5.1. Tipificação dos crimes entre as treze indígenas encarceradas	97
3.5.2. Idade das indígenas encarceradas	97
3.5.3. Estado Civil das indígenas encarceradas	98

3.5.4. Detentas indígenas/Quantidade de filhos	99
3.5.5. Grau de instrução das indígenas envolvidas na pesquisa	99
3.5.6. Etnia das indígenas envolvidas na pesquisa	100
3.5.7. Consumo de bebida alcoólica entre as indígenas que cometeram crime de homicídio	101
3.5.8. Religião entre as indígenas encarceradas	104
3.5.9. As indígenas encarceradas e o cuidado na infância	107
3.5.10. Indígenas encarceradas e a questão linguística	110
3.5.11. As motivações que culminaram com os crimes de homicídio cometidos pelas indígenas Kaiowá e Guarani encarceradas	111
3.5.12. Motivações para as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá cometerem o crime de tráfico de drogas	118
3.5.13. Motivações para as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá cometerem crimes de furto e roubo	120
3.5.14 Disputa por lideranças: justificativas ou motivações para as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá se envolverem na criminalidade	124
Conclusão	132
Bibliografia e fontes	135
Anexo – Transcrições	142

INTRODUÇÃO

A presente dissertação surgiu de uma série de indagações acerca do crescente número de mulheres que ingressam no sistema penal de Mato Grosso do Sul. No ano de 2015, foram encontradas, nas penitenciárias femininas de Jateí, Rio Brillhante, Ponta Porã e no Semiaberto Feminino de Dourados, treze mulheres indígenas encarceradas das etnias Kaiowá e Guarani. Já na Penitenciária Estadual de Dourados, se encontra o maior número de indígenas homens (102)¹ do estado de Mato Grosso do Sul.

As Reservas foram a forma que o governo encontrou para agrupar as populações indígenas em um espaço territorial e vender as terras que eram ocupadas por eles, no sentido de atrair pessoas para colonizar os espaços considerados “vazios”. Foram criadas oito Reservas Indígenas pelo governo, de 1915 a 1928. A violência interna é bastante significativa – em Dourados, mais precisamente nas aldeias Bororo e Jaguapiru – devido à superpopulação e à concentração de várias etnias (Kaiowá, Guarani e Terena) em um pequeno espaço territorial. Devido a essa violência constatou-se também que havia um número considerável de mulheres indígenas Guarani e Kaiowá que estavam entrando na criminalidade. Diante desse fato, tento demonstrar no decorrer da dissertação que entre as principais motivações, está o consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias ilícita. A superpopulação e o pequeno espaço de terra, que não é suficiente para suprir suas necessidades básicas, as levaram a entrar para a criminalidade.

Para explicitar quais os motivos da escolha em abordar na pesquisa apenas as duas etnias Guarani e Kaiowá um deles é para delimitar a pesquisa, pois no sistema prisional aparece a etnia Terena em outras cidades que não foram envolvidas na presente pesquisa, mas para conceitualizar essas duas etnias me aproprio da citação de Cavalcante (2013):

Em Mato Grosso do Sul vivem os Kaiowá e os Guarani Nandeva. É muito comum ouvir pessoas de vários meios sociais, incluindo a imprensa, acadêmicos e governos, referirem-se a estes grupos como sendo Guarani-Kaiowá, conotando a ideia de que os Guarani Nandeva e os Kaiowá são um mesmo grupo étnico. No entanto, somente os Nandeva é que se autodenominam como Guarani. De fato, o que se tem são dois grupos distintos que frequentemente, a contragosto, são tratados como se fossem um. A única exceção para isso está em seu uso político. Quando é politicamente interessante, como expressão de uma luta comum, as lideranças utilizam o designativo Guarani Kaiowá (CAVALCANTE, 2013, p. 22).

Por meio desta pesquisa foi possível identificar que as mulheres envolvidas na criminalidade são oriundas dessas reservas que se encontram superpovoadas e sem estruturas

¹¹ Dados Agepen/MS, março de 2016.

básicas para sua sobrevivência, aliadas a luta da retomada de suas terras tradicionais sofrem de várias formas de violência.

Organização da Dissertação

O texto foi dividido em três capítulos: “As mulheres Kaiowá e Guarani e a Criminalização”, “Estado e a Criminalidade entre os indígenas de Mato Grosso do Sul”, “A história das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá encarceradas no Sul de Mato Grosso do Sul”. No primeiro capítulo, descrevo como os indígenas, dentro de sua cosmologia, explicam questões como, o surgimento da primeira mulher e do primeiro homem; a importância que a mulher ocupa dentro do contexto familiar; e como o homem é visto por seus pares sem uma mulher. A construção da imagem do indígena irreal, citando o artigo de Freire (2000), aponta cinco equívocos: o primeiro equívoco é a ideia que a maioria dos brasileiros tem sobre os indígenas é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando das mesmas crenças, da mesma língua. A segunda ideia equivocada é considerar as culturas indígenas como atrasadas e primitivas. O terceiro equívoco é o suposto congelamento das culturas indígenas. O quarto equívoco consiste em achar que os índios fazem parte apenas do passado do Brasil e por último, o quinto equívoco é o brasileiro não considerar a existência do índio na formação de sua identidade, todos esses equívocos contribuíram para a ideia pejorativa na construção dessa imagem que perdura até os dias atuais, do indígena em relação à terra e ao trabalho.

A busca de mecanismos de sobrevivência aliando parte de sua cultura e da cultura do seu entorno. Como é sobreviver após a retirada de suas terras tradicionais e ser realocados em pequenos lotes que foram implantados pelo governo que considerou suas terras como um *espaço vazio* (BRAND, 2004).

Um dos objetivos desta dissertação é demonstrar como a questão fundiária teve consequências trágicas para as populações que conviviam na região – de mudanças culturais até da organização social que envolve a terra. Para constatar como a vida em um espaço limitado afetou a vida dessas populações indígenas, destaco a citação de Cavalcante para a compreensão da dimensão de seu vasto território em nível do atual Mato Grosso do Sul.

O território tradicional guarani e kaiowá no Brasil é bastante amplo, localiza-se pelo menos entre toda a região do Rio Apa, Serra de Maracaju, dos rios Brilhante, Invinhema, Paraná, Iguatemi e a da fronteira com o Paraguai, mas já há referências de kaiowá localizados em outras regiões, como a bacia do Rio Miranda, por exemplo (CAVALCANTE, 2013, p. 22).

Observa-se que a mobilidade entre os Kaiowá e Guarani poderia se estender por todo esse vasto território e que a expulsão de suas terras tradicionais e a acomodação em pequenos lotes deixou sequelas irreparáveis, entre elas, a violência e a criminalidade que ocorre dentro das Reservas.

Conseqüentemente, toda a forma de viver desses povos teve de se readaptar nesse novo cenário e isso trouxe uma série de transformações que têm impactos negativos nessas comunidades: fomentam a criminalidade e o consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias ilícitas. Essa prática foi fator determinante para o cometimento dos crimes, principalmente dos homicídios, como será exposto nos capítulos 2 e 3.

A organização social já não é como era no passado. Por não ser possível sobreviver somente do cultivo de suas terras, as mulheres saem para a cidade para estudar e trabalhar.

O segundo capítulo tem como título “Estado e a criminalidade entre os indígenas em Mato Grosso do Sul” e retrata como é composto o sistema prisional de Mato Grosso do Sul, que é gerido por uma autarquia, a Agepen, vinculada à Secretaria de Segurança Pública. Demonstra-se a situação precária das 46 unidades prisionais do estado, sendo 13 destinadas às custodiadas femininas, com todas as suas normas e peculiaridades.

A ênfase maior é sobre as penitenciárias femininas, abordando a defasagem de servidores e de vagas e mostrando como a superlotação não permite que o cumprimento da pena ocorra da forma apregoada pela lei de execuções penais. Além disso, elenca-se o perfil das mulheres em privação de liberdade, mais especificamente das bolivianas, paraguaias e indígenas.

Faz-se também uma explanação acerca da Legislação Penal – e das especificidades em relação aos indígenas – e de como é elaborado o inquérito policial, peça que fundamenta todo o processo criminal. Fala-se da inaplicação das leis que amparam os direitos adquiridos pelos indígenas e pontua-se também a finalidade da Funai e sua total ineficácia em promover ações a favor das indígenas em privação de liberdade.

A análise nos processos criminais demonstrou como o aparato judicial, composto por promotoria, defensoria e o judiciário, atua de uma forma geral, qual é o papel de cada um e como essa atuação interfere na aplicação e na execução da pena. Também fica evidente como o processo criminal é rico em informações que ajudam a compreender a complexidade que envolve testemunhas e detalhes do caso que passam despercebidos no momento da entrevista com as mulheres encarceradas envolvidas na pesquisa.

A legislação específica demonstrada neste capítulo não é aplicada nos processos criminais pesquisados, com exceção de três processos que tramitam na justiça federal e estão em segredo de justiça, no entanto sou servidora da Agepen, lotada na Penitenciária Estadual

de Dourados e estive acompanhando o grupo técnico da justiça federal até a penitenciária para confecção dos laudos antropológicos.

O capítulo três tem como título “A história das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá encarceradas no Sul de Mato Grosso do Sul”. O projeto desta pesquisa tinha como objetivo pesquisar quantas eram essas mulheres, quais os crimes mais cometidos por elas e quais as motivações que as levaram a cometer tais crimes, portanto este capítulo traz o perfil dessas mulheres pesquisadas.

Uma das grandes dificuldades encontradas por pesquisadores que enveredam por esse tipo de pesquisa é a invisibilidade encontrada nos relatórios de delegacias e penitenciárias dos três estados, como Mato Grosso do Sul, Bahia e Rio grande do Sul, foi realizado um relatório que utilizo como fonte, entretanto não cito a realidade de outros estados para delimitar a pesquisa. Os dados encontrados são totalmente mascarados e se torna praticamente impossível mostrar a realidade das informações que constam nos bancos de dados do governo, por não darem importância ao preenchimento da etnia dos indígenas custodiados.

Os dados apresentados no Capítulo 3 são referentes às 13 internas das etnias Guarani e Kaiowá, que são resultado de uma pesquisa de campo, incluindo visitas às unidades femininas de Jateí, Rio Brilhante e Ponta Porã e do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto e Aberto de Dourados. Por meio das entrevistas, foi possível traçar o perfil dessas mulheres.

Neste capítulo, retrata-se a superpopulação carcerária, pois o Brasil ocupa a quarta posição entre os 10 países com a maior população prisional, apontando como um dos agravantes a reincidência entre as mulheres no crime de tráfico de drogas, o que não ocorre entre as mulheres Guarani e Kaiowá.

Descreve-se, ainda, como é a rotina em uma penitenciária feminina, quais os mecanismos utilizados para impor disciplina entre as mulheres em privação de liberdade e quais seus anseios, medos e expectativas. Abordamos também as possíveis motivações para o aumento da criminalidade das comunidades indígenas, entre elas: a questão fundiária, o alcoolismo, o uso de substâncias ilícitas e as disputas por lideranças. Todos esses fatores contribuíram para que as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá entrassem para as estatísticas da criminalidade no sul de Mato Grosso do Sul.

Saliento que tendo em vista à necessidade de preservar o nome das interlocutoras, nesse trabalho, todas estão sendo identificadas apenas por nomes fictícios aleatoriamente escolhidos.

1 AS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI E A CRIMINALIZAÇÃO

Para retratar as mulheres kaiowá e guarani de Mato Grosso do Sul, aproprio-me da definição apresentada na dissertação de Lauriene Seraguza que explica o nascimento da mulher através da cosmologia² kaiowá e guarani.

Foi então como o Pa'i Kuara criou o homem e Aña criou a mulher, mas esta com chifres, asas e rabo, marcando a desigualdade ontológica da criação de homens e mulheres humanos. Pa'i Kuara assoprou a última criação de Aña e retirou dela os três atributos vinculados ao universo animal e a fez humana, eliminando dela o excesso de alteridade. De Aña, tornou-se Kuña, graças ao sopro de Pa'i Kuara que, desta maneira, concedeu-lhe sua alma *ayvukue*, a alma branda, “o sopro brotado (da boca)” (...) (SERAGUZA, 2013, p. 18).

Pode-se perceber que a explicação da cosmologia Kaiowá e Guarani para o surgimento do primeiro homem e da primeira mulher apresenta semelhanças com a mitologia cristã. “O senhor Deus fez cair num torpor o homem, que adormeceu; tomou uma das suas costelas e voltou a fechar a carne no lugar dela. O senhor Deus transformou a costela que tirara do homem em uma mulher e levou-a a ele” (BÍBLIA, Gênesis 2, 21-22).

Outra explicação para o surgimento de cada pessoa pelos Guarani é que ele se deu por meio da encarnação da palavra, que se traduz da seguinte forma:

Para os Guarani, cada pessoa é uma encarnação da palavra. No nascimento, essa palavra providencia um lugar para si no corpo do novo ser. No batismo da criança, o xamã revela o nome da mesma, marcando com isso a recepção oficial da nova palavra na comunidade. As crises da vida são compreendidas como uma dissociação entre a pessoa e o seu nome, sua palavra-alma. Esta afasta-se dela, causando-lhe fragmentação psíquica e doenças físicas. A terapia consiste, em “trazer de volta”, em voltar a “sentar” a palavra na pessoa, devolvendo-lhe a saúde e a integridade. Mas quando a palavra, definitivamente, não tem mais assento na pessoa, esta morre, tornando-se uma palavra desarticulada. Antes da morte, porém, os Guarani almejam chegar a plenitude, alcançar a grandeza de coração, o que se dá através da prática da virtude que se enraíza na palavra: a reciprocidade. Todo o sistema social e religioso está nessa virtude, que por sua vez, estrutura o ideal de pessoa humana. Entre as expressões que especificam a busca e a realização desse ideal estão: a justiça, as boas palavras, as palavras justas, o amor recíproco, a diligência, a paz, a serenidade e o coração puro (SERAGUZA, 2013, p. 20-21).

O ser humano, indígena ou não, busca explicações para sua existência no mundo, questiona-se com frequência: de onde vim? Quem sou? Para onde vou? Observa-se a necessidade de se ter um referencial com seus antepassados e, principalmente, com seu futuro. Crenças e diferenças à parte, o que se verifica nas bibliografias analisadas é que a mulher kaiowá e guarani tem um papel fundamental na manutenção do fogo. Nas configurações

² Cosmologia compreensão sobre a estruturação e o funcionamento do mundo.

sociais mais antigas, a mulher kaiowá e guarani tem o papel de cuidar dos filhos, do marido e da roça (SERAGUZA, 2013; PEREIRA, 2004).

O cotidiano da mulher kaiowá e guarani se caracteriza pela preocupação com o bem-estar de todos da família, cuidando principalmente da alimentação. A primeira refeição é preparada com o acender do fogo no chão do terreiro – ou dentro da casa, quando faz frio. São preparados batata ou mandioca assadas na brasa, pão de milho, milho ou amendoim torrado, e frutas silvestres. Hoje, há uma ressignificação do papel da mulher indígena, que está construindo uma nova relação entre os gêneros. A mulher kaiowá e guarani está estudando e trabalhando fora. Entre os motivos que contribuíram para que houvesse essa mudança está o esbulho de suas terras tradicionais, pois, atualmente, não há terra suficiente para se viver somente de caça, pesca, coleta e cultivo. A miséria e a desnutrição tomaram conta das reservas indígenas implantadas pelo governo no início do século XX e a mulher teve que sair da sua terra para trabalhar nas cidades. Além disso, algumas são agentes de saúde e professoras em suas comunidades.

Um novo contexto que permeia a vida das mulheres kaiowá e guarani é sua entrada para o mundo do crime. Embora, como será exposto no capítulo II, os índices ainda sejam mínimos no que diz respeito a criminalidade quando comparados à mulher não indígena, faz-se necessário buscar alternativas junto aos órgãos governamentais por meio de políticas públicas para que esse número diminua e não aumente.

1.1 Antecedentes Históricos

Retratar a história dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, mais precisamente em Dourados e região, não é uma tarefa fácil, pois mesmo possuindo uma formação em História, não havia me atentado para a trajetória desses povos antes de ingressar como aluna especial no mestrado em História no ano de 2013. Durante minha educação básica, não havia na grade curricular nenhuma menção à história dos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul, fato semelhante ocorreu durante a graduação que concluí no ano de 2000, no *campus* de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Entretanto, na disciplina ministrada pela professora Graciela Chamorro, no ano de 2013, que cursei como aluna especial do mestrado em História, fui apresentada a esses povos “guerreiros”. Povos que sobrevivem há tanto tempo e são considerados invisíveis por nossa sociedade. São vistos ou lembrados apenas quando fecham as rodovias que ligam nosso estado a outras regiões ou quando cometem algum crime considerado “brutal”.

Diante desses fatos, iniciei minha pesquisa para “conhecer”, por meio da bibliografia existente, quem são esses povos tão discriminados e tratados como seres bárbaros pela mídia

local e pela elite, que propagam um discurso de que esses “povos” são um entrave ao progresso e à evolução do nosso estado produtor de grãos e gado (CAVALCANTE, 2013; VIUDES, 2009). Queria entender como foi construída essa imagem dos povos indígenas e, por meio de um artigo de Freire (2000), tive contato com a tese de que essa imagem foi construída pelo resultado da deformação da imagem do índio na escola, nos jornais impresso, na televisão, enfim, na sociedade brasileira. Em seu artigo, Freire pontua cinco equívocos que contribuíram para a formação da imagem pejorativa que foi construída ao longo dos anos.

A primeira ideia que a maioria dos brasileiros tem sobre os indígenas é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando das mesmas crenças, da mesma língua. Ora, essa é uma ideia equivocada, que reduz culturas tão diferenciada a uma entidade supra-étnica. Levando em consideração essa ideia genéricas dos povos indígenas é que foram implantadas as reservas no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. Não se levaram em consideração as particularidades de cada etnia. Os Guarani, Kaiowá e Terena foram colocados em um pequeno espaço territorial.

A segunda ideia equivocada é considerar as culturas indígenas como atrasadas e primitivas. Os povos indígenas produziram saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música e religião. Suas culturas não são atrasadas como pensaram os colonizadores durante muito tempo e como ainda pensa muita gente. De fato, as culturas são diferentes, nem melhores, nem piores. Os colonizadores implantaram escolas, hospitais, igrejas, orfanatos, desprezando totalmente os conhecimentos e a cultura dos povos originários.

O terceiro equívoco é o congelamento das culturas indígenas. Enfiaram na cabeça da maioria dos brasileiros uma imagem de como deve ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: “Ah! Não é mais índio”. Na cabeça dessas pessoas, o “índio autêntico” é o índio de papel da carta do Caminha, não aquele índio de carne e osso que convive conosco, que está hoje no meio de nós (FREIRE, 2000, p. 12).

Com esse congelamento supunha-se que o indígena deveria permanecer inerte à cultura em seu entorno. No entanto, ele foi expulso de suas terras tradicionais, teve contato com diversas outras culturas e, sobretudo, não permaneceu parado no tempo, logo sua cultura não é mais idêntica à de seus antepassados. De acordo com a imagem construída dos indígenas, esperava-se que eles estivessem estáticos, representando muito mais o indígena morto ou o do papel.

Durante a realização desta pesquisa, constatou-se, nos processos criminais das mulheres kaiowá e guarani encarceradas, que a ideia de congelamento cultural permanece

operante nas análises do judiciário estadual de Dourados. Pensa-se, por exemplo, que se o indígena joga futebol e assiste à televisão, ele não é mais índio. Como resultado, não se respeita a legislação existente, simplesmente pelo fato de estar residindo próximo à cultura do não indígena.

O quarto equívoco consiste em achar que os índios fazem parte apenas do passado do Brasil. Num texto de 1997 sobre a biodiversidade vista do ponto de vista de um índio, Jorge Terena escreveu que uma das consequências mais graves do colonialismo foi justamente taxar de “primitivas” as culturas indígenas, considerando-as como obstáculo à modernidade e ao progresso (FREIRE, 2000, p. 16).

Em nosso estado essa imagem de entrave à modernidade e principalmente ao progresso é muito difundida, sendo a imagem mais veiculada é a de que se todas as terras tradicionais dos indígenas forem regularizadas não haverá mais terras para produzir grãos para a alimentação da população. A demarcação de terras indígenas é considerada um obstáculo ao agronegócio que impera em nossa região.

Por último, o quinto equívoco é o brasileiro não considerar a existência do índio na formação de sua identidade. Há 500 anos atrás não existia no planeta terra um povo com o nome de povo brasileiro. Esse povo é novo, foi formado nos últimos cinco séculos com a contribuição, entre outras, de três grandes matrizes:

1. As matrizes europeias, assim no plural, representadas basicamente pelos portugueses, mas também pelos espanhóis, italianos, alemães, poloneses, etc;
2. As matrizes africanas, também no plural, da qual participaram diferentes povos como os sudaneses, yorubás, nagôs, gegês, ewes, haussá, bantos e tantos outros;
3. Finalmente, as matrizes indígenas, formadas por povos de variadas famílias linguísticas como o tupi, o karib, o aruak, o jê, o tukano e muitos outros (FREIRE, 2000, p. 19).

Ignorar essa diversidade é ignorar nossa própria identidade, pois grande parte das famílias tem em sua árvore genealógica um indígena em sua composição, fato esse negado ou até mesmo desconhecido por algumas pessoas. O preconceito e até mesmo a vergonha de suas origens, por conta do discurso pejorativo que foi imposto à sociedade, ainda prevalece.

Todos os equívocos abordados por Freire explicam porque a construção da imagem dos indígenas tomou essa proporção negativa, não havendo uma política de valorização da cultura dessas populações. Além disso, a morosidade e a burocracia por parte das agências do governo para resolver a legalização de suas terras tradicionais sustentam um discurso criado pela elite local, no qual predomina a imagem negativa das populações.

Embora a Legislação Indigenista tenha “garantido” o direito dos povos indígenas às terras, pode-se dizer que este nunca foi respeitado, apesar de contemplado nas Constituições Federais promulgadas no Brasil desde 1934 (CAVALCANTE, 2013).

Em Mato Grosso do Sul, a situação não foi muito diferente, os interesses políticos e econômicos prevaleceram sobre os direitos dos povos indígenas. Mais precisamente, em Dourados, por meio de uma contextualização histórica, é possível perceber que aqui também houve vários fatores que contribuíram para que os povos indígenas fossem retirados de suas terras e realocados em reservas criadas pelo governo.

Para compreender todo o contexto dessa trajetória, faz-se necessário elencar os acontecimentos que contribuíram para que a situação se tornasse o caos em que se encontra. Por que a questão fundiária influencia na criminalidade entre as mulheres indígenas? Para responder essa indagação, destacam-se os acontecimentos que foram determinantes para a compreensão dessa problemática. Toda a região de Dourados era povoada por populações indígenas. Após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), despertou no governo brasileiro o interesse de povoar a região com não índios (CAVALCANTE, 2013).

1.2 A questão fundiária hoje e suas possíveis relações com a criminalidade

O território tradicional guarani e kaiowá no Brasil é bastante amplo, localiza-se pelo menos entre toda a região do Rio Apa, Serra de Maracaju, dos rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a da fronteira com o Paraguai, mas já há referências de kaiowá localizados em outras regiões, como na bacia do Rio Miranda, por exemplo (CAVALCANTE, 2013, p. 23).

Tendo em vista o vasto território que era tradicionalmente ocupado pelos indígenas guarani e kaiowá, presume-se a dificuldade em se conviver em um território pequeno delimitado pelo governo com a finalidade de povoar a região com não indígenas utilizando as terras tradicionais indígenas como suporte para o agronegócio.

Vários acontecimentos históricos contribuíram para que a situação dos povos indígenas chegasse ao caos em que se encontra na atualidade. Tudo começou com a promulgação da Lei de Terras, Lei nº 601, de 1850. A partir de então, a propriedade da terra passou a ser adquirida somente pela compra. Mesmo terras já ocupadas pelos indígenas foram indevidamente consideradas devolutas. Há também indicativos de que a economia de extração da erva mate teve papel fundamental na saída compulsória dos Guarani e Kaiowá de suas terras tradicionais (CAVALCANTE, 2013). Outro fator preponderante foi a instalação das primeiras fazendas entre o final do século XIX e início do século XX na região que hoje compreende os atuais municípios de Amambaí, Ponta Porã e Bela Vista.

Fundado em 1910, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) deu início à política de criação de reservas para a população indígena. De 1915 a 1928, o SPI criou oito reservas ocupando um território de 18.297 hectares (ha) no sul do atual Mato Grosso do Sul, as

maiores medindo no máximo 3.600 ha. Nesse contexto, foi criada pelo SPI a Reserva Indígena de Dourados (RID), em 1917, pelo Decreto Estadual nº 401. Com 3.600 ha, a RID deveria ser ocupada, inicialmente, pelos Kaiowá que já ocupavam o local e suas imediações.

Outro fator importante se deu com a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais, por meio do Decreto-lei nº 3.059, de fevereiro de 1941. Uma dessas é a Colônia Agrícola Federal de Dourados, implantada pelo Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, com 300.000 hectares divididos em lotes familiares de 30 hectares. Ainda na década de 1960, no período de atuação do SPI, este órgão também impôs a divisão de lotes entre as famílias indígenas, algo inconcebível pelos Kaiowá, que mostraram bastante resistência a esse tipo de prática. Todo esse contexto contribuiu para que se fomentasse a violência e a criminalidade nas aldeias de Dourados. As medidas tomadas desde a Lei de Terras até a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados serviram como agravantes para que as condições das populações indígenas se tornassem mais degradantes.

Diante do breve quadro apresentado, cabe ainda ressaltar que os Guarani e Kaiowá foram, ao longo do século XX, vítimas contumazes de esbulho territorial, foram expulsos da maior parte de suas terras de ocupação tradicional, quase sempre com o apoio ou a conivência do Estado. Somente no final dos anos 1970 – mas, principalmente, só após a promulgação da Constituição de 1988 – foi que esses povos passaram a ter instrumentos de luta para reivindicar a demarcação de suas terras indígenas, com o objetivo de reaver ao menos uma pequena parte de seu território. Assim, como resultado de longas e sangrentas lutas, os Guarani e Kaiowá conquistaram a demarcação de algumas poucas terras indígenas durante e após a década de 1980. Entretanto, suas necessidades e demandas ainda estão longe de serem atendidas. Pesquisadores como Antonio Brand (1993 e 1997) e Thiago Cavalcante (2013) demonstram isso de maneira mais aprofundada.

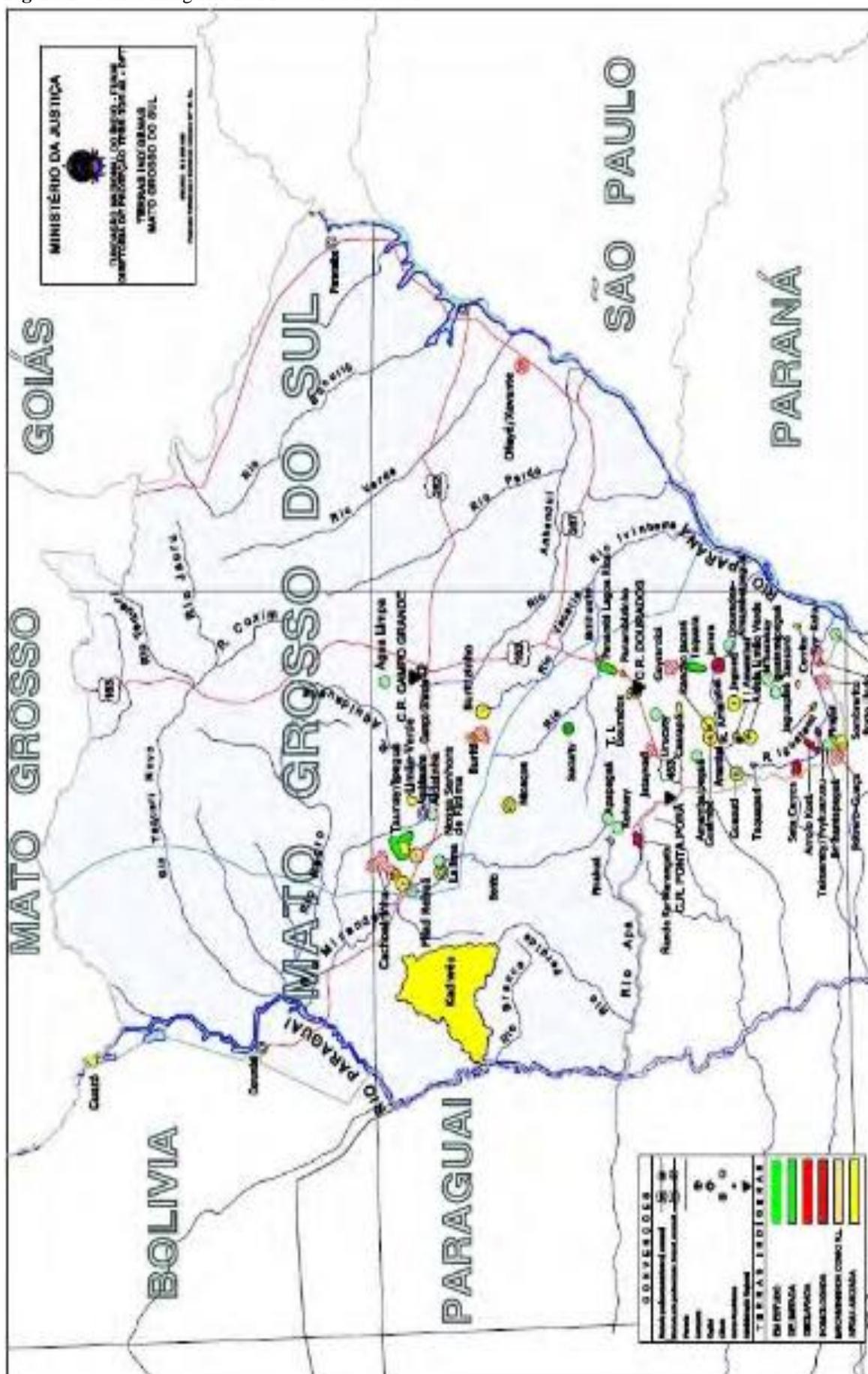
Tabela 1 – Situação fundiárias das Terras Indígenas (TI) Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul

Terra Indígena	Área em hectares	Situação	Observações
TI Aldeia Limão Verde	660	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 900 ha pelo decreto estadual 825/1928. Trata-se de área com solo bastante arenoso e infértil. Teria sido destinada aos índios em substituição à área da Reserva de Amambai, titulada em favor de particular.
TI Amambai	2.429,54	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. O decreto estadual 404/1915 criou a área com 3.600 ha, mas logo houve uma redução. Em 1926, o governo concedeu título definitivo de uma parte da área a um particular.
TI Arroio-Korá	7.175,77	Homologada	Homologação parcialmente suspensa pelo STF.
TI Caarapó	3.594,41	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 3.750 ha pelo decreto estadual 684/1924.
TI Cerrito	1.950,98	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Dourados	3.474,59	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 3.600 ha pelo decreto estadual 401/1917.
TI Guaimbé	713,93	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Guasuti	958,79	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Guyraroká	11.440	Declarada	
TI Jaguapiré	2.342,01	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Jaguarí	404,70	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Jarará	479	Homologada	
TI Jatayvari	8.800	Declarada	
TI Ñande Ru Marangatu	9.317,21	Homologada	Homologação suspensa pelo STF.
TI Panambi - Lagoa Rica	12.196	Identificada e delimitada	
TI Panambizinho	1.272,80	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Pirajuf	2.118,23	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 2.000 ha pelo decreto estadual 825/1928.
TI Pirakua	2.384,05	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Yvy-Katu	9.494,16	Demarcada	Reserva Indígena Porto Lindo, criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 2.000 ha pelo decreto estadual 825/1928. Por meio da Portaria Declaratória nº 1289, de 30 de junho de 2005, o ministro da

			justiça integrou a RI Porto Lindo à TI Yvy-Katu com área total de 9.494 ha. Atualmente, a TI se encontra em processo de homologação presidencial. Por alegado cerceamento de defesa, o Superior Tribunal de Justiça anulou o processo administrativo no que diz respeito à Fazenda Remanso Guasu. Em 2012 a FUNAI constituiu novo grupo técnico GT para refazer a identificação apenas da área da Fazenda Remanso Guasu, enquanto isso o processo principal está paralisado.
TI Potrero Guaçu	4025	Demarcada	
TI Rancho Jacaré	777,53	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Sassoró	1922,64	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 2.000 ha pelo decreto estadual 825/1928.
TI Sete Cerros	8584,72	Homologada	
TI Sombrerito	12.608	Declarada	A posse da área pelos indígenas é parcial.
TI Sucuriy	535,10	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Takuaraty/Yvykuarusu	2.609,09	Homologada	Também conhecida como Paraguassu.
TI Taquaperi	1.776,95	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 2.000 ha pelo decreto estadual 825/1928.
TI Taquara	9.700	Declarada	
Iguatemipegua I	41.571	Identificada e delimitada	
Dourados-Amambaiegua I			

Fonte: (CAVALCANTE, 2013, p. 95, 96 e 97).

Figura 1 - Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul



Fonte: FUNAI apud. CAVALCANTE, 2013, p. 103

A partir do contexto apresentado – e de outros dados que serão expostos mais adiante – pode-se averiguar o quanto a morosidade das demarcações das terras de ocupação tradicional indígena desrespeita as tradições culturais quanto às terras das comunidades indígenas do nosso estado e favorece os casos de violência. A Constituição de 1988 reacendeu entre as populações indígenas a luta pela retomada de suas terras tradicionais (CAVALCANTE, 2013).

Além das tensões geradas pela luta pela demarcação das terras indígenas em Mato Grosso do Sul, os indígenas que residem nas reservas, especialmente em Dourados, são obrigados a conviver em um espaço superlotado e multiétnico, fatores esses que ampliam ainda mais os episódios de violência (PEREIRA, 2015).

Com relação às etnias Kaiowá e Guarani, Já no final do século XIX e início do século XX foi registrado (AMOROSO *apud* CHAMORRO, 2015), os Guarani, denominados Ñandeva, são explicitamente diferentes dos Kaiowá, não sendo possível conviverem em um mesmo aldeamento. Não houve, em nenhum momento, a preocupação de como se daria a convivência entre esses grupos, foram todos colocados em um pequeno espaço territorial sem levar em consideração a cultura de cada grupo. Dessa forma, explicita Pereira, “(...) entre os Kaiowá e Ñandeva as diferenças dialetais são pequenas do ponto de vista do observador, mas cumprem um papel de importantes marcadores étnicos muito valorizados nas relações entre os dois grupos (...)” (PEREIRA, 2004, p. 47). O fato de terem línguas semelhantes não quer dizer que compartilham dos mesmos traços culturais e nem que se identificam como membros de um mesmo grupo étnico.

No que diz respeito à questão política dentro das Terras Indígenas (TI), no caso de disputas por *status* de liderança, durante as minhas entrevistas nas penitenciárias do estado, um caso que chamou a atenção foi o de uma família moradora da TI Rancho Jacaré que acabou sendo detida pela polícia, segundo eles, como se verá a seguir, devido a disputas políticas pelo espaço de liderança daquela Terra Indígena. Diante desses e de outros relatos, é possível perceber que a falta de terras é um grande potencializador da violência em comunidades indígenas da região.

São várias as diferenças étnicas entre os dois grupos e em momentos de conflitos tornam mais acirradas as disputas pelas terras e pela política, ou seja, nos casos de liderança.

As etnias Guarani, Kaiowá e Terena, confinadas em um pequeno espaço territorial, tiveram sua cultura desrespeitada. Ao serem acomodadas em reservas indígenas feitas pelo governo, houve significativas mudanças culturais devido à aproximação e à impossibilidade de locomoção espacial, ocorrendo o aumento de casos de violência ocasionados pela grande aglomeração de pessoas em um espaço limitado.

Quase diariamente a violência entre as populações indígenas do estado ganha destaque na mídia local. Notícias de homicídios relacionados ao alcoolismo, de violência contra as mulheres, de crimes relacionados ao tráfico de drogas, bem como a violência interna nas Terras Indígenas contribuem para a manutenção da imagem dos indígenas como bárbaros incivilizados.

O Relatório da Situação dos Detentos Indígenas de Mato Grosso do Sul (2008), aponta, na região de Dourados, a aldeia Jaguapiru que faz parte da Reserva Indígena de Dourados implantada pelo governo em 1917, quando comparada com outras aldeias, como a que possui o maior índice de violência interna, representando 29% dos casos registrados. É possível afirmar que, em boa medida, isso se deve ao fato de que a Reserva Indígena de Dourados possui a maior densidade demográfica do estado: 341,96 pessoas por Km² (CAVALCANTE, 2013, p. 91).

Observou-se, até o momento, o quanto a questão fundiária é um dos agravantes no que diz respeito à criminalidade. As reservas estão superpovoadas, o que causa diversos tipos de conflitos internos, pois os crimes cometidos são, na grande maioria, contra os seus pares. O homicídio é o crime que mais leva mulheres indígenas ao encarceramento e elas geralmente são provenientes de reservas com alto índice demográfico.

Tabela 2 – Densidade demográfica nas Reservas Indígenas criadas pelo SPI no início do século XX no atual sul de Mato Grosso do Sul

Dourados	341,96
Tey Kuê - Caarapó	144,64
Amambai	326,67
Limão Verde	199,10
Sassoró	119,41
Taquapery	178,95
Porto Lindo	257,24
Pirajuí	103,11

Fonte: IBGE, 2010 apud CAVALCANTE, 2013, p. 90.

O Relatório da Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, publicado em 2008 Centro de Trabalho Indigenista (CTI), já trazia essa problemática vivenciada pelos povos indígenas principalmente em Dourados, como é possível perceber através deste relato:

Estes problemas são claramente destacados em alguns depoimentos. Os informantes que constam no relatório, falam dos muitos conflitos que decorrem diretamente das disputas em torno dos limites de lotes, cada vez mais espremidos, situação que se agrava quando esse outro, envolvido nas disputas, é um não-parente (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008a, p. 19).

(...) aqui, na aldeia, o aglomerado de pessoas (...) faz com que tenha mais conflito e, também, as famílias do índio, o indígena, por mais que ele tenha um parentesco ele exige, também, a própria condição dele, exige um espaço pra ele viver (...) (Índigena kaiowá, Aldeia Bororó, Reserva Indígena Dourados, *apud* CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008a, p. 19).

Torna-se visível a exígua proporção de espaço territorial na tabela prospectiva elaborada por Cavalcante (2013, p. 92), no que diz respeito à relação entre famílias (em média 5 pessoas) e espaço territorial (em hectares):

Tabela 3 – Projeção da quantidade de hectares por família em reservas entre 1991 e 2031

Reserva Indígena	População					
	1991	2001	2008	2011	2021	2031
Amambai	5,03	2,35	1,71	1,53	1,14	0,90
Dourados	2,80	1,91	1,57	1,46	1,18	1,00
Caarapó	10,07	5,13	3,84	3,46	2,60	2,09
Limão Verde	9,83	3,98	2,82	2,51	1,99	1,84
Sassoró	3,59	-	4,42	4,18	3,56	3,21
Taquaperi	6,29	3,49	2,75	2,52	2,10	1,97
Pirajui	17,65	6,90	4,96	4,40	3,52	3,23
Porto Lindo	6,68	2,87	2,05	1,83	1,46	1,34

Fonte: Adaptado de CAECID, *et al*, p. 6, com dados do CIMI, FUNASA, ISA, NEPI e NEPO. *Apud* CAVALCANTE, 2013, p.92.

A tabela a seguir apresenta uma projeção de crescimento da população nas reservas desde 1991 até 2031. Questiona-se: se em 2016 assistimos a uma grande onda de violência devido à superpopulação nas reservas, o que nos espera nos anos seguintes caso não ocorram demarcações de Terras Indígenas? Vale lembrar que a maioria das mulheres indígenas encarceradas que fizeram parte desta pesquisa são das Reservas Indígenas de Amambai, Caarapó e Dourados, que já passaram do limite aceitável de pessoas por quantidade de terras.

Tabela 4 – Projeção da população Guarani e Kaiowá em reservas entre 1991 e 2031

Reserva Indígena	População					
	1991	2001	2008	2011	2021	2031
Amambai	2.416	5.106	7.108	7.934	10.694	13.434
Dourados	6.300	9.090	11.036	11.880	14.670	17.460
Caarapó	1.800	3.500	4.682	5.200	6.900	8.600
Limão Verde	350	840	1.185	1.330	1.675	1.820

Sassoró	2.692	-	2.178	2.300	2.700	3.000
Taquaperi	1.400	2.290	2.912	3.180	3.802	4.070
Pirajui	604	1.394	1.939	2.184	2.729	2.974
Porto Lindo	1.237	2.877	4.030	4.517	5.670	6.157
Adaptado de (CAECID et alli, 2010, p. 6), com dados do CIMI, FUNASA, ISA, NEPI e NEPO. A população de Sassoró apresentou decréscimo entre 1991 e 2008. Isso se deve provavelmente a um intenso movimento em direção a esta reserva por razões políticas em 1991, população que ali não permaneceu nos anos seguintes.						

Fonte: CAVALCANTE, 2013, p. 92.

Com esse quadro fundiário é impossível se manter os antigos padrões de ocupação e uso dessas áreas de maneira minimamente harmônica. Os modelos de agricultura praticados pelos kaiowá e guarani no passado pressupunham um estoque de terras muito maior, só assim o manejo agroflorestal seria possível. Além disso, atualmente, praticamente já não são encontradas áreas de mata e conseqüentemente desaparecem os estoques de caça e coleta, diminuindo sensivelmente a variedade de opções que os indígenas têm para a obtenção de víveres. Esse quadro potencializa os desentendimentos entre as famílias extensas e amplia a instabilidade política nas reservas indígenas, chegando muitas vezes a conflitos violentos (CAVALCANTE, 2013, p. 91).

O estudo apresentado por Cavalcante (2013) e o Relatório Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul de 2008 demonstram que a situação exige providências urgentes. A pesquisa aqui apresentada sobre a criminalidade entre mulheres indígenas Guarani e Kaiowá reforça também as conclusões de que a falta de terras é uma das grandes causadoras da violência encontrada nas reservas indígenas. A reduzida quantidade de terras para cultivar seus gêneros alimentícios e a convivência em um espaço limitado não condiz com o modo de vida de seus antepassados, com a forma que os indígenas necessitam para viver mais em harmonia.

Cabe ao Estado brasileiro tomar medidas urgentes para que as demarcações de terras tradicionais indígenas sejam retomadas e, dessa forma, a quantidade de terras distribuídas entre essas populações aumente e a violência diminua.

Sobre a projeção da quantidade de hectares por família, Thiago Cavalcante argumenta que:

Os números apresentados obviamente são frios e não revelam as disputas por territórios que ocorrem no interior das terras indígenas. Tais disputas, de fato, fazem com que muitas famílias não contem sequer com a exígua área média, inviabilizando sua reprodução física e cultural. Economicamente, é fato que a maioria dos indígenas vive nas reservas, mas não vive delas. A maioria não consegue obter o sustento de suas famílias naquele ambiente, partindo para atividades externas (CAVALCANTE, 2013, p. 91).

As pesquisas demonstram como o quadro territorial é primordial para a sobrevivência das comunidades indígenas e como a falta desse espaço é sentido de forma negativa para esses

povos, que almejam a celeridade nas demarcações de suas terras para que os hectares por família aumentem e para que seja possível viver e sobreviver de forma digna em suas terras.

A *Constituição* brasileira estabelece (art. 231) que as terras reputadas indígenas devem levar em conta “(...) as terras [pelos índios] habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. É muito mais do que um simples módulo mínimo que a Constituição, pois, estabelece. Segundo os estudos dos especialistas, são no mínimo 700 mil hectares as terras necessárias para que se cumpram os preceitos constitucionais no caso dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul.

O desafio maior decorrente do processo de perda territorial refere-se às dificuldades em adequar a sua organização social a essa nova situação marcada pela superpopulação, sobreposição de famílias extensas e pelas transformações de ordem econômica. Antes do estabelecimento das reservas, as divisões políticas e os conflitos entre parentelas aliadas que eventualmente não eram solucionados, tinham como desdobramento o estabelecimento de novos sítios de residência. Neste sentido, há duas consequências sobremaneira graves, decorrentes do confinamento: a impossibilidade de mudar de aldeia quando determinadas condições tornavam indesejável a permanência naquele local (há abundante informação na documentação sobre a estratégia indígena de deslocamento por ocasião de doenças, mortes de familiares, conflitos internos ou, simplesmente, desgaste da terra) e a convivência, num espaço cada vez menor, de pessoas que, pela lógica da organização indígena, não poderiam estar tão próximas espacialmente (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008a, p. 19).

1.3 A noção de crime e alteridade cultural

Segundo Márcio R. Marques,

Na obra de Franz Von Liszt, verifica-se o seguinte conceito de crime: “Crime é o injusto contra o qual o Estado comina pena e o injusto, quer se trate de delicto do direito civil, quer se trate do injusto criminal, isto é, do crime, é a ação culposa e contrária ao direito” (sic).

A doutrina debita a Tibério Deciano, juriconsulto italiano, a primeira formulação sistemática do delito, em 1590, em que definira o crime como: “fato humano proibido por lei, sob ameaça de pena, para o qual não se apresentava justa causa para a escusa”.

Como forma de reprimir o crime, sempre fora imposta leis que definira as respectivas limitações e proibições; a pena tinha sido o meio usado pelas autoridades em nome do Estado para impor contra àqueles que cometessem um delito (MARQUES, 2008, p. 7).

Ou seja, de forma simplificada, pode-se concluir que crime é todo ato doloso ou culposos realizado conscientemente por alguém infringindo a Lei e por isso o autor está sujeito a penas que podem ser impostas pelo Estado.

Entretanto, é necessário averiguar a percepção de crime entre as populações indígenas do sul de Mato Grosso do Sul. Como o crime é percebido e como a cultura envolvente contribui para a formação desse conceito, ou seja, como o crime em si é percebido por esses povos e principalmente se o “criminoso”, em tese, tinha conhecimento da ilicitude

do ato no momento do crime. Em termos culturais, percebe-se que o conceito de crime recebe modificações de acordo com a cultura. O que é considerado ilícito para uma população pode não ser para outra. Isso pode ter implicações diretas inclusive quanto à imputabilidade penal dos indígenas.

Para exemplificar a questão cita-se um trecho da obra de Roque Laraia: “Os grupos tribais utilizam métodos mais evidentes para estabelecer esta distinção: uma moça é considerada adulta logo após a primeira menstruação, podendo a seguir plenamente todos os papéis femininos (...)” (LARAIA, 2001, p. 43).

Diferentemente da sociedade brasileira, em algumas sociedades indígenas, o homem que se relaciona sexualmente com uma menina de 13 anos ou menos, mas que já teve sua menstruação, não é acusado de cometer o crime de estupro, tal como ocorre na sociedade envolvente.

Este exemplo tem a função de demonstrar que as diferentes culturas têm diferentes padrões para a atribuição de ilicitude a determinados atos. Pode-se afirmar que isso é resultado do processo de formação de cada uma dessas culturas.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2001, p. 24).

Uma das maiores dificuldades encontradas pelos indígenas que de alguma maneira violam o Código Penal brasileiro é que a maioria dos operadores do Direito não fazem uma análise adequada sobre as condições de imputabilidade penal. Roberto Lemos dos Santos Filho (2006), indica que ainda há predominância da aplicação do retrógrado Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro 1973), segundo o qual os indígenas estariam classificados como: isolados, em vias de integração e integrados. Ignoram-se as discussões antropológicas que sustentam a ideia de que integração não é sinônimo de total assimilação, ou seja, mesmo os indígenas que convivem há maior tempo com os não indígenas mantêm diferenciadores étnicos e culturais (CUNHA, 2009; BRITO; BECKER; OLIVEIRA, 2012).

Segundo Santos Filho:

Imputabilidade é definida como a aptidão do ser humano compreender que determinado fato não é lícito e de agir em conformidade com esse entendimento. É imputável a pessoa capaz de entender o caráter ilícito de um fato e determinar-se de acordo com tal entendimento. Segundo Damásio Evangelista de Jesus, imputável “é o sujeito mentalmente são e desenvolvido, capaz de entender o caráter ilícito do fato

e de determinar-se de acordo com esse entendimento. (SANTOS FILHO, 2006, p. 1).

Sendo assim, o Poder Judiciário ao julgar réus indígenas deveria, para obtenção de maior justiça, valer-se de estudos antropológicos que respondessem a quesitos que permitissem ao julgador averiguar se o réu tinha ou não consciência da ilicitude do ato praticado. Tal consciência, no caso dos indígenas passa, sobretudo, por um exercício de tradução cultural, o qual quase sempre é desconsiderado no caso dos Kaiowá e Guarani que vivem no sul do estado de Mato Grosso do Sul (BRITO; BECKER; OLIVEIRA, 2012).

Para a aferição da imputabilidade penal dos indígenas não importa se o índio mantém contato perene ou esporádico com membros da cultura preponderante, é necessário apenas aferir se o índio possuía ao tempo do fato, de acordo com a sua cultura e seus costumes, condições de entender o caráter ilícito previsto da lei posta pelos não-índios (SANTOS FILHO, 2006, p. 9-10).

1.4 A criminalidade entre as mulheres

Para retratar como a mulher foi inserida no discurso da criminologia jurídica no que se refere à criminalidade, vou me pautar em um artigo da Simone Martins (2009). A autora define a figura da mulher no decorrer da história, mais precisamente entre os séculos XVIII e XIX, e mostra que tal figura passou por mudanças. Nos primórdios da criminalidade feminina, em meados do século XVIII, os maiores crimes estavam relacionados à moral e à política religiosa, enquadrava-se como crime tudo aquilo que uma mulher fazia e que fugia de um ideal de família, de mulher e de vida cristã. Durante esse período, já se propagava entre juristas e reformadores o discurso humanitário, segundo o qual já não era adequado imputar a pena do suplício dos corpos, descrito por Foucault:

Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na Praça de Greve, sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos as cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Essa era uma das formas de punição para condenação do crime de parricídio e vinha, então, sendo combatida por juristas e reformadores. Neste período, estavam buscando novas formas de punição para os crimes cometidos. Segundo Martins (2009), a mulher criminosa

nesse período teve tanto destaque quanto o homem, sendo observadas diferenciações apenas sobre a especificidade do crime em si, como a prostituição, atribuída somente à mulher. Neste período, diminuiu a aplicação de penas corporais como principal alvo da repressão penal e entrou em cena a figura do encarceramento.

Segundo Martins (2009), a prostituta é a primeira figura da mulher nos discursos criminológicos. Já na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, a figura da mulher nos discursos criminológicos está pautada no positivismo, buscando a cientificidade para explicar a criminalidade, que é justificada pelas “tendências biopsicossociais” das camadas mais pobres da sociedade, as mulheres ditas masculinizadas e as vítimas de seus parceiros. Essas três figuras femininas expressam a vitimização e uma inferiorização da mulher ante o homem.

A figura da mulher que, embora cometa crimes, é de vítima, apresenta-se nas alegações dos advogados de defesa, quanto nos próprios códigos que apresentam atenuantes fisiológicos e psicológicos para seus delitos. Desta forma, Pieper (1992) e Venera (2003) afirmam, a partir de suas pesquisas, que na maioria dos casos, independente do crime de infanticídio, de lesão corporal ou homicídio por legítima defesa, furtos, tráfico de entorpecentes, receptação ou estelionato, as mulheres seriam investidas de vitimização e ingenuidade típicas do estereótipo feminino no qual desempenham, frequentemente, o papel de cúmplice do homem (MARTINS, 2009, p. 118).

Interessante salientar que após ler a citação acima, com onze anos de experiência profissional no sistema penitenciário, ainda nos dias atuais, percebo nos depoimentos prestados ao Poder Judiciário – nas indagações feitas tanto pelo Ministério Público Estadual quanto pela Defensoria Pública, pela Promotoria e por advogados – a tentativa de indução para a vitimização das mulheres que cometem crime, principalmente as que cometem crime ao adentrar nas penitenciárias masculinas portando objetos ilícitos ou ao traficar entorpecentes.

Durante o período em que trabalhei na penitenciária masculina (Penitenciária Estadual de Dourados 2005-2016), realizei a apreensão de várias visitantes, ocasiões em que ficou comprovada a coação por parte de seus parceiros (os internos) para que a mesma entrasse na penitenciária portando substâncias ilícitas ou aparelhos de telefonia celular. Situações em que acabaram sendo presas, entrando assim para o mundo da criminalidade.

Diante do exposto, fica configurado que, embora haja por parte do Estado um discurso que tenta generalizar a subalternização da mulher até mesmo no mundo do crime, de fato, em alguns casos observa-se que a mulher acaba por se implicar em atos criminosos devido ao atendimento a solicitações de seus companheiros anteriormente encarcerados. Tal

situação, ao contrário, não é observada quando as mulheres são encarceradas e seus companheiros permanecem livres.

Na realização da pesquisa, deparei-me com mulheres indígenas que também cometeram crimes por estarem acompanhando seu parceiro. Não cabe aqui dar o veredito sobre a culpabilidade delas, e sim mostrar que em algumas situações a mulher sofre influência de seu parceiro. Em alguns momentos, essa influência é percebida na forma de coação, de cumplicidade e até mesmo de um gesto por amor, havendo a existência também daquelas mulheres que fazem do crime uma profissão recrutando mulas para adentrar nas penitenciárias masculinas com substâncias ilícitas no interior do seu corpo.

Cito como exemplo a fala da indígena Ester que acompanhou o marido em uma corrida de táxi até a aldeia de Amambai, onde seu marido roubou e matou o taxista. Ela relatou que só estava acompanhando o marido e não tinha intenção de praticar o crime (Processo nº 064.08.001688-3).

Já a indígena Raquel conta: “(...) eu arrumei um namorado. Aí ele falava para mim assim ‘ eu vou te ajudar! ’ Eu via assim ele ganhando muito dinheiro. Eu via ele ganhando lá em cima. Aí ele falou, ‘ vamos vender aqui na sua casa, que nós rachamos!’ Aí começamos a vender, comecei a fumar e vender. Dia e noite, aí já não parava mais (...)”.

Segundo dados do Relatório sobre as Mulheres Encarceradas, elaborado no ano de 2007, no encarceramento feminino há uma histórica omissão do poder público que se manifesta na ausência de políticas públicas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos inerentes a sua condição de pessoa humana e, muito particularmente, a suas especificidades de gênero (CEJIL *et al*, 2007, p. 37).

Desde 2014, com a publicação da Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210, de 16 de janeiro de 2014, que instituiu a política nacional de atenção às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional, surgiram várias discussões sobre as mulheres encarceradas. Até então, não havia políticas públicas que possibilitassem os atendimentos das especificidades femininas para o cumprimento da pena. Por exemplo, as construções das penitenciárias obedecem ao mesmo modelo destinado aos homens. Outros pontos de discussão são as instalações das delegacias de atendimento às mulheres, os abrigos destinados às mulheres que não podem permanecer em seus lares por sofrerem violência de seus companheiros. Enfim, muitas coisas melhoraram, mas se faz necessário muito mais, pois o número de mulheres mortas e que sofrem violência ainda é muito alto. Nesse contexto, as mulheres também estão cada vez mais entrando no mundo da criminalidade, seja por cumplicidade a seus parceiros ou como uma forma de sustentar a família, que é deixada sob sua responsabilidade com a prisão de seus companheiros.

1.5 Organização social

Para descrever a organização social e familiar dos indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul, partiremos de como são organizadas as famílias e como elas definem seus pares. Segundo Pereira (2004), o fogo³ doméstico constitui a unidade sociológica mínima no interior do grupo da família extensa ou da parentela. A família extensa é composta por vários fogos interligados por relações de consanguinidade, afinidade ou aliança política. Analisando a importância do fogo para constituição e manutenção da família, pode-se perceber que para os Kaiowá o não pertencimento a um fogo o transforma em uma pessoa sozinha.

Não é possível descrever a organização social e familiar Kaiowá e Guarani sem apontar os processos históricos que contribuíram para que houvesse uma mudança gradativa em seu modo de vida. Tais processos foram, principalmente, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a economia baseada na extração da erva-mate pela Companhia Matte Laranjeira, a criação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND) e a criação das Reservas Indígenas instituídas pelo SPI entre 1915 e 1928.

Como aponta Cariága (2012), esses acontecimentos causaram mudanças nas relações entre as parentelas Kaiowá, que viviam dispersas e em constante movimento na região. Ao serem sedentarizados nos espaços da Reserva, os kaiowá passaram a desenvolver novas práticas diante desse novo cenário.

A partir do contato com o não indígena, o modo de viver dos Kaiowá e Guarani passou por mudanças. A territorialidade⁴ Kaiowá e Guarani foi alterada e a perda de suas terras foi um fator de grande impacto nesse processo. Com novas características territoriais, o modo de viver foi drasticamente alterado. Antes, um número limitado de famílias dispunham de um amplo território (o *tekoha*⁵). Com a formação das reservas, as famílias foram acomodadas juntamente com grupos de outros *tekoha*, sendo então obrigados a disputar o território e os demais recursos disponíveis. Essa situação provocou o aumento dos conflitos internos, da violência e gerou um grande mal-estar, principalmente para os grupos não hegemônicos (CAVALCANTE, 2013).

³ Definição do fogo: tudo converge para a consideração do fogo como o mais forte símbolo da condição de existência humana. Além de sua ausência representar a mais completa penúria, representa também a ausência de um lugar no convívio social, viver sem fogo implica em estar impedido de atuar enquanto ator social e renunciar à condição humana (PEREIRA, 2004, p. 59-60).

⁴ A territorialidade pode ser entendida como a forma com que um grupo humano constrói o seu território em seus aspectos sociais simbólicos, culturais, econômicos e políticos. (CAVALCANTE, 2013, p. 34).

⁵ A categoria *tekoha* é polissêmica, e é fundamentalmente uma categoria do sistema social Guarani e Kaiowá, todavia, como tais relações sociais não se dão no vácuo, a base territorial é de suma importância (CAVALCANTE, 2013, p. 83).

Diante do exposto, Diógenes Cariága (2012, p. 75) apresenta “outras formas de sociabilidade”: a) reconhecimento como indígenas pertencentes a um grupo étnico comum (Kaiowá e Guarani), b) o pertencimento a uma mesma consanguinidade já não pode ser utilizado para a escolha de sua parentela devido à redução de seu território.

A violência causada a essas populações não foi somente a retirada, à força, de seu território. As consequências mais violentas foram as transformações culturais e de seu modo de viver. Diante disso, eles tiveram que se adaptar a um novo modelo, modelo esse imposto pelo contato colonial.

Outra alteração significativa em seu modo de viver foi a implantação de serviços que eram essenciais, até então, somente aos não indígenas, tais como: saneamento, escolas e postos de saúde. Essa nova condição levou os indígenas a estabelecerem novas relações com agentes políticos locais, especialmente a partir do momento em que os indígenas se tornaram eleitores nos municípios da região. Para compreensão dessa nova forma de se viver, é necessário entender os desdobramentos políticos que estão sendo desenvolvidos nas reservas, segundo Cariága:

A concentração demográfica existente nos dias atuais nas aldeias contraria as descrições sobre o modo de vida anterior ao reservamento desta população aos espaços delimitados pelo SPI. Na fala dos mais velhos é recorrente apontar como razão de aumentos dos problemas como o consumo de álcool, drogas e o aumento da violência motivado pelo crescimento populacional existente, que impõe à produção novas formas de exercer a direção da vida social e política. A dinâmica atual exige das lideranças são compreendidos enquanto aliados, na Tey' Kuê, destacam-se alguns políticos, que são compreendidos enquanto aliados da causa indígena. A política eleitoral mobiliza grande parte dos interesses dos grupos políticos existentes na aldeia (2012, p. 56).

O exemplo citado acima refere-se à Reserva Indígena Tey'kue, de Caarapó (MS), mas não é diferente das demais reservas. Juntamente com o crescimento populacional, aumentam os problemas de violência. Inclusive, a maioria das mulheres indígenas encarceradas é proveniente de reservas com alto índice demográfico e de violência.

Segundo alguns Kaiowá, o aumento da violência é derivado da hostilidade do *angué*⁶. O aumento da força do *angué* acentua a interpretação sobre o modo de vida atual, o mundo e, por sua vez, o modo como as crianças são educadas é um modo de vida imperfeito – *teko vai*, cabe aos membros que compõem o fogo abrandar essa imperfeição, fato esse proveniente do contato com o não indígena, e com outras etnias que vivem de forma diferente (CARIÁGA, 2012, p. 90).

⁶ *angué* e *ãngüery* são formas de nominar a alma telúrica ou sombra, faz referência ao corpo da alma mais ligada ao fisiológico.

Com a chegada dos colonos que vieram ocupar as terras da CAND, houve a necessidade por parte do Estado de implementar outras formas de inserir as populações indígenas como força de trabalho. Nesse sentido, a Missão Evangélica Caiuá foi a primeira instituição não governamental a atuar de modo contínuo com os indígenas da Reserva Indígena de Dourados. Em 1928, passou a funcionar dispondo de internato⁷, hospital, escolas e templos. Juntamente com o SPI, tinha como meta a “civilização” dos indígenas.

Desde a criação das Terras Indígenas entre 1915 e 1928, o Estado brasileiro e diversas organizações da sociedade nacional implantaram programas orientados para a assimilação cultural, introduzindo práticas econômicas, de escolarização e cristianização. A Missão Caiuá, que reúne membros de Igrejas situadas na vertente do protestantismo histórico brasileiro, iniciou seus trabalhos já em 1928, mantendo igrejas, orfanato, hospital, escola e atividades agrícolas. Entretanto, a pregação racional dos presbiterianos nunca chegou a constituir um movimento de conversão em massa dos índios, como ocorreu com o pentecostalismo a partir do final da década de 1980 (Significados do processo de conversão dos kaiowá e guarani ao pentecostalismo e sua inserção de inovação cultural LANGER; CHAMORRO, 2012, p. 184).

Importante ressaltar que mesmo durante todo esse processo de “novas sociabilidades” elaboradas através do contato com o não indígena, alguns aspectos da organização social resistem ao longo dos anos. Um exemplo disso é a preservação de seu idioma materno. Entre as mulheres indígenas encarceradas, foi constatado que 84,62% são bilíngues, ou seja, não deixaram de falar sua língua materna. Corrobora com essa tese a afirmação de Cariága (2012) de que a ideia de cultura como algo estático é rejeitada pela capacidade dos Kaiowá em assimilar de seu entorno o que for necessário para sua sobrevivência.

Isso se torna evidente também em sua nova relação com a terra e nas relações sociais e políticas dadas pela imposição da figura do capitão, liderança instituída pelo Estado, mas incorporada à sociabilidade Kaiowá e Guarani. Tal figura, normalmente, não reúne em torno de si as prerrogativas de uma liderança ao mesmo tempo política e religiosa, tal como os caciques⁸. Isso representa uma forte ruptura com sua cosmologia e com sua forma de organização social os indígenas se veem em busca de novos arranjos para conseguir prestígio e poder. Segundo Cariága (2012), a partir do contato e da construção de relações políticas com os agentes não indígenas, as lideranças (principalmente os capitães) e suas parentelas

⁷ Brand (1997) chama a atenção para o fato de que uma das primeiras iniciativas da Missão Caiuá foi a implantação de um orfanato, denominado de Nande Roga (nossa casa). Tal iniciativa se deu em virtude do grande número de órfãos, já que as comunidades eram assoladas por epidemias (sarampo, catapora, gripe, tuberculose, etc.) que deixavam muitas crianças órfãs.

⁸ Cacique é o termo que os Kaiowá e os Guarani, na atualidade, mais utilizam para descrever os chefes de famílias extensas, figuras referenciais, geralmente um homem mais velho, que já tenha noras e netos.

passaram a acessar recursos materiais e prestígio, resultando na implantação de escolas, igrejas evangélicas, programas de saúde e incentivo à produção agrícola.

Hoje os serviços prestados pelo Estado, juntamente com a criação de igrejas evangélicas, conferem prestígio social aos líderes. Isso ocasiona muitas disputas entre as lideranças. Atualmente, o líder que queira agregar pessoas à sua parentela, para além das características dos antigos caciques, precisa ter condições de distribuir bens e serviços.

O capitão também é tido como uma autoridade policial dentro das reservas. Durante as entrevistas com as mulheres indígenas encarceradas, principalmente nos casos de homicídio, quem faz a diligência e a apreensão é o capitão e seus colaboradores que usam a força física como forma de punição ao crime antes mesmo de chamar a Polícia Militar.

Tão logo foram demarcadas as primeiras reservas, a figura do capitão foi instituída pelo SPI. Para o SPI e sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a função do capitão era a de articular, coordenar e controlar o conjunto da população de cada reserva indígena. O capitão era escolhido arbitrariamente pelos agentes do Estado e investido de autoridade perante os moradores de cada reserva indígena. Ele gozava, inclusive, de poder coercitivo, muitas vezes materializado nas temidas polícias indígenas. Ainda hoje, mesmo sem obter muito sucesso, alguns capitães tentam colocar esse mecanismo em prática (CAVALCANTE, 2015, p. 188).

O relato de Sara deixa evidente esse papel do capitão que, atuando como polícia, utiliza-se da coerção e da violência para conter os conflitos existentes nas reservas. Tal relato não representa um caso isolado, todos os relatos das entrevistadas dão conta da atuação violenta dos capitães.

(...) E a minha filha correndo atrás de mim e falando: “O que você fez, mãe? A polícia vai vir atrás de você, minha mãe. Todos o capitão atrás de você com facão deste tamanho, o outro com pau... Vem tudo agorinha. Já, já estão chegando aí. Quando eu peguei a minha roupa, eu estava só de calcinha, ficando de pé, escutando minha filha falando... Aí quando eu olhei para trás, todo mundo chegando já. Aí eles falaram para mim assim: “O que você está fazendo aí, você lembra o que você está fazendo?”. Eu lembrei um pouco, mas só que eu estava bêbada também, eu falei. Aí ele me xingou... “Quero que você me conte agora! Se você não contar eu vou quebrar você toda!”, ele falou para mim. Aí eu falei: “Se você me bater aí é que eu não vou contar para você, não...”. Aí ele queria me bater. Aí já começou... Me chutou aqui, me deu pancada, me derrubou no chão. Aí eu levantei aqui. Aí eu falei para ele assim: “Se vocês me baterem aí que eu não conto para vocês nunca! Eu vou contar lá na delegacia, para eles que eu vou contar, mas para vocês nunca que eu vou contar”. Aí ele começou bravo, bravo de novo... Aí eu fui andando assim e ele me batia. Mandava eu andar logo senão ia atirar no meu pé... cheguei lá no posto... Aí ele falou: “deita”. Como é que eu vou deitar aqui?, falei para ele. Começou a me bater, me derrubou no chão. Aí eu tinha o uniforme da escola, pegou e rasgou de mim e me algemou assim... Só de sutiã lá no posto. Eu tinha o cabelo bem por aqui... Aí eu vi o facão deste tamanho, ele pegou meu cabelo e fez tchá, tchá, cortou meu cabelo... Cortou tudo... E minha mão cheia de sangue, ele me cortou aqui... Três pontos que eu levei aqui (SARA, 2015).

Diante desses fatos de violência, de aumento da densidade demográfica nas reservas e do jogo de empurra-empurra entre a Polícia Militar e a Força Nacional para fazer as rondas e as apreensões nas reservas, enfim, devido ao descaso do Estado, o capitão mantém essa responsabilidade. Garantir segurança pública de qualidade nas reservas indígenas é o mínimo que o Estado poderia fazer, já que interferiu tanto no modo organizacional desses povos.

Esse nível de violência não era verificado antes do impacto da colonização no sul do atual Mato Grosso do Sul. As escolhas das lideranças obedeciam aos critérios da afinidade política e dos laços de parentesco, como afirma Cavalcante em seu artigo:

O prestígio dessas lideranças baseia-se principalmente nos laços de parentesco por eles estabelecidos, incluindo laços de afinidade política, bem como em sua capacidade de aglutinar por meio do cumprimento do papel de aconselhador, mediador e distribuidor de dons. Daí decorre, por exemplo, a poligamia característica das lideranças do passado. O bom líder precisava ser capaz de oferecer muitas festas e, nesses casos, ter um bom número de mulheres significava: poder oferecer muita chicha⁹. O elevado número de mulheres também favorecia o estabelecimento de alianças, já que muitas parentelas se aliavam politicamente por intermédio de casamentos (CAVALCANTE, 2015, p. 186).

Hoje a maioria das lideranças são professores, chefes de parentela, capitães, agentes de saúde, comerciantes, funcionários de agências governamentais, pastores e até políticos, portanto houve uma alteração até mesmo nos padrões de escolha das lideranças. Segundo Cariága (2012), no cenário político da aldeia, essa categoria compreendida como “liderança” está bastante estendida para acomodar as mudanças na organização social e na política interna.

1.6 Mulheres indígenas e a violência de gênero nas sociedades Guarani e Kaiowá

Escrever sobre a mulher é um grande desafio. Por meio de muitos embates e discussões, a mulher conseguiu seu lugar na História. Durante muitos anos viveu no anonimato ou como uma figura meramente ilustrativa. A História escrita era fragmentada, visto que os feitos de homens é que tinham destaque.

(...) é analisar a construção histórico-filosófica dos vários discursos que em certa época conferiram os papéis da mulher, do que significa ser mulher. O primeiro discurso a ser utilizado para a designação dos papéis sociais femininos é da matriz filosófica grega. Considerando as mulheres seres “imperfeitos por natureza”, menos valiosas, portanto, inferiores aos homens, estas, naturalmente deveriam ser submetidas a eles. Essa posição de inferioridade e subordinação parecia fazer parte da “ordem natural” das coisas. Reconhecemos aí a clivagem simbólica e representativa do pensamento filosófico no qual se encontram Platão, Aristóteles e

⁹ Bebida tradicional feita com milho fermentado, cujo preparo é atribuído às mulheres.

Hipócrates e, tal como o mito, justifica a ordem do mundo social (TEDESCHI, 2012, p. 17).

No século XX, ganha força uma nova forma de se ver e interpretar as fontes históricas, a chamada revolução documental promovida pela Escola dos Annales possibilitou a utilização de outras categorias de fontes e conseqüentemente a visibilidade de grupos outrora subalternizados pela História, entre eles as mulheres. Mas como explicar essa invisibilidade das mulheres que passaram despercebidas na escrita da História? Segundo o historiador Losandro Tedeschi (2012), as transformações na historiografia, articuladas à explosão do feminismo¹⁰, a partir de fins da década de 1960, tiveram um papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a ascensão da “História das Mulheres” enquanto campo do conhecimento histórico. A onda do movimento feminista contemporâneo teve seu berço nos Estados Unidos e se espalhou para outros países. Com a busca pelo estudo dos marginalizados e esquecidos pela historiografia tradicional, elas conquistaram seu espaço.

A mulher percorre um longo caminho até conseguir ser vista pela sociedade machista e patriarcal¹¹, lutando para ser reconhecida como um ser pensante e atuante, graças ao esforço de grandes mulheres que não tiveram medo de lutar para que tivéssemos nossa visibilidade, mesmo que ainda hoje exista muito preconceito.

As produções teóricas relativas à História das Mulheres encontram-se ligadas ao movimento de renovação da própria história que, distanciando-se da história tradicional de cunho positivista que se impôs no século XIX, se voltava a preocupar por traçar um caminho interessado muito mais pelos coletivos que pelos individuais, pela evolução da sociedade que pelas instituições, pelos costumes que pelos acontecimentos, pelas coletividades excluídas do que pelos grandes personagens (TEDESCHI, 2012, p. 09).

Essa pesquisa se baseia principalmente nos relatos de vida de mulheres indígenas Guarani e Kaiowá encarceradas no sul de Mato Grosso do Sul. Além de serem mulheres, ainda são indígenas e encarceradas, por isso o preconceito se torna triplo.

Faz-se necessário conceituar que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. É um conceito relacional, ou seja, compreende

¹⁰ Fenômeno social e cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam. Uma das balizas históricas que informam esse fenômeno aparece com a reivindicação de igualdade feita por Mary Wollstonecraft, na Inglaterra, (XVIII).

¹¹ A palavra patriarcado se origina da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem, comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder.

a ideia de que não é possível analisar homens e mulheres em separado, já que um se define em relação ao outro:

[...] Como decorrência de relações sociais históricas, gênero é uma categoria de análise histórica, porque exige a análise da relação entre as experiências masculinas e femininas do passado e a ligação entre essa história e as práticas atuais. Nesse sentido, ela (a categoria de gênero) pode explicar as continuidades e descontinuidades na organização social (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 242).

No Brasil as mulheres têm sido ameaçadas, estupradas, espancadas e mortas por companheiros, namorados e maridos. São dramas, em sua grande maioria, anônimos e alguns outros se destacaram na mídia escrita ou televisionada pela fama de seus atores, sejam eles artistas ou pessoas de classes econômicas mais elevadas.

A violência de gênero está presente em todas as classes sociais. Isso revela que grande parte dos homens ainda se orienta por uma cultura marcadamente patriarcal. Muitos fatores contribuíram para que essa violência se propagasse contra as mulheres. Ao longo da história, a mulher foi vista como inferior ao homem. Tal concepção foi – e muitas vezes continua sendo – difundida pelas igrejas.

É essa tradição judaico-cristã que vai marcar decisivamente um pensamento e uma prática voltados à inferiorização da mulher. Os relatos bíblicos da criação delegando à mulher a culpa pela tentação e, conseqüentemente pelo pecado em relação a Deus, terá efeitos duradouros na história sobre a dignidade e a imagem do feminino (TEDESCHI, 2012, p. 60).

Conforme se verá nos próximos capítulos, os casos de violência contra as mulheres são crescentes em todo o País. Eles persistem mesmo com a vigência da popular Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), criada para garantir a punição dos agressores e, assim, tentar diminuir a violência sofrida pelas mulheres.

Nas sociedades Kaiowá e Guarani, a mulher ocupa um papel primordial na constituição e manutenção da organização familiar. A mulher controla o fogo e este controle está associado ao poder de unir e alimentar os membros que compõem a família. É impossível pensar em um fogo sem a presença central da figura da mulher, mesmo assim elas sofrem inúmeras formas de violência (PEREIRA, 2014).

Os casos de violência doméstica são frequentes nas comunidades indígenas, inclusive uma das indígenas encarceradas cometeu o crime de homicídio contra seu companheiro por ter sido agredida por ele várias vezes.

Segundo Bala:

(...) Só que o E. já falou para a tia dele que ia ficar comigo... Aí ficou três dias, casou... Ficou amigada com três dias. Aí, depois de três dias, começou bêbado a lembrar quem era meu primeiro marido. Quem quebrou minha virgindade... Aí fiquei quieta porque eu não sabia quem quebrou minha virgem. Então, de repente, já ficou bravo, bravo, bravo... Aí depois começou a me bater. Me machucou tudo, me bateu... Tudo aqui sinal eu tenho... Aí depois de 4 ou 5 vezes que me bateu, eu sumi, eu e minha filha... Eu estava indo embora, o cara me seguiu. Aí, quando eu virava, ele me chutou na cintura. Por isso eu senti muito aqui. Aí falou para mim, “agora você vai pagar para mim, porque você me deixou, me largou!”. “Eu não larguei você, eu não quero ficar com você”. Aí ele falou para mim, “Não eu vou pegar você agora!”. Aí, tem uma faquinha branquinha, deste tamanho, branquinha, branquinha... Não sei onde [nem] quem que arrumou para ele, faquinha branquinha. Aí, enquanto ele me segurava, ele queria furar a minha boca, só que ele acertou aqui, no meu dedo, acertou... Só que eu já saí, não sei como, porque eu caí... Me segurava aqui, assim me segurava e eu gritava, “me ajuda!”. Aí depois, soltei dele e consegui gritar. Ele queria me quebrar... Aí caiu a faca dele. Aí eu mordei aqui... Ele estava segurando a minha boca. A faca dele caiu... Quando a faca caiu, meti a faca, já furei ele aqui! Furei por aqui e por aqui, né? Aí eu furei, eu não sei... Ele falou que coração! Não sei se foi essa que matou, porque eu furei só uma vez para me defender. Ele me segurava abrindo minha boca, mas só que me acertou aqui... Uma só que me acertou. Graças a Deus eu tô viva para a minha filha né? E se eu não fizesse assim, eu ia estar morta já... Era para eu estar morta já... Ele me judiava muito, muito. Mas só que lá na aldeia, que eu sabia ele batia. Todo mundo me falou. Eu falei assim, que ele me judiava muito, até o meu cabelo ele cortou. Porque eu era mulher bonita (...) (BALA, 2015).

Por meio do relato da indígena Kaiowá que está detida na Penitenciária Feminina de Ponta Porã, surge uma indagação sobre a condição da mulher, independentemente de sua etnia. O que ela conta nos remete à violência sofrida por todas as mulheres e nos faz pensar em como o ser humano desenvolve essa postura violenta capaz de ceifar a vida de pessoas em questão de minutos. Quais são os fatores que determinam esses comportamentos na sociedade contemporânea, como essa violência se propaga nas pessoas.

Para compreender todo esse contexto temos que entender que a palavra “violência” vem do latim *violentia*, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou de recursos do corpo para exercer sua força vital). Segundo Alba Zaluar, essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam as relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. A violência também é decorrente dos momentos em que o ser humano sai de sua razão e é tomado por momentos de profunda raiva ou sofrimento (ZALUAR, 2004, p. 228-9).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza a violência como uma patologia social, entendida como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento *evitáveis*”. Como fenômeno evitável, portanto, é preciso pensar, também, nas possibilidades de políticas de controle e combate a toda forma de violência (...) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012, p. 238).

Vários fatores contribuem para que a violência seja perpetuada em nossa sociedade, entre eles a miséria, a falta de perspectivas, a impunidade e a brandura da lei penal brasileira.

Antes da promulgação da Lei nº 11.340, de agosto de 2006, e da Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 – que altera o artigo 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o artigo 10 da Lei de Crimes Hediondos, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos –, a legislação brasileira estava aliada a códigos antigos que reforçavam a inferioridade da mulher perante seus maridos. As Ordenações Filipinas, por exemplo, que foi um conjunto de regras importadas de Portugal, deixavam a inferioridade feminina muito visível, pois, dentre outros direitos concedidos ao homem/marido, por exemplo, estava o de aplicar castigos corporais a sua esposa e a seus filhos, sem que para tanto sofresse qualquer tipo de punição (Poderes e resistências de mulheres na região sul de Mato Grosso no início do século XX. MENEGATI; TEDESCHI; FARIAS, 2009, p. 181-182).

Historicamente, a legislação expressa o poder do patriarcado na sociedade e fomenta a construção dessa percepção de poderio masculino sobre a mulher. O Código Civil brasileiro de 1916 é grande exemplo disso. Seu artigo 186 apregoava que, havendo discordância entre os cônjuges, prevaleceria a vontade paterna. O artigo 380 dá ao homem o exercício do pátrio poder, esse poder era permitido à mulher apenas na falta ou no impedimento do marido. O artigo 385 dá ao pai a administração dos bens do filho e à mãe, somente na falta do cônjuge varão.

Já o artigo 240, que definitivamente colocou a mulher em situação hierárquica completamente inferior ao homem, dizia que “a mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta” (Poderes e resistências de mulheres na região sul de Mato Grosso no início do século XX. MENEGATI; TEDESCHI; FARIAS, 2009, p. 181-182). Por fim, o artigo 242 ressalta que a mulher só pode realizar certos atos com a permissão do marido, sendo eles:

- I. Praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235).
 - II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, nº II, III, VIII, 269, 275 e 310).
 - III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outra.
 - IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.
 - V. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus público.
 - VI. Litigar em juízo civil ou comercial, anão ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.
 - VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV).
 - VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.
 - IX. Aceitar mandato (art. 1.299).
- (Poderes e resistência de mulheres na região sul de Mato Grosso no início do século XX. MENEGATI; TEDESCHI; FARIAS, 2009, p. 181-182).

Importante frisar que esse Código Civil perdurou até 2002. Seu texto deixa evidente a inferiorização da mulher em relação ao homem, sendo considerada como um ser parcialmente incapaz. Diferentemente dessa percepção ocidental, a mulher indígena Kaiowá e Guarani tem o direito e, em certo sentido a obrigação, de se envolver em todos os assuntos que dizem respeito à vida de seu marido e filhos (PEREIRA, 2014).

Diante do aumento significativo da violência contra a mulher, os movimentos feministas lutam para elaborar uma legislação que venha proteger de forma eficaz a vida das mulheres. Isso tem se materializado por meio de convenções, de declarações, da adoção de políticas públicas e da implantação de leis. Entre elas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (1980 e 1984), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1995). No Brasil, criou-se em agosto de 2006, a Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, que tem como objetivo combater a violência doméstica e familiar contra a mulher; e em 9 de março de 2015, a Lei nº 13.104, que tornou o feminicídio crime hediondo.

Após a Lei Maria da Penha, criou-se um conjunto de regras penais e extrapenais, princípios, objetivos e diretrizes com vistas à prevenção da violência doméstica e familiar, buscando proteger especialmente a mulher. A legislação delimitou as formas de violência doméstica e familiar como sendo “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (art. 5º da Lei nº 11.340, de agosto de 2006). Apresentam-se as seguintes formas de violência contra a mulher (art. 7º da Lei nº 11.340, de agosto de 2006):

Física: quando o agressor ofende a integridade ou a saúde corporal da mulher. Ainda que a agressão não deixe marcas aparentes, o uso da força física que ofenda o corpo ou a saúde da mulher constitui violência física.

Psicológica: quando a agressão causa dano emocional, diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Sexual: quando o agressor constrange a mulher a presenciar, a manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; induza a comercialização ou a utilização, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force a matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

Patrimonial: quando o agressor retém, subtrai, destrói parcial seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Moral: quando o agressor ofende a honra da mulher (calúnia, difamação ou injúria).

Apesar de todo esse aparato legal, ainda é muito difícil coibir a violência contra a mulher, pois o dano sofrido vem de pessoas muito próximas: companheiros, filhos, chefes e vizinhos, o que dificulta o trabalho preventivo. Infelizmente, os casos de denúncia só aumentaram desde a criação da Lei. Faz-se necessário implantar políticas públicas mais eficazes no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, independentemente da cor e da etnia. Em se tratando de registros de violência contra a mulher, o estado de Mato Grosso do Sul é o segundo com mais casos no país e Campo Grande é a capital brasileira com maior registro de casos.

Os dados elaborados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2012, demonstram claramente a violência sofrida pelas mulheres em todo o Brasil, sendo que esse mapa retrata o homicídio e a agressão contra as mulheres, com exceção dos casos que não saem do ambiente doméstico.

O “Mapa da Violência - Homicídio de Mulheres no Brasil”, elaborado por Julio Jacobo, com base nos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde e atualizados pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flasco), divulgou a ocorrência de 4.465 homicídios de mulheres no ano de 2010. Nos últimos trinta anos houve o aumento de 230% no quantitativo de mulheres vítimas de assassinato, sendo que na última década foram assassinadas 43,7 mil mulheres (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012, p. 11).

As mulheres indígenas encarceradas que colaboraram com esta pesquisa são vítimas de várias formas de violência e algumas tiveram fatos que as marcaram e que foram determinantes para cometerem os crimes pelas quais estão presas. Se a violência, como descreve a Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma patologia, é bem provável que os sentimentos de abandono, de falta de amor dos pais e de inveja alimentem essa doença que causa tantos danos a quem sofre e a quem comete um crime.

Embora as comunidades indígenas tenham outra concepção sobre os papéis das mulheres e dos homens, papéis que não foram construídos através da inferiorização e da invisibilidade, pode-se discutir como a violência se apresenta entre eles, mesmo que entre eles haja um grande propagador da criminalidade que está baseado no consumo de álcool e de substâncias ilícitas.

Raabe: (...). Aí meu pai falou assim, “Casa que é melhor, você vai ter filho...” Já começou aquela, né? Aí eu falei para o meu pai, “Eu não quero não!” Mas aí já comecei... Maconha eu não fumava mais. Na minha família ninguém fuma, só eu que fumei. Fumei um ano e pouco e não fumei mais. Aquilo lá vicia demais. Quando eu fumava não tinha fome... Não tinha fome! Nossa Senhora... Aí depois eu só fumava cigarro e pinga (...). Aí, nesse dia, eu comprei 4 Jamel, porque é 4 reais e pouco o Jamel... Então comprei 4. Eu dei 2 Jamel para o meu irmão (...).

(...) Eu e minha irmã, uma vez, pegamos um pato que a minha mãe cria, né? Mas a minha mãe cria muitos animais, além dela criar animais quem devora é a gente. Peguei 2 patos dela e levei vender para um aposentado, eu e minha irmã também... Daí a gente fez 20 reais... Aí minha irmã falou, “Você que bebe, Raabe, eu não vou precisar de dinheiro. Se você tiver 1 real, compra um pirulito só para mim e tá bom”. Falei, “Não fala para ninguém, nem para a mãe que a gente vendeu uma galinha dela”. Ela: “Tá bom!”. Ela foi para casa... Eu tenho que andar 6 quilômetros para eu buscar pinga (...).(RAABE, 2015).

Noemi: (...) Ahram... Eu tenho marca dele aqui tenho nos dedos, tenho na cabeça. A gente viveu juntos 2, 3... Com 14 anos eu separei dele. Eu fugi dele, eu e meu primeiro filho. Eu fui morar com 13 anos... Menina... Aí ele me batia demais. Ele chegou até a amarrar uma pedra no meu pé e jogar dentro do rio. O vizinho viu, foi lá e me salvou. E já é morto hoje. Aí tem só o meu filho mais velho... O outro é de outro casamento (...).(NOEMI, 2015).

Bala: (...) Então de repente, ai já ficou bravo, bravo, bravo... Ai depois começou a me bater. Me machucou tudo, me bateu... Tudo aqui sinal eu tenho.... Aí depois de 4 ou 5 vezes que me bateu eu sumi, eu e minha filha... Eu estava indo embora, o cara me seguiu, aí quando eu virava, ele me chutou na cintura.(BALA, 2015).

Sara: (...). Não deu certo. Porque o meu marido me bateu muito, ai eu larguei ele. Eu estava grávida de 3 meses, ai eu criei meu filho sozinha (...) (SARA, 2015).

Na organização social tradicional, a mulher Kaiowá tem um papel importante dentro de sua família, ela domina todo o contexto familiar. Um homem que não possui uma mulher, ou seja, uma família, é renegado e se sente envergonhado dentro da comunidade. Entretanto, as condições financeiras e o espaço territorial pequeno vêm transformando essas relações.

Nas circunstâncias atuais, um novo papel surge para o caso das mulheres que trabalham fora em atividades remuneradas, principalmente como professoras, agentes de saúde e empregadas domésticas. O salário é considerado uma boa remuneração para o padrão econômico do grupo, além de ser em caráter permanente, agregando uma série de vantagens sociais para estas mulheres. Isto reestrutura as relações de gênero no interior do fogo, se o homem não dispõe de um trabalho remunerado com certa constância, certamente passará a ocupar uma posição de dependência econômica. Em muitos casos, isto poderá dar origem a conflitos entre os cônjuges (...) (PEREIRA, 2012, p. 16).

As mulheres Kaiowá e Guarani, na organização social tradicional, tinham um importante papel no contexto familiar. A base familiar não tem uma tradição patriarcal. Embora Segato proponha uma terceira posição que:

(...) y una tercera posición por mi representada, respaldada por una gran acumulación de evidencias históricas y relatos etnográficos que muestran de forma incontestable La existencia de nomenclaturas de en género es las sociedades tribales y afro-americanas. Esta tercera vertiente identifica em las sociedades indígenas y afro-americanas una organización patriarcal, aunque diferente de la del género occidental y que podría ser descripta como un patriarcado de baja intensidad, y no considera ni eficaz ni oportuno El liderazgo del feminismo eurocéntrico. En este grupo podemos mencionar a las pensadoras femininas al proceso de Chiapas, que constituyó una situación paradigmática de resolución de las tensiones derivadas en la dupla inserción de las mujeres en la lucha de los pueblos indígenas y la lucha em frente de interno por mejores condiciones de existencia para su género (ver, por

ejemplo Gutiérrez y palomo 1999; Hernández Castillo 2003; y Hernández y Sierra 2005) (SEGATO, 2012. p.13).

Entre os Kaiowá e Guarani, a teoria do gênero se apresenta a partir da existência de Mba' e Kua a um terceiro vivente que existiu no primeiro mundo, traduzido na língua portuguesa como “aquele que tudo sabe”. Este ser é acusado do desequilíbrio entre o Primeiro Pai e a Primeira mãe, como veremos adiante, e traz à tona a ideia de uma suposta ignorância da paternidade dos heróis míticos deste coletivo étnico (...). Mas segundo a concepção de Pereira (2008), a mulher e o homem são vistos como “opostos equivalentes e assimétricos” (...) (PEREIRA, 2008, p. 25-26).

Entretanto, homem e mulher eram pessoas diferentes que tinham papéis pré-determinados. Atualmente, uma nova configuração no modo de viver e se relacionar pode ser observada. Na penitenciária masculina de Dourados são inúmeros os condenados por violência contra a mulher nas comunidades indígenas locais. Fato esse que se assemelha com os casos de violência sofridos pelas mulheres não indígenas de Dourados e região.

Como a cultura não é estática, ela sofre influência/interferência de seu entorno, a convivência com o não indígena interfere dessa forma os indígenas alegam não ser mais possível viver do modo correto, essas relações sofrem influência e influenciam. Uma hipótese é que a hiperinflação do papel masculino e de interlocução com o mundo de fora das aldeias, conforme Segato (2012), pode ter ocasionado transformações prejudiciais às comunidades de modo geral, e às mulheres de modo particular.

Datos documentales, históricos y etnográficos del mundo tribal, muestran la existencia de estructuras reconocibles de diferencia, semejantes a lo que llamamos relaciones de género en la modernidad, conteniendo jerarquías claras de prestigio entre la masculinidad y la feminidad, representados por figuras que pueden ser entendidas como hombres y mujeres. A pesar del carácter reconocible de las posiciones de género, en ese mundo son más frecuentes las aberturas al tránsito y circulación entre esas posiciones que se encuentran interdichas en su equivalente moderno occidental. Como es sabido, pueblos indígenas, como los Warao de Venezuela, Cuna de Panamá, Guayaquí de Paraguay, Trio de Surinam, Javaés de Brasil y el mundo incaico pre-colombino, entre otros, así como una cantidad de pueblos nativo-norte-americanos y de las primeras naciones canadienses, además de todos los grupos religiosos afro-americanos, incluyen lenguajes y contemplan prácticas transgénicas estabilizadas, casamientos entre personas que el occidente entiende como siendo del mismo sexo, y otras transitividades de género bloqueadas por el sistema de género absolutamente enyesado de la colonial modernidad. (para una lista de identidades transgénicas en sociedades históricas y contemporáneas ver Campuzano 2009 a: 76) (SEGATO, 2012, p. 14).

A violência sofrida pela mulher, seja ela indígena ou não indígena, só tem aumentado. Levantam-se várias possibilidades para essa violência exacerbada, discute-se que a mulher não indígena vem de uma sociedade baseada no patriarcalismo e esse seria um dos motivos para esse aumento. Estamos no início do mês de agosto de 2016 e, de acordo com dados publicados no dia 4 do corrente mês, já foram instaurados 800 inquéritos de violência

contra a mulher no ano, haja vista que em 2015 foram instaurados 1.460 inquéritos – nesses dados a mulher indígena também está computada. Estão sendo preparadas comemorações para os 10 anos da promulgação da Lei Maria da Penha, mas, afinal, o que devemos comemorar?

Que a mulher hoje tem a coragem de denunciar os maus tratos e a violência psicológica ou moral? Enfim, não há motivos ainda para se comemorar, pois ainda estão morrendo muitas mulheres e seu companheiro aparece como responsável em 22,5% dos casos de agressão. Esse fato demonstra que a violência ainda prevalece dentro do âmbito familiar.

No caso das mulheres indígenas entrevistadas, essa violência não ocorre de forma diferente. Embora a mulher indígena tenha um papel de destaque na organização familiar, há que se realizar uma pesquisa etnográfica para chegar às respostas plausíveis a respeito da perda deste papel, porque o mesmo não impede que elas sejam assassinadas de forma brutal por seus parceiros. Um exemplo recente (agosto de 2016) foi a morte da indígena Elza de Oliveira, assassinada a facada por seu suposto companheiro. O que se observa é que a afirmativa elaborada por Tedeschi e Colling (2015), sobre a continuidade e a descontinuidade na organização familiar em questão à relação de gênero é mais aceitável.

2 O ESTADO E A CRIMINALIDADE ENTRE OS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL

Observa-se que o estado de Mato Grosso do Sul ainda não se deu conta de como aplicar a lei no que se refere aos direitos que se encontram na Constituição Federal para amparar as comunidades indígenas. O Estado é negligente em relação aos detentos indígenas. Essa desatenção é uma das fontes de aumento da atual situação de penúria das reservas indígenas do estado. O quadro é de total desconsideração legal para com as populações indígenas e de violação à garantia de seus direitos nos julgamentos das ações criminais em que figuram como réus, sem o devido acesso ao pleno direito de defesa e, ainda, com o descumprimento das garantias individuais na fase de execução penal.

Portanto, ainda é possível perceber a crescente marginalização e criminalização que sofrem os indígenas de Mato Grosso do Sul por ocuparem terras enquanto grande parte da sociedade acredita que contribuem para que não haja crescimento no que diz respeito à produção agrícola da região.

Na realidade, eles já carregam um “estigma”, um traço distintivo de alguém, que atrai a atenção e indica a existência de um atributo socialmente indesejável (Entre o desvio, o estigma, a marginalização e a criminalização: uma abordagem sociológica do processo de exclusão dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. BRITO; BECKER; OLIVEIRA, 2012, p. 190).

Segundo Goffman, há três espécies de estigmas:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (Entre o desvio, o estigma, a marginalização e a criminalização: uma abordagem sociológica do processo de exclusão dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. BRITO; BECKER; OLIVEIRA, 2012, p. 190).

Esse fato de serem estigmatizados como marginais ou preguiçosos já pressupõe a culpa em determinadas situações, quando o direito de presunção da inocência não é respeitado, pois primeiro se prende e depois se verifica se é ou não culpado.

Percebe-se que os direitos efetivamente concedidos aos indígenas encarcerados são meramente os mesmos de qualquer cidadão. Sendo eles os direitos individuais previstos no artigo 5º da Constituição Federal: receber assistência de familiares ou advogado que indicar; de não ser identificado criminalmente senão nas hipóteses legais; de serem respeitadas suas

integridades física e moral; de manter-se em silêncio e/ou declinar informações que respeitar úteis a sua autodefesa; e ser admitida prestar fiança e livrar-se solto.

O objetivo principal deste capítulo é analisar os processos das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani encarceradas e perceber como eles foram conduzidos, quais os indícios reais da autoria dos crimes, como foi organizado o inquérito policial na busca das testemunhas, quais os vestígios, quais direitos foram respeitados e o que se pode utilizar como fonte para essa pesquisa. Pretende-se realizar o confronto entre a teoria – ou seja, o que a lei assegura – e a forma como ela é colocada em prática. Para tanto, serão utilizados alguns dos dez processos dessas indígenas que estão na justiça estadual de Mato Grosso do Sul. Três processos que estão na justiça federal correm em segredo de justiça, por isso não foi possível ter acesso a eles. Entretanto, foi possível identificar que na justiça federal o respeito à legislação indígena é mais efetivo. Ocorre, por exemplo a solicitação de antropólogos para a feitura do laudo antropológico, tal procedimento não é respeitado em nenhum dos processos analisados na justiça estadual.

2.1 O sistema penitenciário em Mato Grosso do Sul

O sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul está sob a gerência da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciária (Agepen), uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e por ela supervisionada. O órgão responsável pela administração penitenciária foi criado em 1º de janeiro de 1979, quando da instalação do primeiro governo de Mato Grosso do Sul, pelo Decreto-Lei nº 11, de 1º de janeiro de 1979, que instituiu o Sistema Estadual de Justiça e autorizou a criação do Departamento Penitenciário do Estado. O primeiro diretor-presidente foi Vicente Sarubbi (1º de janeiro de 1979 a 20 de junho de 1985), responsável pela estruturação do serviço penitenciário no estado de Mato Grosso do Sul (AGEPEN, 2013).

No ano de 2000, a denominação Departamento do Sistema Penitenciário (DSP) foi alterada para Agência de Administração Penitenciário, instituída pela Lei nº 2.152, de 26 de outubro de 2000, que dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do poder executivo do estado. Para garantir tratamento penal aos custodiados distribuídos nos três regimes de cumprimento da pena (fechado, semiaberto e aberto), a Agepen possui 1.302 servidores penitenciários em três áreas de atuação: segurança e custódia (1.024); administração e finanças (191); e assistência e perícia (87); além de possuir 46 unidades penais no estado distribuídas em 17 cidades: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Bataguassu, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Jardim, Jateí, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brillhante, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas. Há ainda a sede

administrativa na capital, a Escola Penitenciária e os patronatos¹² penitenciários distribuídos na capital e no interior.

A Agepen tem por finalidade custodiar os presos provisórios, executar as penas de prisão e as medidas de segurança detentiva, amparar os egressos e exercer a observação cautelar dos benefícios da suspensão e dos livramentos condicionais, administrando os estabelecimentos prisionais do estado de Mato Grosso do Sul, que tem uma população estimada em 2.619.67 habitantes. O número de presos nos presídios estaduais é de aproximadamente de 15.944, sendo 14.634 homens e 1310 mulheres, o que corresponde a 553,31 presos para cada 100 mil habitantes (AGEPEN, 2015).

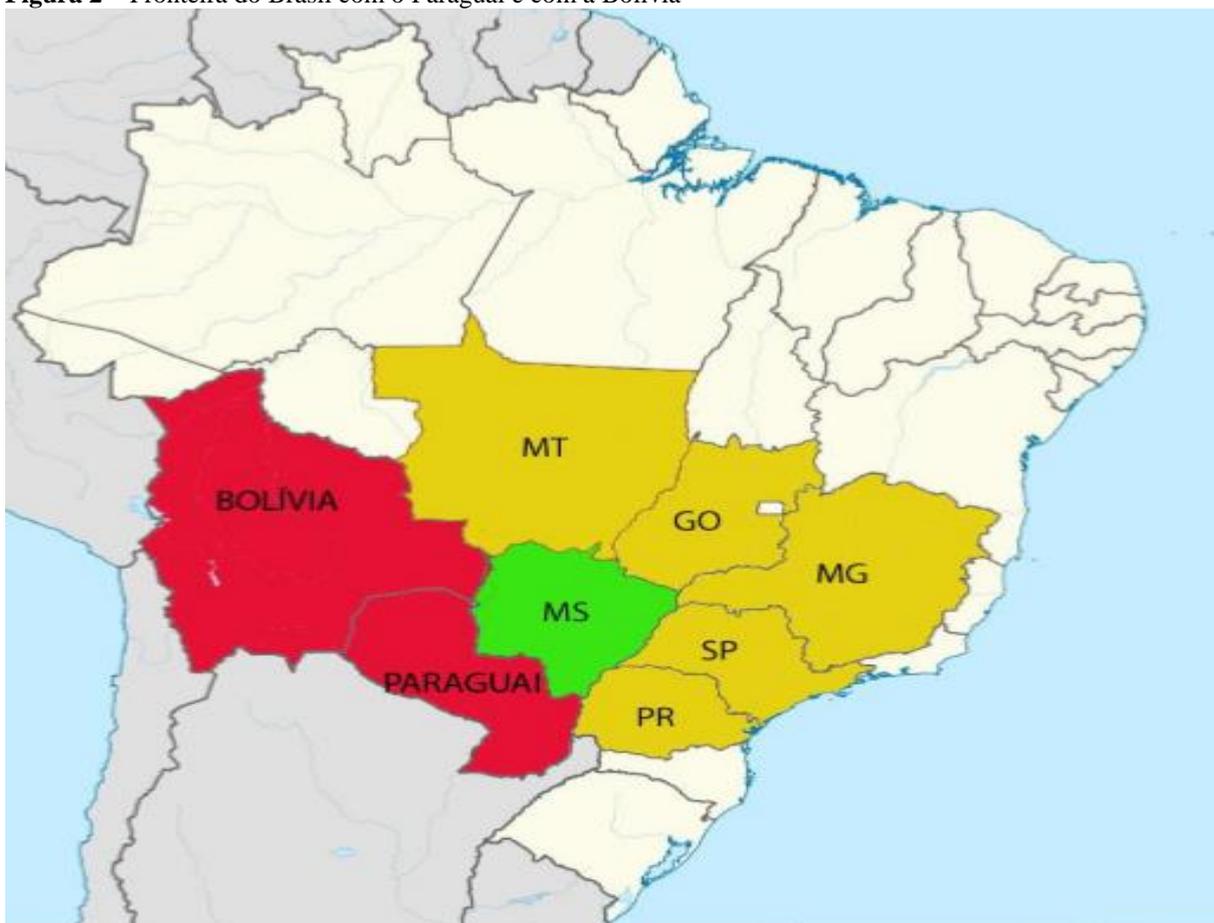
No anuário do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), esse índice é de 567,9 presos para cada 100 mil habitantes, porque ali estão incluídos os presos de delegacias.

O número de presos no Brasil em 2014 era de 579.380 do sexo masculino e 37.380 do sexo feminino. A média nacional de mulheres presas, em percentual, é de 6,4%. Em Mato Grosso do Sul, o percentual aproximado é de 8,95% de mulheres em privação de liberdade.

A figura abaixo destaca um dos agravantes para o crescimento da população carcerária em Mato Grosso do Sul. Esse estado possui extensa fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, favorecendo o tráfico internacional de drogas, crime responsável por um dos maiores índices de condenações entre as mulheres (85% do total de encarceradas em MS). Esse crime é responsável pela maioria das prisões tanto de mulheres bolivianas (48% do total de encarceradas em MS) e paraguaias (24% do total de encarceradas em MS), quanto de brasileiras (28% do total de encarceradas em MS). O fácil acesso aos países fronteiriços contribui para o grande número de casos e o cumprimento da pena em penitenciárias do Brasil leva ao colapso do sistema prisional brasileiro.

¹² O Patronato está destinado ao atendimento aos presos dos regimes semiaberto e aberto, aos liberados condicionais, aos beneficiados com prisão domiciliar e suspensão condicional da pena, aos internos que estão exercendo trabalho externo e aos egressos, com a finalidade de possibilitar a ressocialização e reintegração do indivíduo ao grupo familiar, buscando a redução do nível de reincidência criminal, na forma que dispõe a Lei Federal nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal.

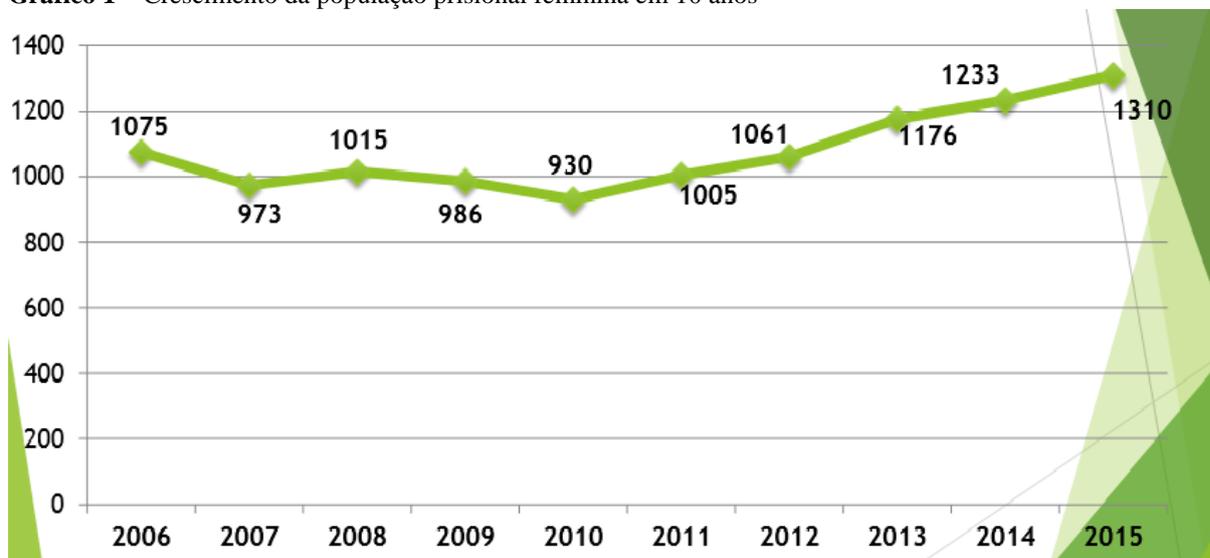
Figura 2 – Fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia



Fonte: AGEPEM/MS SIAPEN-2015

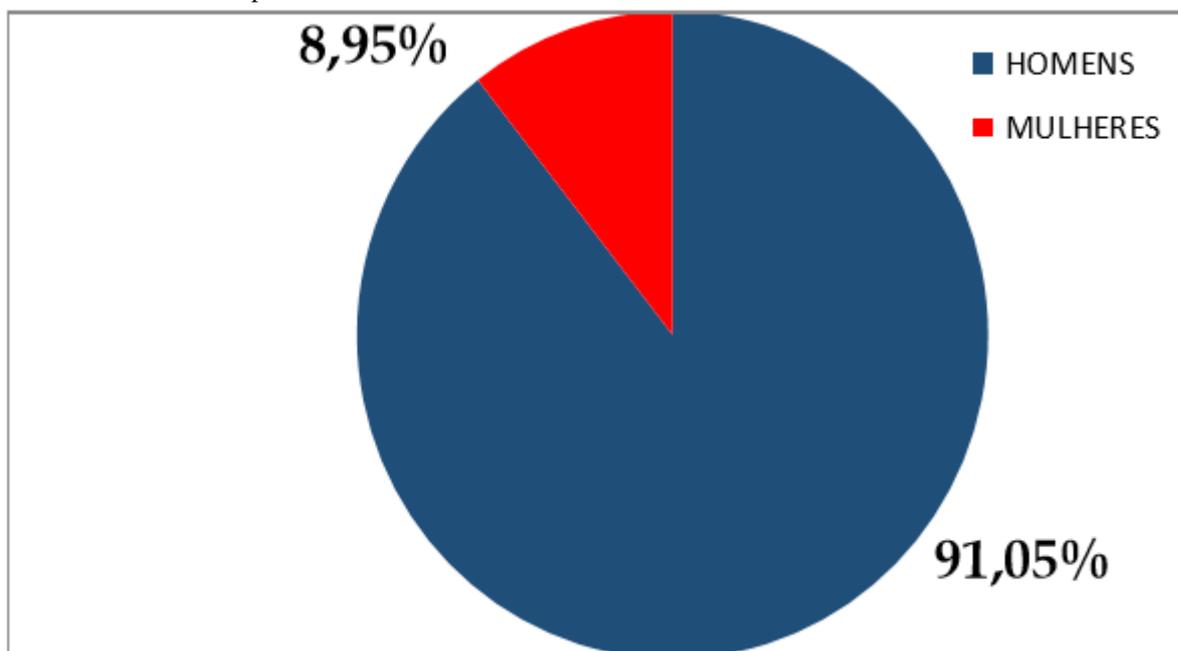
O gráfico abaixo demonstra o crescimento da população carcerária feminina em dez anos. É alarmante esse aumento, pois as penitenciárias estão se tornando depósitos humanos onde é impossível cumprir a pena como apregoa a Lei de Execuções Penais.

Gráfico 1 – Crescimento da população prisional feminina em 10 anos



Fonte: AGEPEM/MS SIAPEN-2015

Gráfico 2 – Índice de aprisionamento no MS



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015

Analisando este gráfico, parece irrisória a porcentagem correspondente ao encarceramento feminino. Entretanto, a superlotação das penitenciárias também é uma realidade entre as detentas femininas. As penitenciárias femininas do estado de Mato Grosso do Sul, em sua maioria, são prédios adaptados e não oferecem as condições adequadas para o cumprimento da pena. Os prédios não foram concebidos para serem presídios, o que dificulta a ressocialização e separação das custodiadas por tipo de crime cometido.

Figura 3 – Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (Masculinos e Femininos)



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015

Temos no estado sete penitenciárias femininas de regime fechado e seis de regime semiaberto e aberto.

Tabela 5 – Demonstrativo de distribuição por unidade penal e cálculo de Déficit de servidores

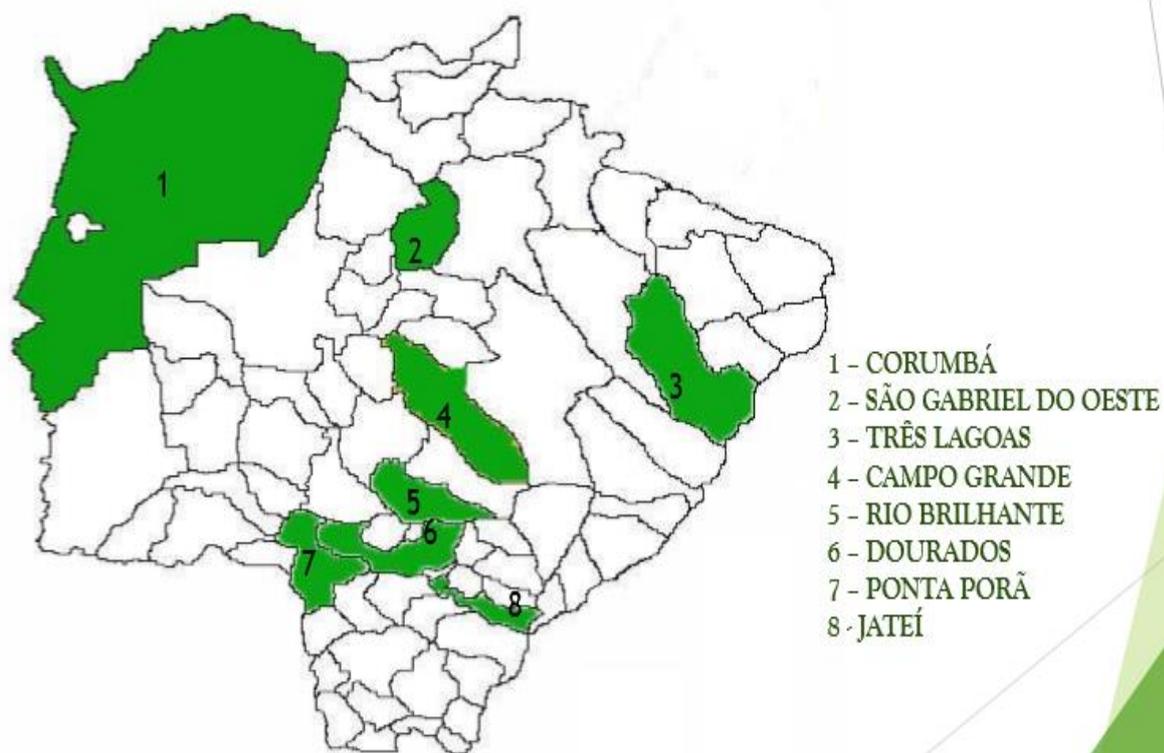
UNIDADE PENAL	Quantitativo de Servidores	Quant. de Presos	Quantitativo de servidores recomendado - (OIT)	Déficit de Servidores
EP Feminino IRMA ZORZI CAMPO GRANDE	67	384	76,8	-9,8
EPCACA FEMININO CAMPO GRANDE	32	113	22,6	+9,4
ESTAB. PENAL FEMININO DE CORUMBA	35	128	25,6	-9,4
ESTAB. PENAL FEMININO DE JATEÍ	30	79	15,8	-14,2
ESTAB. PENAL FEMININO DE PONTA PORÁ	25	141	28,2	-3,2
ESTAB. PENAL FEMININO DE RIO BRILHANTE	20	82	16,4	-3,6
ESTAB. PENAL FEMININO DE SGDÔESTE	18	70	14	-4
ESTAB. PENAL FEMININO DE TRES LAGOAS	34	114	22,8	-11,2
E.P. R.A. C. A. FEMININO DE CORUMBA	30	42	8,4	-21,6
EPRACA FEMININO DE DOURADOS	19	55	11	-8
EPRACA FEMININO DE PONTA PORÁ	2	23	4,6	-2,6
EPRACA FEMININO DE SÃO GABRIEL DO OESTE	18	15	3	-15
EPRACA FEMININO DE TRES LAGOAS	13	12	2,4	-10,6

Fonte: AGEPEN, 2015.

Analisamos o déficit de servidores demonstrado no quadro acima, na proporção de cinco presos para um agente, conforme as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). O déficit para as custodiadas é de 405 vagas no regime fechado, totalizando 41%, e de 65 vagas nos regimes semiaberto e aberto, totalizando 20% de déficit. Em Mato Grosso do Sul, de acordo com a Agepen (2015), temos em média 4,5 presas por agentes penitenciárias que trabalha em unidades penais femininas. Embora haja falta de servidores os casos mais críticos de superlotação e falta de servidores são encontradas nas Unidades Masculinas de segurança máxima (Campo Grande e Dourados), do estado.

Figura 4 – Estabelecimentos Penais Femininos em Mato Grosso do Sul

Municípios com Presídios Femininos no MS:



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015

A pesquisa com as mulheres indígenas Kaiowá e Guarani ocorreu nas penitenciárias de Rio Brillhante, Dourados, Ponta Porã e Jateí, com intuito de delimitar o universo pesquisado. Nos dias das entrevistas, foi constatada superlotação em todas as unidades.

Tabela 6 – Classificação e lotação das unidades penais femininas pesquisadas

UNIDADE PENAL	Categoria	Celas	Capacidade	Presas sem Condenação	Condenados(as)		Total	Situação
Estabelecimento Penal Feminino de Jateí "Luiz Pereira da Silva"	média	5	48	28	51		79	Superlotado
Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã	média	10	50	94	54		148	Superlotado
Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brillhante	média	6	54	4	87		91	Superlotado
Estab. Penal Fem. Semiaberto e Aberto de Dourados	mínima	1	40	0	Aberto	Semi	80	Superlotado
					40	36		

Fonte: AGEPEN/MS fev/2016

Figura 5 – Panorama geral da capacidade e lotação feminina regimes fechado, Semiaberto e aberto

Panorama Geral:

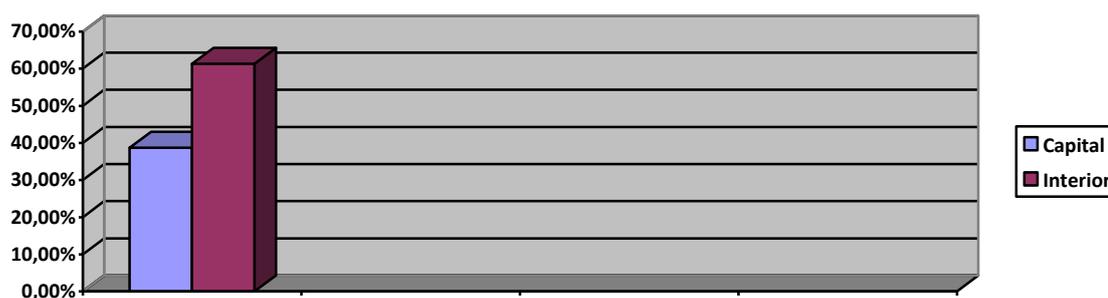
Capacidade e Lotação Feminina - Regime Fechado:		
Capacidade	Lotação	Déficit
581	986	- 405 (41%)

Capacidade e Lotação Feminina - Regimes Semiaberto e Aberto:		
Capacidade	Lotação	Déficit
259	324	- 65 (20%)

Fonte: AGEPEM/MS SIAPEN-2015.

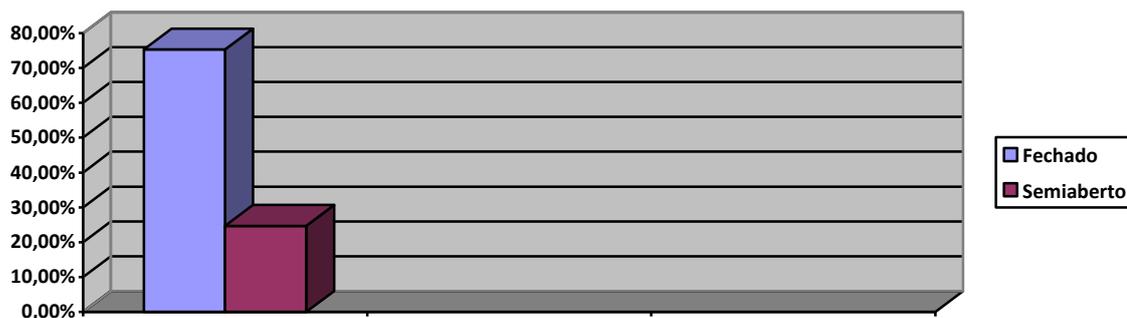
O panorama geral demonstra que tendo em vista o tamanho da superlotação carcerária, tanto nas unidades femininas como masculinas, há um longo caminho pela frente para se alcançar o número ideal de presos em cada unidade.

Gráfico 3 – Distribuição de Custodiadas no Estado



Fonte: AGEPEM/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 4 – Distribuição de Custodiadas por Regime

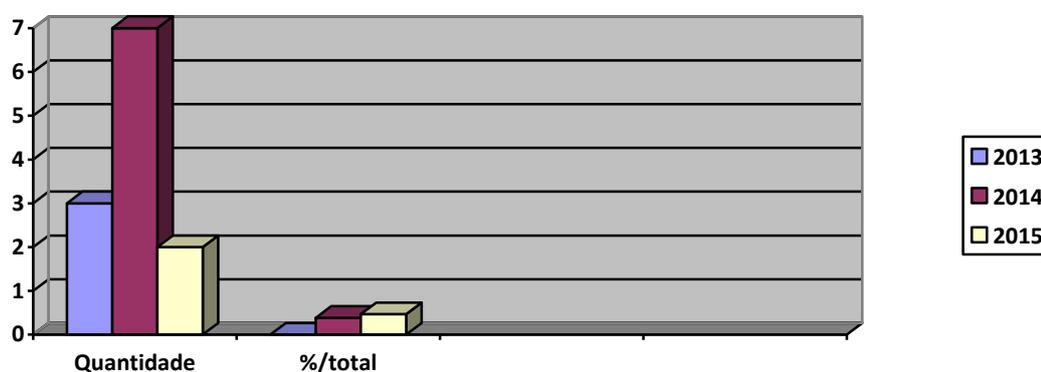


Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

2.2 Proporção Custodiadas/Servidoras de Penitenciária

Em Mato Grosso do Sul, temos em média 4,5 presas por agente penitenciária que trabalha em unidades penais femininas. Dos 1.302 servidores ativos da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), 518 são do sexo feminino e 784, do sexo masculino, correspondendo a um efetivo feminino de 40% (AGEPEN, 2013, a). Esse número representativo de mulheres na Agepen de Mato Grosso do Sul é assegurado pela Lei nº 12.121, de 15 de dezembro de 2009, acrescentada pelo § 3º ao artigo 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados à custódia de presas femininas tenham o efetivo de segurança interna composto somente por servidoras do sexo feminino, dispositivo este que veio garantir a inserção do grupo sexo feminino nos quadros do serviço penitenciário. É vedado aos servidores do sexo masculino trabalhar em galerias internas das unidades prisionais femininas, porém não é vedado o contrário – ou seja, o trabalho de servidoras do sexo feminino nos presídios destinados a presos do sexo masculino.

Gráfico 5 – Mortes de custodiadas nos últimos três anos em presídio de Mato Grosso do Sul



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

2.3 Causas das mortes

2013: as três custodiadas eram do regime semiaberto: uma morte a esclarecer (problemas de saúde), uma por acidente de trânsito e uma por derrame cerebral.

2014: uma interna do regime semiaberto de Ponta Porã morreu vítima de assassinato a tiros fora do presídio. As outras seis eram do regime fechado, sendo as causas: uma por tromboembolismo pulmonar, uma por disfunção de múltiplos órgãos, duas por infarto, uma por insuficiência hepática e uma morte a esclarecer (problemas de saúde).

2015: uma morte por choque séptico e um suicídio por enforcamento (ocorreu no presídio de Corumbá. A custodiada era hermafrodita e estava sozinha na cela, pois as outras custodiadas tinham medo de dividir o mesmo alojamento com ela. O suicídio aconteceu no dia 20 de março de 2015).

2.4 Perfil da Mulher em Privação de Liberdade no Mato Grosso do Sul

Os dados que serão expostos abaixo foram compilados pelos servidores penitenciários e lançados na semana em comemoração ao Dia da Mulher, em março de 2016, “SIAPEN 2.0 MULHER”. É um banco de dados de suma importância. Desde 2013, esta pesquisadora requisitava esses dados à Agepen, através de ofício, e não era atendida.

Entretanto, em 2014 foi publicada a Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), para que as mulheres em privação de liberdade deixassem de ser invisibilizadas no sistema prisional brasileiro, especificamente ao artigo 4º da Portaria Interministerial. São metas do PNAMPE:

Criação e reformulação de bancos de dados em âmbito estadual e nacional que contemplem:

Quantidade de estabelecimentos femininos e mistos que custodiam mulheres, indicando números de mulheres por estabelecimento, regime e quantidade de vagas;
Existência de local adequado para visitação, frequência e procedimento necessário para ingresso do visitante social e íntimo;

Quantidade de profissionais inseridos no sistema prisional feminino, por estabelecimento e área de atua o;

Quantidade de mulheres gestantes, lactantes e parturientes;

Quantidade e idade dos filhos em ambiente intra e extramuros, bem como pessoas ou órgãos responsáveis pelos seus cuidados;

Indica o do perfil da mulher privada de liberdade, considerando estado civil, faixa etária, cor ou etnia, deficiência, nacionalidade, religião, grau de instru o, profissão, rendas mensais da família anterior ao aprisionamento e atual, documenta o civil, tempo total das penas, tipos de crimes, procedência de área rural ou urbana, regime prisional e reitera o criminal;

Quantidade de mulheres inseridas em atividades laborais internas e externas e educacionais, formais e profissionalizantes;

Quantidade de mulheres que recebem assistência jurídica regular, da Defensoria Pública, outro órgão ou advogado particular, e frequência desse procedimento na unidade prisional;

Quantidade de óbitos relacionados à mulher e   criança, no âmbito do sistema prisional;

Dados relativos à incidência de hipertensão, diabetes, tuberculoses, hanseníase, Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS/HIV e outras doenças;
 Quantidades de mulheres inseridas em programa de atenção à saúde mental e dependência química;
 Quantidade de local de permanência das mulheres internadas em cumprimento de medidas de segurança e total de vagas;
 Quantidade de mulheres que deixaram o sistema prisional por motivos de alvará de soltura, indulto, fuga, progressão de regime ou aplicação de medidas cautelares diversas da prisão;

Gráfico 6 – Faixa etária



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 7 – Raça - Cor - Etnia



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015. Segundo o padrão de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divide a população do país em cinco grupos: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas. De acordo com o pesquisador José Luiz Petrucelli, do IBGE, alguns defendem que deveríamos usar a classificação negro, mas o negro é uma identidade social.

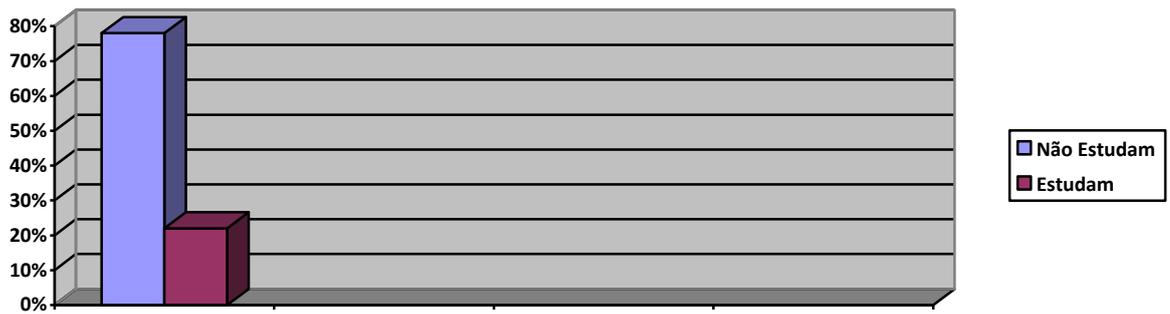
Gráfico 8 – Tipos de Crime

Tipos de Crime



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 9 – Educação Prisional



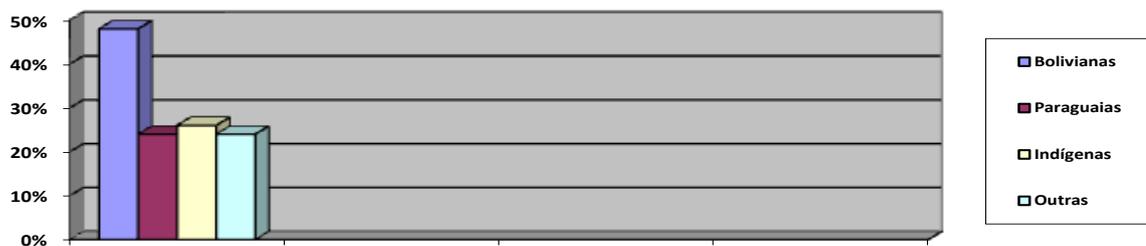
Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 10 – Trabalho Prisional



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 11 – Quantitativo referente à etnia e a nacionalidade



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 12 – Características Indígenas Etnia



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

As informações reunidas pela Agência da Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul apresentam inconsistência, pois, durante a realização da pesquisa, encontrei entre as indígenas encarceradas as etnias Kaiowá e Kadiwéu. Ressalto que a informação de que 87% das indígenas encarceradas são da etnia Guarani está equivocada, pois, durante a realização da pesquisa, encontrei 84,62% das mulheres encarceradas como sendo da etnia Kaiowá e apenas 15,38% da etnia Guarani no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul no ano de 2015. De fato, a Agepen considera Guarani e Kaiowá como componentes da mesma etnia, isso demonstra a fragilidade e o desconhecimento dos gestores públicos. Após minhas indagações a respeito da origem da etnia Takanacho, fui informada que é a etnia Tataína, que, segundo informações da Agepen, é originária da Bolívia. Houve

questionamento por esta pesquisadora também acerca da utilização do termo “índias”, uma vez que deveria ser utilizado o termo “indígenas”.

2.4.1 Características das detentas indígenas

Gráfico 13 – Faixa Etária



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 14 – Escolaridade das Indígenas



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 15 – Tipos de Crimes



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

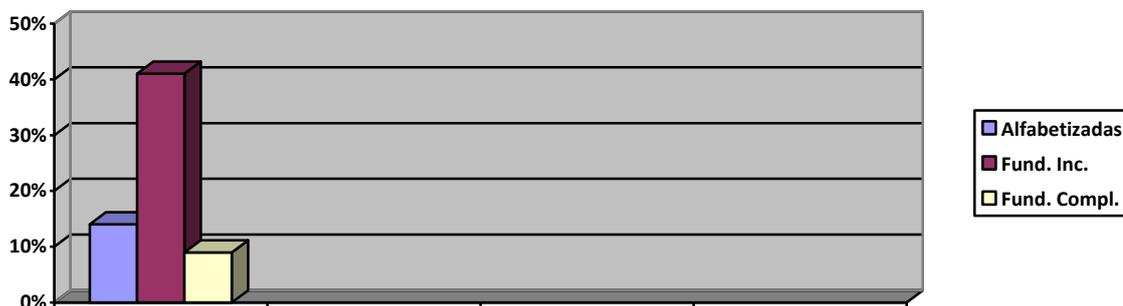
2.4.2 Características das Custodiadas Bolivianas

Gráfico 16 – Faixa Etária



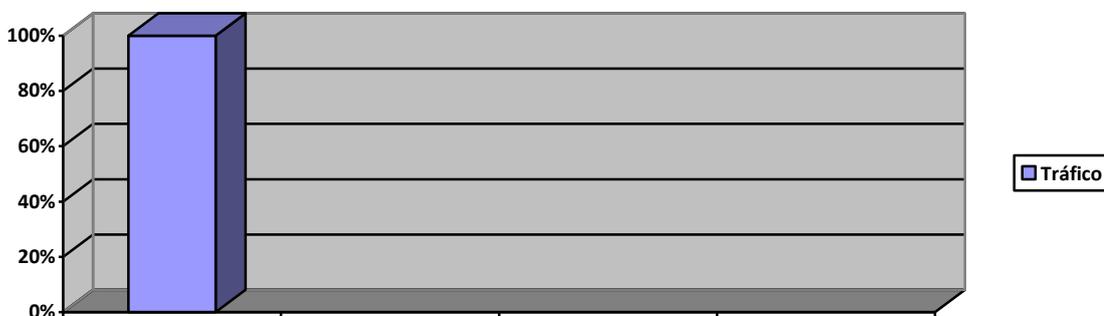
Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 17 – Escolaridade das Custodiadas Bolivianas



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 18 – Tipos de Crime das Bolivianas



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Em Mato Grosso do Sul, todas as custodiadas de origem boliviana estão presas por tráfico de entorpecentes. A unidade que mais concentra presas bolivianas é a de Corumbá, com 17 custodiadas até setembro de 2015.

2.4.3 Características das custodiadas paraguaias

Gráfico 19 – Faixa Etária



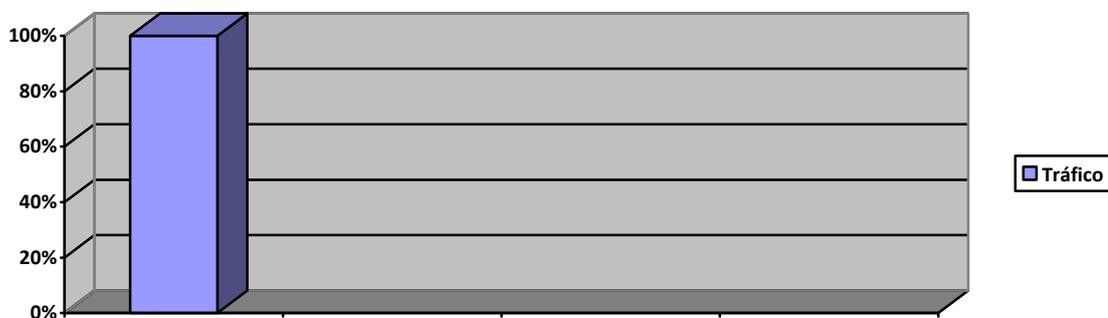
Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 20 – Escolaridade das Custodiadas Paraguaias



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Gráfico 21 – Tipos de Crimes das Custodiadas Paraguaias



Fonte: AGEPEN/MS SIAPEN-2015.

Em Mato Grosso do Sul, todas as custodiadas de origem paraguaia estão presas por tráfico de entorpecentes, cinco delas cumpriam pena em Ponta Porã, até setembro de 2015.

2.5 A Legislação Penal e as especificidades em relação aos indígenas

O Código Penal Brasileiro não prevê nenhuma distinção no que diz respeito à aplicação da pena ao indígena, mas em seu artigo 26 está dito que “a pessoa só responde pelo crime se tiver consciência do ato e da compreensão do delito”.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, de acordo com o que está expresso em seu artigo 232, os indígenas perderam a condição de relativamente incapazes, porém é preciso estabelecer as condições em que determinado delito fora cometido. Ou seja, ele não está acima das leis.

Para se atribuir uma pena a um indígena, é preciso analisar os artigos 56 e 57 da Lei 6.001/73 Estatuto do Índio, o *caput* do artigo 231 da Constituição e o Código Penal.

Art. 56 - No caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o juiz atenderá também ao grau de integração silvícola.
Parágrafo Único: As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semiliberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximo da habitação do condenado.

Art.57 - Será tolerada aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte. (BRASIL. Lei nº 6.001/73).

Constituição Federal de 1988:

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL. Constituição Federal de 1988).

Art. 26 do Código Penal - Decreto Lei nº 2848/40

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

Redução de pena

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

A familiaridade do indígena com a cultura da sociedade envolvente pode contribuir para a definição da imputabilidade penal, ou seja, é preciso saber se o acusado tinha ou não

entendimento do caráter ilícito do fato praticado. Os costumes e tradições interferem naquilo que é considerado aceitável em sua cultura e isso não pode ser desconsiderado pelo julgador.

O simples fato de o indígena conhecer as leis penais e proibições não determina sua imputabilidade, posto que muitas vezes as leis ocidentais esbarram em sua cultura e crença. Mesmo os indígenas que vivem fora das aldeias de origem podem ser considerados “diferenciados” quanto às tradições e à cultura, por isso o tratamento deve ser específico aos indígenas.

Durante uma conversa, uma defensora pública de Dourados afirmou que se sente voto vencido, pois os juízes da justiça estadual, no momento da sentença, levam em consideração que se os indígenas assistem televisão e jogam futebol já não são mais indígenas. Caso semelhante ocorreu na situação descrita abaixo, que comprova a fala da defensora:

O próprio interrogatório do recorrente, f. 149/150, demonstra a lucidez quanto ao seu conceito sobre os costumes do homem branco, tanto que em certo trecho diz: “Que o interrogando estava jogando vôlei com os amigos”... Assim, evidenciado que o recorrente ao invés de praticar as danças naturais da tribo ou competições compatíveis com sua origem, preferia jogar vôlei, o que demonstra o seu grau de desenvolvimento e integração ao mundo do homem branco (Negações para a produção de perícia Antropológica em processos criminais no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), Brasil. BRITO; BECKER; OLIVEIRA, 2012, p. 158).

Há de se levar em conta se na sociedade indígena, um delito pode ser considerado crime. Este é um ponto de garantir a defesa aos índios, por analogia ao artigo 26 do Código Penal.

Espera-se que a defesa solicite um estudo antropológico para verificar se o indígena tinha conhecimento da ilicitude do ato que lhe é imputado, visto que a nossa legislação reconhece a diferença entre tradições indígenas e não indígenas.

A Convenção 169 da OIT, no artigo 9º, estabelece:

1. Na medida em que isso for compatível com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, deverão ser respeitados os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos cometidos pelos seus membros. 2. As autoridades e os tribunais solicitados para se pronunciarem sobre questões penais deverão levar em conta os costumes dos povos mencionados a respeito do assunto.

Apesar do reconhecimento legal, na maioria dos casos, o Poder Judiciário não defere os pedidos de perícias antropológicas e, quando os aceitam, não os levam em conta quando da elaboração da sentença (Negações para a produção de perícia Antropológica em processos

criminais no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), Brasil. BRITO; BECKER; OLIVEIRA, 2012).

(...) “o grau de discernimento do índio quanto à sua integral e adaptação ao nosso meio social” é avaliado. Isso é feito pelo juiz que o faz pinçando sinais de civilidade do indígena ao longo dos documentos transcritos e anexados aos autos de um processo. A dispensa da perícia antropológica se justifica porque neste caso tais evidências convincentes no processo não carecem de um expert outro denominado de antropólogo (...) (Negações para a produção de perícia Antropológica em processos criminais no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), Brasil. BRITO; BECKER; OLIVEIRA, 2012, p. 157).

Deixar de punir não é a solução, mas é necessário adequar a análise dos casos com base nas condições especiais de cada envolvido, sem desprezar o Estatuto do Índio nem a Constituição Federal e, principalmente, não se deve obrigar o indígena a se adaptar à cultura do não índio. A solução seria a adoção de um regime de pluralidade jurídica.

2.6 O inquérito policial

O inquérito policial é um procedimento investigatório prévio que busca indícios para a proposição da ação penal, com unidade a fim de perseguir a materialidade e os indícios de autoria de um crime.

No caso dos indígenas, desde a abertura do inquérito policial, é preciso identificar possíveis vícios, ou seja, se a legislação que ampara as populações indígenas é respeitada ou não, visto que no desenrolar do processo não há preocupação por parte das autoridades em averiguar o “grau de integração” dos indígenas, nem mesmo levar em consideração o fato de serem indígenas, de não compreenderem a língua ou de necessitarem de um intérprete. Em 78% dos casos passados por inquérito, não havia presença de intérprete nos interrogatórios ou outro meio eficaz para compreensão, como determina o artigo 12 da Convenção 169 OIT: “medidas deverão ser tomadas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazerem compreender em processos legais, proporcionando-lhes, se necessário, intérpretes ou outros meios eficazes”¹³.

Percebe-se que o inquérito policial relativo aos indígenas deixa de trazer várias informações sobre sua história de vida e particularidades pertinentes aos crimes cometidos. São evidentes as falhas dos sistemas policial e judicial, que desconhecem totalmente os direitos assegurados pela Constituição Federal a eles.

¹³ Redação dada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

É possível encontrar, nas entrelinhas dos depoimentos, evidências de como vítimas, réus e testemunhas descrevem não somente os acontecimentos que os levaram à Justiça, mas também diversos relacionamentos sociais e condutas que eles consideravam corretos ou errados. Mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum (ROSEMBERG , 2009, p. 163).

Vou citar como exemplo o caso da indígena Tamar. No Boletim de Ocorrência (B.O. de Origem: 400.2014\ Delegacia de Pronto Atendimento em Dourados\ DEPAC-DDOS-Ordem:36, do dia 26\01\2014 que se encontra nos Autos nº 000111-92.2014.8.12.0002), foi possível verificar que a criminosa em tese só foi identificada como indígena por conta do endereço de sua residência, na aldeia Bororó, em Dourados. Ela foi detida pela prática do artigo 155 (furto), do Código Penal Brasileiro, e a Lei utilizada no inquérito policial foi de nº 12.403\11, que é destinada a qualquer cidadão brasileiro e que nenhuma legislação indigenista foi utilizada e nem a menção de sua etnia foi questionada.

Segundo o depoimento de Tamar, a mesma respondeu em sua nota de culpa que não tem família a avisar. Não tem advogado constituído, pretende ser defendida pela Defensoria Pública. Trabalha como serviços gerais e que ganha cerca de setecentos reais por mês. Já foi presa e processada nesta comarca de Dourados. É usuária de bebida alcoólica. Quanto aos fatos imputados, relata a interroganda que: “hoje por volta das 12h na companhia de Wagner Roberto de Oliveira da Silva e Paulo Ricardo de Carvalho Oliveira, agredi fisicamente a vítima (Adelson de Almeida). Que eu estava muito embriagada e não sei os motivos das agressões, mas acho que era porque ele estava falando que nós tínhamos pego a bicicleta dele. Que, em seguida fomos abordados por populares e um policial, e fomos encaminhados a esta Delegacia”.¹⁴

Interessante salientar que Tamar vive nas ruas e permanece nos semáforos pedindo moedas. Ela é bem conhecida nos meios policiais de Dourados devido ao fato de ser viciada em bebidas alcoólicas e ter várias passagens pela Delegacia, sendo a única indígena que faz parte da amostra da pesquisa a ser reincidente¹⁵.

Outra característica que persegue os indígenas pelo senso comum é que são “preguiçosos” e quando têm passagem pela polícia já carregam o estigma de “culpados” antes mesmo de serem julgados. Embora a cidade de Dourados seja grande, as pessoas que passam pela delegacia por vários delitos acabam carregando esse preconceito, sem haver uma preocupação pelos órgãos públicos em direcionar essas pessoas viciadas em bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes a locais adequados para tratamento. São simplesmente

¹⁴ Boletim de Ocorrência (B.O. de Origem: 400.2014/Delegacia de Pronto Atendimento em Dourados/DEPAC-DDOS - Ordem: 36, do dia 26/01/2014).

¹⁵ Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior (Código Penal, art. 63).

“despejadas” nas delegacias e presídios de Dourados e região, sendo tratadas com o mesmo rigor dos “bandidos” sem a preocupação de direcionar essas pessoas para clínicas de tratamento. Um vício encontrado no processo no caso da indígena Tamar é o da Imputabilidade Penal, pois não foi respeitado o Artigo 28 da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984:

§1º do É isento da pena o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

§ 2º A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Outro vício encontrado neste mesmo caso seria de acordo com a Lei nº 9.714, de 1998, em seu artigo 44, que dispõe sobre as penas restritivas de direitos, que são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando:

I. Aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido em grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II. O réu não for reincidente em crime doloso.

§ 3º- Se o condenado for reincidente, o juiz, poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude de prática do mesmo crime.

Como pode-se observar, nem a legislação geral foi respeitada, pois no Brasil impera o aprisionamento em massa. Essa é uma das grandes mazelas enfrentadas pelo Sistema Prisional, pois os presídios estão superlotados devido à ineficácia do poder público e seu descaso em tratar as pessoas de acordo com suas patologias – ou seja, lugar de viciados não é e nunca será dentro de um estabelecimento penal.

Ao consultar o processo da indígena Tamar, verifica-se que ela foi condenada a dois anos e oito meses de reclusão em regime semiaberto, mas ficou dentro do Estabelecimento Penal de regime fechado até o mês de outubro de 2014. Ao consultar o Sigo\MS, no dia 21 de janeiro de 2016, também foi possível verificar que a referida indígena se encontra no regime semiaberto de Dourados.

Já a indígena Ester, da etnia Kaiowá, é analfabeta e se comunica através do idioma guarani – durante a entrevista na Penitenciária Feminina de Jateí encontrei muita dificuldade em conversar com ela, pois quase não fala e não compreende o idioma português. Ao analisar o seu processo (Autos nº 004.08.001688-3 da comarca de Amambai\MS), observei que não havia a nota de culpa assinada por ela, entretanto houve a preocupação em enviar um ofício

para a Funai para pedir esclarecimento sobre sua etnia da mesma e, então, foi nomeado um policial como interprete *ad hoc* – no processo não consta esse ofício encaminhado à Funai.

Ester foi considerada culpada por coautoria pelo artigo 157, § 3º do Código Penal, ou seja, roubo seguido de morte, considerado como crime hediondo. Através da análise desse processo, surgiram algumas indagações a respeito da falta de um intérprete no momento do julgamento – uma vez que em caso de crimes contra a vida, os réus são levados ao júri popular – além da falta do laudo antropológico, pois Ester foi condenada a vinte anos de prisão.

Analisou-se, ainda outro Boletim de Ocorrência (B.O. de origem: 1394/2014 expedido pela Delegacia de Pronto Atendimento em Dourados/DEPAC), em que as indígenas Rute e Rebeca, ambas Kaiowá residentes na aldeia Bororó, foram acusadas da prática do homicídio, artigo 121 do Código Penal. Ao analisar o boletim de ocorrência que consta anexado ao processo (segundo Autos nº 0014214-29.2013.8.12.0002), verifica-se que não há nenhuma legislação de amparo legal aos povos indígenas, nem mesmo a menção a sua etnia.

O objetivo de explicar sobre alguns processos da justiça estadual referentes às indígenas encarceradas tem o propósito de mostrar que a lei existe no papel, mas que, na prática, muitas vezes é desconsiderada pelo judiciário estadual. Diante desses fatos, convém aplaudir medidas implantadas na delegacia de Caarapó.

O projeto inovador foi implantado pela Polícia Civil de Caarapó e determina que o trâmite do Inquérito Policial, dos Termos Circunstanciados, dos Atos Infracionais e dos Boletins de Ocorrência deve ser levado à aldeia para que os indígenas se sintam mais seguros para acionar a justiça.

Todo o trabalho do projeto depende de autorização da comunidade indígena e conta com a presença do delegado de Polícia, do escrivão e de investigadores, que, com equipamentos adequados, podem realizar os atendimentos, tais como oitiva, intimações e qualificação dos indígenas.

Segundo o delegado Rodrigo Blonkowski, responsável pelo projeto, é preciso:

Identificar a problemática quanto ao assunto ora tratado e abordado e buscar alternativas a serem seguidas; pensar a questão indígena e suas restrições naturais e sociais, oferecendo-lhes apoio e auxílio para que compreendam e assimilem de forma educativa o serviço policial; colaborar de maneira inovadora, sistemática, eficaz e transparente para a redução continuada da violência e criminalidade no interior das aldeias que circundam o município de Caarapó, por intermédio da prestação de serviços de segurança pública; conhecer os obstáculos do grupo de indivíduos a que se destina este Projeto e apresentar-lhes a proposição do trabalho procedimental e humano da Polícia Civil; garantir e proporcionar às comunidades indígenas o acesso a Instituição Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, levando a Polícia às aldeias, aproximando a Polícia Civil às comunidades indígenas locais; adotar medidas que facilitem o acesso dos povos indígenas ao serviço e proteção da

Instituição Policial Civil; aumentar a interação comunitária e a confiabilidade da Polícia Civil junto aos indígenas locais bem como propiciar a agilidade dos procedimentos policiais e cartorários; estimular o contato e a aproximação efetiva entre os agentes atores e ativos do presente projeto; dar celeridade, agilidade, efetividade e eficácia no que concerne aos procedimentos policiais instaurados da Delegacia de Polícia Civil de Caarapó (CARLOS, Caarapnews Online, Caarapó, 29 de Jan. 2016).

Em todas as regiões do País, o contato e o respeito com o povo indígena é fundamental para que esse povo possa buscar a Justiça sem receio, desde a Polícia Civil até os mais elevados graus das instâncias judiciais.

Como se viu, nos casos analisados a fase do inquérito policial desconsidera amplamente a condição de indígena dos acusados. Assim, diante das barreiras linguísticas e culturais, muitas vezes os acusados acabam assumindo a prática de delitos sem estar completamente cientes dos documentos por eles assinados, situação que os prejudica durante todo o andamento dos processos.

2.7 A visão e a atuação do Ministério Público Estadual e Federal

O Ministério Público é responsável, perante o Poder Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade e pela fiel observância da Constituição e das leis.

A Constituição Federal, em seus artigos 127 a 130-A, quanto às funções institucionais do Ministério Público, estabelece:

- I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos;
- IV - promover a ação de inconstitucionalidade para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;**
- VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior (trata-se do § 5º, do art. 128);
- VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- IX - exercer outras funções que lhe foram conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas (grifo meu).

O órgão do Ministério Público deve, sobretudo, fiscalizar a execução da pena e das medidas de segurança aplicadas. Os promotores de Justiça são, por força de Lei,

representantes do Estado, para que a pena seja cumprida de maneira correta. Sua participação se dá também no âmbito administrativo.

Cabe ao Promotor de Justiça recorrer daquelas decisões que considerar ofensivas à integridade dos que cumprem penas.

Além dessas atribuições, o Ministério Público Federal zela pela perfeita observação dos princípios constitucionais no que se refere à segurança pública, ao sistema financeiro nacional, à atividade econômica, ao sistema tributário às finanças públicas, aos direitos do contribuinte, à política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária, à seguridade social, à educação, à saúde, à cultura e defendendo o patrimônio nacional, público, social, histórico, artístico e cultural brasileiro, o meio ambiente, os direitos e interesses coletivos, da família, da criança, do adolescente e do idoso, especialmente das comunidades indígenas.¹⁶

No que se refere aos interesses dos povos indígenas, a Constituição Federal rege, no artigo 129, V, as suas atribuições na defesa destes povos, protegendo seus costumes, crenças, línguas e suas terras de ocupação tradicional.

Os indígenas são legitimados para ingressar na Justiça para defender seus interesses. O Ministério Público, nesses casos, participa como interveniente.

Quanto ao Ministério Público Estadual, com base no inquérito policial oriundo da Delegacia de Polícia Civil local, oferece a denúncia para que seja recebida e autuada e, instaurado o devido processo penal contra os indígenas. Logo após, cita-se para responder à acusação e acompanhar os demais atos do processo até o final do julgamento, obedecendo-se ao rito previsto no artigo 396 e seguintes do Código de Processo Penal.

Informações contidas no “Relatório Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, 2008” indicam que os crimes mais denunciados pelo Ministério Público Estadual são:

- Artigo 121 c.c art. 14, II do CP – Tentativa de Homicídio;
- Artigo 12 da Lei 6.368/76 ou artigo 33 da Lei 11.343/07– Tráfico de drogas;
- Artigo 14 da Lei 10.826/03 – Porte ilegal de arma;
- Artigo 121 – Homicídio;
- Artigo 129 – Lesão Corporal;
- Artigo 155 – Furto;
- Artigo 157 – Roubo;
- Artigo 211 – Ocultação de cadáver;
- Artigo 213 – Estupro;
- Artigo 214 – Atentado violento ao pudor;

- Artigo 213 ou artigo 214 c.c art. 224 – Crime sexual por presunção de violência;
- Artigo 213 ou artigo 214 c.c artigo 226 – Crime sexual com aumento de pena quando a vítima é parente;
- Artigo 344 – Falso testemunho;
- Artigo 147 – Ameaça;
- Artigo 288-A – Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste código, e
 - Artigo 147 – Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: sequestro e cárcere privado.

Percebe-se que os crimes cometidos são variados, alguns por motivos torpes ou ligados ao excesso de álcool. Mas há aqueles considerados hediondos com uma gama maior de violência e risco à sociedade, seja indígena ou não. Em Mato Grosso do Sul, prevalece a teoria de que crimes considerados comuns devem ser denunciados por Promotores Estaduais, enquanto as demandas que representam direitos coletivos dos indígenas, por Procuradores da República.

2.8 As estratégias dos Defensores

A Defensoria Pública é a base da representação dos futuros jurisdicionados sem condições financeiras para arcar com o recolhimento de custas e pagar patrono particular. A Constituição Federal, no seu artigo 5.º, LXXIV, diz que “é dever do Estado a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos”.

A Defensoria Pública surgiu da necessidade de que houvesse uma instituição que atuasse na condução dos conflitos da sociedade. Desse modo, os cidadãos encaminham suas ações com o patrocínio da Defensoria, que participa ativamente como uma instituição que propicia a igualdade de direitos a todos os jurisdicionados.

Outro papel dos defensores públicos aparece antes da esfera judicial, quando o cidadão procura dissipar as possíveis dúvidas, e na tentativa de eliminar conflitos sem a necessidade de se acionar o Judiciário. Quando não ocorre um acordo, a Defensoria Pública exerce as estratégias mais adequadas para que o representado possa ser julgado de maneira célere e imparcial, com acesso a todas as esferas judiciais.

Em sua função de promoção dos direitos humanos e de alcance da ampla defesa a todo cidadão, a Defensoria Pública age em apoio aos povos indígenas com base no que dispõe, em seu artigo 134, a Constituição Federal: “a Defensoria Pública é instituição

¹⁶ Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”.

Para se resguardar o devido respeito às leis em relação aos indígenas, a Defensoria pode ser acionada pela Funai. Entretanto, em relação às indígenas encarceradas, não foi detectada nenhuma participação da referida instituição para a prévia defesa daqueles que cometeram algum tipo de crime. A Defensoria participa de todo o processo judicial com apoio nos atos processuais. São vários os casos em que os defensores conseguem a concessão de *habeas corpus* em favor do réu indígena preso.

Nos casos em que os direitos coletivos do povo indígena estão em risco, a Defensoria Pública pode acionar o Poder Público por meio de Ações Cíveis Públicas para preservar seus direitos, principalmente nos casos recorrentes de disputas de terras e nos intermináveis processos de demarcação de áreas de antepassados dos povos indígenas.

Na comarca de Dourados, os defensores não evocam a aplicação da legislação diferenciada acerca das populações indígenas, nem mesmo na análise dos processos criminais, mesmo quando as indígenas encarceradas conseguem arcar com as despesas de um advogado particular essa legislação também não é aplicada.

Nos processos das entrevistas observou-se que a Defensoria Pública e os advogados particulares que assistem essas indígenas não evocam os preceitos legais que lhes poderiam assegurar um julgamento diferenciado que levasse em conta suas especificidades culturais e sociais. Observa-se ainda que nenhuma das entrevistadas é assistida pela Procuradoria Federal Especializada junto à Funai. A ausência desse órgão, em tese, causa muitos prejuízos às indígenas, pois os procuradores da Advocacia Geral da União (AGU) que estão a serviço na Funai têm mais preparo para lidar com a legislação indigenista.

2.9 Os posicionamentos do Judiciário

O Poder Judiciário concentra um grande número de processos relacionados a crimes cometidos por indígenas. Crimes comuns devem ser julgados pela Justiça estadual. Em tese, a Justiça Estadual pode julgar crime do indígena, mesmo que na aldeia, porém é da alçada da Justiça Federal aqueles que envolvem a disputa por direitos coletivos indígenas.

No âmbito da Justiça Comum, tanto a Justiça Federal quanto as Justiças dos Estados têm competência criminal, e ambas, federal e estadual, exercem suas respectivas competências em territórios comuns. Logo, o que distingue a competência da Justiça Federal em relação à Justiça dos Estados é unicamente a natureza da causa, ou seja, a natureza da matéria de direito posta em discussão na lide pena (MACHADO, 2009, p. 318).

A competência da Justiça Federal se evidencia principalmente nas disputas pela demarcação das terras consideradas indígenas.

Informações contidas no “Relatório Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul (2008)” mostram que, na região, em três Terras Indígenas (Dourados, Amambaí e Caarapó), que somam 9.498 hectares, estão em média três mil famílias que dispõem somente de três hectares para, literalmente, sobreviver.

A Constituição Brasileira estabelece (art. 231) que as terras reputadas indígenas devem levar em conta “(...) as terras pelos índios habitadas em caráter permanente as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”¹⁷. Essa excessiva proximidade de “não- parentes” aliados à alta densidade populacional equivale a um aumento do risco de conflitos intra-étnicos no caso guarani (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008a, p. 19).

Casos semelhantes ocorrem em outras localidades disputadas na Justiça Federal por indígenas, fazendeiros e mineradoras multinacionais.

Em Mato Grosso do Sul, há muitos conflitos que envolvem a disputa de terras à espera de demarcação. Índios e produtores requerem a posse do território, com a ocorrência de mortes, principalmente dos indígenas, por causa de demandas que se arrastam no Judiciário.

Informações contidas no mesmo Relatório mostram a ineficácia dos órgãos públicos estaduais e federais em ter um sistema de informações no que diz respeito às etnias dos presos indígenas. Faltam também orientações por parte da Funai nas comunidades indígenas em relação aos procedimentos básicos para a defesa de seus direitos e à falta de atenção por parte do Estado.

Importante salientar os números no citado Relatório que indicam: 37% dos crimes ocorridos foram de homicídio; 16%, estupro; 11%, tráfico de drogas; 67% acompanhados pela defensoria pública; 22%, pela FUNAI; 9% por advogado particular, 78% por advogado somente na fase judicial; 14% dos réus são reincidentes; 78% dos crimes ocorreram nas comunidades dos autores; 55% dos envolvidos eram da mesma etnia; em 36% dos casos, o autor e a vítima estavam alcoolizados.

Muitos juristas concordam que, mesmo os casos de crime comum devem ser levados à Justiça Federal, pois entendem que os povos indígenas são de responsabilidade da União, e deve-se solicitar a prévia defesa e o julgamento nas esferas federais.

¹⁷ Constituição Federal.

Na esfera do judiciário estadual observa-se que onde são julgados os crimes cometidos pelos indígenas locais não há menção em nenhum dos processos analisados o pedido da perícia antropológica, existe um consenso entre a promotoria e a execução penal que os povos indígenas da região são totalmente assimilados.

A Legislação específica relacionada aos povos indígenas já citadas anteriormente são totalmente ignoradas, levando se somente em consideração o fato de suas terras serem próximas a cidade e o fato de jogar vôlei e futebol já é motivo suficiente para não realizar a perícia antropológica.

2.10 A execução penal

Na prática, os processos da execução penal nos casos sentenciados não diferem daqueles aplicados aos não índios, embora o Estatuto do Índio diga que:

É importante destacar a importância da coleta desses dados para mostrar como é precário o sistema de informações em nosso país, pois o sistema prisional como um todo precisa avançar, ou seja, acompanhar a modernidade e que se tenham pessoas capacitadas para acompanhar a ressocialização dentro das unidades penais. É preciso aplicar a legislação existente, permitindo a todo cidadão indígena ou não indígena o seu direito de cumprir sua pena com a dignidade que a lei ampara (MACHADO, 2013).

A rotina do indígena encarcerado é a mesma de qualquer outro detento, há uma série de regras para que se tenha um bom convívio entre os custodiados. Os agentes cuidam dos horários para o “confere”¹⁸, o banho de sol, o estudo e o trabalho.

Em entrevista, o secretário de segurança pública do estado do Amazonas deixa claro, em sua fala, que “não considera a identidade indígena do preso uma justificativa para tratá-lo diferenciado na execução da pena” e ainda justifica que o indígena preso é um “sujeito aculturado” e que não merece “tratamento diferenciado”. Infelizmente a realidade do estado do Amazonas não é muito diferente das demais regiões do Brasil, essa concepção faz parte da realidade. No Rio Grande do Sul, na Bahia e também em Mato Grosso do Sul, houve essa constatação de total desrespeito à etnia dos povos indígenas, mascarando a realidade vivenciada em suas comunidades. (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008b, p.31).

Consta no artigo 10 do Decreto nº 5.051¹⁹, de 19 de abril de 2004, a Convenção 169 da OIT, no artigo 10, estabelece:

¹⁸ Chamada nominal de cada interno pela manhã e no final da tarde.

¹⁹ Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.

1. Quando sanções penais sejam impostas pela legislação geral a membros dos povos mencionados, deverão ser levadas em conta as suas características econômicas, sociais e culturais.
2. Dever-se-á dar preferência a tipos de punição outros que o encarceramento.

Essa legislação também não é respeitada. A existência de vários Decretos que protegem as comunidades indígenas nem sempre é garantia de serem respeitadas ou colocadas em prática, causando um prejuízo a essas populações. Quanto à aplicação da pena, estabelece a Lei de Execução Penal, no capítulo I, “Da Classificação”, que:

Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003).

Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social.

Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semiaberto.

Art. 9º A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

I - entrevistar pessoas;

II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

III - realizar outras diligências e exames necessários”.

A Funai, por sua vez, é fundamental para salvaguardar a dignidade dos indígenas encarcerados, visto que há flagrante desrespeito quanto às tradições e à cultura dos índios nos presídios, principalmente em Mato Grosso do Sul.

Para ser mais específico quanto a qual seria a finalidade da FUNAI em relação aos povos indígenas, para que seja possível analisar qual o papel da instituição na teoria e a sua prática e atuação junto às comunidades indígenas locais:

Art. 1º - A Fundação Nacional do Índio – Funai, fundação pública instituída em conformidade com a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, tem sede e foro no Distrito Federal, jurisdição em todo o território nacional e prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - A Funai tem por finalidade:

Proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União;

Formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos seguintes princípios:

- Reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas;
- Respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações;
- Garantia ao direito originário, à inalienabilidade, e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes;
- Garantia aos povos indígenas isolados do exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contactá-los;
- Garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas;
- Garantia da promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas, e
- Garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito;
- Administrar os bens do patrimônio indígena, exceto aqueles cuja gestão tenha sido atribuída aos indígenas ou as suas comunidades, conforme o disposto no art. 29, podendo também administrá-los por expressa delegação dos interessados;
- Promover e apoiar levantamentos, censos, análise, estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas visando à valorização e à divulgação de suas culturas;
- Monitorar as ações e serviços de atenção à saúde dos povos indígenas;
- Monitorar as ações e serviços de educação diferenciada para os povos indígenas;
- Promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, conforme a realidade de cada povo indígena;
- Despertar por meio de instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indígena; e
- Exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas;

Art. 3º Compete à Funai exercer os poderes de assistência jurídica aos povos indígenas (grifo meu).

Toda essa explanação sobre a finalidade da Funai serve para enfatizar o motivo pelo qual ela foi criada e demonstrar que a participação na assistência jurídica não foi constatada no decorrer desta pesquisa, haja vista que nenhuma das mulheres indígenas encarceradas citou durante a entrevista pelo menos uma visita por parte dos integrantes da citada instituição. Saliento que essa pesquisadora trabalhou por onze anos na Penitenciária Estadual de Dourados onde está alojada a maior população carcerária indígena masculina do estado de Mato Grosso do Sul e nunca presenciou ações da Funai com intuito de contribuir com algum tipo de assistência aos custodiados que lá se encontram.

Nem mesmo o número de indígenas femininas e masculinas é possível se encontrar em seu site oficial, fato esse que demonstra a total falta de compromisso com as comunidades indígenas que se encontram em privação de liberdade.

3 A HISTÓRIA DAS MULHERES INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ ENCARCERADAS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

3.1 Apresentação do Capítulo

Este capítulo trata da história das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá encarceradas no sul de Mato Grosso do Sul. Para que houvesse uma delimitação do tema, optei por pesquisar somente as etnias Guarani e Kaiowá. Foram entrevistadas treze internas nas penitenciárias femininas de Jateí, Rio Brillhante, Ponta Porã e no Estabelecimento Feminino Semiaberto de Dourados.

No desenvolvimento do capítulo, vou abordar questões como história de vida; como está sendo o cumprimento da pena e a vivência dentro da penitenciária; quais são as mazelas sofridas, tanto sentimentais como materiais, quais os tipos de crimes mais cometidos entre elas; e quais foram as prováveis influências sofridas que as levaram a cometer tais crimes.

3.2 Metodologia

Primeiramente, foi feito contato com a Agência de Administração Penitenciária de Mato Grosso do Sul (Agepen), responsável pela custódia de todos os apenados e apenadas do estado, para solicitar autorização para as entrevistas. Como teria que produzir as minhas fontes, pois sou uma das primeiras a escrever sobre essa temática, adotei a história oral, que só teve uma expansão mais significativa no Brasil após os anos 90. Na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado por intermédio da memória dos informantes, como se deu sua infância, quais acontecimentos ficaram registrados.

A presente pesquisa definida como uma história do tempo presente, pois está ocorrendo em tempo real, analisando a vivência dentro do enclausuramento e como o ser humano se comporta tendo seu direito de ir e vir restringindo.

Segundo Roger Chartier sustenta em seu artigo que, na história do tempo presente, o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim a falta de distância, ao invés de inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um melhor entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem história (AMADO; FERREIRA, 2006, p. 24).

Para preparar as entrevistas e seguir todos os passos necessários para sua realização, me apropriei da obra de Verena Alberti intitulada “Manual de História Oral”. Adotei a entrevista com o tema livre de história de vida. Mesmo preparando um roteiro de entrevista

com as informações que eu precisava obter, deixei as entrevistadas falarem livremente e intervinha em alguns momentos para ter todas as informações necessárias.

Ao chegar às unidades, pedia a ficha disciplinar²⁰ de cada interna para depois dar início à entrevista, que era realizada em uma sala onde eu me apresentava e pedia a autorização para gravar a história de vida da entrevistada. Estando ela de acordo, de imediato dava início à entrevista. Um único contratempo foi que duas delas não falavam muito bem o português e sim o guarani, sua língua materna, e não tive tempo hábil para refazer a entrevista com a presença de uma intérprete.

Por ser servidora do sistema prisional de Mato Grosso do Sul, há onze anos, entendo todas as mazelas sofridas por quem cumpre sua pena nos estabelecimentos penais de todo o estado. A superlotação agrava sobremaneira a dignidade da pessoa humana e o cumprimento da pena se dá em uma situação degradante, sem condições básicas de higiene e sem garantir integridade física e mental das custodiadas, de uma forma geral. O abandono por parte do estado é sentido por todos, tanto pelos custodiados como por quem trabalha no sistema prisional.

Esse abandono não ocorre somente em Mato Grosso do Sul, mas sim em todo o Brasil, pois possuímos a quarta maior população de pessoas presas no mundo, de acordo com o último levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, publicado em 2014, conforme podemos averiguar no quadro abaixo:

Tabela 7: Ranking dos 10 países com maior população prisional

1. Estados Unidos da América	2.228.424
2. China	1.701.344
3. Rússia	676.400
4. Brasil	567.655
5. Índia	385.135
6. Tailândia	296.577
7. México	249.912
8. Irã	217.000
9. África do Sul	157.394
10. Indonésia	154.000

Fonte: Ministério da Justiça, 2014.

A falta de investimentos no sistema prisional tem levado ao caos que hoje se encontra e essa falta de investimento vem de longa data. Pelo menos na última década, tem se investido muito pouco. Há um discurso de uma “boa segurança” para a população quando se prende um ladrão ou quando se esclarece um homicídio, mas nas penitenciárias vivemos “um jogo de faz de conta onde os agentes fingem que estão sob o comando e os internos fingem

que estão sendo cuidados”. É humanamente impossível dizer que dez agentes conseguem “cuidar ou custodiar” de 2.400 internos, fato que ocorre na Penitenciária Estadual de Dourados. Só permanece preso quem quer ou aqueles para quem é conveniente. E em outras unidades do estado, a mesma realidade é encontrada.

O Brasil, em quase todos os estados, enfrenta o mesmo problema de superlotação e de falta de servidores e de equipamentos adequados de segurança. O quadro abaixo mostra a situação caótica do sistema prisional brasileiro:

Figura 6 – População carcerária por estado Brasileiro

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Processo 2014.02.00.000639-2

UF	População Carcerária (M/F) CNIEP14	% Presos Provisórios	Capacidade (Vagas)	Déficit (Vagas)	Presos em cumprimento de prisão domiciliar	Total de presos (população carcerária + prisão domiciliar)	Déficit de Vagas (c/ presos domiciliares)	Novo % de presos provisórios
AC	4.320	27%	2.487	1.833	198	4.518	2.031	26%
AL	2.531	55%	1.813	718	480	3.011	1.198	47%
AM	5.276	63%	1.661	3.615	441	5.717	4.056	57%
AP	2.423	30%	1.609	914	1.662	4.185	2.576	18%
BA	13.913	64%	10.712	3.201	484	14.397	3.685	62%
CE	15.447	59%	11.015	4.432	847	16.294	5.279	56%
DF	13.200	26%	6.629	6.571	6.277	19.477	12.906	17%
ES	15.548	43%	12.869	2.679	27	15.575	2.706	43%
GO	12.059	53%	8.361	3.698	1.058	13.117	4.756	49%
MA	6.315	57%	5.501	814	2.226	8.541	3.040	42%
MG	57.498	49%	36.098	21.400	10.954	68.452	32.354	41%
MS	13.513	31%	7.357	6.156	775	14.288	6.931	30%
MT	10.321	52%	6.632	3.689	1.067	11.388	4.756	48%
PA	12.172	43%	8.434	3.738	1.007	13.179	4.745	40%
PB	9.270	38%	5.892	3.378	8	9.278	3.386	38%
PE	30.149	50%	8.956	21.193	175	30.324	21.368	50%
PI	3.240	68%	460	460	30*	3.270	490*	68%*
PR	32.438	37%	8.758	8.758	1.347	33.785	10.105	35%
RJ	35.611	38%	29.037	6.574	1.842	37.453	8.416	37%
RN	6.842	34%	5.625	1.217	131	6.973	1.348	34%
RO	7.674	20%	4.981	2.693	2.247	9.921	4.940	16%
RR	1.676	41%	1.218	458	99	1.775	557	39%
RS	27.336	37%	21.063	6.273	3.177	30.513	9.450	33%
SC	16.366	30%	11.589	4.777	14.472	30.838	19.249	16%
SE	4.666	76%	2.841	1.825	3.646	8.312	5.471	43%
SP	204.946	35%	114.498	90.448	92.150	297.096	182.598	24%
TO	2.805	46%	23.680	878	1.110	3.915	1.988	33%
TOTAL	567.655	41%	357.219	210.436	147.937	715.592	358.373	32%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

²⁰ É uma ficha em que consta toda a vida da interna, desde o ingresso até sua saída da Unidade Penal.

Esse quadro demonstra o quanto se faz necessária uma mudança no sistema prisional do Brasil, devendo haver um redirecionamento no próprio código penal e na política de encarceramento em massa. Em Mato Grosso do Sul, 40% dos presos são oriundos de outros estados, ou seja, são presos que o governo federal deveria custear e não o faz, agravando sobremaneira a superlotação em nosso estado (AGEPEN, 2016).

No que diz respeito às mulheres encarceradas, também ocorre a mesma problemática. Devido ao fato de nosso estado fazer fronteira com a Bolívia e o Paraguai, grande parte das mulheres que cometem crime de tráfico de entorpecentes cumprem pena em nosso estado. Cito como exemplo as mulheres bolivianas que cumprem pena no presídio feminino de Corumbá e as paraguaias que cumprem pena em Ponta Porã – os números exatos de custodiadas nesta situação estão descritos no capítulo 2 desta dissertação.

As mazelas do sistema prisional em Mato Grosso do Sul têm uma dimensão alarmante, que já se iniciam com a construção das penitenciárias. Na maioria das vezes, a Agepen abre uma penitenciária somente reformando antigas delegacias, sem a menor estrutura física. Cito como exemplo as unidades visitadas por mim, onde realizei as entrevistas. O número de servidores também não atende à demanda exigida por lei.

As vagas de emprego para internas dentro das unidades são escassas, ocasionando mais ociosidade no cumprimento da pena, pois ficam 22 horas trancafiadas em suas celas sem ter nenhuma atividade. Essa ociosidade causa mais desentendimentos entre as internas por motivos banais. As vagas oferecidas para estudar também são poucas para o total de internas, essa problemática já foi devidamente exposta no capítulo 2.

3.3 Causas da invisibilidade das populações indígenas no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul e em outros estados no Brasil

A instalação da primeira prisão brasileira é mencionada na Carta Régia de 1769, que manda estabelecer uma casa de correção no Rio de Janeiro (DA MATTA, 1982). No Brasil, é a partir da Independência, em 1822, que se propõe a feitura do Código Criminal (1830), indiscutivelmente influenciado pelo espírito da época, principalmente pela escola positivista. O Código de 1930 regularizou a pena de trabalhos e prisão simples, já previstas na Constituição de 1924. Foi a partir de 1890 que surgiu a pena privativa de liberdade como punição generalizada (SOUZA; STRADIOTTI; FREIRE, 2015, p. 28).

Já entre as populações indígenas de Mato Grosso do Sul, existiam outras formas, instituídas pelo Estado, de punir quem cometia algum tipo de crime:

Até a década de 1970 era comum o próprio órgão indigenista (SPI/FUNAI) assumir a condução da aplicação das penas aos índios que praticavam atos infracionais,

como assassinatos e tentativas de homicídio. As lideranças indígenas entrevistadas se lembram das prisões mantidas pelo SPI/FUNAI nas próprias reservas e dos casos nos quais os ‘chefes de Postos’ enviavam o réu indígena para cumprir pena em outro Posto Indígena, sob a responsabilidade de outro chefe de Posto. Acontece que a partir da década de 1980 o órgão indigenista perde força na região e devido, entre outras coisas, à falta de recursos humanos e financeiros, abandona por completo esta prática. Não podendo recorrer ao poder coercitivo do órgão indigenista, consolidou-se a prática das lideranças indígenas recorrerem às autoridades policiais da cidade (polícias civil e militar) para resolverem os casos de prática de delitos e mesmo conflitos internos entre facções rivais - traço característico da organização social guarani. Disto resultou um número crescente de índios presos, fato ao que tudo indica agravado pelo aumento da violência interna. (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008a, p. 20).

Um dos agravantes ao se pesquisar sobre as populações indígenas, masculina e feminina, é sua invisibilidade, tanto nas delegacias como nas penitenciárias. Desde que comecei o projeto desta pesquisa, em 2013, tive muitas dificuldades em encontrar nos registros policiais dos órgãos estatais de Mato Grosso do Sul e federais – como nos próprios registros da Funai, Sigo²¹, Siapen²² e Infoseg²³ – informações sobre as etnias das indígenas que estavam sob privação de liberdade.

Nas delegacias, através do registro dos boletins de ocorrência, só é possível perceber sobre a possibilidade de ser indígena através do endereço que especifica “Aldeia Bororó ou Jaguapiru”. Não existe a menor preocupação em se preencher os dados nas fichas de ocorrência com as informações sobre a etnia deste ou daquele indígena.

Interessante salientar que essa invisibilidade acompanha as populações indígenas de outros estados no Brasil. Ao me deparar com o “Relatório Criminalização e Situação Prisional de Índios no Brasil de 2008”, que reúne pesquisas feitas nos estados da Bahia, do Amazonas e do Rio Grande do Sul, infelizmente os dados apresentados não são muito diferentes dos encontrados em Mato Grosso do Sul. Através das visitas em cada uma das unidades é que foi possível confrontar os dados “disponibilizados” com os dados realmente encontrados.

Os mesmos percalços ficam evidenciados na citação abaixo:

A comparação veio a propósito de hierarquizar as informações coletadas em termos gerais e específicos. Dito de outro modo, a classificação das informações em termos comparativos permitiu isolar e formular o problema que afeta os índios presos como um todo, qual seja: a descaracterização étnica e consequente invisibilização legal dos índios pelos operadores do direito, policiais, delegados, procuradores, juízes, secretários de segurança pública etc. Este problema geral que redundava na imprecisão

²¹ É um conjunto de dados que permite unificar, organizar, padronizar, agilizar ações e procedimentos, proporcionando identificação instantânea de áreas, setores, bairros, datas e horários críticos com significativa redução do tempo de ação e dos custos em toda estrutura, é uma solução completa e com eficiência já comprovada em ações de Segurança Pública.

²² Sistema Integrado de Administração do Sistema Penitenciário (www.siapen.ms.gov.br/).

²³ A rede Infoseg é uma estratégia de integração das informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, auxiliando também a atividade de inteligência.

dos números oficiais relativos ao contingente de índios presos e sua consequente “invisibilidade legal” enquanto sujeitos de direito diferenciado, não é passível de ser equacionado por hipóteses particulares, porém não menos significativas, como a que busca explicar a criminalização indígena como prática perversa de desmobilização das reivindicações fundiárias protagonizadas por eles (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008b, p. 4).

Existe uma acirrada luta entre os povos indígenas e os grandes proprietários de terra, tanto em Mato Grosso do Sul como no Amazonas. Com certa frequência, há denúncias por parte dos órgãos indigenistas sobre a possível criminalização destes povos sendo utilizados como meio de expropriação de grupos indígenas de suas terras. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) faz essas denúncias frequentemente em todo o Brasil.

Outro problema enfrentado pelas populações indígenas no Brasil – para ser mais precisa, em Mato Grosso do Sul e também no Amazonas, é a não aplicação da legislação indigenista, o que contribui para mascarar o número de indígenas presas, pois, de acordo com a fala do secretário de segurança pública de Manaus, já não são mais considerados indígenas:

Apesar de reconhecer a importância da necessidade de identificar a população indígena encarcerada, o secretário Trindade “não considera a identidade indígena do preso uma justificativa para tratamento diferenciado na execução da pena” e adiciona a opinião de que “o indígena preso seria um sujeito aculturado que não merecia tratamento diferenciado”. “Segundo Trindade, os índios presos são aqueles já aculturados e inseridos na sociedade”. Nós não estamos infringindo a Lei. “Os índios que estão presos são aqueles que cometeram delitos e sabem que cometeram”, enfatizou. Conforme explicação do secretário, os 74 índios recolhidos, pelo fato de terem vivido em sociedade, antes de cometer o delito, tiveram condições de se adaptar (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008b, p. 10).

Na Bahia, a pesquisa que consta no Relatório enfrentou mais dificuldades também por conta da falta de informações precisas por não haver campo para o preenchimento dos dados que são inseridos e encaminhados para o Depen. Lá os indígenas são inseridos no sistema somente como pardos, não sendo colocado nada sobre sua etnia, tal qual em Mato Grosso do Sul.

No Rio Grande do Sul, também não foi muito diferente. Segundo o Departamento de Planejamento Governamental (Deplan), há 91 indígenas presos em diversos estabelecimentos penais do estado. Não há qualquer registro sobre a origem étnica dos encarcerados. Os principais crimes que geraram as prisões foram: roubo qualificado, furto simples, estupro, furto qualificado, homicídio qualificado e homicídio simples.

Os números oficiais oferecidos tanto pelo Infopen²⁴ quanto pelo Deplan/Susepe (Superintendência dos Serviços Penitenciários) podem não refletir a quantidade real dos indígenas presos no estado uma vez que o processo de identificação étnica não é objetivo. O alto número de detentos registrados como “pardos”, 4.992, chama a atenção para a possibilidade de alguns indígenas poderem estar incluídos nesta categoria.

A principal constatação desta pesquisa exploratória foi a completa desinformação a respeito da situação prisional dos indígenas por parte de todos os segmentos entrevistados. A falta de um registro unificado, com metodologia clara de identificação dos indígenas, apresentando maior detalhadamente sobre origem étnica de cada preso, seria fundamental para o acompanhamento dos casos (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008b, p. 36).

Infelizmente ainda faltam muitas mudanças para que as populações indígenas tenham sua visibilidade respeitada enquanto grupo étnico. Somente com pesquisas etnográficas será possível corrigir as grandes distorções nos números de indígenas encarcerados, que são demasiadamente discriminados dentro das penitenciárias. Segundo a minha vivência por onze anos dentro de uma penitenciária masculina, pude constatar diversas vezes essa discriminação e o abandono pelos órgãos indigenistas. Mato Grosso do Sul contabiliza 12.165 custodiados em suas 46 unidades prisionais, sendo 10.994 homens e 1.171 mulheres, com capacidade de 6.445 vagas e déficit de 5.720 vagas, representando um déficit de 90%. Mato Grosso do Sul tem uma das situações mais problemáticas do Brasil em relação à superpopulação carcerária. Enquanto a média nacional fica na casa dos 48%, no estado a taxa de detentos é 90% superior às vagas disponibilizadas no sistema prisional.

A informação é de Mario Bonsaglia, presidente da Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional no Controle Externo da Atividade Policial e na Segurança Pública, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Para garantir tratamento penal aos custodiados distribuídos nos três regimes de cumprimento da pena (fechado, semiaberto e aberto), as 46 unidades penais no estado distribuídas em 17 cidades, sendo elas: Amambaí, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Bataguassu, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Jardim, Jateí, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brillhante, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas, bem como a sede administrativa na capital, a Escola Penitenciária e os Patronatos penitenciários distribuídos na capital e no interior.

²⁴ O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, que sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

A superpopulação e a reincidência são alguns dos problemas enfrentados pelo sistema prisional de Mato Grosso do Sul, que põe em xeque a tão apregoada “ressocialização”, um dos objetivos do encarceramento em massa: ressocializar e devolver ao convívio da sociedade. A ressocialização não ocorre da forma que está sendo executada, haja vista a necessidade de se repensar outras formas de punição que não seja a privação de liberdade. Entretanto, a reincidência é pouco encontrada entre as mulheres indígenas encarceradas.

No que diz respeito à superpopulação, foi constatado pela pesquisadora durante a visita no Estabelecimento Feminino de Rio Brillante. No dia 18 de maio de 2015, havia ali 86 internas e a capacidade era para 54 internas. Em Jateí, na data de 10 de abril, havia 72 internas – a capacidade máxima é de 48.

3.4 A rotina em uma unidade penal feminina

A chegada em uma unidade prisional ocorre como descrita pelo artigo 69 do Decreto nº 12.140, de 17 de Agosto de 2006 (Regimento Interno Básico das Unidades Penais - Ribup)²⁵:

Art. 69. Quando do ingresso na Unidade Prisional, o condenado ou o preso provisório deverá, por meio da área competente pela sua inclusão, sujeitar-se às seguintes regras:

- I. Revista pessoal e de seus objetos;
- II. Higienização corpórea;
- III. Identificação inclusive fotográfica e dactiloscópica;
- IV. Entrega dos objetos e valores cuja posse não seja permitida por este regimento interno, mediante inventário e contra-recibo.

Há também informações de como são as normas da unidade exemplo tais como (andar com as mãos para trás e sempre pelo lado direito do corredor) e, se possível, a classificação por crime. A interna permanece durante 30 dias em uma cela de triagem para, depois deste prazo, ir para o convívio com as demais internas.

A rotina em uma penitenciária é bastante complexa. Os trabalhos de limpeza e alimentação precisam ser realizados pelas internas para que seja possível conseguirem ter direito à remição de sua pena, um direito assegurado pela Lei de Execuções Penais.

A rotina diária se inicia às seis da manhã, deve-se tomar banho e realizar a higiene pessoal para responder ao confere²⁶ às sete da manhã, quando chega nova equipe para assumir o plantão, que é de 24 horas. Após a chamada nominal e a contagem em pé, as internas que

²⁵ Decreto nº 12.140, de 17 de agosto de 2006 (Manual de Orientações Básicas de Procedimento Administrativo Disciplinar de Custodiados no Âmbito dos Estabelecimentos Penais de Mato Grosso do Sul).

trabalham ou estudam saem para seus respectivos setores e as demais ficam nas celas aguardando o horário do banho de sol, que geralmente é dividido por galerias ou celas, mas que é de duas horas diárias, de acordo com a rotina estabelecida pela direção da unidade, podendo ser alterado em caso de indisciplina individual ou coletiva.

Para manter a disciplina dentro de uma unidade penal, que já tem a superlotação como um agravante, se faz necessário estabelecer normas de convivência entre as custodiadas. Para orientar as penalidades e as normas, foi criado o Manual de Orientações Básicas de Processo Administrativo Disciplinar de custodiados no Âmbito dos Estabelecimentos Penais de Mato Grosso do Sul.

Esse manual é destinado aos servidores da Agência Estadual do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, membros da Comissão e Conselho Disciplinar, atuantes em Processos Administrativos Disciplinares de Custodiados (Padic), com o objetivo de padronizar esses processos, visando à apuração dos fatos e à aplicação das sanções nas infrações cometidos sob a égide da Agepen/MS. A legitimidade do manual resulta da sólida fundamentação na Lei de Execução Penal (LEP) e no Regimento Interno Básico das Unidades Penais (Ribup).

Quando ocorrem os casos de indisciplina ou de posse de objetos ilícitos dentro da unidade, a interna sancionada vai para a cela disciplinar mais conhecida como “cela forte” por até dez dias. Geralmente, fica só nesta cela até o cumprimento da sanção disciplinar, ou seja, é aberto um procedimento disciplinar e ela tem sua pena aumentada de acordo com a transgressão.

Na unidade feminina de Rio Brillhante, no período da pesquisa, não havia uma cela forte. Quando a interna cometia alguma falta disciplinar cuja sanção seria ser isolada na cela forte, ela era encaminhada para a unidade masculina ou para a delegacia local, o que é totalmente repudiado por essa pesquisadora sendo totalmente ilegal.

O cometimento de faltas disciplinares traz consequências à vida do custodiado, como isolamento em cela disciplinar, regressão de regime, perda dos dias remidos, rebaixamento de conduta carcerária, entre outros. Sendo assim, é imprescindível a imparcialidade na apuração dos fatos por autoridade competente, garantia de defesa e a aplicação de uma sanção administrativa justa e proporcional à falta disciplinar cometida. A disciplina dentro das unidades penais, a colaboração com a ordem e a obediência às determinações legítimas, no desempenho dos trabalhos dos custodiados, são de grande importância na manutenção da rotina estabelecida, a fim de assegurar os direitos e deveres da população carcerária (Decreto nº 12.140, de 17 de agosto de 2006, p. 12).

²⁶ É a chamada nominal de cada interna e contagem para averiguar se não houve fuga.

As sanções são classificadas em diferentes níveis: leve, médio e grave. Um exemplo de pena grave é por posse de um aparelho celular ou substância entorpecente. Geralmente, em penitenciárias femininas, a indisciplina é maior por questões de convivência entre as internas; brigas e puxões de cabelo são quase diários.

As faltas graves estão disciplinadas pela Lei de Execução Penal, nos artigos 50, 51 e 52. Entre eles, destacam-se: incitar ou participar de movimento para subversão da ordem ou disciplina; possuir instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem; ter em posse aparelho celular, partes do aparelho, acessórios, chips, etc.

A prática de crime doloso ou participação em organizações criminosas constituem faltas graves, sujeitando o interno ao regime disciplinar diferenciado, mais conhecido como Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que foi implantado nas unidades de segurança máxima masculinas, seja o interno condenado ou provisório. Já as penas médias e leves são disciplinadas pelo Regimento Interno Básico das Unidades Penais do Estado de Mato Grosso do Sul, Decreto nº 12.140, de 17 de agosto de 2006.

As faltas médias e leves estão disciplinadas no Ribup, em seus artigos 102 e 103. Esses artigos elencam uma série de condutas passíveis de sanção que, segundo o Regimento, podem ser punidas com advertência verbal, repreensão, suspensão ou restrição de regalias.

Segundo o Ribup, em seu artigo 85, constituem regalias, concedidas aos presos em geral, dentro da Unidade Prisional:

- I. Receber bens de consumo, patrimoniais, de qualidade, quantidade e embalagem permitidas pela administração trazida por visitantes;
- II. Visitas conjugais ou íntimas, de reclusas ao companheiro ou marido preso, devidamente comprovado;
- III. Assistir sessões de cinemas, teatro, shows e outras atividades socioculturais, fora do horário normal ou em épocas especiais;
- IV. Assistir jogos esportivos em épocas especiais fora do horário normal;
- V. Participar de atividades coletivas além da escola e trabalho fora do horário mais flexível;
- VI. Participar de exposições de trabalho, pintura e outros, que digam respeito às suas atividades;
- VII. Concorrer em festivais e outros eventos;
- VIII. Praticar esportes em áreas específicas;
- IX. Receber visitas extraordinárias, devidamente autorizadas.

Em Mato Grosso do Sul, o Ribup, além da advertência verbal e da repreensão, a suspensão ou restrição de regalias em caso de falta leve ou média (art. 112), além do rebaixamento da conduta (art. 132), devendo resgatar o lapso temporal para reabilitação (art. 133). Em caso de falta leve, 60 dias; falta média 180 dias; e 12 meses em caso de falta grave, desde que no mesmo regime (art.131), fechado ou semiaberto. No regime aberto, o prazo da

reabilitação da conduta é de 30 dias para a falta leve, 60 dias para a falta de natureza média e 90 dias em caso de falta grave que não importe em regressão de regime.

Mas, de acordo com o artigo 115 do Ribup, poderá haver suspensão e restrição de regalias que poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente na prática de faltas de qualquer natureza.

A alimentação é confeccionada pelas internas e distribuída também por elas, tanto para as internas como para os servidores, assim como a limpeza da unidade. Geralmente, como as unidades femininas são pequenas em sua estrutura física, se utiliza pouca mão de obra, ocasionando brigas e certo despreço por aquelas internas que não trabalham e por aquelas trabalham e que são tidas como “protegidas” do corpo de segurança – composto pela equipe plantonista. Cada unidade possui quatro equipes plantonistas que operam em escala de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso.

Após as duas horas do banho de sol, as internas são recolhidas para suas respectivas celas, aguardam o momento que é servido a última refeição, o jantar, e assim segue-se a rotina, dia após dia.

O dia mais esperado pelas internas é o “Dia de Visita”, que geralmente ocorre no sábado ou no domingo. Para aquelas internas que recebem visita de seus familiares, há uma grande euforia e preparação para o “dia tão especial”. Em quase todas as unidades, há um espaço para as internas fazerem as unhas e arrumar o cabelo para esperar seus familiares. Geralmente os visitantes são pais, e irmãos e filhos, que são recebidos na quadra de esporte, mais conhecida como o solário, que é o espaço de frente para as celas.

Quando o esposo vai visitar a interna, ocorre a visita íntima. Nos presídios femininos, há uma cela, chamada de “parlatório”, destinada somente para esse tipo de visita. Entretanto, é muito difícil de ocorrer a visita do esposo. Os homens geralmente não aparecem, as mulheres são abandonadas em maior número por seus companheiros. Muito diferente do que ocorre no presídio masculino, onde todos os finais de semana há aproximadamente 700 visitantes e, entre esse número, os homens não chegam nem a 10%. Do total de visitantes, 90% são esposas e mães.

(...) No caso das mulheres na literatura atesta o fato de que tal abandono é experimentado com maior intensidade. Enquanto as mulheres de presos mantêm com maior frequência uma rotina de cuidados e de manutenção de seus parceiros na prisão, os homens em geral, abandonam as suas parceiras quando estas estão presas (BARCINSKI, 2012, p. 440).

Fato este já percebido pela vivência profissional da pesquisadora e confirmado pelos dados da Agepen (2012). Atualmente, na maior unidade feminina da capital, “Irmã Irma

Zorzi”, das 408 custodiadas, apenas três recebem visitas de seus companheiros (SOUZA, STRADIOTTI; FREIRE, 2015, p. 30).

Outra visita muito esperada pelas internas é a do funcionário do correio que traz notícias do que ocorre no mundo lá fora, além das grades e dos portões de ferro da prisão, mais conhecido como o “carteiro amigo”. A carta é o meio de comunicação mais lento, mas é o único meio legal de se corresponder – pois ligações autorizadas nas unidades são difíceis de conseguir e o aparelho de celular, apesar de mais ágil, é um meio ilícito.

A carta é uma forma de se comunicar com seus parceiros que também foram detidos e cumprem pena em outras unidades e também uma forma de arrumar um namorado. Geralmente, os visitantes de outros familiares levam escondidas as cartas e fotos e assim arrumam um companheiro (a) para os seus familiares ou para os colegas de cela. Já houve casos de a interna namorar o policial que faz a vigilância da unidade penal por meio de bilhetes e cartas ou até mesmo com os próprios agentes masculinos que lá trabalham. Quando saem da prisão, acabam oficializando o relacionamento.

A comunicação entre as internas e os setores das unidades ocorre no período noturno, devido ao fato de, na maioria das vezes, o horário do banho de sol ser diferenciado, e é chamado por elas de “bereu”. São bilhetes – destinados aos setores: social, saúde, disciplina, enfermaria – recolhidos no horário do confere e distribuídos entre os setores. Já entre as internas, ocorrem os mais variados pedidos, entre eles os de drogas, cigarros ou pertences emprestados.

Entretanto, para aquelas internas que não recebem nenhum tipo de visita, aquele é o dia mais triste, observa-se claramente o sentimento de abandono. O abandono da família acontece geralmente por dois motivos: revolta e vergonha dos familiares, inclusive filhos, quando maiores de idade. Mas também se deve a questões financeiras, uma vez que muitas internas cumprem pena no local onde ocorreu o delito, geralmente longe da cidade ou do estado onde reside a família, que não tem condições financeiras para o deslocamento até as unidades. Esse fato ocorre com frequência com as internas que são presas por tráfico de drogas ou tráfico internacional de drogas.

No transcorrer da noite, após o fechamento de todas as internas em suas respectivas celas, é o horário em que mais sofrem, pois a todo o momento batem o caneco nas grades das celas para chamar atendimento, mais passam mal e mais precisam de atendimento na enfermaria. Segundo relatos é o momento que não há como fugir do enclausuramento e da perda do direito de ir e vir, ou seja, da perda da liberdade.

Hoje, a maior parte das unidades prisionais possui suas edificações com celas e a maioria dos custodiados permanece 22 horas fechada, com duas horas de banho de sol, contrariando os direitos garantidos na Lei nº 7.210 (LEP). O cumprimento da pena se resume a comer e dormir no período de 22 horas, no ciclo de 24 horas, o que evidencia um sistema de confinamento, somados a alojamentos superlotados e insalubres (STRADIOTTI, 2013, p. 31).

Um dos momentos mais tristes dentro de uma penitenciária feminina é quando a interna é presa grávida e chega o momento da separação de seu bebê, que é levado por algum familiar ou, na falta de alguém para cuidar dele, vai para o Conselho Tutelar. Temos, no sistema prisional, casos de servidoras que acabam adotando os filhos das internas devido ao apego emocional que desenvolvem pelas crianças que cumprem pena juntamente com suas mães nas penitenciárias.

Segundo o raio-x das penitenciárias no Brasil, 344 crianças viviam no sistema penal brasileiro em 2013, de acordo com dados do Ministério da Justiça (2013). Durante as visitas nas penitenciárias, encontrei somente uma cela maternidade destinada às internas com seus bebês recém-nascidos, na unidade de Rio Brillhante.

No entanto, consta na Lei de Execuções Penais e no próprio Ribup, em seu artigo 80, que constituem os direitos dos presos:

XXVIII – se do sexo feminino, em caso de gravidez:

- a) Assistência ao pré-natal;
- b) Parto em hospitais da rede de saúde pública;
- c) Guarda do recém-nascido, durante o período de seis meses, em local adequado, mesmo quando houver restrições de amamentação;

O item c não é respeitado em sua totalidade nas penitenciárias visitadas, pois havia crianças maiores de seis meses convivendo nas celas com sua mãe e as respectivas internas.

Mesmo estando previsto, no artigo 8º do Ribup, que as unidades prisionais destinadas ao sexo feminino, em qualquer dos regimes de execução administrativa da pena, aplica-se o disposto nos artigos anteriores acrescentando as seguintes condições:

- I. Local interno e externo para os cuidados pré-natais e maternidade;
- II. Local interno para guarda de nascituro e lactante.

Um dos fatos que fomenta a indisciplina nas unidades femininas é o relacionamento homoafetivo entre as internas que, por serem abandonadas por seus parceiros, acabam se relacionando com as demais internas. Esse relacionamento se observa entre a maioria das internas e é circunscrito ao período do encarceramento. Depois que cumprem sua pena, voltam a se relacionar com seus antigos parceiros e essa homossexualidade é situacional.

No que diz respeito à escolha homossexual e ao exercício dela dentro do encarceramento, algumas especificidades podem ser tratadas à luz do que denominamos uma “cultura prisional”. Sob essa perspectiva, a homossexualidade se caracterizaria como uma ruptura com universo extramuros e uma reação temporária ao encarceramento. O conceito de “prisionização” designa a adoção de tradições e dos modos de vida da cultura prisional. Dessa forma, o impacto do encarceramento produzia nos internos mudanças semelhantes a qualquer processo aculturativo. Assim como uma nova linguagem, vestuário e gestual, o comportamento homossexual também seria assumido como consequência das possibilidades relacionais disponíveis na prisão. O fenômeno do relacionamento entre mulheres neste contexto, portanto, poderia ser denominado como “homossexualidade situacional” (BARCINSKI, 2012, p. 440).

O ciúme e o sentimento de posse se torna exacerbado dentro do ambiente prisional e faz com que as mulheres que estabelecem algum tipo de relacionamento não podem se relacionar com outras pessoas, esse fato leva há uma indisciplina constante dentro desse espaço prisional como uma cela comporta aproximadamente de 20 a 50 mulheres o ambiente se torna bem restrito.

Outro problema enfrentado nas penitenciárias é o fato do Estado não oferecer para todas as custodiadas kits de higiene pessoal. Entre as penitenciárias femininas, isso se reflete mais porque as mulheres têm seus dias de fluxo menstrual e necessitam de maior atenção.

A solidariedade entre elas é mais precária, neste sentido, recebem poucas visitas e o pouco que recebem ainda, muitas vezes, é compartilhado entre elas. A questão da higiene é também causa de conflitos entre as internas, caso presenciado por mim na unidade de Ponta Porã, onde uma das entrevistadas se queixou de sofrer discriminação por não ter sabonete para tomar banho.

A violência sofrida dentro das penitenciárias femininas tem um grau de perversidade semelhante à que acontece nas unidades masculinas. Em casos de internos que chegam pela prática do artigo 213 (estupro de vulnerável), deve haver uma separação imediata da massa para salvaguardar sua vida. Caso semelhante ocorreu com três das indígenas encarceradas entrevistadas na penitenciária de Ponta Porã. Como não foram isoladas em celas adequadas, sofreram várias formas de violência por conta de uma informação incorreta. A imprensa veiculou, equivocadamente, que elas haviam cometido o artigo 213 e as demais internas que se encontravam na mesma cela as agrediram.

Existem normas internas não oficiais entre a massa carcerária que estabelecem para alguns crimes, principalmente os sexuais e contra crianças, punições severas perpetradas por eles mesmos. Por isso há necessidade de se colocar as internas em uma cela separada da massa carcerária, fato esse que não ocorreu na Penitenciária Feminina de Ponta Porã com aquelas indígenas – que, além de tudo, foram acusadas de um crime que não haviam cometido.

Três das internas que fizeram parte da pesquisa sofreram violência física das demais internas, somente por conta da “possibilidade” de terem cometido crime de estupro de vulnerável. O caso foi tão grave que as indígenas agredidas tiveram de ser deslocadas até o hospital para tratar dos ferimentos. Como descreve a interna Bate- Seba:

Quase morri, quase morri... Eu já entreguei tudo para a minha filha já... Eu tenho vaca, tenho porco, galinha, tem pato. Tudo o que tiver dentro da minha casa, minha roupa, freezer, ventilador que tem. Eu falei para ela... Me pulou em cima da ‘²⁷Jéga’, aí no ‘²⁸Corró’... Aí no ‘Corró mesmo... Aí falou pra mim, aí me amarrou na minha roupa, amarrou a minha mão, amarrou a minha perna, me deixou de joelho. Igual a Jesus Cristo o que eu passei aqui. Isso daí passou com a minha vida, e me bateu com o cabo de vassoura na minha cabeça e quebrou na minha cabeça. Sangrou muito meu corpo, estava toda sangrada. Parece Jesus o que eu estou passando! Mas mesmo assim eu não vou desistir. Pelo amor de Deus e pela minha vida! Eu choro. Falei para minha filha e a G. choraram por mim, falaram assim, “Você não vai morrer não!”... Tava junto da minha filha... Porque não conseguia nem levantar, nem levantar assim... Isso aqui quebrou aqui, e parece que estava quebrado aqui, não consigo nem fazer assim... Aí a G. falou assim, “ Não fica falando assim para nós não! Hoje já faz 3 dias que estamos aqui, não fala para nós, você não vai morrer não!” Aí eu falei para ela, “Mas acode para a polícia²⁹ aí, acode para nós irmos no hospital...” Aí mandou chamar, também não consegui. Falei para a G., “ acho que eu não vou aguentar mais não!”. Eu entreguei a G. na tua mão, a minha filha na tua mão, o que eu tenho na minha casa, tudo que eu comprei na minha casa! Que eu sofri para trabalhar... Pra mim ganhar meu dinheiro, para ter na minha mão o que eu comprei. Eu quero que você segure tudo para mim se eu morrer... Não dá para outras famílias!”. A G. olhou para mim e chorou também. Falou para mim, “Não fala assim. Você vai para o hospital e você vai melhorar!”. Mas quase eu não consigo quase eu morri mesmo. Pretejou tudo, tudo mesmo! Eu achei que não ia viver mais mesmo, eu não viver mais mesmo, esse meu rosto não é mais... Pretejou tudo, tudo mesmo! Eu achei que não ia viver mais mesmo, eu não aguentava nem levantar... (...) (BATE - SEBA, 2015).

Esses atos de violência são corriqueiros dentro da penitenciária. A qualquer momento há um desentendimento porque são muitas pessoas aglomeradas em um pequeno espaço. Mesmo havendo as normas estabelecidas pela lei, é muito difícil manter a harmonia e o convívio entre as pessoas que estão em privação de liberdade em um lugar onde as emoções ficam à flor da pele, ainda mais em um ambiente com mulheres que têm seus hormônios em constantes mudanças. O encarceramento produz o estranhamento das pessoas não podendo confiar em ninguém com quem se convive com tanta proximidade física, mais o distanciamento se faz necessário, até como meio de proteção.

²⁷ Jéga é o linguajar utilizado dentro da penitenciária pelas internas (os) para designar “cama” dentro da cela.

²⁸ “Corró” é o linguajar utilizado dentro da penitenciária pelas (os) internas (os) para designar as celas de triagem.

²⁹ “Polícia” é o termo utilizado dentro da penitenciária pelas (os) internas (os) para chamar os agentes penitenciários.

3.5 O perfil das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá encarceradas no sul de Mato Grosso do Sul

Foram ouvidas 13 interlocutoras em entrevistas dentro das penitenciárias. As mulheres encarceradas são jovens senhoras com idade entre 20 e 50 anos. A maioria se declara casada, todas possuem filhos, duas delas foram presas pela prática do tráfico de entorpecentes, três pela prática dos artigos 288-A (Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código: (Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012) – 146 (Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda) e 147 (Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave), sete pela prática de homicídio e uma por furto. Somente duas delas se declararam da etnia Guarani e as demais, como Kaiowá. Uma é reincidente esta é viciada em drogas ilícitas e moradora de rua.

Todas possuem apenas o ensino fundamental. Apenas duas não são bilíngues, as demais falam o guarani e o português. Apenas três delas não haviam ingerido bebida alcoólica para cometer o delito. Todas afirmam praticar uma religião. A maior parte delas não foi criada pelos pais biológicos, geralmente por um parente. Os dados serão melhor explanados no capítulo 2.

Em geral, grande parte das mulheres que entram para a criminalidade é pela prática do tráfico de entorpecentes, conforme os dados apresentados por todos os órgãos responsáveis pela mensuração desses números. Confira a tabela abaixo:

Tabela 8 – Percentual do aumento de Mulheres Encarceradas no Brasil de 2000 a 2005

Ano	Mulheres	Total da população	%
2000	5601	174980	3,20
2001	5687	171366	3,32
2002	5897	181019	3,26
2003	9863	240203	4,11
2004	16473	262710	6,27
2005	12469	289046	4,31
2006	14058	308786	4,55

Fonte: Dados do Relatório Sobre as Mulheres Encarceradas, 2007. Tabela adaptada pela autora.

Embora a função da tabela seja somente de demonstrar o crescimento do índice de mulheres encarceradas no Brasil, esses dados não retratem a realidade das mulheres indígenas encarceradas no sul de Mato Grosso do Sul, pesquisadas nas unidades citadas acima, uma característica bastante peculiar é o pouco envolvimento no tráfico de substâncias ilícitas pelas indígenas pesquisadas porque estamos muito próximos da linha de fronteira com o Paraguai,

fato esse que facilitaria o cometimento desse delito. Já entre as mulheres não indígenas o percentual de crime mais cometido é o tráfico de entorpecentes.

Por meio da análise dos dados e da realização de entrevistas, foi possível constatar que o crime mais cometido entre elas é o homicídio. A partir dessa informação, destaca-se o motivo que deve ser tratado pelo município nas aldeias de Dourados e região: a violência predominante entre seus pares.

A questão fundiária pode ser considerada como um importante agravante do aumento da criminalidade entre as comunidades indígenas, a superpopulação nas reservas aumenta os conflitos entre as etnias Guarani, Kaiowá, Terena e até paraguaios que as compõem.

Os problemas enfrentados por esta população vão desde intensos conflitos fundiários: invasões possessórias, altas taxas de densidade demográfica, exploração ilegal de recursos naturais em suas terras e descumprimento de prazos e demarcação de terras, até condições sobremaneira precárias de saúde e trabalho. A exploração da mão-de-obra indígena no regime de trabalho nos canaviais, tantas vezes denunciada por sua lógica funesta, é somente uma das condições a que os índios são hoje obrigados a se submeter para simplesmente continuarem sobrevivendo, visto que a terra disponível ao plantio é insuficiente e a assistência à produção agrícola é ínfima (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2008a, p. 15).

As reservas indígenas criadas pelo Estado, no intuito de liberar a maior parte das terras para colonização, não garantem o espaço necessário para uma vida harmoniosa. Entende-se que a falta de terras indígenas era insuficiente no passado e é no presente a maior causa de violência entre eles. Hoje não se pode viver da forma que cada etnia acha conveniente de acordo com as suas lideranças.

A tabela 9, consta no Relatório da Situação Prisional dos Indígenas em Mato Grosso do Sul, publicado em 2008, que demonstra que o crime mais cometido pelos homens indígenas também é o homicídio – a mesma problemática demonstrada por este trabalho entre as mulheres indígenas encarceradas em 2015. Como fica explícito nos dois quadros a seguir:

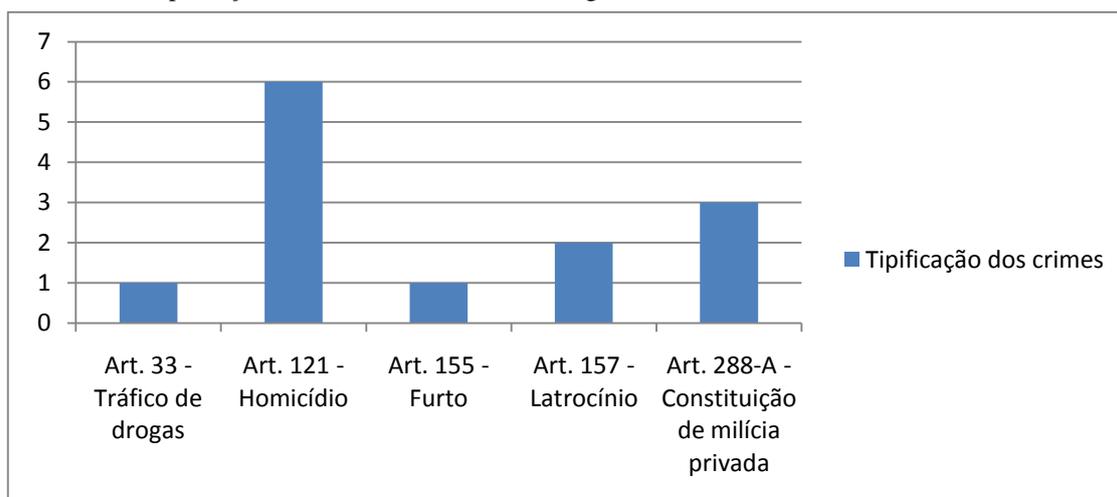
Tabela 9 – Tipificação do crime de homicídio entre os indígenas encarcerados de Mato Grosso do Sul

INTERNOS/ ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mulheres Indígenas	15	68	31	36	35	56
Homens Indígenas	264	534	508	475	486	692
TOTAL	279	602	539	511	521	748

Fonte: InfoPen-Estatística, 2010. Tabelas diversas adaptadas pela autora.

3.5.1 Tipificação dos crimes entre as treze indígenas encarceradas

Gráfico 22 – Tipificação dos crimes entre as treze indígenas encarceradas



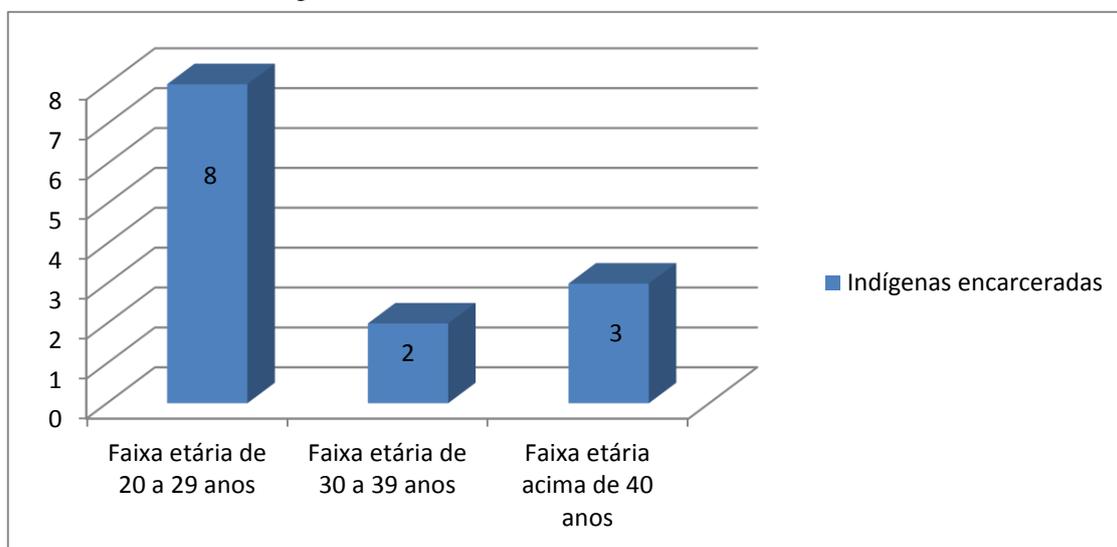
Fonte: Dados da pesquisa

O perfil das mulheres indígenas encarceradas envolvidas nesta pesquisa aponta o leque de problemas enfrentados por essas populações que durante mais de um século vêm tentando reelaborar sua forma de conviver em contato com a cultura do colonizador e com os problemas gerados pela colonização.

A tabela 9 demonstra que do período de (2005 a 2010) o crime mais cometido entre os homens e mulheres indígenas de Mato Grosso do Sul foi o crime de homicídio, a mesma realidade percebida entre as treze mulheres indígenas guarani e kaiowá envolvidas na pesquisa no ano de 2015 demonstrado no gráfico 22.

3.5.2 Idade das indígenas encarceradas

Gráfico 23 – Idade das indígenas encarceradas



Fonte: Dados da pesquisa

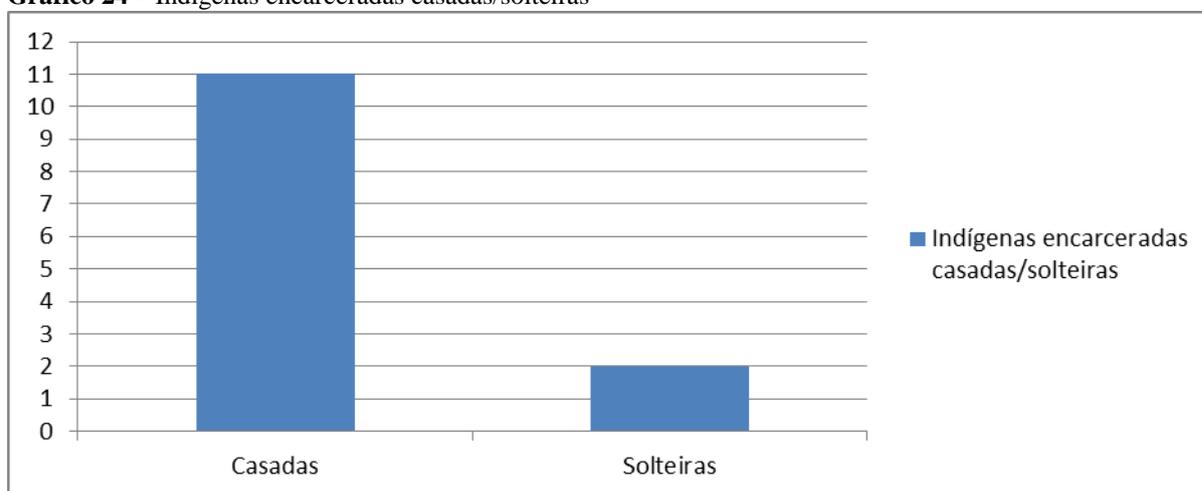
Podemos observar, através do gráfico acima, a idade das indígenas encarceradas encontradas nos estabelecimentos penais do estado. A maioria é de mulheres jovens que ainda têm o sonho de terminar de cumprir sua pena e ser feliz, ou seja, reconstruir sua vida e sair da criminalidade.

Segundo Débora, “penso em reconstruir minha vida quando sair da prisão e cuidar do meu filho” (DÉBORA, 2015).

3.5.3 Estado Civil das indígenas encarceradas

A vontade de reconstruir sua vida se deve ao fato de a maioria ser casada. Quando seu companheiro também se encontra preso, a responsabilidade é mútua. Durante a pesquisa, somente duas das mulheres indígenas se encontravam nessa situação, a Noemi e a Bate-Seba.

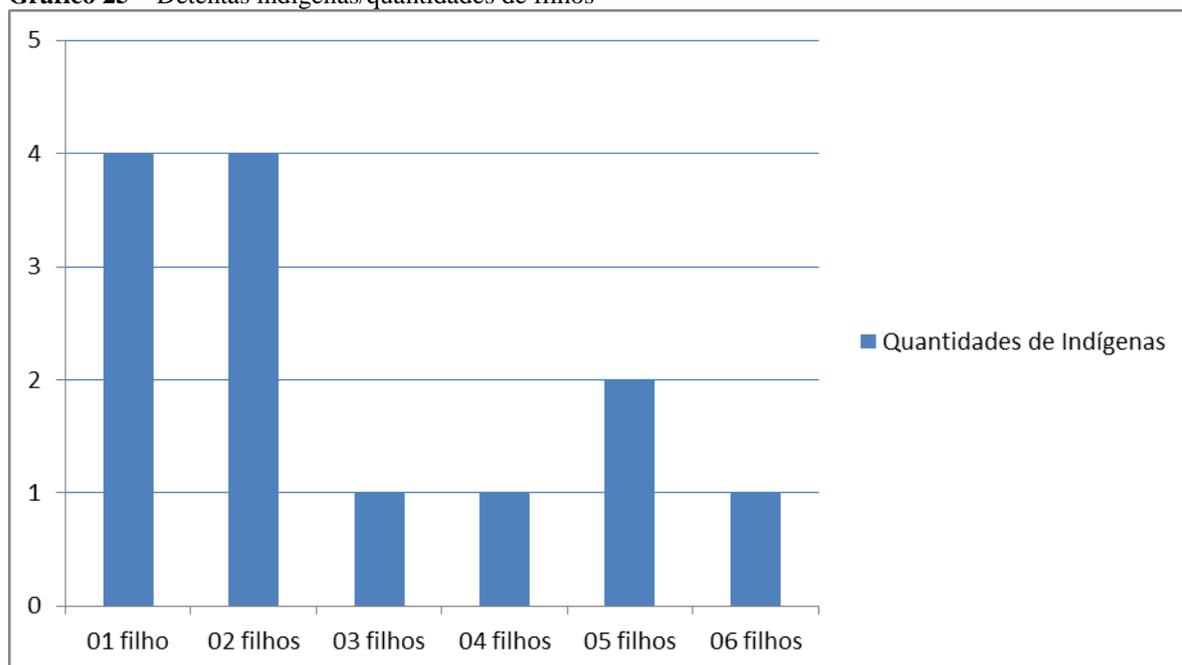
Gráfico 24 – Indígenas encarceradas casadas/solteiras



Fonte: Dados da pesquisa

3.5.4 Detentas indígenas/Quantidade de filhos

Gráfico 25 – Detentas indígenas/quantidades de filhos



Fonte: Dados da pesquisa

Outro fator que contribui para que a mulher indígena saia da criminalidade são os filhos. Duas delas tiveram seus primogênitos dentro da prisão e o momento da separação dos filhos é um trauma muito grande, elas não se conformam com a separação e a saudades dos filhos.

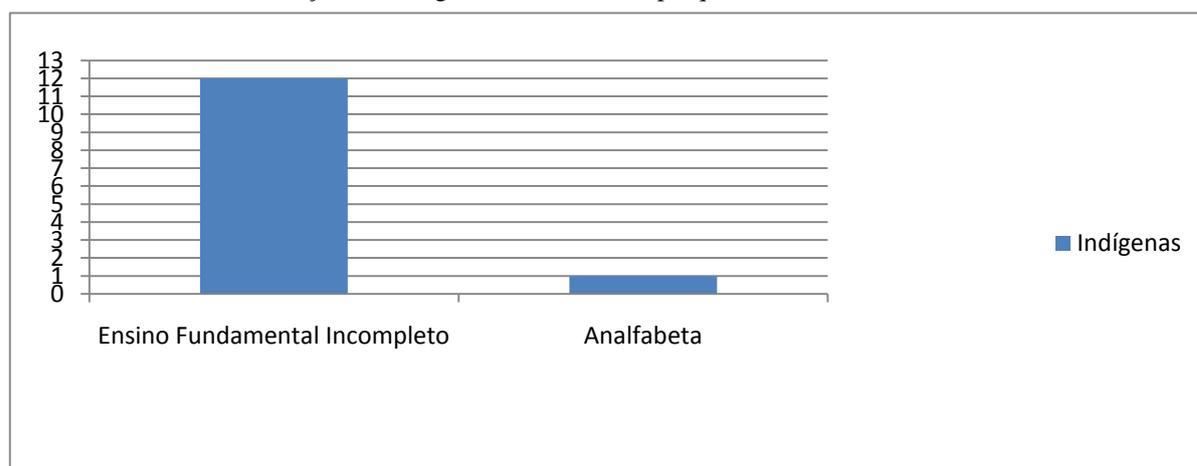
Durante a realização das entrevistas, o choro foi constante como fica explícito na fala de Rebeca:

Tá sim. Tá me visitando aqui, por enquanto. Só que nunca mais vi as minhas filhas, minha filha eu não vi mais... (começa a chorar)... Vai fazer nove anos, oito anos... Eu não sei, seis anos... (não fica claro porque ela está bem emocionada neste trecho)...Aí minha filha anos...Não vi mais não... Tem... Quando eu vim aqui presa tinha três anos agora ela já tem quatro (REBECA, 2015).

3.5.5 Grau de instrução das indígenas envolvidas na pesquisa

Embora a escola tenha sido inserida nas reservas indígenas instituídas pelo governo com a clara intenção de assimilar. (SERAGUZA 2012, P. 43-44). Atualmente, entretanto, a escola é vista como uma ferramenta fundamental para a mediação entre as culturas.

Gráfico 26 – Grau de instrução das indígenas envolvidas na pesquisa



Fonte: **Dados da pesquisa**

Partindo da justificativa de Seraguza, de que os povos indígenas tentam absorver parte do conhecimento do não indígena, ao frequentar a escola convencional observa-se que as mulheres indígenas fazem parte desse contexto pois somente uma das treze entrevistadas é analfabeta, segundo o princípio da visão do colonizador, e que a maioria – 12 – buscou parte desse conhecimento, frequentando apenas o ensino fundamental, mas não se aprofundou para finalizar seus estudos, possivelmente por dificuldades de acesso aos outros níveis.

3.5.6 Etnia das indígenas envolvidas na pesquisa

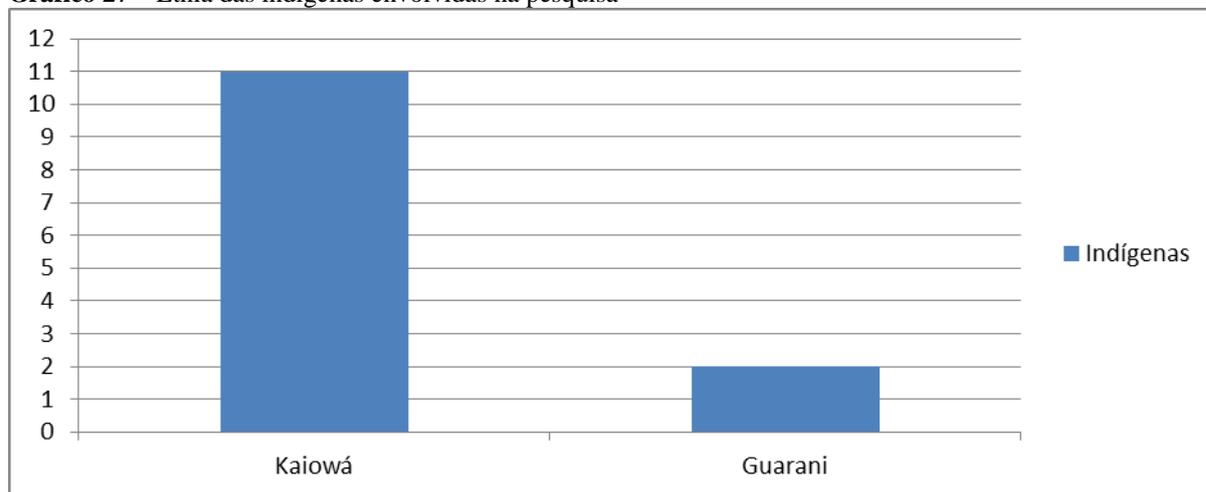
Para exemplificar esses dados encontrados durante a pesquisa, é necessário se apropriar da citação de Cavalcante para compreender a complexidade que envolve as etnias existentes em nosso estado.

Em Mato Grosso do Sul vivem os Kaiowá e Guarani Nandeva. É muito comum ouvir as pessoas de vários meios sociais, incluindo a imprensa, acadêmicos e governos, referirem-se a estes grupos como sendo Guarani-Kaiowá, conotando a ideia de que os Guarani Nandeva e os Kaiowá são um mesmo grupo étnico. No entanto, somente os Nandeva é que se autodenominam como Guarani. De fato, o que se tem são dois grupos distintos que frequentemente, a contragosto, são tratados como se fossem um. A única exceção para isto está em seu uso político. Quando é politicamente interessante, como expressão de uma luta comum, as lideranças utilizam o designativo Guarani Kaiowá (CAVALCANTE, 2013, p. 18).

Após a explanação sobre como se autodenominam os dois grupos indígenas envolvidos na pesquisa é interessante salientar que a opção em se trabalhar somente com as indígenas das etnias Guarani e Kaiowá foi por delimitação da pesquisa. As informações fornecidas pela Agepen mostram outra realidade do encarceramento de Mato Grosso do Sul, onde há uma porcentagem maior de mulheres indígenas Guarani, totalizando 80%. Nos outros

20%, se encontram a etnia Tiauanaco, que é da Bolívia, e a Terena. Não aparecem as mulheres indígenas Kaiowá no levantamento elaborado pela agência. De acordo com essas informações confirma-se o descaso em relação aos dados sobre a etnia na compilação dos dados.

Gráfico 27 – Etnia das indígenas envolvidas na pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico acima apresenta que 11 das mulheres encarceradas se autodenominam Kaiowá e apenas 2 como Guarani. Ressalta-se que a pesquisa foi realizada no sul de Mato Grosso do Sul, nos municípios de Dourados, Jateí, Rio Brillhante e Ponta Porã. Mas quais seriam as explicações plausíveis para as mulheres indígenas Kaiowá não aparecerem nos relatórios prisionais de Mato Grosso do Sul? Qual seria a justificativa para essa falha na apresentação de dados por órgãos governamentais? Seria a total ignorância sobre a diversidade dos grupos étnicos do estado ou simplesmente um descaso com as informações?

3.5.7 Consumo de bebida alcoólica entre as indígenas que cometeram crime de homicídio

Para adentrar nesta problemática, se faz necessário esclarecer que há uma diferença entre o consumo da bebida fermentada que é utilizada em suas festas e rituais religiosos (como a chicha) e a bebida destilada que é largamente utilizada hoje em dia e tem um alto teor alcoólico.

A problemática do consumo de bebidas alcoólicas nas comunidades indígenas não é recente. Essa prática foi inserida há muito tempo. Segundo Lacerda (1999), o álcool é a droga mais amplamente utilizada no mundo, nas mais diferentes culturas. Para o autor, o consumo de substâncias que possuem a capacidade de alterar estados de consciência e modificar o comportamento parece ser um fenômeno universal da humanidade.

Um estudo elaborado pela Funai indica que entre as enfermidades mais comuns nos grupos indígenas brasileiros é o alcoolismo, sobretudo nas regiões nordeste, centro oeste, sudeste e sul. Tal fato pode ser explicado, principalmente, porque nestas macrorregiões os grupos indígenas têm tido uma longa história de contato com a sociedade nacional envolvente e um relacionamento mais continuado com a população regional (FUNASA, 2000, p. 40).

As mulheres indígenas encarceradas são exemplos do consumo de bebida alcoólica e até mesmo de substâncias ilícitas. Grande parte afirma que consumiu a bebida alcoólica antes e durante o cometimento dos crimes de homicídio. Como podemos observar nas falas das indígenas entrevistadas, no momento em que antecedeu o crime, estavam sob o efeito do álcool para cometê-los:

Segundo o relato de Sara,

Eu não sei o que aconteceu aquele dia, eu estava bêbada... Eu fui para a escola, eu fui na casa do meu tio. Quando eu voltei, um homem que eu encontrei na estrada, aquele tal de Ramón...Aí eu encontrei na estrada e ele me ofereceu R\$50,00 para eu matar a mulher dele, né? É, ele me ofereceu... Aí, eu não ia aceitar... Eu não falei nada, fui para a escola... Quando eu voltei da escola ele disse que já estava com contato de um amigo ou um rapaz que estava na estrada, aí eu achei aquele rapaz na estrada, aquele tal de Denis... Aí ele falou assim: “você aceita aí, aquele Ramón vai pagar para nós matar a mulher dele... Você aceitaria?” Aí eu falei para ele: “Eu? Eu não vou fazer isso, não. Eu tenho a minha filha para criar, eu tenho também sobrinha também, tudo, minhas crianças para eu cuidar... Tem minha mãe, minha mãe é idosa, ela não anda mais. Tenho meu padrasto que é idoso também para eu cuidar”. Eu falei para ele assim... Aí ele falou assim para mim: “Não, eu trouxe... Você quer uma bebida” “Não... Eu não quero, não”. Eu já estava saindo da escola, dez horas em ponto. Eu disse: “Não, eu já vou embora, eu não quero, não!” Aí (ele falou): “Toma, toma...” Aí eu comecei a tomar, eu nem me lembrava mais o que eu fiz.....Aí eu fui lá para casa, nem mostrei para a minha mãe e nem para o meu padrasto. Aí diz que eu acordei às seis horas da manhã ali na sala mesmo. Olhei para minha roupa cheia de sangue. Olhei para as minhas famílias e elas estavam dormindo. Aí eu pensei: “Meu Deus do céu, o que eu fiz? (...).(SARA, 2015).

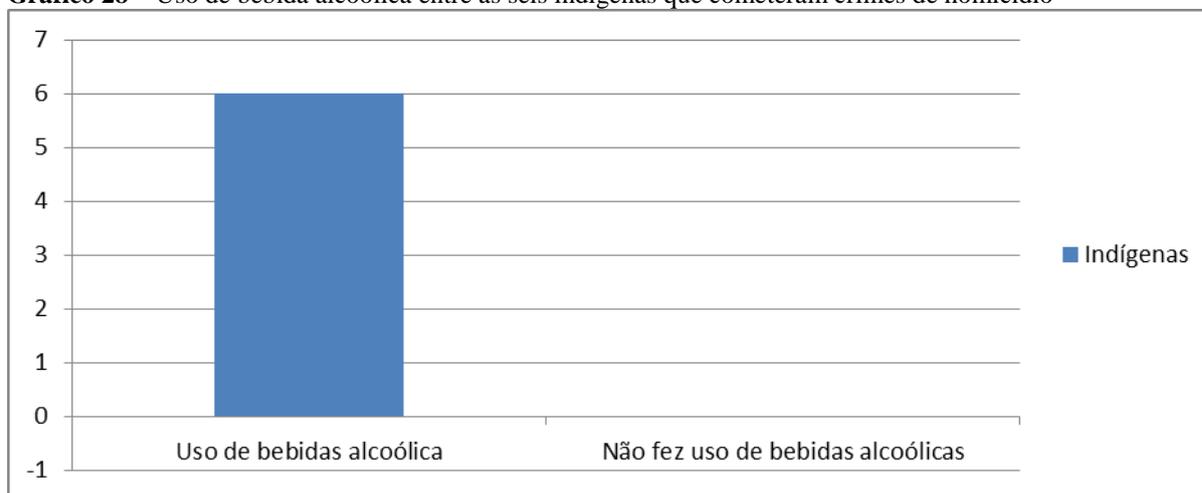
Outro relato que aborda o uso de bebidas alcoólicas é o da indígena Bala: “(...) porque ela me deixou sozinha. Aí, depois, minha avó era bêbada também, aí eu bebo cachaça desde novinha, desde os 9 anos... A minha avó não fuma nem cigarro, só que bebe. Bebe uma cachaça (...)” (BALA,2015).

A indígena Raabe também relata que andava mais de seis quilômetros para comprar bebidas que eram vendidas na aldeia para menores sem a menor fiscalização.

Langdon e Matteson (1996, p. 256) colocam também que a prevalência do alcoolismo em indígenas está diretamente relacionada com o processo de “pacificação” e a situação atual do índio frente à sociedade envolvente. Os outros crimes de homicídio relatados na pesquisa foram precedidos da ingestão de bebidas alcoólicas e outras drogas antes do crime.

No caso, faz-se necessária a implantação de políticas públicas para diminuir o consumo de bebidas nas comunidades indígenas do estado, por ser um grande potencializador da criminalidade entre esses povos. Os crimes cometidos foram entre os próprios pares e não contra os não indígenas.

Gráfico 28 – Uso de bebida alcoólica entre as seis indígenas que cometeram crimes de homicídio

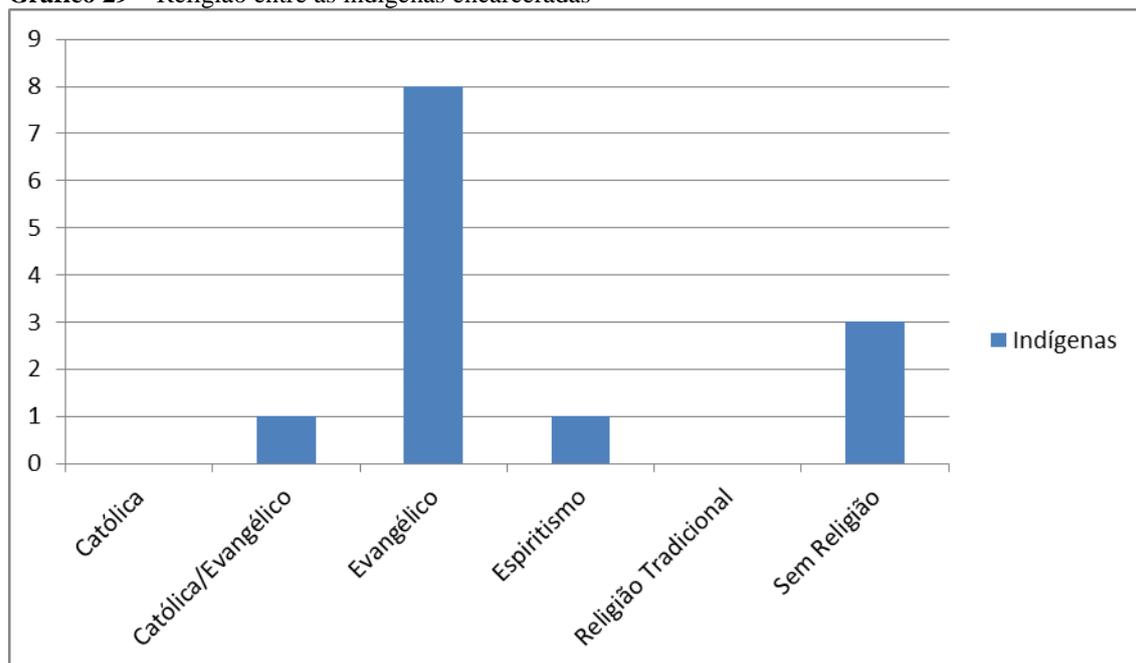


Fonte: Dados da Pesquisa

O quadro apresenta que cem por cento dos crimes estão relacionados ao consumo de bebida alcoólica entre as mulheres indígenas encarceradas e que, grande parte, durante a entrevista, se diz estar arrependida do crime que cometeu e que pretende deixar de consumir bebidas alcoólicas e retomar sua vida, cuidando de sua família e retornando ao convívio com os demais parentes.

3.5.8 Religião entre as indígenas encarceradas

Gráfico 29 – Religião entre as indígenas encarceradas



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico acima indica o reflexo existente entre as comunidades indígenas que, antes da chegada dos colonizadores, praticavam sua religião tradicional. A partir da interferência do colonizador, cito como um exemplo a Reserva Indígena de Dourados (RID), houve a instalação da Missão Caiuá entre os índios de Dourados, que foi precedida de viagens exploratórias ao sul de Mato Grosso pelos missionários Maxwell e Nelson de Araújo, relatadas nos jornais denominacionais.

Essa equipe de missionários estabeleceu-se na Vila de Dourados no início do mês de abril de 1929, pondo em marcha um conjunto de ações referentes à instalação e organização da Missão Caiuá, ao conhecimento do campo de trabalho e ao estabelecimento dos primeiros contatos com as comunidades indígenas e a população não indígena do lugar (Os missionários de papel: imagens dos índios Caiuá em jornais protestantes. (Missionários de papel: imagens dos índios Caiuá em jornais protestantes. CHAMORRO; LANGER, 2012, p. 157).

Entretanto, após esse contato com os indígenas, o relato dos missionários contribuiu para a criação da imagem do índio pobre, miserável e pecador, constantemente explorado por indivíduos ditos civilizados, “carecendo” da catequização na visão do colonizador em todas as denominações: católica, protestantes históricos e pentecostais.

(...) A Missão Caiuá, que reúne membros de Igrejas situadas na vertente do protestantismo histórico brasileiro, iniciou seus trabalhos em 1928, mantendo igrejas, orfanato, hospital, escola e atividades agrícolas. Entretanto, a pregação racional dos presbiterianos nunca chegou a constituir um movimento de conversão

em massa dos índios, como ocorreu com o pentecostalismo a partir do final da década de 1980 (CHAMORRO; LANGER, 2012, p. 184).

Uma das interlocutoras retrata em sua fala sobre o apoio que recebeu em cursos profissionalizantes oferecidos pela Missão Caiuá, mas quando se trata de fé se reporta a igreja Deus é Amor. Uma das denominações mais citadas entre as entrevistadas.

Para explicitar essa inserção dessas mulheres na variedade de denominações religiosas é necessário entender também como surgiu o pentecostalismo em meio as comunidades indígenas para compreensão deste contexto utilizo a citação de Pereira (2004):

Na década de 1980 iniciou-se o processo de conversão dos Kaiowá e Guarani ao pentecostalismo, em ritmo vertiginoso. Os significados atribuídos ao processo de conversão pelos Kaiowá e Guarani ao pentecostalismo são aqui analisadas em termos:

- a) De seu efeito integrador da personalidade social;
- b) Da dissolução de formas de sociabilidade por eles entendidas como tradicionais e a reinserção em novas redes de relações sociais, conjugadas no espaço físico da congregação;
- c) Da mudança do status social a partir da percepção da transformação interior que habilitaria o convertido a redefinir o sentido de sua vida e os significados do próprio sistema social indígena, e em relação ao qual passa a se perceber em posição de alteridade.

Observa-se que essa inserção no campo religioso atingiu a maioria das mulheres encarceradas na pesquisa, segundo Pereira (2004), uma das razões para o aumento da conversão religiosa, reside no fato que, para os convertidos, não existem mais rezadores como os de antigamente.

Por meio dos relatos de Raabe se observa que a criação da mãe que é evangélica é reflexo dessa onda de conversão ao pentecostalismo. Quando a mesma passou por momentos de dificuldade foi juntamente com o esposo orar em busca de um milagre para sua filha: “(...) Vamos orar, vamos clamar a Deus o que aconteceu. Aí eu comecei a orar, eu e o meu marido. Começamos a orar, orar, orar... Uma hora de oração e a menina parou de tossir e pediu água (...)” (RAABE, 2015). Durante a entrevista, ela fez questão de contar como foi sua conversão:

(...) Aí a gente voltou para ali, e ficamos uns 3 meses, aí eu entrei na igreja. Me converti a Deus, porque a minha filha estava a beira da morte, quase para morrer, o doutor falou que ela foi desenganada pela medicina do homem. Aí eu falei para o doutor se não podia fazer nada, aí o doutor falou: não. O meu marido já desesperado começava a chorar, desesperado. Tem uma condição que vai me salvar, eu falei para o doutor. Qual é a condição? É transplante?, Ele falou. Não, é o transplante de Deus. Eu vou me converter à Deus, eu vou orar e ela vai ser salva! Aí ele falou: depende da sua fé. Ele falou assim pra mim. Além de eu fazer toda maldade nesse mundo, bebia e tomava pinga e fazer essas coisas... Deus ele me amava ainda. Aí eu me converti à Deus, o meu marido se converteu. Só que no dia que eu me converti um irmão falou assim: Você levantou a alma para Cristo, Deus vai salvar sua filha. Mas você na brincadeira com Deus, porque Deus não é de brincar. Falou assim: não é você

fazer ele de remédio e depois você fazer a vontade do homem. Não é assim! Eu me converti (...). (RAABE, 2015).

Devido a esse contato com as diversas denominações religiosas que foram inseridas nas aldeias e em seu entorno, encontrei entre as mulheres indígenas encarceradas adeptas em várias denominações religiosas. Essa permanência em determinado momento frequentando a religião católica concomitante com a tradicional e vice-versa ou entre a religião protestante e a pentecostal, faz parte da rotina dessas mulheres.

Percebe-se nos relatos, durante as entrevistas, essa transição entre uma denominação e outra, sem saber realmente em qual permanecer. De acordo com esse relato percebe-se claramente essa dualidade religiosa ela frequentou o Centro Espírita em um determinado momento da sua vida, depois vai para uma igreja pentecostal, mas também não se adapta:

Noemi: Ah, eu... Ai eu cheguei... Quando eu cheguei eu achei aquilo tudo muito bonito, aquelas mulheres vestidas todas de branco, né? Dançando... Ai eu fui lá e perguntei se eu poderia entrar no grupo deles. Ai eu era bastante experiente para fora da aldeia, né? Não tinha mais aquele costume de lá. Ai ela falou pra mim, “essa aqui é a minha religião, se você acreditar e tiver fé, você tem dom você entre!”. Ai ela passou a mão na minha cabeça, ai falou pra mim que eu tinha dom. Ai eu comecei a entrar, ai eu comecei a me envolver junto com eles. Então, assim, eu não posso explicar como que aconteceu. Assim, a gente desenvolve lá dentro, a gente trabalha. É uma coisa muito gostosa, você adivinhar as coisas, fazer o bem para as outras pessoas. Foi muito bom durante dois anos, só que a partir do momento que eu vi eles fazendo aquelas coisas de magia negra e essas coisas entrou no meio eu fiquei com medo.

Ai foi na onde eu sai, não quis frequentar mais. Ela falou pra mim que eu ia sofrer muito se eu saísse, e foi mesmo eu sofri.e lá pra cá eu comecei a ir atrás de outros tipo de religião, que nem na igreja. Ai eu comecei a ir na igreja, na Deus é amor, quando eu comecei lá eu comecei a cair na igreja. Ai eu comecei a ficar com medo e eu abandonei também, ai foi onde eu conheci o meu marido, ai a gente casou. Ele ía na igreja, mas eu não ia. Eu tinha medo de ir na igreja.(NOEMI, 2015).

Débora: Eu era só crente também, Congregação Cristã no Brasil. Aí a minha mãe morreu e meu pai ficou, aí meu pai conheceu uma mulher, casou com ela. Foi morar na casa do meu pai, que era da minha mãe. Era uma casa grande... Não deixava eu morar ali, minha madrasta batia no meu irmão, no meu irmãozinho. Eu não aguentei, falava tudo o que ela falava pra mim de raiva...(DÉBORA,2015).

Esses relatos retratam como a imposição de uma religião sobre um povo gera transformações em sua vida. É muito claro como o ambiente prisional leva as pessoas apenas a buscarem sua fé. Em função do enclausuramento e do sofrimento, as pessoas buscam uma aproximação com Deus, ou se agarram em uma esperança para conseguir sobreviver naquele ambiente.

Percebe-se que muitas dessas mulheres estão em busca de um novo direcionamento religioso e de novas explicações do porquê de sua reza tradicional não ser mais suficiente para alguns indígenas.

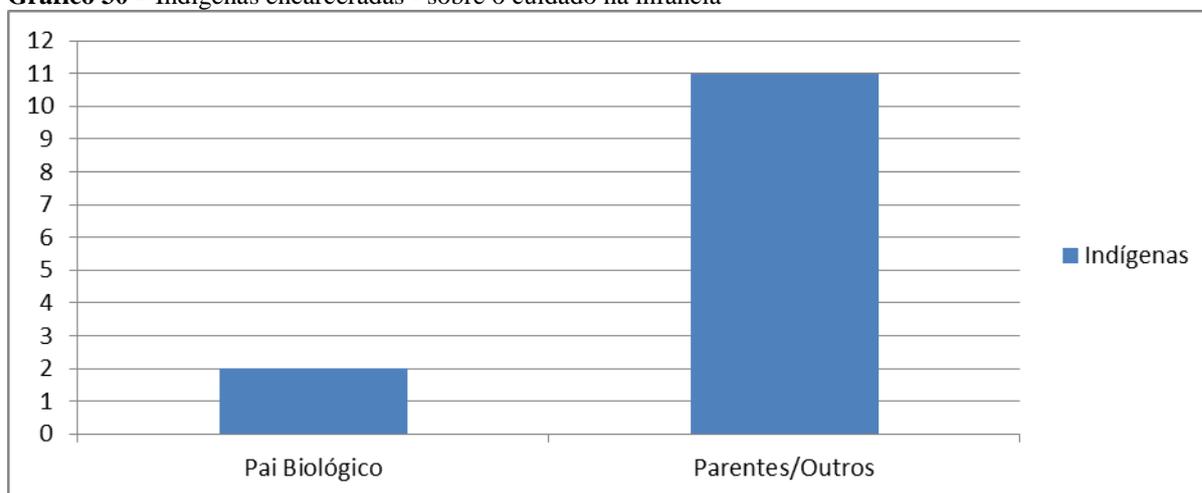
(...) Aí falou para eu rezar, mas eu falei que rezamento não presta. Eu rezava para sair e nada. Nem nada resolve até agora. Aí depois que eu fui orar para Deus, aí que deu...Eu orava, orava assim, “Me ajuda coloca uma pessoa para me ajudar!” Aí de tarde já me doou um sabonete, assim é só Deus(...).(BALA, 2015).

A fala se torna bem explícita a falta da fé no “rezamento” e sim na “oração” que indica o jeito de expressão de quem se considera evangélico.

3.5.9 As indígenas encarceradas e o cuidado na infância

Ao realizar a pesquisa nas penitenciárias me deparei com um número considerável entre as mulheres indígenas encarceradas que não foram criadas pelos pais biológicos, muitas nem conheceram sua mãe e muitas vezes nem o pai. Entre as treze indígenas, encarceradas 11 estão nesta situação e somente 2 foram criadas por seus pais biológicos.

Gráfico 30 – Indígenas encarceradas - sobre o cuidado na infância



Fonte: Dados da pesquisa

Não é possível medir exatamente o quanto essa falta de contato com os pais biológicos contribuiu para que sua conduta as levassem a cometer esses crimes. Para tanto, se faz necessário uma pesquisa mais aprofundada nesta problemática, mas o que ficou registrado através dos seus relatos é que há uma profunda explosão de sentimentos, como rejeição, ciúmes e vingança, que se somaram e foram transformando a personalidade dessas mulheres, que acabaram por cometer o crime – situação observada principalmente nos casos de homicídio.

Os cuidados com a criança, especialmente até os seis anos de idade, recaem quase que exclusivamente sobre a mãe biológica ou adotiva, criando profundo laço afetivo e dependência. Tais laços tendem a se arrefecerem com o crescimento da criança, num processo de autonomia progressiva, orientados pelas atribuições de gênero associadas a cada sexo (PEREIRA, 2008, p. 14).

Bala afirma:

E a minha mãe quando morreu, eu não sei nem quem é meu pai. Quando eu tinha 9 aninhos eu que soube que a minha mãe não era a minha avó. Minha avó me criava, mas não era minha avó de verdade. Só M. A. que é meu avô, porque a mulher dele não é, mas eu considerava minha mãe, porque ela me criava, né? Aí, fui criada com ela até depois dos 11 anos... Aí depois a minha mãe E. A. diz que é, minha mãe veio morar na fazenda e me deixou com o meu vô, M. A... Aí veio lá. Aí que me falou quem é minha mãe, mas só que eu falei para ela não era minha mãe.... Quem eu considerava minha mãe era S. A. ...minha mãe que eu considerava. Meu pai considerava T. A. . Só que depois, minha mãe queria me levar, mas não consegue. Porque nem meu pai e nem minha avó queriam me entregar. Porque ela me deixou sozinha...(...).(BALA, 2015).

Sara afirma que:

(...) Aí minha mãe me criou, minha mãe disse assim, que eu nasci no meio do mato. Minha mãe estava grávida, aí ela foi longe.... Diz que ela foi longe mesmo, e que aí eu nasci.... Aí diz que a minha madrinha me descobriu! Que eu estava lá, aí minha madrinha disse que ela me trouxe de lá. Aí eu fiquei com a minha mãe, né? Com a minha mãe... Mas só que o meu pai eu não tenho mais, faz tempo que meu pai faleceu.. (...) Aí eu conheci o meu padrasto e ele me criou desde pequeno, aí a minha mãe me registrou com o nome do meu padrasto, né? Eu cresci com ele, (...).(SARA,2015).

Tamar afirma:

(...) primeiramente eu gosto muito da minha avó.... Da minha vizinha que criou e mais meu pai, né? E nós somos, no total, 25 pessoas. Que ela criou no mundo, sem pai, sem mãe. Ela trabalhava na roça, plantava bastante coisa e ensinava muito bem, levava eu na escola, na igreja.... Ela junto. Ela lutou bastante e hoje ela é uma senhorinha de idade, tá com setenta e cinco anos. Eu gosto muito dela. E, para mim, tudo o que eu tenho é ela. (...).(TAMAR, 2015).

Rebeca afirma:

(...) meu pai já morreu, já, minha mãe também já morreu... Eu criei pela minha tia, né? Como que seus pais morreram? Você tinha que idade? Eu não sei não. Até agora eu não sei não. Eu conheci mais a minha mãe e a minha tia... (...). (REBECA, 2015).

Interessante salientar que esse ciclo está se perpetuando porque algumas das mulheres encarceradas têm filhas e filhos sozinhas, sem a ajuda dos pais. Essas crianças estão sendo criada por tias, avós, madrastos, madrinhas, etc., devido ao fato de seus pais não terem assumido a paternidade e por conta do encarceramento de suas mães.

Este retrato da domesticidade e das práticas cotidianas percebido entre as mulheres kaiojá e guarani pode remeter às concepções restritas de gênero, vinculadas nas sociedades ocidentais, mas é possível recordar-se que, na Antropologia, os afazeres femininos, enquanto parte do lugar socialmente ocupado por mulheres são construções culturais. Pereira (2011) pontua que a mulher, na figura da mãe, é o principal sustentáculo dessas sociedades (SERAGUZA, 2013, p. 30).

De acordo com Saraguzza, é indiscutível a importância do papel da mãe e como a falta do convívio dos filhos com suas respectivas mães pode causar danos para sua formação

como ser humano, tanto no aspecto emocional quanto em qualquer outra característica da pessoa, sua personalidade. Enfim, através desta pesquisa não há possibilidade de se mensurar, mas se torna evidente que a falta de uma estrutura familiar afeta indígenas e não indígenas em sua convivência em seu entorno.

Somente sob os cuidados da família que ela poderá aprender o estilo de ser familiar – teko laja, assim irá aprender as condutas adequadas para que não se torne um menino ou menina mal comportado – teko vai. Durante seus primeiros anos de vida, a circulação fica restrita à parentela. Porém, quando o casal se separa e os filhos não são incorporados por alguém da parentela consanguínea, sua humanidade kaiowá é diminuída, neste caso a criança é educada como guacho, “uma categoria de pessoas situadas numa posição subalterna” (PEREIRA, 2002, p. 174).

Segundo Pereira, algumas transformações na organização social se fortaleceram, mas algumas estão realocando os papéis dentro das comunidades. Uma questão que permanece é em relação ao fogo, que era e continua sendo controlado pelas mulheres. Entretanto, o trabalho assalariado também contribuiu para profundas transformações dentro das comunidades, surgindo conflitos e separações de casais.

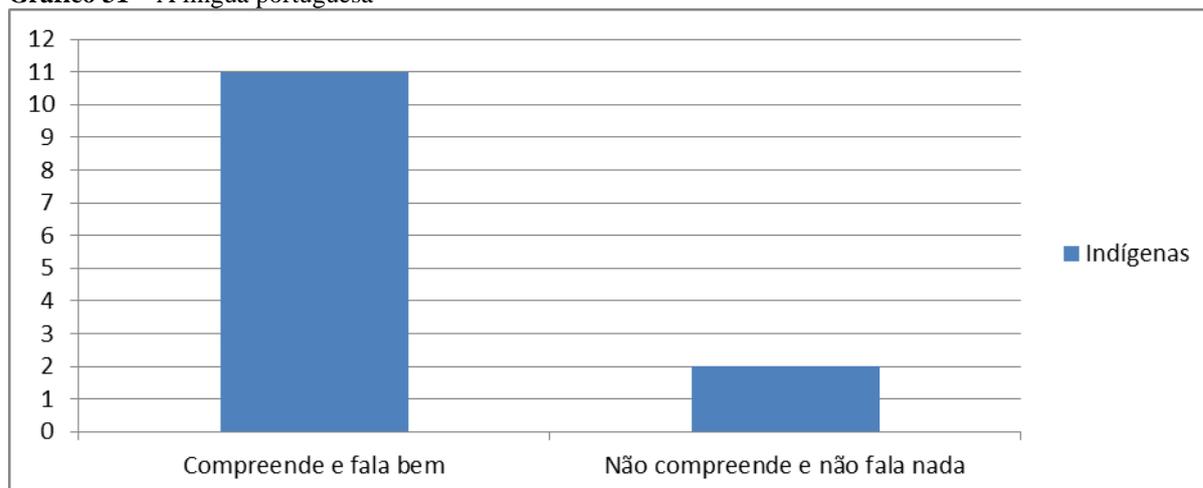
(...) é possível propor que a sociedade kaiowá atual enfrenta um dilema organizacional que se reflete numa espécie de mal-estar social, principalmente nas reservas mais povoadas, como Dourados e Amambaí, apresentando altos índices de problemas sociais, como violência, delinquência, etc. (PEREIRA, 2008, p. 10).

Os relatos mostram exatamente isso: uma realidade em que a organização social está em processo de ressignificação e essas transformações refletem na quantidade de homicídios e na violência dentro das aldeias.

O panorama encontrado traz à tona vários questionamentos que remetem à organização social dessas comunidades, com o fato de estarem em um processo de transformação que reflete na vida adulta dessas mulheres. O contato com o não indígena e a perda de suas terras tradicionais os levaram a condições que alteraram a estrutura tradicional de viver e de se organizar, pois as influências externas tiraram sua autonomia.

3.5.10 Indígenas encarceradas e a questão linguística

Gráfico 31 – A língua portuguesa



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico indica que 11 das treze indígenas encarceradas são bilíngues. Durante a realização das entrevistas nas penitenciárias, esse percentual se comunicou muito bem na língua portuguesa e não deixou de falar sua língua materna, o Guarani. Embora o contato com o colonizador tenha, em muitos momentos, impedido que os indígenas comunicassem em sua língua tradicional, como afirma Saraguza:

A língua materna dos Guarani/Kaiowá na época quase foi extinta, ninguém podia falar, uma dura realidade que os povos indígenas enfrentavam e mesmo assim conseguiram manter viva sua língua mesmo na maior opressão, graças aos “*ñanderu* e *ñandesy*” que estavam ligados com nosso deus, para não se esquecer de apaziguar o sofrimento dos seus filhos (SERAGUZA, 2012, p. 43).

Observa-se que o fato de serem bilíngues pode ser considerado como um fator positivo durante o período do encarceramento, porque elas conseguem se comunicar com seus pares sem que as demais internas não indígenas entendam seus diálogos.

Entretanto, existe o aspecto negativo observado no caso das duas das internas que não falam e não compreendem bem o idioma português. Se estiverem em uma unidade penal que não tenha outras indígenas, a comunicação com os não indígenas fica difícil e se torna até mesmo impossível compreender seus pedidos e necessidades. Essa é uma questão que se coloca porque o Estado não cumpre sua obrigação de aplicar a pena aos indígenas em locais específicos.

Em nenhuma das unidades visitadas foi encontrada qualquer pessoa que possa fazer o trabalho de intérprete. Mais grave ainda é o fato de que na análise dos processos criminais não houve a utilização de intérprete, principalmente nos casos de homicídio, em que a ré vai ao tribunal do júri. A presença do intérprete é um direito adquirido que não é respeitado. Essa ausência no decorrer do inquérito e do processo judicial deve ser vista, como um forte ato de

cerceamento de defesa, pois mesmo aquelas que são bilíngues encontram algumas dificuldades para se expressar em português, especialmente no âmbito de um processo judicial, em que a precisão das palavras (ou sua falta) pode absolver ou condenar o réu.

Cabe ressaltar que o bilinguismo se dá em diferentes níveis e que por mais bem que conheçam o português, a habilidade comunicativa no guarani é incomparável.

3.5.11 As motivações que culminaram com os crimes de homicídio cometidos pelas indígenas Kaiowá e Guarani encarceradas

O crime mais cometido entre as mulheres indígenas encarceradas Guarani e Kaiowá foi o homicídio. O crime de homicídio se configura no Código Penal da seguinte forma:

Artigo 121 do Código Penal – Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição da pena:

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Se enquadra nesse inciso o crime cometido pelas indígenas Rebeca e Ruth, homicídio qualificado. De acordo com o relato de Rebeca, pode-se perceber que:

O crime foi porque a mulher matou o meu sobrinho, né? Ali ela falou para mim... Aí eu achei ela na estrada, ela falou para mim que eu e a minha prima que está ali na cela... Eu e a Ruth estávamos lá e ela falou para mim: eu matei seu sobrinho com o meu esposo, eu ajudei meu esposo a matar seu sobrinho... Falou para mim né? E vocês são vagabundos, vocês não prestam para agir nada não... Aí ela começou, falou: agora eu vou matar vocês!... Falou... Aí tiraram a faca para mim, né? Aí eu tirei a faca dela, eu fui me defender... Aí eu cortei ela, pulei nela já... Aí eu não sei quantas facadas eu dei, perdi a minha mente (...).(REBECA,2015).

O crime cometido por Rute, prima de Rebeca, ocorreu porque ambas se revoltaram porque a vítima tinha ajudado a matar o sobrinho de uma delas e, não satisfeita, ainda fazia constantes provocações, como relata Rute:

(...) Aquele dia eu estava no sábado, na festa da liderança... Aí, na hora que a festa acabou eu fui para minha casa, ia dormir, aí... Eu dei uma facada naquela mulher que me abusava, né? Ela me provocava né? Me provocava... Aí eu perdi minha mente e dei uma facada no braço dela e saí correndo para minha casa (...). (RUTE, 2015).

O que leva duas mulheres, mães de família e casadas, a cometerem um crime? Ao analisar o processo criminal de ambas para buscar mais informações e compreender o

contexto desse crime, percebe-se que o sentimento de revolta e o ressentimento devido à morte de seu sobrinho aliados ao consumo de álcool geraram essa fatalidade.

E este panorama se estende a quase todos os casos de homicídio: pessoas que alimentam sentimentos ruins que vão consumindo o ser humano dia após dia. Neste caso, especificamente, ainda havia as provocações da vítima – que, sem dúvida, não justifica que se ceife a vida do outro.

Consta nos autos que Rebeca e Rute estavam em uma via pública na aldeia Bororó, município de Dourados, juntamente com alguns menores, ingerindo bebida alcoólica no dia 30 de março de 2014.

Neste momento iniciou-se uma discussão entre a vítima e as autoras, haja vista que Maria seria o pivô do homicídio de **L. M.** parente das denunciadas, cujo crime foi praticado no dia dez de outubro de 2013 por **D. S. R.** então companheiro de Maria e ex convivente de **L. M.** (MATO GROSSO DO SUL, 2014,).

De acordo com o entendimento jurídico, o que levou as réas a cometerem o crime foi considerado motivo torpe³⁰, que consta na decisão do TJSC³¹: “A vingança decorrente de ressentimento reprimido, que impele o réu ao cometimento do crime, caracteriza o motivo torpe que se reporta” ao art. 121/ § 2º- 1º do CP/RT 781/1677 e JCAT 242/348.

As duas indígenas foram presas pelas lideranças locais e as testemunhas de acusação listadas no rol ficaram sabendo do crime no dia posterior e não presenciaram os fatos. As réas foram conduzidas até a delegacia e lá foram indiciadas pela prática do crime, em tese de homicídio doloso qualificado – Artigo 121, §2º incisos II e III do Código Penal.

E ficou registrado na nota de culpa das réas a seguinte fala do Delegado de Polícia Adilson Stiguivitis Lima: “(...) Insta salientar que os índices de violência ocorridos no interior das aldeias indígenas da região de Dourados/MS são alarmantes, o que requer medidas enérgicas do Estado, mormente no que diz respeito aos delitos contra a vida (...).(MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Interessante que todos sabem o que ocorre nas aldeias do estado, mas não há providências por parte dos órgãos competentes.

Até a data das entrevistas realizadas para esta pesquisa, as indígenas não haviam ido ao Tribunal do Júri, não sendo possível saber qual foi a sentença das duas indígenas pelo crime cometido. Observa-se que a violência está formando um ciclo vicioso porque o Estado não cumpre seu papel, pois o sobrinho das mesmas foi brutalmente assassinado e as parentes resolveram fazer justiça com as próprias mãos.

³⁰ A conduta das réas encontra-se descrita no artigo 121, § 2º, inciso I, do Código Penal, ou seja, por motivo torpe, já que mataram a vítima Maria porque ela teria motivado o homicídio de L. M., parente das denunciadas.

Outro caso de homicídio qualificado foi cometido pela indígena Débora, nascida na Aldeia Jaguapiru da Reserva Indígena de Dourados, da etnia guarani, no município de Dourados (MS) no dia 23 de dezembro de 2013.

Crime que a ré foi denunciada: Homicídio Qualificado – 121, § incisos I, III e IV, c/c § 4º (causa do aumento), Código Penal, Corrupção de Menores – art. 244-B da Lei nº 8.069, de 1990.

Segundo consta nos autos do processo (...). Débora G. , ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta por motivo torpe e cruel, mediante recurso que impossibilitou a defesa do ofendido, em companhia da menor **E. G.** , munidas com pedras, desferiram vários golpes em face da vítima **N.B.R.** , menor de (14) anos à época dos fatos, atingindo-lhe nas regiões frontal, orbitárias, zigomáticas, dorso do nariz, labial superior, o que lhe causou traumatismo crânio-encefálico, consoante laudo de exame necroscópico de p.p 54/58, Laudo Pericial do local do crime de p.p 46/53, sendo esta a causa determinante de sua morte. Assim na data dos fatos a denunciada movida pelo ódio e raiva pela madrasta, juntamente com a sua irmã menor **E. G.** resolveram se vingar de **F. B.**, oportunidade em que se dirigiram até o Hospital da Missão Indígena, local em que a vítima estava internada.

Ainda segundo a denúncia a ré agiu **por motivo torpe**, eis que tinha desavenças familiares com a genitora da vítima e para se vingar ceifou a vida de sua filha. (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Entretanto, ao entrevistar a interna Débora na penitenciária, ela relatou que tinha raiva de sua madrasta porque sofria maus tratos pois a mesma tinha ciúmes de seu pai. Débora afirmou que sua madrasta tinha feito feitiçaria para destruir o casamento de seus pais. Após a morte de sua mãe, a madrasta foi morar com seu pai e a expulsou da residência que era de sua mãe.

Já em seu depoimento na delegacia a mesma afirma que é verdadeira a imputação de homicídio qualificado que é atribuída; Afirma que é desafeta e sempre teve problemas de relacionamento com a madrasta, que é a mãe de **N.**, alega que na data dos fatos a madrasta mandou alguém na casa da interroganda para causar danos, “ela mandou um homem na minha casa para estragar todas as minhas coisas”; Afirma que estava com muita raiva da madrasta e estava disposta a matá-la, porém foi convencida pela sua irmã **E.**, para não atentar contra a madrasta, tendo dito “eu estava muito injuriada, eu ia matar a mãe dela naquele momento”; Afirma que junto com **E.**, resolveu descontar a raiva em **N.**, que estava hospitalizada, alegando porém que quando foram até ela não tinham a intenção de matar, “eu ia só bater nela”; Afirma que chegou ao hospital junto com **E.**, e primeiro visitaram uma tia que também estavam internadas, depois se dirigiram até o quarto de **N.**, e a interroganda a convidou para “ir embora”, alegando que **N.** aceitou dizendo “eu queria ir embora daqui mesmo”; Alega que a própria **N.** arrancou o soro que era administrado em sua veia, ato contínuo ela fugiu do hospital pulando pela janela, “ela foi na frente e eu pulei atrás, a minha irmã deu a volta”; Afirma que se dirigiram para o lago e que no trajeto foi agredindo **N.**, para que ela andasse, “eu fui dando socos nela para ela ir, mas eu bati nela mesmo só no lugar”; Quanto a motivação, alega “eu matei ela porque eu não gostava da mãe dela, eu não ia matar ela porque ela é minha amiga; depois que eu joguei ela eu puxei, parece que veio tudo na minha cabeça tudo o que a mãe dela tinha me feito sofrer e que tinha mandado o homem quebrar tudo na minha casa” (...).(MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Ao ouvir seu relato, percebi que após ter tido seu filho na penitenciária, Débora estava com outra perspectiva de vida, de sair e cuidar do seu filho, ou seja, tinha uma

motivação para reconstruir sua vida. Infelizmente, a mágoa e o ressentimento por não ficar na casa que era de sua mãe e o casamento de seu pai com outra mulher, a expulsão da casa pelo pai, juntamente com a compra de bebida alcoólica para ela e seus irmãos, o fato de não ter mais atenção do pai, tudo isso causou profundo sentimento de ira e o desfecho foi a morte da filha de sua madrasta, já que não conseguiu matar a mesma.

Outra interna que cometeu o crime de homicídio simples foi a interna Bala, que é uma indígena Kaiowá de 23 anos, moradora na Aldeia de Amambaí (MS).

Ela relata por que cometeu o crime contra seu parceiro:

(...) Só que o E já falou para tia que ele ia ficar comigo, mas me pegou bêbada... Aí ficou 3 dias, casou... Ficou amigada com 3 dias, casou... Ficou amigada com 3 dias. Aí, depois de 3 dias, começou bêbado a lembrar quem era o meu primeiro marido. Quem quebrou minha virgem (virgindade?)... Aí fiquei quieta porque eu não sabia quem quebrou minha virgem. Então, de repente, aí já ficou bravo, bravo, bravo... Dois dias, ficou bêbado, eu também fiquei. Aí depois começou a me bater. Me machucou tudo, me bateu...Tudo aqui esse sinal eu tenho... Ele me segurou, todo o meu cabelo e cortou. Meu cabelo era alto. Aí me segurou... “Por favor, não pode me bater mais... Você já me machucou tudo já! “Por favor, não pode me bater mais”.... Aí minha amiga, eu estava longe dela, ela que me salvou. Aí quando chegou lá perto da vizinha (...).(BALA, 2015).

A violência sofrida pela indígena foi um propagador para gerar o sentimento de revolta contra seu parceiro. Em poucos dias de convivência, já havia apanhado por diversas vezes e sido humilhada perante a comunidade da Aldeia, como fica evidente em seu relato acima citado.

O caso de Bala não é o único de agressão física relatado pelas mulheres indígenas encarceradas. Aliado à violência e ao consumo de bebida alcoólica, é um fator que contribui para a ocorrência de violência doméstica. Neste processo, o convívio com a sociedade regional, a falta de alternativas sustentáveis e a reprodução das culturas têm sido relacionados ao uso abusivo de álcool (SACCHI, 2014, p. 64).

Bala descreve as circunstâncias que antecederam o momento do crime:

(...) Daí eu falei para, “vai na casa da sua tia, pelo menos para comer uma mandioca, tá pertinho! Se ele me bater de novo eu vou gritar para você!”. Correu para a casa do meu tio. Cheguei lá eu não escutei nada, nada, nada.... Quatro horas da tarde já, mas só que eu bêbada, mais ou menos bêbada.... Quando eu passei falou, “Chiquinha, me espera aí”... Você vai me comer agora!”“. Aí tem uma faquinha branquinha, deste tamanho (possivelmente mostrando o tamanho), branquinha, branquinha.... Não sei a onde quem que arrumou pra ele, faquinha branquinha. O C ficou lá do outro lado. Aí enquanto ele me segurava, ele queria furar a minha boca, só que ele acertou aqui, no meu dedo, acertou... Só que eu já sai, não sei como, porque eu caí....Me segurava aqui, assim me segurava (indicando como) e eu gritava, C...! Me ajuda!”Aí depois, soltei dele... E consegui gritar. Ele queria me quebrar... Aí o C chegou... Jogou para mim a faquinha, aquela branquinha. (Não dá para entender bem mas parece que eles se travaram uma luta corporal)..Aí caiu a faca dele. Quando caiu a faca dele o C chegou....” Chiquinha, mete ela...Ela vai te matar, você!” Aí eu mordi aqui...Ele

estava segurando minha boca..A faca dele caiu, a faca do **E** caiu...Como que...Quando a faca caiu, meti a faca, já furei ele aqui! Furei por aqui e por aqui, né? Aí eu cai, **C**, ajuda...” Aí **C** chegou e deu um bicudo, aí caiu. Aí o **C** pegou e deu um soco na boca dele. “Assim que é... Você que bateu em mulher em mulher assim...” “Corri, Chiquinha, você agora... Corre Chiquinha! Deixa comigo agora!” Aí eu “Tá bom!” Corri... Mas eu pensei que era só briga... Aí o meu tio foi lá, chegando lá já estava morto já. Chorava....Aí ficou tremendo assim, e agora? O que eu vou fazer? Ah, tem que falar que você defendeu, porque ele bateu muito em você, para defender... Aí **C** falou, “fica quieto, Chiquinha, não se preocupa não! Porque bateu muito em você e queria bater em mim também. Aí por isso que... A mãe dele bateu todo mundo tem medo dele!” Aí me segurou aqui, aí queria de novo me bater, com 7 vezes me bater....Aí eu furei, eu não sei...Ele falou que coração! Não sei se foi essa que matou, porque eu furei, eu não sei...Ele me segurava abrindo minha boca, mas só que me acertou aqui...Uma só que me acertou. Graças a Deus eu to viva para minha filha né? E se eu não fizesse assim eu ia estar morta já (...). (BALA, 2015).

Embora fique evidenciado no relato de Bala que ela agiu em legítima defesa – por conta da violência sofrida em pouco tempo de relacionamento –, mais uma vez o consumo de bebida alcoólica foi determinante para o cometimento do crime. Fica evidente que um crime ocorreria, em algum momento ou ela ou ele estaria morto. No caso, ele morreu.

Essa temática será mais bem explicitada no decorrer do capítulo, mas o consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias ilícitas está presente em praticamente todos os crimes cometidos por essas mulheres indígenas.

Outro caso em que o consumo da bebida alcoólica está presente é o da indígena Sara, da etnia Kaiowá, moradora na Aldeia Tey Kuê, em Caarapó (MS). Quando foi feita a entrevista para esta pesquisa, ela já tinha passado pelo Tribunal do Júri e sua pena foi de dez anos de prisão.

Entretanto, Sara afirma:

(...). Eu não sei o que aconteceu aquele dia, eu estava bêbada... Eu fui para a escola, eu fui na casa do meu tio. Quando eu voltei, um homem que eu encontrei na estrada, aquele tal de **R**. Aí eu encontrei ele na estrada e ele me ofereceu 50,00 reais para eu matar a mulher dele né? É, ele me ofereceu. Aí eu não ia aceitar... Eu não falei nada, fui para escola. Quando eu voltei da escola ele disse que já estava com contato de um amigo ou um rapaz que estava na estrada, aí eu achei aquele rapaz na estrada, aquele tal de **D**....Aí ele falou assim: “você aceita aí, aquele **R** vai pagar para nós matar a mulher dele... Você aceitaria?” Aí eu falei para ele:” Eu? Eu não vou fazer isso não, eu tenho a minha filha para criar, eu tenho também sobrinha também tudo, minhas crianças para eu cuidar... Tem minha mãe, minha mãe é idosa, ela não anda mais. “Tem meu padrasto que é idoso também para eu cuidar”. Eu falei para ele assim... Aí ele falou assim para mim: “Não... Eu trouxe... Você quer uma bebida?” Não... “Eu não quero não”. Eu já estava saindo da escola. Dez horas em ponto. Eu disse: “Não eu já vou embora, eu não quero não!”... Aí (ele falou): “Toma, toma...” Aí eu comecei a tomar, eu nem me lembrava mais o que eu fiz....Aí eu fui lá para casa, nem mostrei para a minha mãe e nem para o meu padrasto. Aí diz que eu acordei às seis da manhã ali na sala mesmo. Olhei para minha roupa cheia de sangue. “(...) afirma que na data do ocorrido, armado com a ajuda de dois outros indígenas que estavam ingerindo bebidas juntos, a realizar o ato”. Atraíram a vítima até uma rua erma e então desferiram vários golpes de faca e pauladas na sua cabeça,

deixando a no matagal nas proximidades acreditando que já estivesse sem vida (SARA, 2015).

Outro caso de homicídio entre parceiros ocorreu com Ana, uma indígena da etnia Kaiowá de quarenta e seis anos, mãe de seis filhos, moradora na Aldeia Limão Verde (localizada no Km 5 da BR 156 em Amambaí/MS).

Ana é analfabeta que se comunica em sua língua materna o Guarani; fala e compreende mal a língua portuguesa. É casada com o indígena P. M. de setenta e quatro anos, já aposentado. Segundo Nelson Castelão, capitão da aldeia acima referida, “o casal é dependente de bebida alcoólica e já tinha perdido a guarda dos filhos. Os dois viviam constantemente embriagados nos arredores da aldeia e se agrediam diariamente”.

Interessante que a única providência tomada foi a perda da guarda dos filhos, em nenhum momento houve a preocupação de levá-los para tratamento. Mais um crime que provavelmente não teria ocorrido se não houvesse a ingestão de bebida alcoólica.

Durante a realização da entrevista na penitenciária, foi muito difícil estabelecer um diálogo, pois ela não entende nem fala bem o português. Para analisar e entender o caso dela, obteve-se mais dados através da consulta do processo. No dia 25 de dezembro de 2014, o casal começou a ingerir bebida alcoólica por volta das 15 horas e, às 23 horas do mesmo dia, o capitão foi chamado para intervir na residência do casal, pois havia ocorrido um homicídio.

Chegando lá, a senhora Ana, com a faca na mão, havia matado seu esposo, chorava e negava a autoria do crime, “mas pediu para a sua vizinha rezar para fazer seu marido voltar a viver”, muito arrependida do que havia feito. O relato de Ana: “Aí falou que matou. Não é eu matou não. Aí beber pinga... Aí acordei...” (ANA, 2015).

Para finalizar as motivações dos crimes de homicídio observa-se que três elementos se destacam: o consumo de álcool, a violência de gênero e a violência doméstica, temas que serão discutidos no decorrer do capítulo. Embora possa parecer redundante, infelizmente todos os casos se relacionam com essa problemática que assola as comunidades indígenas. Portanto, só nos resta repetir.

A indígena Ester, da etnia Kaiowá, moradora na Aldeia Taquapery, no município de Coronel Sapucaia em Amambaí (MS), é analfabeta – fala muito mal a língua portuguesa, seu idioma é o guarani – foi acusada de praticar o crime de latrocínio, que é roubo seguido de morte.

De acordo com o Código Penal - Artigo 15732 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la,

por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Ver tópico (992156 documentos).

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade (incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de quinze a trinta anos, sem prejuízo da multa.

Segundo consta nos autos do processo nº 004.08.001688-3 (...) que na noite dos fatos, quando estava escurecendo a interroganda. E e S pegaram um táxi da vítima para ir até a Aldeia Taquapery; que E disse para a vítima que quando chegasse na Aldeia Taquapery iria pagar lá; que E, estava armado com uma faca; que no momento em que a interroganda e S foram pegar o táxi com E, este disse que “iria fazer um serviço” que era para a interroganda e S saírem correndo; que a interroganda e sabia que E iria praticar o roubo no momento que embarcaram no táxi; que pediu para E não praticar o crime; todavia ele não obedeceu; que a interroganda é esposa de E que a interroganda foi para a Aldeia Taquapery sem motivos, “ pois não iria fazer nada na aldeia”; que S também sabia do crime e foi até a aldeia “ só por ir”, que no momento em que chegaram a aldeia E sacou a faca e exigiu que a vítima lhe entregasse 500,00 reais; que como a vítima disse que não tinha o dinheiro o réu E desferiu vários golpes de faca na vítima; que a interroganda e S saíram correndo e E ainda permaneceu no local (...) (MATO GROSSO DO SUL, 2009.p. 9-10).

Ao analisar o processo nº 004.08.001688-3, foi possível constatar que:

De acordo com o com a denúncia do Ministério Público Estadual, foi feito contato com o “Capitão” da aldeia Taquapery, de nome Jonas, o qual passou a auxiliar nas buscas pelos autores. As investigações foram mantidas de forma a localizá-los e identificá-los e nesta data (2009), por volta das 14h20, veio ser informado que integrantes da comunidade indígena haviam efetuado a prisão dos acusados (...) (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 6).

Durante o depoimento de Ester, como ela só fala guarani, foi designado um intérprete, que era um policial que fazia parte das testemunhas da prisão do casal após o cometimento do crime. O que chama a atenção é que não havia nenhuma testemunha no momento do crime e que a ré e seu esposo foram presos pelas lideranças da comunidade indígena no outro dia por volta das 14h e a polícia foi chamada depois.

Como consta nos autos, a ré (indígena Ester) confessou parcialmente que são verdadeiras as alegações feitas na denúncia. Em nenhum momento ela confessa que participou do crime, tanto que foi pedida a absolvição dela:

Na folha 13 do processo de defesa de Ester, pugna pela absolvição com fundamento no artigo 386, inciso VI, do Código Penal Processual, pois não existe prova suficiente para a condenação ou, alternativamente, a aplicação da pena legal, com reconhecimento da atenuante da confissão, com redução por coação moral (...) (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

Mas a absolvição foi negada. Interessante que em momento algum do processo acima descrito ela aparece participando ativamente na execução do crime e mesmo assim foi condenada a 20 anos de prisão e seu esposo, que cometeu o crime, a 25 anos de prisão, e a menor que estava junto S, irmã do autor, foi liberada. Interessante que a defesa não fez pedido para um novo julgamento.

Um fato positivo que foi observado durante a análise desse processo é que o juiz da comarca de Amambaí pediu para enviar um ofício à Funai, de forma a se verificar a identidade e qualificação dos indiciados, fato que não ocorre na comarca de Dourados (MS), pelo menos nos casos envolvidos nesta pesquisa.

3.5.12 Motivações para as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá cometerem o crime de tráfico de drogas

Para adentrar nesta problemática, considera-se o debate sobre as drogas de fundamental importância, pois ele reflete duplamente no contexto prisional, no encarceramento e também na reincidência, causando a superpopulação carcerária. Sabe-se que atualmente o tráfico de drogas é o motivo principal das prisões no cenário nacional e, em especial, no Mato Grosso do Sul, “denominado como corredor do tráfico”, por estar ligado a duas fronteiras internacionais (Paraguai e Bolívia).

E a incidência do número de mulheres não indígenas que cometem esse tipo de crime tem aumentado consideravelmente em nosso estado e no Brasil, índice que já foi apresentado no Capítulo 2.

(...) Foi constatado que 90% das mulheres em situação de prisão no Mato Grosso do Sul estão imputadas no crime de tráfico de entorpecentes. Atualmente elas não são apenas as mulheres dos traficantes, e sim protagonista da ação criminal, desencadeando um grave problema social. Ao sair do núcleo familiar devido à prisão, acabam desestruturando a célula familiar e seus filhos geralmente são encaminhados para abrigos, o patrimônio se dissolve e as sequelas da prisão se perpetuam (STRADIOTTI, 2015, p. 30).

Entre as treze mulheres indígenas encarceradas pesquisadas, o índice foi apenas de uma mulher indígena (1/13) presa por tráfico de drogas. Através de seu relato, é possível

averiguar o que a levou a cometer esse delito. Quando fui entrevistar a indígena Raquel, ela já se encontrava no regime semiaberto em Dourados.

O tráfico de drogas está descrito na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Pena – reclusão de 5 (cinco anos) a 15 (quinze anos) e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias - multa.

Raquel, da etnia Kaiowá, foi condenada pela prática do tráfico de drogas e pelo artigo 12 do Estatuto do Desarmamento³³ a quatro anos e seis meses de prisão. Mãe de um menino, mora na aldeia Jaguapiru, em Dourados (MS), onde trabalha durante o dia em uma padaria e à noite tem que pernoitar no presídio. Ela começou a descrever como começou a consumir a substância ilícita e depois a vender:

(...) Eu não fumava, não bebia, nem nada, né? Era uma pessoa assim... Aí comecei a fumar cigarro naquele dia. Eu quase matei ele, brigamos, virou aquela bagunça. Daí comecei a desandar, fumar maconha... Daí já estava para outro lado, ninguém conseguia fazer eu parar. Comecei a ficar muito revoltada, porque eu não conseguia engolir aquela cena, né? Daí ele foi embora, aí eu comecei a sair a noite, fumar droga, bagunçar... Meu filho precisava de tantas coisas e eu não podia dar, aí aquilo me foi subindo, foi subindo... (...). Chegou um tempo que eu falei, não... Eu vou ter que vender drogas. Vou ter que melhorar minha situação, aí passou um tempo e eu arrumei um namorado. Aí ele falava para mim assim, “Não eu vou te ajudar!”. Eu vi assim, ele ganhando muito dinheiro... Eu via ele ganhando, ele lá em cima. Aí ele falou, “Não vamos vender aqui na sua casa, que nós rachamos!”. Aí começamos a vender, comecei a fumar e vender. Dia e noite, aí já não parava mais... Era quilos e quilos de drogas, aí eu comecei a abastecer a aldeia inteira de drogas. Era... Fazia mil reais por dia e mil reais por noite. E fui tendo aquela vontade de ter mais dinheiro, mais dinheiro e assim dava para manter a família inteira... Aí não consegui parar mais... Às vezes eu falava, “Eu quero parar, eu quero parar”... Mas não conseguia... (...). Às vezes eu pedia para Deus que eu queria parar, porque a pessoa que vende é mais viciada do que o viciado. Aí eu comecei a usar e vender, eu passava a noite em claro assim. Tinha noite que eu passava olhando o meu nenénzinho na cama e eu usando droga. Olhava para ele assim... Às vezes dava vontade assim, eu jogava assim as drogas e pensava, “Não eu vou ficar com meu filho! Vou curtir meu filho”. Aí dava vontade eu começava a usar droga de novo, começava a fumar, no outro dia eu não aguentava nem comigo. Meu filho chorava, porque queria mamar e eu não dava para ele porque queria fumar. No outro dia eu pensava, “Poxa eu briguei com o meu filho porque eu queria usar droga, isso não é vida”. Mas aí eu não conseguia mais me libertar. Passou um tempo, daí minha mãe falou que ia tomar ele de mim, né? Aí eu deixei ele, com ela um bom tempo, aí que eu comecei a fumar mesmo. Aí não parei mais, aí vendia e fumava, vendia e fumava... Aí o meu irmão começou a usar drogas também, e ele estava tendo aqueles ataques assim, do coração sabe? Estava quase morrendo, e eu tinha dó de falar para ele, “Não!”. Porque se eu não desse ele ia comprar em outro lugar. Eu tinha que dar, aí eu dava droga pra ele. E meu pai sempre falava, “Minha filha, não faz isso... minha filha não faz isso!”. Mas eu sempre dava um jeitinho e aí ele deixava eu vender de novo (...). (RAQUEL, 2015).

³³ Lei nº 10.826/2003, artigo 12 do Estatuto de Desarmamento (estava sob sua posse uma arma de fogo).

As motivações de Raquel acima descritas não são muito diferentes daquelas da maioria das mulheres que entram para o tráfico de drogas: dificuldade financeira, desilusão amorosa e facilidade em encontrar drogas dentro das aldeias de Dourados – esse último fator faz com que as pessoas tenham um contato fácil para adquirir drogas tanto para o consumo como para a venda e, conseqüentemente, para conseguir sustentar o vício, é necessário vender também.

Após passar por todos os percalços e mazelas dentro da prisão, Raquel afirmou que iria mudar de vida. Já estava trabalhando e esperando cumprir toda a sua pena para poder morar com sua família e mudar de vida.

3.5.13 Motivações para as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá cometerem crimes de furto e roubo

As indígenas que serão abordadas neste subitem foram denunciadas e presas pelos crimes de:

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância. IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90

Concurso Material

Art. 69 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - Na hipótese deste artigo, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição de que trata o art. 44 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

A indígena Noemi, 37 anos da etnia Guarani, mãe de quatro filhos e avó de um menino de quatorze anos, se envolveu no crime de assalto a mão armada, como é popularmente conhecido – diferente do caso acima descrito, da indígena Ester, em que houve a morte da vítima.

Noemi nasceu na aldeia Jaguapiru, em Dourados (MS). Foi criada por sua avó até a idade de doze anos, pois foi abandonada pela mãe quando nasceu. Casou-se com um não indígena e morava em um sítio nas proximidades de Nova Alvorada do Sul (MS).

Ela relatou que era usuária de drogas, consumia crack e passava dias fumando sem consumir nenhum tipo de alimento. Por isso, a cada dia perdia mais peso. Mesmo muito magra, pesando apenas 38 quilos e com uma péssima aparência, conheceu seu terceiro marido (J. C. N.), não indígena, com o qual se declara muito feliz.

Viviam há seis anos juntos em um sítio nas proximidades de Nova Alvorada do Sul/MS e frequentavam a igreja “Deus é Amor”. Depois, Noemi abandonou a religião com medo das manifestações religiosas que lá ocorriam, seu esposo continuou mesmo sozinho e, contando com o apoio do esposo, conseguiu se livrar do vício das drogas ilícitas, mas ainda consumia bebidas alcoólicas.

Há pouco tempo, começou a receber a visita da cunhada que morava em São Paulo e era casada com um integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC)³⁴. Por vários finais de semana, essa cunhada foi em sua residência fazer visita e levava alguns amigos para fazer churrasco no sítio em que trabalhavam e moravam. Esporadicamente, pediam para guardar algumas sacolas, mas afirma não saber o que continha nessas sacolas, mas de acordo com os autos:

Noemi, ao ser inquirida, respondeu: Que, relata a declarante está residindo nesta cidade há seis anos com o seu convivente senhor J. C.N.; Que relata a declarante que tem quatro filhos, mas nenhum é de J.C.N.; Que estavam há quatro meses trabalhando no sítio Belém; Que, o esposo da declarante, senhor J.C.N., é irmão de vulgo “Fran”, convivente do vulgo “Cris”; Que relata a declarante que conheceu vulgo “Cris” desde quando mudou-se para esta cidade, mas esclarece que anteriormente quando morava na fazenda Preferida, próximo à Usina ETH, vulgo “Fran” e “Cris” lá apareceu uma única vez e a declarante não estava na fazenda; Que relata que começou a ter um contato maior com a sua cunhada “Fran” depois que se mudou para o sítio Belém, pois Fran ia com frequência em sua casa aos domingos; Que relata que o vulgo “Cris” foi no sítio com Fran apenas duas vezes, sendo que após começou a ir com mais frequência com o vulgo “Negão”; Que relata que Cris e Negão chegavam ao sítio pediam para lá ficar por alguns instantes, esclarece que seu esposo J.C.N. dizia que ele tinha que trabalhar, mas eles poderiam ficar o tempo que quisessem; que relata que certo dia Cris e Negão chegaram na casa da declarante com duas sacolas de plástico e então pediram para guardar por alguns dias as referidas sacolas, que então o esposo da declarante J. C. N. , desconfiou que era

³⁴ A facção criminosa PCC, a maior e mais organizada do país hoje, foi criada por oito presos, em 31 de agosto de 1993. Marcos Herbas Camacho, o Marcola, é o chefe do PCC e está preso por roubos a bancos (<http://www1.folhauol.com.br/folha>. Cotidiano, acessado em: 11 de maio de 2015).

arma; Que a declarante não queria guardar nada dentro de casa, mas seu esposo pediu pois disse que era apenas por alguns dias; Que relata que Cris e Negão retornaram à casa da declarante para pegar as sacolas, a declarante o questionou e Cris então abriu uma das sacolas e mostrou três armas, sendo dois revólveres e uma pistola; Que, no exato momento, a declarante pediu para Cris tirar tudo de sua casa e não aparecer mais lá, pois não gostava de armas; Que afirma que a segunda sacola Cris não mostrou para a declarante e nem para seu esposo J.C.N.; Que a declarante esclarece que não tinha contato com Cris e Negão e todas as vezes que eles lá chegavam a declarante ficava dentro de casa e Cris e Negão ficavam do lado de fora; Que a mais ou menos uma semana da Operação Dominó a declarante descobriu que Cris e Negão estavam traficando drogas, mas afirma que nada sabe sobre os roubos na farmácia Farma Vida e no supermercado Gonçalves; Que a declarante esclarece que ela e seu esposo J. C. N. não tinham muito contato com Cris, Fran ou Negão (...) (MATO GROSSO DO SUL, 2013).

Ao analisar os autos juntamente com os dados da entrevista, observa-se que não houve a participação direta da indígena e de seu esposo nos crimes de assalto que ocorriam na cidade de Nova Alvorada do Sul e que, sem a ajuda de um advogado, dificilmente ela vai ser inocentada desses crimes, ainda mais que a ré tem parentesco com membros de uma facção criminosa como o PCC. Embora não seja o objetivo da pesquisa inocentar ou acusar as indígenas em questão, é preciso falar que, mesmo tendo sido viciada em drogas e em bebidas alcoólicas, a participação neste crime não foi intencional e pode ser, sim, apenas uma participação indireta.

A indígena em questão foi acusada de fazer parte da quadrilha, como consta nos autos, e foi autuada pela prática dos crimes: roubo majorado pelo emprego de arma (Artigo 157, § 2º, I, do Código Penal), corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la (artigo 244-B do ECA – Lei nº 8.060/90), quadrilha ou bando armado (artigo 288, parágrafo único, do CP), roubo majorado pelo concurso de pessoas (artigo 157, § 2º, II, do CP).

A lei foi aplicada de forma igualitária condenando todos com o mesmo rigor, independentemente de a participação ser direta ou indireta. Em outros casos descritos nesta pesquisa, ocorre a mesma problemática. Observa-se que a cegueira da justiça tem como finalidade a aplicação da mesma condenação a todos, principalmente nos casos de pessoas negras, pobres e indígenas.

No caso da indígena Tamar, se observa a mesma problemática: ser indígena viciada em substâncias ilícitas e bebida alcoólica e viver nas ruas já é motivo mais que suficiente para devolvê-la à prisão, independentemente de ser culpada ou não.

Na visita à unidade de Jateí, estava Tamar; depois, na visita à unidade do Semiaberto Feminino de Dourados, estava Tamar. A única preocupação do poder público é retirá-la das ruas, e não ajudá-la a resolver sua patologia.

Alguns países como Portugal e Uruguai apontam como solução reformas legais descriminalizantes em relação ao uso de drogas. A meu ver essas pessoas não devem ser jogadas em uma penitenciária para cumprir sua pena pelos furtos que cometem para sustentar seu vício e sim serem tratadas em uma clínica de recuperação. Na prisão, se ela entra viciada em maconha, de lá ela poderá sair viciada em haxixe ou cocaína, porque o Estado não oferece mecanismos para que as substâncias ilícitas não adentrem nas unidades penais e lá a pessoa pode se tornar ainda mais viciada e dependente.

A entrevista com Tamar ocorreu no dia 23 de outubro de 2014. Ela tem 25 anos de idade, é da etnia Kaiowá e tem uma filha recém-nascida que está sendo cuidada por sua tia. Seu primeiro registro na Delegacia Civil de Dourados ocorreu do dia 15 de janeiro de 2008, pela prática de furto, artigos 155 e 157 do Código Penal, Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

No ano de 2009, Tamar foi presa por furto novamente. Em 2011, mais uma passagem por furto e, em 2014, foi detida por lesão corporal dolosa e roubo majorado pelo concurso de pessoas. Cumpriu um ano de pena e obteve o direito ao regime semiaberto, mas evadiu-se e, no dia 30 de janeiro de 2015, foi presa novamente.

Tamar foi criada por sua avó e seu pai, com seus dois irmãos e com uma família de aproximadamente 25 pessoas. Viveu na aldeia Bororó, em Dourados (MS), até a idade de doze anos. Frequentou a escola até o ensino fundamental, mas não completou os estudos. Participou da igreja e depois sua avó a enviou para morar na cidade com uma senhora para aprender a viver como os não indígenas.

Estudos antropológicos apontam que a família extensa é uma das principais unidades sociopolíticas entre os Guarani e Kaiowá. No antigo sistema de lideranças, a figura principal era o chefe da parentela o *hi'u* ou *tamó'i* (avô), configuração que em boa medida se mantém na atualidade. Frequentemente, o chefe da parentela também é um rezador (PEREIRA, 2004).

Quando foi morar na cidade, Tamar teve contato com substâncias ilícitas porque conheceu pessoas viciadas em álcool e outras drogas. Como consta no processo, foi encontrada por várias vezes ingerindo bebidas alcoólicas e substância entorpecente, pedindo dinheiro nos semáforos da cidade e cuidando de carros na feira central, disputando espaço

com os flanelinhas, uma atividade praticada pelos moradores de rua e viciados, disputando moedas das pessoas e, muitas vezes, praticando pequenos furtos.

Após oito meses na prisão, teve sua primeira filha dentro da penitenciária, que, posteriormente, foi entregue para sua tia. Passou por todas as angústias de uma mãe que tem que se separar de sua filha. Mesmo sendo dependente química, ficou evidente o sofrimento que a separação de sua filha lhe causou. Segundo Tamar:

Minha tia é crente, agora ela está com a minha “nenenzinha”, né? É crente... Tem culto toda noite na casa dela. O marido da minha tia é pastor. Não sei como é não vivo com eles. Depois que eu tinha doze anos eu já saí da aldeia, minha avó queria para o meu bem, né? Deu para uma senhora cuidar de mim, e essa senhora cuidou muito bem de mim até dezesseis anos. Depois eu conhecendo pessoas, comecei a sair fazer amizades, fui conhecendo... Cheguei até uma coisa ruim, mas eu to lutando, eu vou sair dessa vida, eu quero sair. Principalmente por causa da minha “nenenzinha”, né? A neném que eu tenho, eu gosto muito dela. É tadinha, não sabe de nada, né? Depende de mim. Eu quero arrumar um serviço, trabalhar... Ajudar a minha filha, minha avó, cuidar dela. Tenho certeza que ela precisa de mim. Eu to aqui né? Pagando pelos meus erros, que eu fiz, mas eu vou sair. Eu não vou desistir da minha felicidade, eu vou lutar. A única coisa que eu quero agora é trabalhar, cuidar da minha filha, muito (...). (TAMAR, 2015).

A indígena Tamar é o único caso de reincidente encontrado entre as treze mulheres indígenas encarceradas abrangidas por esta pesquisa, com condenação.

3.5.14 Disputa por lideranças: justificativas ou motivações para as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá se envolverem na criminalidade

Para retratar a prisão de três mulheres indígenas envolvidas na pesquisa, se faz necessário apropriar-se da definição de Seraguza para entender o contexto que culminou na prisão de uma família inteira e uma vizinha, na aldeia Rancho Jacaré, por disputas na liderança da referida aldeia.

Cada aldeia tem sua liderança própria, que antigamente tinha o nome de “*mburuvicha guasu*” (grande líder), hoje a nomenclatura mudou para “capitão” a organização política passou por novas mudanças e essa nova organização com um só líder maior, juntamente com as lideranças e os conselheiros locais, tentam resolver problemas cotidianos para uma convivência mais tranquila. Eles são os representantes políticos da comunidade, assim, passam a falar em nome do povo que está sob sua responsabilidade. Essa nova interação de liderança atual não é diferente de como se viviam antigamente. Mas hoje, para ser uma liderança atuante, são necessárias muitas discussões e negociações e renegociações o viver de hoje com as pessoas do entorno e de quem está fora da comunidade, de como agir e ferir os princípios Guarani/kaiowá, entre os quais viveram passivamente com outros povos (SERAGUZA, 2012, p. 24).

Embora Seraguza defenda que para haver a resolução de problemas são necessárias muitas discussões, negociações e renegociações, observa-se que neste caso não houve muito

diálogo para haver a troca de liderança na aldeia Rancho Jacaré. Pelo contrário, chegou-se a uma situação extrema, em que a violência imperou no momento das disputas, chegando às vias de fato com armas e muito emprego de violência, culminando na prisão de uma família inteira sendo acusada dos seguintes crimes:

Artigo: 288- A – Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste código.

Artigo: 147 – Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: sequestro e cárcere privado.

As indígenas em questão são todas provenientes da Terra Indígena Rancho Jacaré, localizada em Laguna Caarapã (MS). Ao chegar à penitenciária de Ponta Porã (MS), me deparei com essas três indígenas que não sabiam nem o motivo pelo qual estavam presas, ou seja, qual era a sua acusação.

A senhora Bate-Seba, indígena Kaiowá de 50 anos de idade, casada, mãe de cinco filhos trabalhava como merendeira na escola da aldeia. Ao iniciar a entrevista, relatou que:

Na escola. Na escola de (ela fala em guarani)... nossa escola né? Aí o que aconteceu? Eu não sabia de nada, né? Eu trabalhava sempre. Eu tenho muito animal, eu plantava sempre, mandioca, batata, arroz, feijão, milho, abobrinha para nós termos em casa, né? Meu marido que plantava. Eu ajudava ele, porque eu trabalhava de merendeira, né? Todo dia de manhã pegava as 07h00 da manhã até as 11h30 e das 13h00 até as 16h40 minutos... Sozinho primeiro eu trabalhava, eu vou falar, a minha história é muito triste, porque eu não tinha ninguém para me ajudar. Continuei trabalhando, até 1999, tá com quinze anos que eu trabalhei no Rancho Jacaré. Aí, em 2011 ou 2012, 2013 eu comecei a me envolver na política de lá, na política indígena, né? Aí eu estava de lado, junto com o nosso grupo, nosso grupo é um lado de trabalho, de serviço né? Aí eu sempre continuei com meu serviço, aí nós conversamos com um professor, lá são três professores só. Conversamos, só eu e a Iraci, só Iraci mesmo, né? Iraci que está em Amambaí. Ela já mudou de Amambaí. Só que eu comecei a trabalhar primeiro né? Eu trabalhei muito com ele, mais aí quando ele saiu eu fiquei no lugar dele. Fiquei no lugar... E a comunidade conversou de novo com nós, com a minha família eu não quero que saia. Continuei o meu serviço, né? E foi indo na frente do meu serviço, foi indo, foi indo... 5 anos eu completei, aí eu pedi para sair, cansada. Conversou com as mães e falou para mim, 'Eu não quero que você saia, você fez curso, você faz muito bem a merenda para a nossa família, então eu não quero que você saia'. Aí eu fiquei quieta de novo, aí não sai... Aí continuei o meu serviço, a cada dia adiando, aí foi chegando o fim de ano eu peguei férias por 60 dias. Com 60 dias eu comecei de novo no serviço. Em 2013 já começou a política, eu nem sabia, eu nem me envolvia porque eu sou de lá mesmo. Eu cheguei e conversei com o meu marido, 'Será que nós vamos entrar bem com este daí? A política dos índios você já sabe, um ou outro que puxa para um lado e outro puxa para o outro lado. Pior que entra daquele que... Os outros fazer para nós, acusamento de nós... Aí que ele ferrou nós. Aí pegaram nosso nome, meu nome também, diz que eu fiz mal a comida para a criança... eu já contei isso para as mães. "me fala se eu fiz mal a comida? Me fala na minha cara"... Aí as mães falaram para mim, 'É só aquele pessoal que quer que você saia...' Eu falei para o meu marido, que tem um pessoal que quer que eu saia..." tem um pessoal que puxou de lado, né? Aí o que aconteceu... Aí o Tomaz já entrou também, é professor né? Estava lá... aí já entrou uma tristeza na minha vida, sabe por que? Porque eu trabalho a muito tempo, porque ele entrou na cabeça, porque entrou na cabeça da pessoa... Ele não sabe falar em português também, ele fala mesmo... Aí entrou na cabeça da pessoa! Então por aí

já ficou de olho já. É sim verdade... Aí falou que eu não queria mais dar comida para criança. Entrou na minha boca, tirou da minha boca daquela conversa que eu falei. Eu não falo não, o que eu falo eu falo de verdade. É isso, é isso mesmo. Ele chegou e falou assim... Eu já tinha falado com a diretora. A diretora se chama C, eu falei para ela, “Viu C, o povo falou assim, assim nas minhas costas, que vão fazer um documento para me mandar presa...” Já tinha falado já pra ela. Aí a diretora o que falou para mim? ‘Não Bate- Seba, fica frio... Que ninguém vai tirar o seu serviço, porque você é daqui mesmo, não temos outro para ficar no seu lugar para fazer a merenda!’ Aí eu olhei bem para a cara dela e falei, “ Não, viu, eu sei que estão querendo me mandar presa, querendo me acusar”. Aí com vinte dias já começou a chegar a reposta para mim. Vai então você preso, porque estão fazendo o papel nas suas costas, estão fazendo assim, assim...Daquela que deu a cabeça para a pessoa que está fazendo o papel e agora você vai presa. Aí eu falei, “Tudo bem, eu não fiz nada, eu nunca xinguei a criança, eu nunca xinguei as mães, eu nunca xinguei os pais delas, eu nunca deixava a criança e a família das pessoas que moravam lá no Jacaré...” E por isso que eu fiquei muito triste dentro do meu coração” (BATE-SEBA, 2015).

Ao analisar a entrevista de Bate Seba, é possível perceber que a situação política dentro da Terra Indígena Rancho Jacaré, estava sofrendo interferências de outro grupo que queria assumir a liderança da mesma e, com isso, assumir também o lugar de Bate Seba na escola e colocar alguém do outro grupo.

Aparentemente, indígenas envolvidas neste caso não cometeram nenhum crime que justificasse sua permanência por um período tão longo em uma penitenciária, fato este não percebido durante as entrevistas com as três envolvidas, mesmo porque não foi possível ter acesso ao processo criminal das mesmas, pois está sob segredo de justiça, na esfera da Justiça Federal.

Através do relato de Marta (filha de Bate Seba), fica explícito que a disputa pela liderança saiu da esfera do diálogo e foi se desdobrando de uma forma violenta:

Bom, na verdade, o que aconteceu lá mesmo, assim... Na primeira vez se juntava o T. V. que ficou capitão e o meu pai vice, no segundo o vice do S. era meu pai. Aí meu pai falou que ia se juntar... Tinha muita maldade lá... Sempre chegando no meu pai, chegava lá e falava, “ vamos conversar com o T. V....” Ele mesmo quer ficar capitão, nós não vamos deixar... Aí nos fomos lá, eu fui na frente de bicicleta, eu vendia picolé lá, né? Aí quando cheguei lá, aí fui na frente. Quando cheguei lá o T. V. estava sentado lá... Aí cheguei de bicicleta, eu escorei a bicicleta, o T. V. estava sentado em cima do banco. De repente falou aí que meu pai chegou... Ele viu, quando ele viu falou, ‘Hoje seu pai vai morrer!’ Aí eu mesmo levantei, ele estava de shorts... Aí levantou e pegou a arma! Ia atirar no meu pai assim, aí eu corri e peguei ele assim... Agarrei ele e segurei assim, peguei a arma assim, aí que ficou assim...Eu pedi a Deus mesmo para não atirar com aquela arma, aí quando acabou meu pai chegou de moto. ‘Você vai matar mesmo meu pai?’, falei para ele. “Eu vou seu pai merece morrer agora!” assim que ele falou para mim. Porque o T. V. estava sozinho, aí aquela arma estava na mão dele, estava assim. Aí eu segurei nele, aí que meu pai agarrou. “ T. , você entregue essa arma. Nós não viemos aqui para brigar! Nós viemos aqui para conversar com você”, falei para ele. Aí começamos, aí não queria mesmo entregar. Aí rolamos lá, aí de repente chegou o R lá. R e C falaram para ele, “ Larga essa arma”...Ele ia atirar mesmo. Eu pedia mesmo para não atirar, ele ia matar mesmo...Eu chorei mesmo e segurei meu pai. Ele estava assim, e não queria mesmo entregar a arma. Aí o R agarrou ele e caiu no chão, quando caiu no chão o meu pai tirou, essa daí que entregou para a federal...(MARTA, 2015).

O depoimento de Raabe também aborda o contexto em que elas foram envolvidas e que culminou também com sua prisão:

Então, no dia em que eu fui presa, foi de manhã cedo, 6h30 minutos a polícia chegou em casa. Quando chegou eu não acordei o meu menino, se eu acordasse o meu menino eu não ia poder vir sozinha...Aí eu falei para a minha menina, “ Levanta, lava os seus pés e suas mãos, vai se escovar e a gente vai para a escola”. Aí, eu sempre levo pão para ele comer na escola. Aí a Bate- Seba, que está presa agora, ela sempre fazia o café para os meninos porque os meus nenéns eram pequenos, mas mesmo assim eles não podiam faltar na escola. Porque... Sabe para que eu estava estudando? Eu estava estudando para fazer o curso de agente de saúde...(...) Aí ela começou a contar como foi! Olha só, por isso que eu falei para minha mãe que quando eu era nova eu nunca fui presa, e ali eu bebia mesmo, fumava mesmo. A gente até roubava as coisas de comida para mim eu nunca fui presa, isso eu acho uma injustiça... Porque, olha só, 2 mulheres que viviam comigo e 2 homens, 1 no caso já foram liberados. Ó, veio 2 homens que estão em Dourados e mulheres são 6, são 5 agora na cadeia. Entao ela falou assim, “ Vamos fazer o depoimento em Ponta Porã e você já volta!”Aí eu acreditei na polícia, falei, Tá...” “ Eu vou revistar a sua casa, mas não foge, senta aí!” Eu falei, “Como que eu vou fugir? Por que eu não sei o que está acontecendo!”. Aí eu fiquei sentada lá fora com o meu documento. Então, para eu não sair rasgada eu falei para a policial pegar uma saia para mim, a mulher trouxe uma saia para mim e eu vesti. Aí eu estava esperando, aí os dois entraram e não tinha ninguém fora. Aí minha sobrinha fez assim para mim, porque se eu entrasse no mato eles não iam me achar, porque o mato é grande né? Eu tinha nada, né? Por que eu ia me esconder? Falei, “Não, vou ficar aqui!”. Porque a minha família falava, “Você é muito teimosa, porque se você fugisse...” Os 2 homens que fugiram estão aí hoje, eles estão se apresentando com advogado...Entao eles estão normal aí. Porque a gente ia ser preso 6,7,8 pessoas, só que 2 pessoas fugiram. Então depois de um mês eles se apresentaram com advogado e não vai mais preso (RAABE, 2015).

Ao analisar essa fala da Raabe, surge um questionamento sobre o motivo da prisão: qual seria a justificativa para liberar os outros dois envolvidos e elas permanecerem na prisão?

Na sequência de sua fala, vão surgindo mais informações que sugerem outros tipos de crimes que não se enquadram somente na briga pela liderança da terra indígena, e sim outros tipos de crime dos quais elas são acusadas, tais como:

Aí tá, depois que ela me trouxe aqui em Ponta Porã, fizeram muitas perguntas. Aí, olha só, me acusaram de formação de milícia, de formação de quadrilha, ameaça e sequestro. Eu falei... E no papel que eles fizeram eu não tenho nem um filho. E aí diziam que eu pegava essas duas crianças, eu e essa mulher que está presa aí... A gente levava com o marido dela. Se fosse isso meus filhos iam ver, mas meus filhos são pequenos e eu nunca fiz isso. Aí o delegado acreditou em mim...Aí eu falei para o delegado, “ Como que eu vou ser evangélica, depois de evangélica eu fazer isso nas pessoas? Eu e minhas crianças somos inocentes! Porque eu tenho duas, meus filhos pequenos”. Aí o delegado falou, “Eu acredito muito em você, mas só que...” Eu falei para ele que eu não tenho nenhum envolvimento com essas duas. Eu frequento a escola, na mesma escola que eu frequento ela é merendeira da escola e a outra é vendedora de picolé. Eu nunca vi elas fazendo isso. E o que esse homem veio fazer com a gente é injustiça, porque vocês acreditam nele (MARTA, 2015).

O que se observa é que o indivíduo que queria assumir a liderança tinha feito uma denúncia para que a outra liderança fosse presa e ele permanecesse sozinho na liderança da aldeia. Ainda conforme o relato de Raabe, o indivíduo vinha fazendo uma série de falcatruas, como a falsificação de documentos para receber auxílios como Bolsa Família e cestas básicas oferecidas pelo governo.

(...) Enquanto eu estou aqui na cadeia, ele está lá comendo as minhas custas. Ele faz o papel falso e a prefeitura manda pensando que eu tô pedindo. Ele faz o documento falso no nome das pessoas e ele recebe roupa, compras, muitas coisas!” Então, ele fez isso e quando eu vim presa para cá, daí o delegado falou porque eu fui presa, eu vou... Mas eu vou em nome de Jesus, porque nenhum homem pode falar que eu fiz isso, porque Deus sabe...E esse homem, ele fez papel falso e o pessoal tirou ele da aldeia, deixaram ele na estrada. E de lá ele veio direto na Delegacia. Ele diz que foi apanhado, que foi estuprado... Esse homem é cara de pau, esse homem...E nisso ele fugiu para o Paraguai, porque ele sabia que se continuasse no Brasil...E ele é homem paraguaio, ele não é brasileiro. Então, aí, depois que eu vim presa para cá, eu cheguei aí no portão...Eu não chorei em nenhum momento, eu falei para Deus, “Eu vou entregar tudo nas suas mãos”(...) (RAABE, 2015).

Os motivos acima descritos por elas dão a entender que foram vítimas dessas armações para que o cargo de liderança ficasse somente para este professor que estava lecionando na Terra Indígena e que, segundo as interlocutoras, vinha cometendo uma série de delitos e as demais lideranças o expulsaram do local.

Entretanto, elas continuavam presas e como o processo está sob sigilo de justiça, não foi possível obter mais informações para juntar mais relatos para que houvesse uma compreensão melhor das motivações que as levaram presas.

Foi possível compreender melhor o contexto dessa prisão graças aos relatos das próprias indígenas. Mesmo com a entrevista sendo realizada individualmente, a relevância que cada uma deu ou sentiu de forma diferente o mesmo acontecimento por qual passaram. Ficou visível o sentimento de desespero de cada uma por serem acusadas de um crime que afirmam não ter cometido.

Essa pesquisa retrata os diversos sentimentos das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá encarceradas no sul de Mato Grosso do Sul: abandono, solidão, descaso por parte do governo e da Funai – que deveriam prestar apoio – e o preconceito duplamente sentido por ser mulher e indígena em um sistema que gera mais exclusão, pois no Brasil não existe um sistema prisional voltado à ressocialização.

A pessoa apenas sofre todas as mazelas possíveis e imagináveis dentro de uma Unidade Penal. E a violência sofrida deixa sequelas irreparáveis. O relato de Raabe não deixa dúvida sobre o terror pelo qual as três passaram.

Ao chegar à Unidade Penal de Ponta Porã, ela descreve o que ocorreu:

Aí a gente também foi acusada de ter estuprado a criança. A Marta e essa uma diz que levava as crianças para o marido e o irmão poder estuprar. E a gente não. Não tem essas coisas lá na aldeia. Aí a senhora contou a minha história, aí ela falou, “Se perguntarem para vocês se vocês fizeram isso, vocês falam que não!”. Eu falei para a senhora, “Eu vou contar o que? Se o meu marido não fez isso e eu também não fiz. Em nome de Jesus!”. Aí ela me levou no corro que eles falam... Nossa! A gente chegou, logo em seguida chegou à marmita. A gente comeu a marmita, as meninas comeram, mas eu não consegui. Mordi dois pedaços e não conseguia. Aí eu nem lembrei o momento que eu deixei o meu filho na cama, dormindo, como eu fiz... Aí comecei a chorar, né? Eu e a Marta. De repente passou, mas nós não passou, mas falou meu nome. “Que a gente talvez pode estar envolvida, mas a gente não tem certeza!” o delegado falou. Ele não tem certeza, mas talvez pode estar envolvida, mas o pessoal da cadeia não sabe né? Pensam que ele tem certeza absoluta. Aí eu estava sentada assim, as meninas também estavam sentadas, de repente chegou uma menina assim, como uma grávida deste tamanho, ela foi de bonde para Campo grande, chegou lá e falou assim, “É verdade que vocês estupraram uma criança de 6 anos e de 7?”. Falei, “Eu não, eu não estupro e não mandei estuprar ninguém... Aí eu já vi a outra falando devargazinho para as outras lá que iam bater na gente! Aí eu falei, “Se vocês querem me bater pode me bater, mas não me machuca não, porque a gente machuca e um dia se fere... Um dia é da caça o outro é do caçador!”. Aí de repente, a menina pegou um cabo de vassoura e quebrou no meio e deu um pra cada um. Rodo quebrado no meio, que a ponta do rodo já deu pra cada um... Aí as outras tiraram aquele negócio da cuia de tereré... porque tem aquele negócio, né? A nossa colher é de cola, né? Mas mesmo assim elas conseguem fazer uma ponta. Aí pegaram muitas coisas para bater na gente... Aí elas falaram “Começa a falar...” E na verdade a gente não tinha nada a ver, a gente não pode falar nada, né? Tem que ficar de boca fechada (RAABE, 2015).

Embora as penas de suplício façam parte do passado, hoje, dentro do sistema penitenciário, o “castigo” ainda é uma das formas de punição entre os próprios internos e quando o Estado não oferece mecanismos para que a Lei de Execuções Penais seja cumprida colocando em prática o que ela estabelece que no caso seria a individualização da pena(que é a separação do interno dentro da penitenciária em celas de acordo com o artigo que ele praticou), essa forma de violência sofrida pelas internas em questão, jamais poderia ocorrer ainda mais a sanção sendo aplicada pelas próprias internas como foi esse caso:

(...) Ela me bateu... Nossa! Aí que elas bateram. Eram 16 mulheres, 16 mulheres... Bateu... Sangue da Marta começou a descer, da Bate Seba, em mim ele não machucaram nada. Daqui eu levava vassourada, eu levei só daqui... Das minhas bundas, ficaram toda verde! Na minha cara não tinha arranhão, mas na Marta não, na Marta ficou verde aqui e esse daqui. Nossa o corpo inteirinho! Da Bate Seba também! Porque bateram demais nas duas, porque eu estava atrás né? No banheiro... Quando alcançava doía, mas quando não alcançava não doía, aí elas batiam, batiam! E elas falavam, “Se vocês gritar você vão morrer suas vagabundas!” Aí elas chamaram a gente de puta! A gente apanhou, apanhamos quase uma hora. Olha só, eu apanhei, apanhei... Depois que eu apanhei muito eu reagi. Aí eu vi a Bate Seba fazendo assim, “Aí...” Só uma vez. Quando eu fui ver ela já estava assim no chão desmaiada. Aí saía sangue aqui no nariz, saía aqui na boca, na orelha... Saía sangue para todo lado. Ela machucou por dentro. E a filha dela estava em pé assim no azulejo e estava dessa cor assim, pingava só pingava sangue... Mas a gente estava no corro. No mesmo dia eu falei para senhora, eu gritei para a senhora, “Senhora, essas meninas vão matar a gente!” Aí a senhora foi, elas quase mataram a senhora também! Aí elas falaram para a senhora, “Se você entrar aqui dentro a senhora também vai morrer!” Capaz, pegou aquele pau e entrou lá dentro e tirou nós 3, saiu

nós 3, fomos para o hospital. Quando chegamos no hospital parece que a gente estava morrendo. Olha só, o doutor aplicou 2 bezetacil em mim que eu nem senti... Muita dor que eu estava (...) (BATE-SEBA, 2015).

De acordo com a vivência profissional da pesquisadora no sistema prisional, casos como esses acontecem diariamente em nossa rotina, principalmente devido à superpopulação carcerária nas unidades do estado de Mato Grosso do Sul, aliado à falta de servidores.

A propagação dessa pesquisa se faz necessária para que os órgãos responsáveis tenham ciência da realidade em que se encontram as mulheres indígenas encarceradas – tanto as Guarani e Kaiowá como as de todas as outras etnias que se encontram inseridas neste sistema – para que medidas urgentes venham minimizar as mazelas sofridas por essas mulheres, como ficou bem demonstrado nesta pesquisa, e as custodiadas tenham o direito de pagar pelos erros cometidos de forma digna e tendo seus direitos respeitados.

Os resultados aqui demonstrados indicam que o consumo de álcool e outras drogas é o principal fomento da criminalidade entre as mulheres indígenas, aliado a escassez de terras destinadas às populações indígenas, somadas a morosidade nas demarcações de suas terras tradicionais. Resultados esses que já são do conhecimento das autoridades competentes, é preciso que haja ações efetivas.

E que a visibilidade nos programas do governo seja cobrada para que elas deixem o anonimato e que, dessa forma, sejam vistas e lembradas nos seus deveres como cidadãs, mas também nos seus direitos.

A problemática do projeto inicial da pesquisa alcançou seu objetivo de fazer um mapeamento das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá encarceradas. Foi possível demonstrar os motivos que as fizeram entrar na criminalidade, apontando a escassez de terras como o problema central. Outro problema identificado foi o consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias ilícitas dentro das comunidades, e a ausência de uma política de saúde pública eficaz.

A grande questão é fazer com que essa pesquisa não sejam somente números a serem apresentados, mas sim que a partir da divulgação desses dados, haja projetos que saiam do papel e se tornem uma prática a ser aplicada para que essa problemática seja amenizada, se possível sanada na questão do alcoolismo e do consumo de drogas. Também é fundamental que o Estado crie condições para o cumprimento das penas respeitando a dignidade das detentas e das servidoras, para isso bastaria aplicar a legislação já existente.

Para concluir, a pesquisa no segundo semestre de 2016, em agosto fui em busca de saber como estavam as mulheres indígenas encarceradas envolvidas na pesquisa: duas delas tiveram o alvará de soltura e já estão em casa (Rebeca e Ruth), duas estão em livramento

condicional (Ester, em Amambaí, e Raquel, que está trabalhando em Dourados). Noemi está prestes a sair da penitenciária com um alvará de soltura. Sara se envolveu em um motim em Ponta Porã e foi transferida para Campo Grande e as demais ainda estão na penitenciária cumprindo suas penas.

CONCLUSÃO

Quais os motivos que mais contribuem para o crescimento da criminalidade entre os Kaiowá e Guarani: seriam a perda das terras tradicionais, a exclusão social, a violência, o confinamento de diversas etnias em uma única Reserva?

Essa foi a problemática levantada ainda na fase inicial deste projeto de pesquisa, mas ao elaborar um estudo detalhado da bibliografia que aborda a problemática (CAVALCANTE, 2013) acerca da escassez das terras destinadas as populações indígenas do nosso estado, foi possível constatar que a terra destinada a cada família não é suficiente para sua subsistência como era no passado.

O Capítulo 1 desta pesquisa retratou em gráficos o percentual de terra destinado a cada pessoa e por famílias também, demonstrando claramente a inviabilidade de prover seu sustento, de maneira digna, somente da terra, como era no passado. Torna-se explícito que os maiores problemas enfrentados hoje pelas comunidades são a falta de terras e a morosidade nas demarcações de suas terras tradicionais.

Entretanto, a questão não é simplesmente afirmar que a falta de terras seja o fator principal, da entrada das mulheres indígenas entrar na criminalidade. Haja vista que para sustentar essa afirmação se faz necessário realizar uma pesquisa em comunidades indígenas que não enfrentam esse tipo de problema e averiguar se não há os mesmos problemas aqui encontrados.

Decorrentes dessa problemática surgem os demais problemas, tais como: exclusão social, violência, alcoolismo, drogas, superpopulação nas reservas, ressignificação de sua cultura tradicional por meio do contato com seu entorno e, principalmente, encarceramento tanto de homens como de mulheres indígenas, que é o cerne desta pesquisa.

Ao se perguntar sobre os principais motivos que levaram essas pessoas a entrar para a criminalidade, a falta de terra foi suscitada como o fator propulsor para essa recente problemática entre as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá envolvidas na pesquisa.

Entretanto, a falta de terras não foi o único motivo que as levou a entrar na criminalidade. No decorrer da pesquisa, elencamos várias situações que contribuíram para que o delito ou crime sucedesse.

O Capítulo 2 demonstra que o índice de aprisionamento feminino é de 8,95%. De um total de aproximadamente 14 mil pessoas em situação de privação de liberdade em Mato Grosso do Sul, há um total de 1.310 mulheres, esse percentual de mulheres encarceradas faz parte da pesquisa realizada acerca do crescimento da população prisional feminina nos últimos dez anos (2006-2015).

As mulheres indígenas totalizam em número nos dados apresentados pela Agepen em 10% da população encarcerada feminina no Mato Grosso do Sul. Embora 95% das mulheres encarceradas tenham cometido o crime de tráfico de substâncias ilícitas, as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá se diferenciam em seu perfil pelo fato de que o crime mais cometido por elas é o homicídio, como está retratado no Capítulo 3.

Em um segundo momento, observa-se que o fator motivador que também contribui para o encarceramento das indígenas foi a ingestão de bebidas alcoólicas e de substâncias entorpecentes, antes e no momento do crime. Por meio dos relatos delas, foi possível identificar a problemática do alcoolismo entre as mulheres e homens agindo como um grande fomentador da violência entre seus pares e também entre os casais, havendo fortes indícios de violência doméstica.

Segundo Pereira (2008), as comunidades indígenas estão ressignificando suas relações de gênero e essa ressignificação tem modificado o modo de viver, ou seja, as mulheres estão saindo para trabalhar e estudar. Durante a análise dos relatos das mulheres, ficou constatado que grande parte delas foi criada por parentes próximos e não conheceram seus pais biológicos e que esse fato deixou algumas sequelas emocionais pela falta do afeto dos pais em sua infância. O sentimento de vingança também apareceu em alguns casos de homicídio como a motivação para o cometimento do crime.

Por meio da pesquisa, foi possível traçar o perfil da mulher Guarani e Kaiowá em privação de liberdade, que era um dos objetivos da pesquisa. Além disso, também pode-se perceber as condições dessas mulheres no encarceramento e os tipos de assistência por parte das organizações, como a Funai. Ficou constatado que nenhuma das treze mulheres recebeu qualquer tipo de assistência, ficou abandonada à própria sorte.

O Estado, por sua vez, também tem muito o que melhorar para que a pessoa em privação de liberdade tenha o direito de cumprir sua pena com a dignidade que condiz a qualquer ser humano, de acordo com o que a lei determina. Para esta pesquisadora, isso não foi nenhuma surpresa, por conta da experiência profissional no sistema prisional de Mato Grosso do Sul. Foi possível detectar a inconsistência nos dados apresentados pela Agepen, elaborados por pessoas sem o menor preparo nem conhecimento sobre as comunidades indígenas do nosso estado. Faço tal afirmação por não constar em seu relatório, que foi elaborado pela Agepen a etnia Kaiowá, constando apenas Terena e Guarani.

O resultado da presente pesquisa é de suma importância para elaborar projetos que venham sanar as mazelas enfrentadas pelas comunidades indígenas do nosso estado. Urge a necessidade da criação de mecanismos para cobrar os órgãos competentes a respeito do

alcoolismo e da dependência de substâncias ilícitas – haja vista que sobre a demarcação de terras tradicionais já existem movimentos que reivindicam esse direito.

Também é necessário pensar na elaboração de projetos que assistam a necessidade das mulheres em privação de liberdade, buscando amenizar a situação de abandono pela família e pelo Estado sentido por aquelas que não recebem nenhum tipo de auxílio. É preciso, ainda, expor à sociedade as condições degradantes encontradas nas unidades prisionais femininas, onde a superlotação impera. Além disso, o fato de não haver a possibilidade da individualização da pena gera fatos de violência como os descritos nos relatos de algumas internas que, por omissão do Estado, resolvem praticar “justiça” com as próprias mãos.

Por meio da análise dos processos judiciais, constatei como a justiça é falha na aplicação da legislação existente acerca dos direitos indígenas e mesmo dos direitos assegurados pela Constituição Federal. Quase sempre o posicionamento do judiciário, em todas as suas esferas, é de simplesmente ignorá-los.

O cumprimento da pena em nosso estado, seja o detento indígena ou não indígena, é marcado pela negligência dos órgãos competentes, as unidades prisionais são depósitos de seres humanos. Não se pretende aqui questionar a culpabilidade ou não de quem comete um crime e sim as condições do cumprimento das penas, que são de responsabilidade do Estado. A superlotação das unidades prisionais não proporciona o mínimo de dignidade para que essa pena seja cumprida. A ressocialização tão apregoada é inexistente, pois as pessoas apenas são amontoadas em suas celas, sem as mínimas condições, a pessoa entra por um crime de furto ou por ser usuária de entorpecentes e cumpre pena juntamente com pessoas do grande escalão do crime, ou seja, de grandes organizações criminosas.

Há uma eminente necessidade de se rever o sistema de cumprimento de penas e do Código Penal Brasileiro para que as pessoas sejam tratadas de acordo com os crimes que cometeram, pois temos uma fábrica de criminosos no sistema penal que já não cumpre há tempos o papel que lhe foi imposto, o de ressocializar o “criminoso”.

BIBLIOGRAFIA

A BÍBLIA. Tradução Ecumênica. Nova Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Edições Loyola: Paulinas, 1995.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da historia oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BARCINSKI, Mariana. **Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão**. Psico-USF, Itatiba , v. 17, n. 3, p. 437-446, Dec. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712012000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 2 nov. 2016.

BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Márcia (Org.). **Filosofia: machismos e feminismos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Editor, 1979.

BRAND, Antônio Jacó. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os kaiowá e guarani no MS. **Tellus** – Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

BRAND, Antônio; FERREIRA, Eva Maria Luiz. O território Guarani documentos. In: CHAMORRO, Gracila & COMBÊM, Isabelle. **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura, Transformações Sociais**. Dourados, UFGD, 2013.

BRITO, A. J. G.; BECKER, S.; OLIVEIRA, J. E. (Org.). **Estudos de Antropologia Jurídica na América Latina Indígena**. Curitiba: CRV, 2012.

CARIÁGA, Diogenes Egidio. **As transformações no modo de ser criança entre os kaiowá em TE YE Kuê (1950-2010)**. Dourados, MS: UFGD, 2012.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**. Assis, SP: UNESP, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Lideranças indígenas e a luta pela terra como expressão da organização. **Espaço Ameríndio** – Revista do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT) do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 182-205, jan./jun. 2015.

Centro de Trabalho Indigenista. **Situação dos Detentos Indígenas em Mato Grosso do Sul (MS), Rondônia (RO) e Roraima (RR)**. Relatório Final. Brasília: CTI, 2008.

Centro de Trabalho Indigenista. **Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul**. 1º ed. Relatório Final. Brasília: CTI, 2008.

COSTA, Vitor Castro. **Inquérito policial: prova e/ou elementos de informação**. Portal Jusbrasil. 2014. Disponível em:

<http://vitorcastrocosta.jusbrasil.com.br/artigos/215430696/inquerito-policial-prova-e-ou-elemento-de-informacao>. Acesso em: 2 nov. 2016.

CHAMORRO, Graciela. LANGER, Protásio Paulo. **Missões, Militância Indigenista e Protagonismo Indígena: textos do XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas.** São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2012. v. 2.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.). **Dicionário Crítico de gênero.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral e multidisciplinaridade.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes; ALBERTI, Verena. **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco Idéias Equivocadas sobre os Índios. In Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). Nº 01- Setembro 2000.p.17-33 Manaus- Amazonas.

FOULCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 40. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

LACERDA, A. L. T. **Álcool e local de trabalho.** In: Guimarães LAM, Grubits S. Série Saúde Mental e Trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. vol. 1. p. 21-41.

LANGDON, E & MATESSON, J. (orgs.). (1996). **Xamanismo no Brasil – Novas Perspectivas.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LOPES, R. **Prisioneiras de uma história: O amor materno atrás das grades.** 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia/USP, São Paulo.

MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de Processo Penal.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Ironita P. Algumas considerações sobre a pesquisa histórica com fontes judiciais. Métis: história & cultura – **Revista de História da UCS,** Caxias do Sul, v. 12, n. 23, p. 15-31, jan./jun. 2013.

MARTINS, Simone. A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Fractal,** Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 111-123, abr. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 2 nov. 2016.

MARQUES, Márcio Rangel. A Teoria Do Crime, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://fdc.br/Artigos/..%5C%5CArquivos%5CArtigos%5C19%5CATEoriaCrime.pdf>. Acesso em 28 nov. 2016.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. **Paĩ – Taviterã. Etnografia Guarani del Paraguay contemporâneo.** 2. Ed. Asunción: CEADUC - CEPAG, (1976) 2008.

MENEGATI, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

PEREIRA, L. M. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Social – Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

PEREIRA, Levi Marques. Significados do processo de conversão dos Kaiowá e Guarani ao pentecostalismo e sua inserção no cenário de inovação cultural. In: LANGER, Protasio Paulo; CHAMORRO, Graciela. (org.). **Missões, militância indigenista e protagonismo indígena**. XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas. vol. II. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

PEREIRA, Levi Marques. O pentecostalismo Kaiowá: uma aproximação aos aspectos históricos e sociocosmológicos. In: WRIGTH, Robin (Org). **Transformando os Deuses II**. 1. Ed. Campinas: Unicamp, 2004.

LARAIA, Roque Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. 14º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ROSEMBERG, André; SOUZA Luis Antonio Francisco. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de Pesquisa Histórica. **Patrimônio e Memória**- Revista Unesp, São Paulo, v.5, n. 2, p. 159-173, dez.2009.

SACCHI, Angela. Violências e Mulheres Indígenas: justiça comunitária, eficácia das leis e agência feminina. **Patrimônio e Memória** – Revista da Unesp, São Paulo, v.10, n. 2, p. 62-74, jul./dez. 2014.

SANTOS, Roberto Lemos Filho. **A Imputabilidade Penal dos Indígenas**. Bauru/São Paulo, 2006.

SANTOS, Roberto Lemos Filho. **Apuração e Julgamento de Crimes Cometidos por Índios**. Bauru/São Paulo, 2006.

SEGATO, Rita. **La argamassa jerárquica: violência moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho**. Brasília: UnB, 2003 (Série Antropologia).

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, corpos e mulheres kaiowá e guarani: de ãna à Kuña**. Dourados, MS: UFGD, 2013.

SILVEIRA, Nádia Heusi. **Imagens de abundância e escassez: comida guarani e transformações na contemporaneidade**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, Florianópolis.

SOUZA, J. C.; STRADIOTTI, J. M. M.; FREIRE, H. B. B. **Qualidade de Vida e Saúde Geral dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. São Paulo/SP: Segmento Farma, 2015.

STRADIOTTI, Jane Maria Motta. **Qualidade de vida e saúde geral dos servidores penitenciários de Mato Grosso do Sul**. 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.). **Leituras de gênero e interculturalidade**. Dourados, MS: UFGD, 2013.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As Mulheres e a História: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

VIUDES, Priscila. Índios nas páginas d'O Progresso: **Representações da questão indígena no jornal local** (1999-2005). (Dissertação de mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

WRIGHT, Robin M. (Org.). **Transformando os deuses: igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2004.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Editora FGV, 2004.

Outras fontes consultadas

LANGE, Marli. Delegacia da Mulher instaurou mais de 800 inquéritos. **O Progresso**, Dourados, 04 agosto 2016. Caderno Dia a Dia, p. 3.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2010.

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (AGEPEN). PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS, 2015. [PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS, AGEPEN/MS, 2015.](#)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Mapa da Violência 2012: Homicídio e agressão contra as mulheres**. Rio de Janeiro, 2012.

Site <http://www.funai.gov.br/> acesso em: 20 de agosto de 2016.

CARLOS, J. Título da Matéria. Caarapnews Online, Caarapó (MS), 29 de Jan. 2016. Disponível em: <http://www.caarapnews.com.br/m/noticia/69873/>. Acesso em 30 jul. 2016.

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (AGEPEN). **Manual de Orientações Básicas de Procedimento Administrativo Disciplinar de Custodiados no Âmbito dos Estabelecimentos Penais de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2011. Disponível em: http://www.sad.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/58/2015/04/MANUAL_PADIC_editado.pdf. Acesso em: 2 nov. 2016.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. **Situação dos Detentos Indígenas em Mato Grosso do Sul (MS), Rondônia (RO) e Roraima (RR). Relatório Final**. Brasília: CTI, 2008.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL) *et al.* **Relatório sobre as Mulheres Encarceradas**. 2007. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>. Acesso em 2 nov. 2016.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2012**. Brasília, 2013.

Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf>. Acesso em 2 nov. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Mapa da Violência 2012: Homicídio e agressão contra as mulheres**. Rio de Janeiro, 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE (FUNASA). **Política nacional de atenção dos povos indígenas**. Brasília, 2000.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Homicídio e agressão contra as mulheres**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012.

Legislação

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.

Lei Federal nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal.

Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

Lei nº 9.714, de 1998.

Lei nº 10.792, de 2003.

Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967

Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993)

Art. 26 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637167/artigo-26-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940> .

Processos

MATO GROSSO DO SUL. 3ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Ação Penal nº 0004937-52.2014.8.12.0002. 2014a.

MATO GROSSO DO SUL. 3ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Ação Penal nº 0004937-52.2014.8.12.0002. 2014b.

MATO GROSSO DO SUL. 3ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Ação Penal nº 0004937-52.2014.8.12.0002. 2014c.

MATO GROSSO DO SUL. 3ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Ação Penal nº 0000516-11.2014.8.12.0037.2014a

MATO GROSSO DO SUL. 3ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Ação Penal nº 0000516-11.2014.8.12.0037.2014b.

MATO GROSSO DO SUL. 3ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Ação Penal nº 0000516-11.2014.8.12.0037.2014c.

MATO GROSSO DO SUL. 3ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Ação Penal nº 0000516-11.2014.8.12.0037.2014d.

MATO GROSSO DO SUL. Vara Única da Comarca de Nova Alvorada do Sul. Ação Penal nº 0001995-22.2013.8.12.0054.2013.

MATO GROSSO DO SUL. 3ª Vara da Comarca de Dourados. Ação Penal nº 0002158-27.2014.8.002.2014.

MATO GROSSO DO SUL. 1ª Vara da Comarca de Amambaí. Ação Penal nº 0003423-65.2009.8.12.0026.2009.

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-1>

Entrevistas

ANA. Ana: depoimento (30 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

BALA. Bala: depoimento (30 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

BATE- S. Bate-Seba: depoimento (30 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

DÉBORA. Débora: depoimento (18 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

ESTER. Ester: depoimento (30 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado

desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

MARTA. Marta: depoimento (30 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

NOEMI. Noemi: depoimento (18 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

RAABE. Raabe: depoimento (30 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

RAQUEL. Raquel: depoimento (18 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

REBECA. Rebeca: depoimento (18 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

RUTE. Rute: depoimento (10 abril. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

SARA. Sara: depoimento (30 maio. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

TAMAR. Tamar: depoimento (10 abril. 2015). Entrevistadora Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Rosimeire Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Anexo

Transcrições

Raabe: Depoimento [30.04.2015].

Entrevistadora: Rosemeire Ribeiro da Silva. Dourados, 2015. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rose junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Rose: (sussurrando) Dia 30 do 4... É... De que etnia você?

Raabe...: É Guarani-Kaiowá.

Rose: Guarani-Kaiowá... Então, o que eu quero saber é, como foi a sua infância, aonde você nasceu, em que aldeia... Se foi com a sua mãe, com seus pais, se foi a sua avó que te criou, até você chegar aqui na Penitenciária. Como que foi o delito... Qual foi o caminho que você percorreu até você chegar no delito, né? Cometer o delito... E como que foi a sua chegada Aqui no Presídio, se você foi bem tratada, se você teve algum tipo de preconceito... Dai, esse tipo de informações que eu quero saber de você, tá? Se você é casa, se você é solteira, se você estudou... Se você fala o Guarani. Fala o Guarani?

Raabe ...: Falo. Falo sim...

Rose: Você tem filhos?

Raabe ...: Tenho sim, dois.

Rose: Dois filhos?

Raabe...: Hunrum...

Rose: É casada?

Raabe...: Sim.

Rose: Onde você morava antes?

Raabe...: Antes eu morava na reserva Rancho Jacaré, perto da Campanário...

Rose: Tá, dai você pode começar a contar como que foi sua infância...

Raabe...: Nossa, até os 26 anos eu já passei muita coisa nessa vida, mas eu vou começar a contar... Aonde que eu nasci, aonde que eu fui morar primeiro...

Rose: Tá, pode ficar com calma, tranquila e ir contando para mim!

Raabe...: Tá... Eu sou Raabe, eu nasci na aldeia Sassoró, perto de Tacuru (foi isso que eu entendi). Então, na minha infância, quando eu tinha 1 ano minha mãe me levou morar na fazenda. Quando eu cresci, eu fiquei na fazenda até os 12 anos. Vivi na fazenda e dai eu vim morar ali na aldeia onde eu estou morando, só que eu não vivi completamente nesta aldeia toda, eu sai... Minha mãe morava ali, mas eu saia, eu ia para Amambaí eu ia para outras aldeias, eu fumava, eu bebia... Eu era alcohólica, a minha vida era só perdição.

Rose: Mas você usava drogas também?

Raabe: Não, era só cigarro e pinga cigarro e pinga. E a minha mãe sempre falava que o que leva sempre para a perdição é cigarro e pinga, mas eu bebia e fumava. E andava pelas estradas, eu ia de Amambai até Itacuru a pé. Atrás, a procura de alguma coisa, mas eu não sabia o que era. Quando eu chegava na aldeia Jaguapire pegava as pingas e dava para as pessoas tomar, então eu vivia essa situação. A cada 2 ou 3 dias minha mãe ia me buscar, mas eu não era mais a mesma, eu me machucava toda, eu tinha todas marcas... Eu voltava para a aldeia, com 4 ou 5 dias eu fugi de novo. Eu vivia fugindo, durante até os meus 15 anos.

Rose: E do que você fugia?

Raabe: Eu fugia... Minha mãe é evangélica. Minha mãe é evangélica e o meu padrasto é evangélico também.

Rose: Hã...

Raabe: Isso aí... Eu não queria nem ouvir falar de Deus. A minha mãe me levava para a igreja e falava, “Raabe, ouve essa palavra que ela vai servir para você um dia!” Se eu tivesse dado ouvido para a minha mãe eu não estaria aqui. Ai eu falava para a minha mãe, “Não, eu não quero essa vida para mim não. Eu não quero essa vida de crentinho para mim não!” Falava isso para a minha mãe. A minha mãe chorava magoada, porque eu falava do Deus dela para ela. E eu não acreditava em Deus, porque ele nunca fez milagre na minha vida, eu falava isso para a minha mãe. E eu não sabia que Deus estava fazendo um milagre na minha vida. Desde que eu andei fugindo, andando o mundo todo, nunca aconteceu nada comigo, porque Deus tinha um pano na minha vida. Então, em certo momento eu fugi para a aldeia Limão Verde, então... Eu estava indo para lá, eu fiquei lá um mês. Ai teve uma briga lá e morreram duas pessoas. Minha tia falou, “Você estava no meio? Você fica andando para lá e para cá, qualquer dia você vai ser acusada de ter feito alguma coisa!” E ela falou, “Volta para a sua mãe...” Ai, com 12 ou 13 anos eu só vivia fumando cigarro... Quando eu inteei 15 anos eu comecei a mexer com droga. Ai eu falei, “Vou começar a mexer com droga também!” A primeira vez que as pessoas me fizeram mexer com droga eu pensei que era bom, eu fumava, fumava, fumava... Eu não contava para a minha família o que eu fazia, porque eu estava longe. Eu não tinha onde morar, eu morava... A minha família não gostava de mim, quando eu chegava falavam, “Ah lá, tá vendo? É uma cachorra, cadela veia... Vai embora.” Me colocava na rua, não me deixava morar na casa deles. Primeiro eu morava embaixo de uma árvore e lá eu limpava bem. Lá eu tenho duas cobertas. Eu ia para o baile e voltava de manhã, umas 4 ou 5 horas da manhã e já dormia alia... E para comer comida eu esperava, tinha uma dona da casa lá, esperava a dona da casa lá ir passear para eu ir comer a comida dela...

Rose: Hum...

Raabe: Dai eu não pensava em trabalhar, eu não pensava em fazer algumas coisas para mim... Pensava em viver assim, pensava que era bom. Eu me divertia assim. E a aldeia Amambaí é o lugar mais perigoso que existe de aldeia, né? Muito assassinato. Mas eu não sabia naquela época, porque eu vivia para cima e para baixo. Saia de 8h00 (20h00) para o baile e só voltava 5h00. Quando eu ia no baile eu andava na estrada inteira, por isso que a minha mãe fala, “Você é que nem andarilha, anda a aldeia e não sabe...” Eu andei a aldeia inteira, esses 4 anos. Hoje em dia quando eu vou em Amambai eu esqueço onde eu andei, nem me lembro mais... Nessa situação eu vivia de pior para pior, nunca minha vida foi para frente. Eu andava roubando as coisas dos outros, eu não roubava coisa de valor, só coisa para comer. Porque...

Rose: Estava com fome...

Raabe: Estava com fome... Por isso que eu roubava. Eu não roubava as coisas que as pessoas tem, bicicleta, essas coisas de valor. Eu só roubava comida mesmo. Ai uma vez... Se eu quisesse casar eu poderia casar, porque tem homem que tem casa e tem as coisas e me oferece, “Você não vai sofrer mais eu...” Mas eu não aceitava, eu queria ficar solteira. Mas eu falava para a minha mãe, que se eu fosse viver com um homem eu não ia engravidar tão cedo. Eu fui engravidar depois dos 18 anos, depois de 2 anos de casada. Mas eu vivia assim, indo de um lado para o outro, a aldeia de Taquapire é longe. Eu ia a pé para lá, eu não sei na casa de quem que eu ia. Se eu encontrasse uma mulher na rua e ela falasse assim, “Vamos lá na minha casa? Nós vamos a noite lá no baile...” O negócio comigo era baile, bebia e cigarro!

Rose: E quem que te apresentou as drogas? Como que você começou a fumar? Foi maconha...?

Raabe: Era maconha, eu fumava no meio dessas pessoas que fumam...

Rose: Ah... Você se enturmou com eles...

Raabe: Sim... Eu não conhecia essas pessoas, mas teve um no baile que me levou, “Vamos lá em casa. Vamos dormir lá, você não tem onde morar!” Ai quando eu cheguei na casa dessa pessoa tinha um grupo com mais de 12 pessoas lá fumando. Ficou me xingando assim em gíria, e eu não sabia o que era gíria. Falou que eu era muito nova para fumar. Falou que se eu “caguetar” eles iam me matar e a falar essas coisas! Ai ele falou, “Fuma!” Ai quando coloquei na boca e fumei, eu não sabia mais o que aconteceu comigo, eu apaguei... Quando eu acordei foi no outro dia, mas ai parece que o fumo ficou bom para mim, comecei a fumar todo dia... A pessoa me dava para eu fumar, porque eu não tinha, as pessoas que davam para eu fumar. Depois que essa pessoa veio presa, eu fiquei um ano sem fumar, mas quem tirou meu vicio foi a minha mãe. Por isso que eu agradeço muito a minha mãe, se eu to aqui hoje, minha mãe sempre falou, “Eu sempre te eduquei desde pequena, você que quis andar no caminho errado! Eu tentei te proteger, mas você não dava valor à sua vida.” Então uma vez eu fui na casa da

minha mãe e levei até uma erva comigo para fumar, ai quando eu cheguei lá a minha mãe falou, “Raabe o que você tem no bolso?” E minha mãe não sabe como é... E o meu pai, que eu conheço ele desde 1 ano, então ele é meu pai mesmo, né? O meu pai de verdade nunca ligou para mim,

Rose: Ah, é..? Mas ele é vivo e nunca ligou...

Raabe: É... Ele é vivo. Desde que eu nasci ele está morando em Sassoró, mas ele não liga para mim. [...] Ela que se vire. Só que o meu padrasto, ele gosta muito de mim, né? Quando eu fui presa ele sempre vem trazer a minha mãe para me visitar. Então quando eu cheguei na casa da minha mãe ela falou, “O que é isso?” Ai eu falei que era erva. Ai uma vez eu fumei na frente da minha mãe, pensei que ela não ia perceber, ela não percebeu, mas o meu pai percebeu. E o meu pai fumava quando ele era jovem, só que quando ficou evangélico... O meu pai e a minha mãe estão há uns 15 anos de evangélicos. O meu pai falou assim, “Ô, Raabe, o que é isso ai? O que é esse negócio? Por que você não compra um fumo para fumar? Fumar erva te faz mal...” E a minha mãe não sabia, né? O meu pai falou, “Raabe, joga da sua boca isso!” Eu falei, “Não, isso aqui é um cigarro que eu arrumei, estrangeiro.” Mentindo para a minha família! Ai o meu pai falou, “Não é estrangeiro, isso ai é maconha! Se a Polícia te ver com essa maconha você vai para a cadeia.” E olha só, eu mesmo me condenei pela minha própria boca, falava assim pela a minha boca, “Se eu for para a cadeia é problema meu, não é de ninguém!”

Rose: Hum...

Raabe: Hoje eu já penso, “Pra que eu fui falar isso?” Eu sempre... A minha irmã foi esfaqueada... Eu nunca na vida tive... Eu nunca socorri meus parentes, nunca! Acontecia com os meus parentes muitas coisas, a minha irmã foi esfaqueada, o meu irmão eles machucaram. Eu nunca dei queixa... Eu nunca cheguei na delegacia, a primeira vez que eu fui na delegacia eu fui presa. Para ficar aqui, eu já estou há 6 meses. Mas só que vivi... As pessoas falam para mim muitas histórias, elas falam que eu vivi momentos bons lá fora. Minha vida sempre foi para pior, passeando de lá para cá, eu não tinha rumo.

Rose: Estava perdida...

Raabe: Estava perdida. E a minha mãe sempre ia me buscar. Você imagina, que eu quase mandei matar o meu pai porque ele andava atrás de mim todos os dias, todo o santo dia... Eu ia para Amambai, eu fugia de Amambai no outro dia ele ia de bicicleta atrás de mim. Ia me buscar... Ahnram... (risos)

Rose: Risos...

Raabe: Ele falava assim, “Raabe, sua mãe quer que você vá, ela está doente e quer que você vá!” Ai no outro dia que ele foi me buscar ele falou, “Sua mãe está te esperando lá na ponte

perto de Amambaí... Sua mãe está doente e não pode vir!” Eu acreditei... Chegando lá perto da ponte do rio Amambaí eu não vi ninguém, nenhuma pessoa lá. Já estava escurecendo, eu falei, “Cadê a minha mãe?” Dai mais uns 4 minutos já é a minha aldeia, ele me enganou para me levar para casa, porque a minha mãe precisava de mim demais, né? Eu não dava valor para a minha família, então muitas coisas aconteceu para mim... Então quando eu saia por ai, acontecia assassinato atrás de mim e eu não via. Eu não vi o meu tio, a minha tia, o que aconteceu. Quando eu chegou minha mãe que fala, “Aconteceu isso e isso...” Eu nunca vi, porque eu ao ficava. A minha mãe não podia me dar 50 reais para eu comprar alguma coisa e eu já pegava ônibus e sumia.

Rose: (risos) Sua fujona...

Raabe: Por isso que a minha mãe me chama de fujona! (risos) Mas a aldeia que eu mais frequentava mesmo foi a aldeia Amambaí. É que lá é mais movimentada, né? Mas ai eu fiquei uns 3 anos naquela aldeia, depois de viver para lá a para cá... Ai uma vez um homem falou para mim, “Você que não tem pai, não tem mãe, eu to vendo a sua situação... Vamos lá ficar de empregada, eu pago para você? Eu te pago...” Ele queria me levar como empregada, mas eu não aceitei. Eu não queria trabalhar, eu não queria ganhar dinheiro, o meu negócio era só fumar e beber... O que eu mais gostava. Mas ai uma amiga, que a gente andava em umas 10 ou 15 mulheres, a gente ia para o baile... Ia e não voltava juntas, voltava tudo separado. Uma vez eu fiquei doente. O que me levou para casa não é saúde, o que me levou para casa não é comida, se eu fosse pensar assim antes... A minha mãe a todo momento, durante 3 anos ficou me esperando. Ela nunca me julgou... Todos os dias ela orava a Deus para eu voltar para casa. Então eu fiquei uns 3 anos, 3 anos e 6 meses na aldeia. Minha mãe ia e me levava, mas eu voltava no outro dia. Durmia na minha casa, mas voltada de onde que eu vinha mesmo. Ai eu chegava na aldeia e já participava de um baile... E ia assim! Ai, um certo dia eu não sei o que aconteceu comigo, eu fiquei com uma dor de cabeça e eu estava em baixo de uma árvore dormindo, de repente veio a Polícia com roupa de quartel... Como que é o nome?

Rose: É... Polícia de quartel mesmo, do Exército...

Raabe: Isso, Polícia do Exército mesmo. Veio para procurar as pessoas que usam droga, as pessoas que são assassinos... Tinha 3 mortos lá no fundo que eu nem vi. Então, quando eu vi entrando, a aldeia é grande... Eu vi muitas, muitas pessoas, soldados começaram a entrar. Ai eu vi... EU ouvi um barulho do mato vindo, quando eu ouvi, eu nem tirei a coberta, eu tirei só um pouquinho e fiquei olhando. Estavam vindo na minha direção. Vinham assim, muitas pessoas, mas ai eu nem liguei e me cobri de novo. Quando eu me descobri já saiu... Ai o homem perguntou para mim, “Por que você está dormindo aqui?” “Eu to dormindo aqui porque eu não tenho casa!” “Por que você está aqui, se na cidade de Amambaí tem um monte

de lugar para se abrir gente abandonada?” Ele pensou que eu era abandonada. Na verdade eu era abandonada, mas só por mim, né? A minha família nunca me abandonou. Ai ele falou assim, “Levanta. Vamos conversar lá...” Ai ele chamou o sargento, que estava perto do carro. E eu era fujona, que nem o policial me viu fugindo... (risos) Anhram... A Polícia disse assim para mim, “Fica aqui que eu já volto!” Ai ele estava procurando... Fiquei sabendo que aconteceu morte, aconteceram muitas coisas, ai que fiquei sabendo! Ele estava mexendo no computador que aparece a aldeia inteira lá, enquanto isso eu ó... Sai correndo para o rio... Nossa Senhora! Quando eu descii para baixo tinha um rio, mas só que quando eu passei do rio tinha um brejo, brejo mesmo... Você não conseguia andar, eu entrei até aqui assim (indicando uma altura) no brejo, um brejo bem grandão. Passei todinho o brejo. Quando eu passei o brejo, eu olhei assim para o lado e tinha uma coisa, que parecia uma estradinha, comecei a seguir essa estradinha ali e fui entrando no mato. Fiquei 3 dias lá, fiquei esperando o pessoal do quartel ir embora... Ai quando o pessoal do quartel foi embora eu... Eu corria por causa do Evangelho, na igreja não dá, mas não dá mesmo. Se alguma pessoa falasse que ia fazer uma festa na igreja, nem por isso eu ai.

Rose: Não ia...

Raabe: Não...

Rose: Nem se tivesse um baile na igreja você não ia...

Raabe: Não, eu não ia! Porque eu era endemoniada, sabe? As pessoas não podiam orar por mim, se orassem por mim eu caia endemoniada. Então era uma bagunça... Quando eu via que eu perdia a minha consciência, sei lá o que acontecia. Quando eu voltava ao normal eu me machucava todinha! Por isso que eu tinha medo de igreja, qualquer igreja, não importa... Qualquer igreja eu tinha medo! Ai eu fiquei com medo de o pessoal do quartel me procurar, eu fui embora para a minha casa. Ai, quase 3h00 da madrugada, quase amanhecendo o dia eu sai na pista. Na pista que vai para Caarapó, fui a pé, fui a pé... Falei, “Meu Deus do céu, é muito longe!” Ai, o último que aconteceu comigo foi isso ai, eu indo para a casa da minha mãe. Eu estava com muita sede. Ai eu vi debaixo da ponte tinha uns 4 homens fumando droga. Quando eu vi fumando em baixo da ponte eu subi de vagarzinho, já tinha um lá em cima me esperando... Quando eu sai na pista, eu levei tanta sorte que tinha um Circular vindo. Ai o ônibus veio de vagar de vagar, até que parou... Ai o homem falou assim, “Você não vai não, se você subir aqui eu vou te matar!” Ai já tirou o revólver para me atirar, ai o Circular não parou, ficou com medo. Ai o motorista passou, tinha 4 ou 5 lá, né? E eu não tinha nada de arma, eu não ando armada... Eu era bem magrinha, eu não era gorda assim. Porque depois que eu tive filho que eu engordei, a minha vida já é outra coisa, né? Mas ai aqueles homens falaram para mim, “Você não fuma, não?” Eu falei, “Não fumo, não!” Porque eu não ia fumar

assim, na frente dessas pessoas. “Se você não fumar, você vai fumar na marra!”, e mostrou vários tipos de maconha, de cocaína, essas coisas. Eu falei, “Eu fumei, mas agora eu não fumo mais!” Eu estava fumando, mas eu estava com medo. Ai eles me levaram para o mato. Mas só que... Nossa Senhora! Por isso que a minha mãe falava, “O tempo todo Deus está na sua vida! E você não consegue enxergar...” Os homens me amarraram, amarraram minhas mãos e meus pés... “A gente já volta, a gente vai fazer uma brincadeira tão boa...”, ele falou para mim. Falei, “Tá bom!” Eu não tinha medo. Isso que... Eu não tinha medo, eu tinha orgulho de mim. Além de fujona eu tinha orgulho de mim.

Rose: De ser fujona...

Raabe: De ser fujona e eu tinha orgulho de mim. Sabe por que? Qualquer homem que vier com o facão, eu não corro, eu enfrento um e tiro o facão dele também. Eu era assim, eu tinha orgulho de mim. Parece que eu posso tudo na vida, mas não é assim. Ai eles foram lá, eu não sei se foram buscar mais droga... E quando eles foram eu já desatei a minha mão e o meu pé e ó... Ai que eu fui mesmo! Passei perto de uma cerca assim, sai em uma fazenda que chamava Fazenda Embu, lá pertinho da minha aldeia. Quando eu cheguei pertinho da minha aldeia... Ai eu pensei, “Por que eu estou assim? Meu pai está vivo, minha mãe está viva...” Eu tenho 4 ou 5 irmãos, 8 no total... Nenhum viveu desse jeito, só eu. Ai eu fiquei pensando na estrada, por que eu estou nessa situação? Só naquele momento que eu estava passando, porque eu estava desesperada, né? Ai eu fui... Cheguei na casa da minha mãe, minha mãe não me reconheceu. Eu estava tão magrinha, magrinha... Esse osso aqui aparecendo, eu estava de blusinha e shorts jeans, faz tempo que eu tenho esse shorts – já tinha saído até a cor de tanto lavar. Minha mãe saiu e falou, “Quem é você? Que está tão magrinha...” Que eu cortei meu cabelo, porque ele era bem cumprido e minha mãe não deixava eu cortar. Que nem um cabelo de homem assim... Então a minha mãe falou assim, “Quem é vocês?” Sou eu, sua filha... Meu Deus! Minha mãe se assustou... Falou, “Você morreu e se levantou de novo!” Ai minha mãe me levou para dentro, a minha mãe é evangélica, e além dela ser evangélica, ela me tratava como um filho bem pequeno que ela tem. Ela me levou para dentro e falou, “Você está com fome?” Eu to com muita, muita fome... Ai a minha mãe falou assim, “Então eu vou cozinhar para você!” Ai ela cozinhou rapidinho. Naquela época ela não tinha fogão, ela só tinha fogão de lenha... Cozinhou rapidinho o arroz, fritou carne. Falou, “Filha, eu não tenho carne tão boa, mas charque tá bom para você comer?” Aqui você não vai morrer de fome. Ai eu me enchi, nossa... Comi a panela toda! Eu comi tudinho o que estava na panela. Ai minha mãe fez um suco... Nossa! Eu estava mesmo morrendo de fome! Um balde todinho de suco, tomei tudinho o suco. Minha mãe ficou olhando para mim e falou, “Nossa... Você estava quase beirando a morte e você ressuscitou agora!” A minha mãe, olha só... Eu fugi uma vez, e a minha mãe

tinha 400 reais na bolsa, eu pegava o dinheiro na bolsa dela e fugia, quando eu voltava ela não falava nada. Ela quer o meu bem, mas eu que não aceitava viver nessa situação. Eu queria viver, que nem eu vejo as outras pessoas. Só que naquela época, meu irmão tinha televisão, e na televisão mostra as pessoas no Rio de Janeiro, São Paulo fumando. Que nem maluco, louco lá... Eu não sabia que essas coisas dava cadeia. Eu falei para a minha mãe... Ela falou, “Eu vou te dar 100 reais para você comprar uma saia e uma blusa bonita para você se converter na casa de Deus!” Fui para Amambia e não voltei mais. (risos)

Rose: Risos... Que igreja que ela frequenta?

Raabe: Ela frequenta a Igreja Deus é Amor...

Rose: Ah, sim...

Raabe: Ai, assim, a minha mãe falou, “Eu vou te esperar...” Ai ficou esperando em casa, pensou que eu ia voltar. Hoje em dia, se você pensar... Eu não comprei saia, comprei aqueles bonés “bem loucos”, umas camisetas “firmeza”! Nossa... Era horrível, eu pensei que era bom para a minha vida, mas não é não. Eu usava aquelas calças que fica meio frouxo no homem, eu vestia elas... Um tênis, eu vestia um colete, só. Eu não vestia uma camiseta, vestia colete só. Eu queria ser maluco, sei lá... Mas só que nada nessa vida é... Ai se transformou, minha vida foi se transformando, de um pouco, um pouco para pior, sabe? Ai eu me transformei. Depois que eu me converti a Deus foi outra história na minha vida, mas antes não. Ai, eu comecei a pegar, tem aqueles facão da Usina, não sei se você já viu?

Rose: Tem... Já...

Raabe: Os homens vinham da Usina, e eu tinha um primo que ia e vinha da Usina me deu um facão desse. Ele falou, “É para você cortar lenha para a vó, as vezes que a vó estiver com fome!” Ele pensou que eu ia cortar lenha, essas coisas... Mas não, eu queria arma para mim. O facão era dessa grossura, eu afinava ele... Olha só, eu ficava um mês nesse facão, afinando o facão. Mas ai, eu não tinha pessoa que falava mal de mim, só os meus parentes que não queriam que eu dormisse na casa deles. Eu afinei, assim, esse facão e ele ficou bom, mas só que era muito perigoso. Se a Polícia me achasse com aquele facão, vixi, ia me prender na hora.

Rose: É...

Raabe: Ai, eu peguei aquele facão e falei para o meu primo, “Tem um baile ali perto..” Eu fui. Quando eu cheguei no baile, estava todo mundo bailando já. Na aldeia as pessoas começam a bailar, mas tem umas pessoas que ficam rolando maconha pra cá, maconha pra lá... E quando começa a fumar parece que fica com coragem e começa a encher o saco dos outros, né? Ai eu cheguei no baile... E aliás, eu nunca tinha namorado. E eu nunca tive namorado. Eu ia no baile e só ficava só ficava, não namorava. No outro dia eu já estava em outro, assim era a minha

vida. Mas naquele momento eu encontrei um homem. E, Nossa Senhora... Ali quando eu encontrei eu falei, “Achei o homem da minha vida!” (risos) É o homem da minha vida. Ai, ele tinha... Eu estava com o cabelo bem curtinho, não sei nem como um homem pode olhar para mim com o cabelo daquele jeito. Só que eu era bem magrinha, eu não era gorda, eu engordei depois dos meus filhos. Mas só que é uma outra situação, né? Ai eu fiquei lá no baile bailando e veio um homem e falou, “Você não fuma não?” Primeira vez vindo aqui, falei que não. “Você não bebe?” Não... É por causa do facão, se eu beber ia ser perigoso para mim e para as pessoas. Olha só, eu colocava ele assim, embaixo das calças, eu amarrava. Só que aparecia as pontas lá em baixo, porque é bem perigoso mesmo.

Rose: E podia se cortar também, né?

Raabe: Isso... Minha mãe sempre falava que se cortasse ia cortar suas coxas. Ai eu fui no baile, sempre dançado. De repente sai uma briga, um homem e uma mulher se pegando no soco para lá. A mulher tirou uma faca deste tamanhinho, e a minha era deste tamanho. Ai eu fiquei olhando, fiquei olhando, mas eu não ia fazer nada, porque eu nunca briguei. Eu nunca briguei, olha só... Muito eu apanhei nessa vida. As pessoa juntavam 2 ou 3 mulheres e me batiam, me batiam... E me jogavam para eu morrer em algum lugar. Eu sempre vivi, levantava toda machucada... Eu tenho uma bolinha em baixo, aqui ó... (indicando lugar) A mulher quase me matou, só que as meninas que tinham arma não queriam me matar por arma, só queriam me matar assim, me batendo. Me batiam muito. Esse meu lábio aqui, já não era lábio. Aqui, meu olho... Nossa! Elas me machucavam todinha, meu corpo, meu cabelo. Nossa! Elas cortaram meu cabelo... Meu cabelo era cumprido por aqui, eles começaram a cortar todinho e ficava bem feio. Elas falavam assim, “Isso é para vocês aprenderem a não pegar mais namorado dos outros!” Eu não sabia que era namorado delas... Ai eu vivia nessa situação, eu apanhava, de esquina em esquina eu apanhava. Mas só que chegou um dia que eu cansei de apanhar. Mas as pessoas não tinham ódio de mim quando me batiam, porque sabiam que eu não guardava mágoa. Anhram... Eu não guardava mágoa. Eu ia conversar com alguém. Mas no momento em que eu parei para pensar, que eu não sou objeto para apanhar todos os dias. Se essa pessoa me bater qualquer dia, eu também juro que eu faço alguma coisa, mas eu não faço a toa não. Eu não vou deixar mágoa na pessoa. Ai, nesse baile aconteceu isso, ai a menina veio bem pertinho de mim, eles brigaram, né? Eu não sei se uma menina viu errado, né? Ai veio e me deu um tapa, assim, na minha cara. Me deu um tapa tão forte que eu cai no chão, quando eu cai eu levantei e peguei meu facão... E olha só, além disso estava amarrado em mim, eu nem sei o que eu fiz. Por isso que eu falo para as meninas que eu não posso ficar nervosa, se eu fico nervosa eu fico tremula de tão nervosa. Tirei o facão, eu ia matar na hora a menina. Ai bati, bati na cara dela... Eu falava assim, “Você só judiou de mim desde quando eu

tinha uns 13 anos, mas agora é a minha vez!” Bati, bati... Mas nem uma pessoa teve coragem de chegar perto de mim. Ai meu facão era desse tamanho. Nossa, eles tinham medo. Bati, bati, e falei ainda, “Agora você vai me agradecer porque eu não te matei.” “Ai, desculpa, eu nunca mais...” Ai começou a pedir desculpas... Mas ela me pedindo desculpas eu bati mesmo, ai eu soltei. Falei, “Quem quiser encostar a mão em mim, vai sair sem mão!” E eu levava o facão assim... A pessoa vinha para o meu lado eu ia para o lado da pessoa e ela corria... Ai eu sai na estrada, eu pensei, “Agora que ninguém mais põe a mão mais em mim!” Eu já briguei até com homem por causa de facão. Um homem brigou comigo com lança e eu com o facão. Mas eu, sabe? Quando batia eu ia para cima dele mesmo. Ele tentava com a lança em cima de mim, mas não me alcançou não. Porque ele ia querer me abusar, né? Então eu não deixei, eu me defendi, né?

Rose: Tá certo!

Raabe: Ele falou assim, “Se você não deixar eu fazer isso em você eu vou te matar!” Eu falei, “Depois que eu morrer você pode fazer, mas enquanto eu estiver viva você não vai fazer não.” Eu briguei com ele, tirei a lança dele. Porque ele, além dele ser índio, ele estava bêbado e ele queria me abusar. Se eu gostar de alguma coisa pode ser, mas você querer me abusar não! Eu posso te bater e falo para a Polícia que você queria me abusar. Por isso que eu falo, eu não sabia, se eu soubesse eu ia fazer alguma coisa pela minha família. Mas eu não sabia se a pessoa for abusada na marra dá cadeia...

Rose: Dá...

Raabe: Muitas que aconteceu isso no meio da minha família, ninguém nunca falava nada.

Rose: Ah, é...?

Raabe: Depois que a pessoa não é mais virgem, que a pessoa teve filho não tem mais nada a ver...

Rose: Não, tem... Estupro é crime!

Raabe: Então, por isso que eu falei... No dia que a promotora falou, me explicou que.. Porque muitas pessoas falavam para mim que se a pessoa abusar da mulher que já teve filho não tem nada a ver, eu não sabia... Eu não ia fazer nada, porque na minha aldeia a maioria acontece isso.

Rose: Você já foi abusada?

Raabe: Não. Eu não deixava ninguém nem encostar a mão. (risos) Eu brigava com homem, mas eu não deixava. Eu ficava toda roxa, mas não me pegava. Minha mãe uma vez... Depois daquilo lá eu fui para a casa da minha mãe. A minha mãe falou, “Raabe, tem 3 homens que vem de Caarapó e não respeita as mulheres, ficam puxando as mulheres, se a mulher não se entregar machucam toda!” Eu falei, “Deixa machucar, eu não to nem ai...” E quando eu vou

para a casa da minha mãe eu levo o facão, porque eu não vou de ônibus, eu só vou a pé. Sempre a pé mesmo, porque eu não tinha dinheiro. Ai uma vez, o homem lá da Funai falou, “Você de novo, eu te encontrei aqui...” E me dava carona... Porque eu ia a pé, né? Sempre que ele ia me dava carona. Sempre... Ele falava, “Para de carona, porque isso é perigoso!” “Não é perigoso não...” Ai ele me levava na casa da minha mãe e me deixava lá. Falava, “Marta, a sua filha tá na estrada vindo sozinha. Não deixa ela ir não...” Ai a minha mãe falava, “Agora eu vou amarra ela!”

Rose: Vou amarra essa fujona. (risos)

Raabe: Anhram... Ai eu cheguei e falei para a minha mãe, “Guarda para mim ai...” Quando a minha mãe viu a arma, porque eu marcava na arma, eu fazia o meu nome na arma. É... Naquele facão. Minha mãe falava, “Você é endemoniada, minha filha... Para que você vai fazer isso?” (risos) Minha mãe falou, “Você tem 3 irmãos homens, nenhum deles faz isso, e você faz...” Eu mesmo tinha defeito para a minha mãe, eu falava, “Eu nasci no pecado, eu nasci isso e isso, para eu viver nessa situação!” Minha mãe falava, “Você não nasceu no pecado. Deus não te mandou para você viver nessa situação, mas um dia você vai conhecer a verdadeira palavra de Deus.” Minha mãe nunca na vida me falou que você isso ou aquilo. Além de viver assim, ela sempre me fortalecia. E ela falava, “Enquanto você andar, nunca que vai te acontecer mal, porque Deus está com você!” Ai tá... Chegando lá eu perguntei para a minha irmã... E minha irmã já falou, “Você já vai no baile de novo? Você podia ficar para a gente conversar um pouco, a gente vai na igreja...” Eu falava, “Vai lá na igreja, daqui a pouco eu já vou!” Rá...

Rose: ...Se mandava para o baile?

Raabe: Se mandava... Ai eu vendi uma galinha da minha mãe por 10 reais. Ai no outro dia a minha mãe falou, “Cadê a minha galinha que bota mais ovos? Cadê...?” Ficou procurando, procurando... Eu falei para ela, “O lobo guará deve ter comido!” (risos)

Rose: Risos...

Raabe: Eu e a minha irmã, uma vez, pegamos um pato que a minha mãe cria, né? Mas a minha mãe cria muitos animais, além dela criar animais quem devora é a gente. Peguei 2 patos dela e levei vender para um aposentado, eu e minha irmã também... Dai a gente fez 20 reais. 5 reais para cada uma (?)... Ai a minha irmã falou, “Você que bebe, Raabe, eu não vou precisar de dinheiro. Se você tiver 1 real, compra um pirulito só para mim e tá bom.” Falei, “Não fala para ninguém, nem para a mãe que a gente vendeu uma galinha dela.” Ela, “Tá bom!” Ela foi para casa... Eu tenho que andar 6 kilometros para eu buscar pinga.

Rose: Meus Deus...

Raabe: Eu ia... Falei para o meu primo, o Pedro, ele é maior de idade, vamos buscar uma pinga para a gente tomar, porque hoje vai ter um baile. A gente ia a pé... Olha só, 6 quilômetros... A gente voltava de lá já era noite já, já era a noite. Era 7h00 ou 8h00 (19h00 ou 20h00), a gente trazia a pinga, a gente não bebia não. A gente comprava cigarro, a gente fumava... Chegamos em casa a minha mãe falou, “Vocês foram a onde?” A gente, “Lá no bar!” “Vocês estão loucos, loucos mesmo de ir de a pé!” Mas é de a pé mesmo que a gente conversa. Tem que ser o Pedro, porque ele me acompanha. Se eu for em um baile ele vem atrás de mim e se acontecer alguma coisa ele vem contar para a minha mãe. Então aquele dia eu tenho uma marca... Não sei se você consegue enxergar.

Rose: Ah, sim... O que foi isso aí?

Raabe: Ai, nesse dia, eu comprei 4 Jamel, porque é 4 e pouco (reais) o Jamel... Então comprei 4. Eu dei 2 Jamel para o meu irmão e ele, “Eu não gosto de tomar de tomar pinga!” Ele te quase 30 e poucos anos e ele nunca tomou pinga na vida dele. A gente dava para ele, mas ele, “Não, não, eu não aceito esse caminho.” Ele não é evangélico, mas ele não toma pinga e nem fuma. Hoje ele é evangélico já. Só que, eu ofertava a pinga para cima dele, mas ele não tomava. “Se colocar de novo essa pinga em cima de mim eu vou quebrar isso, aí você vai achar ruim...” Aí eu falei, “Tá bom, eu já estou indo para o baile.” Aí eu falei brava com ele, “Se acontecer alguma coisa comigo no baile não fica chorando não!” Além de ele não tomar eu ficava enchendo o saco dele. Aí nós colocamos numa sacola, aí a gente foi no baile. Tinha uma mulher lá que há muito tempo atrás estava brava comigo e estava no baile. Aí nós chegamos lá, lá na aldeia eles dançam ‘hip hop’, balanço, esses ‘maneirão’ eles dançam... Depende até do que a pessoa quiser dançar eles tocam para a pessoa dançar. Eu nunca me envolvi com brasileiro, eu sempre falei para a minha mãe se fosse para eu me envolver com brasileiro eu não viveria nessa situação. Aí tinha uns vereadores, eles iam na aldeia para fazer a festa, eles faziam a festa. Ia muito brasileiro fazer a festa... Aí a gente chegou no baile o meu primo falou assim, “Raabe, você não toma pinga, porque tem uma pessoa que falou que hoje vai te matar!” Aí eu esqueci o meu facão em casa, falei para o Pedrinho ir buscar, mas ele foi buscar e demorou. Aí eu falei, “Vou no banheiro!” A mulher que queria me matar estava perto do banheiro e eu não vi. Eu fui fazer xixi, quando eu levantei e vesti a minha roupa eu vi o brilho do facão assim... Quando eu vi o brilho do facão eu fiz assim... Por isso que me cortou assim. Porque se eu fizesse assim ia me cortar a mãe inteira. Quando eu fiz assim, ela fez assim... Aí o facão embalou e tirou uma casquinha da minha mão. Da minha irmã tirou metade assim, tirou uma carne, porque ela ia me defender, então...

Rose: Nesse mesmo dia?

Raabe: Nesse mesmo dia. A minha irmã chegou, olha só, foi tão rápido que ela fazer assim eu já sai por baixo. A minha irmã empurrou aqui nela, mas a mulher tinha uns 30 ou 40 anos, era muito mais velha do que eu, aquela mulher... Era boa de briga, era pequenininha, mas ela bate em 5 ou 6 mulheres e ela não cansa... Ai eu dei um murro nela e ela não caiu, ai ela ia fazer assim a minha irmã segurou. Olha só, a minha irmã é tão corajosa, com o facão bem assim nela e ela segurou o facão assim... E não cortava ela. Ai, Nossa Senhora... A briga foi tão feia que tinha arame, esses arames farpados, já estava quase caindo. Ai a gente ficou brigando, brigando, que a gente quase caiu no arame. Na hora que eu empurrei ela, e ela estava grávida de 3 meses, aquela mulher. Ela falou que ia me matar de qualquer jeito, eu falei, “Agora que você não me mata mesmo!” Eu empurrei ela para o lado do arame farpado, quando ela caiu o arame arrebentou, ai ficou todo enrolado nela...

Rose: Mas por que ela tinha tanta raiva de você?

Raabe: Tanta raiva é porque diziam que eu andava com o marido dela. Sendo que eu nem ficava na aldeia. Ficava mais para a outra aldeia e o marido dela vivia na minha aldeia. E nesse caso eu tenho uma amiga que se chama Soleni, que está em Caarapó hoje, e ela tem uns traços igual os meus e ela gosta de andar atrás do marido dos outros. E ela que ficava com o marido dela...

Rose: Ai você acha que ela confundiu você?

Raabe: Confundi. Ai que eu falei para ela, “Por que você quer me matar?” Ela falou, “Sua desgraçada, fica com o meu marido!” Eu falei, “Quem que é o seu marido?” Ai ela contou o nome do marido dela, que hoje está preso, além de safadeza ele também fez uma maldade para uma mulher lá e também está preso. Ai ela falou para mim, “Meu marido é fulano...” Dai eu falei, “Nem no meu sonho eu conheço seu marido, ele é um sem vergonha!” Mas ela estava com tanta raiva, quando ela tirou o arame tinha tantos cortes de arame assim... Ai que ela ficou uma fera. A gente podia ficar esperando ela lá, a gente estava na escuridão quando a gente estava brigando, a gente estava no escuro. A gente foi na claridade da luz, de repente eu vi ela chegando com um pau desse tamanho. Quando ela veio com o pau desse tamanho, o meu primo estava chegando... Nossa Senhora! Eu agradeço a Deus porque se ela fizesse isso eu ia matar os dois, ela e o bebê... O bebê e a mãe, porque quando chegou o facão ela pegou e bateu com o pau e era tão afiado que cortou o pau... Ai eu falei para ela, “Agora nós vamos ver quem é mais mulher... Eu to com 14 anos, agora nós vamos ver quem é mais corajosa”, eu falei para ela. Nossa... Eu virei um leão!

Rose: É...?

Raabe: Lógico! (risos)

Rose: Dai ela caiu fora...

Raabe: Não... Ai além de eu ter virado o leão, ela virou onça, sei lá... Porque ela não correu. “Vamos ver então quem é mulher!” Ela jogou o pau dela e ai eu joguei o facão, ai a gente foi... Mas olha só, a gente se rolando no chão... E o meu irmão e o meu primo estava... O meu primo falou assim que ele ia para me levar. Então a gente brigou, brigou muito, ai a minha irmã falou, “Dá um soco na cara dela, pára de puxar o cabelo, mete o soco!” Eu nunca briguei de soco de chute, mas naquele momento eu dei cada chute, soco que quando eu soltava tinha sangue que pulava da cara dela. Eu dei soco nela... Falei assim, “Aqui quem tá te batendo é mulher! Não é sua filha não, é mulher que tá te batendo. E você nem é traída, você que me traiu.” Porque quando eu tinha namorado, aquela mulher já andava com o meu namorado, mas eu nunca fiz nada. Depois que ela veio, ai que eu bati... Bati, bati, bati... Ai, olha só, além da minha mãe estar lá na igreja, ela ficou sabendo e veio me buscar. Minha mãe também é nervosa, bem nervosa. Mas ela não ficou nervosa com ninguém, é comigo que ela ficou nervosa. Ai a gente brigou, brigou muito... Ai, de repente, veio o marido dela, ai que eu vi o marido dela... Eu falei, “Seu vagabundo... Por que você não fala para a sua mulher com quem você ficou?” Peguei o facão e fui para cima dele, pensei que ele ia me enfrentar, mas ele ó...

Rose: Correu...

Raabe: Correu... Falei, “Pera ai, vou te mostrar como que você não tem vergonha de trair a sua mulher e ela fica falando que sou eu!” Ai que ele contou para a mulher dele, “Não é ela não...” Por causa disso que eu quase dei uma lição nela. Mas eu ia apanhar a toa, ai o meu irmão chegou lá, tirou o cinto e falou, “Raabe, para casa, Raabe...” Eu falei, “Ah, mas não vou mesmo!” Eu falei, “Quero ver quem e o homem com duas bolas em baixo que vai me enfrentar!” Meu irmão nem... Ele me enfrentou e me deu uma boa surra! (risos)

Rose: Ah, é...? (risos) Esse é homem!

Raabe: Esse é... Os outros vinham, vinham, mas acho que ficaram com medo. Ai ele falou, “Mas eu vou, porque eu não vou deixar uma mulher se levantar contra mim!” Ele falou, “Você não tem vergonha, Raabe... Uma mulher nessa situação!” Ele chegou com uma cinta assim, e eu acho que era porque o meu irmão que eu não levantei o facão para ele. Porque se eu levantasse... E ele... Por causa do meu irmão, eu acho, né? Porque eu não levantei a mão para ele. Ele tirou o facão de mim e me deu uma cintada.

Rose: E levou para casa?

Raabe: E levou... Ele me bateu. Nesse dia eu falei, “Eu nunca mais falo com você!” Falei para ele, “Eu não falo mais com você, e agora que eu vou embora mesmo! Não vou voltar nunca mais.” Fiquei magoada mesmo, magoada, magoada... Cheguei em casa era 2h00 ou 3h00 da manhã eu arrumei as minhas coisas e falei, “Eu vou embora!” Arrumei minhas coisas e falei para minha mãe, ela estava chegando da vigília da igreja e falou, “Você vai aonde, Raabe?”

“Eu vou embora, meu irmão me bateu.” Ai ela falou, “A toa? Não pode ter sido a toa, porque se foi a toa eu vou conversar com o seu irmão!” “A Raabe deve ter feito alguma coisa...”, já imaginou. (risos) Minha mãe falou assim para o meu irmão, “Por que me bateu...” Ai meu irmão falou assim, “Porque a Raabe não sei o que fez... A ambulância já estava lata para pegar a mulher. Quase perdeu o filho!”

Rose: É...?

Raabe: E me deu queixa na Delegacia. No outro dia a Polícia bateu na minha porta para me levar para fazer o depoimento. Ai eu mostrei, eu e minha mãe que ela me cortou. Tinha testemunha comigo, porque eu sem querer ela veio... Eu pensei que ia dar B.O nisso, mas não. Eu falei para o policial que tinha uma mulher que dorme com o marido dela e ela veio para cima de mim e eu me defendi. Então eu não vou ficar deixando apanhar por causa disso.

Rose: É.

Raabe: Ai o polícia falou, “É verdade!” Ai não fez nada, não aconteceu nada. Pensei que ia dar B.O para mim, mas não. Ai, aconteceu isso eu falei para a minha mãe que eu ia para a Jaguapiré, uma aldeia lá, para lá de Taicuru... Ai a minha mãe falou, “Raabe, eu vou te avisar, s te acontecer alguma coisa com você lá...” Eu fiquei 6 meses em Jaguapiré, veio o resultado para a minha mãe que eu tinha morrido, que tinham me matado. Minha mãe sofreu, minha mãe pegou uma doença no cérebro dela, ela quase morreu por causa de mim. Ela sofreu demais. Além de eu ser bagunceira de fujona, minha mãe me amava muito, porque o meu pai me abandonou, né? Então eu cresci com a minha mãe e com o meu padrasto. Deus que eu tive 4 ou 5 anos, minha mãe teve minhas outras irmãs. E eu cuidei as minhas irmãs... Eu me lembro de ter cuidado de todos os meus irmãos.

Rose: Seus irmãos são todos filhos do seu padrasto?

Raabe: Todos do meu padrasto. Eu tenho só o meu irmão legítimo que está com o meu pai agora. Só um, nós somos em dois. No dia que o pai falou para a minha mãe ir embora, minha mãe pegou eu e ele segurou meu irmão. Que o meu irmão não ia dar, e que de mim eu poderia fazer o que eu bem entendesse da minha vida, porque eu sou mulher e o meu irmão não. Então o meu pai já tinha me escolhido. Esses dias o meu irmão veio na casa da minha mãe falar se eu ainda estava presa... Minha mãe falou, “É, você foi presa o seu irmão frequentava todos os dias a Delegacia para te defender e hoje em dia você não dá nem um valor para o seu irmão!” É, o meu irmão também já foi preso.

Rose: Ah, é..?

Raabe: É, ele bateu na mulher dele. A mulher dele ficou bêbada, né? Eles brigaram... A mulher dele usava aqueles brincos, assim, bem grandão e tinha um prego na parede. Ai ele jogou a mulher dele na parede, ai pegou o brinco da mulher dele que rasgou a orelha. Só por

isso também que ele foi preso. Eu falei para ele, “Você pensa que a mulher fica apanhando e fica por isso mesmo é? A mulher também tem direito.” Mas, na verdade, a mulher dele que levou ele do baile e eles tinham se soltado fazia um mês já. Só ficaram juntos quando saiu. Então, por causa disso essa situação, né? A minha... Ó, eu fui na casa do meu pai, meu pai... Ó, eu gostei do meu padrasto, porque o meu padrasto nunca na vida me decepcionou, sabe? Porque eu falava para o meu pai, eu nunca chamei ele de padrasto ou pelo nome, sempre chamei ele de pai. Todo mundo falava, “Ele é seu padrasto, quando você crescer ele vai querer pegar você!” Eu falava, “Nunca... Nunca que o pai fez isso comigo!” Eu ficava sozinha em casa, cozinhava, botava arroz, feijão...” Na casa da minha mãe, né? Quando eu não estava fugindo. Enquanto isso eu fazia isso para a minha mãe, lavava roupa. Eu sou trabalhadeira, mas só que eu gostava desse mundo, né?

Rose: E depois você casou?

Raabe: Ai depois eu fui para a Jaguapiré. Cheguei em Jaguapiré, na aldeia, lá eu vivia outro sacrifício. Porque o meu tio não tinha nada para comer, eu falei, “Aqui eu não fico não... Ficar com fome, eu não fico não!” Ai eu fui para Sassoró, onde que eu me casei. Cheguei em Sassoró eu fui morar na casa de uma mulher que se chamava Margarida, ela já morreu, ela me acolheu bem... Ela é aposentada, mas ela falou, “Trabalha aqui, só que não sai muito a noite porque é perigoso!” E ela começou a me explicar. Ai eu não saia, ai em um certo momento eu estava lá há um mês já, ai eu vi um homem de camisa de Corinthians, de Santos... Estava vindo na estrada, um loirinho... Falei, “Que homem é esse que está vindo?” Era meu irmão, e eu nunca tinha visto meu irmão na minha vida. Eu nunca vi... E ele e meu pai que falou, “Sua irmã tá lá, trás ela, nem que trás arrastada.” Ai a minha madrastra não gostava de mim. Ai o meu irmão chegou e falou, “Você que é a Raabe?” Falei, “Sou eu...” Ai ele, “O pai falou que quer que você vá lá na casa dele.” Eu falei, “Eu não vou não. Meu pai me abandonou e depois eu vou ficar na casa do meu pai, Eu não vou não!” Ele falou, “Vamos sim... Ah, mas você vai!” E eu era tão pequena que ele me prendeu aqui pelas penas e me ergueu assim... “A gente vai!” Ai começou a me levar. Eu dava murro nas costas dele, mas ele em ligava. E o pessoal da aldeia saia tudo para fora para ver o que estava acontecendo. Ai eu cheguei, meu irmão me colocou na frente do meu pai. E meu pai falou, “Raabe, por que você está vivendo deste jeito? Eu sou seu pai...” Quando ele falou isso a mulher dele sai para fora e falou, “Você não era pai dela quando você abandonou!” Falou desse jeito. Ai a minha madrastra não queria que o meu pai se aproximasse de mim. Então eu olhei para a minha madrastra e falei, “Ah, cala a boca eu não estou falando com você não!” Nossa... “Me respeita. E eu vou viver aqui sim e eu não quero que você me fale nada.” E o meu pai me falou, Raabe, não vive para cá e para lá não!” Eu agradeço a Deus porque eu tenho um vô e uma vó maravilhosa que nunca... Uma vez o

meu pai veio para me dar uma cintada e falou, “Raabe, você está brincando com o coração dos outros, agora eu vou te dar uma cintada.” Porque eu falei mal da minha madrasta para ele. Ai ele não gostou e veio para me bater, ai o meu vô veio e falou, “Não, você quer bater na sua filha vai bater em mim primeiro, depois você bate nas suas filhas!” E ele já... Teve uma avó que já me defende de todas as coisas, né? E a mulher do meu pai é diferente. Eu que me casei não vivia desse jeito. Meu pai ia trabalhar na Usina, é longe da aldeia isso ai, Xavante... E é longe... Por isso que a minha madrasta fazia baile na casa dela, dormia com os homens, né? Ela dormia! Ai então que eu pensava que a gente casava e vivia nessa situação, né? Então eu falava para a minha avó, “A hora que eu casar vou viver assim, meu marido for trabalhar eu vou fazer baile!” Ai meu vô falava, “Não, não é assim, minha neta!” Ai ele começou a me explicar, porque... Ai, olha só, eu cheguei a ver a minha madrasta dormindo na cama que meu pai sempre dorme. Ai doeu o meu coração, eu falei “Eu vou contar para o meu pai!” Um dia que o meu pai ia chegando da Usina, tem 3 meses isso... Durante 3 meses a mulher dele vivendo essa situação! A minha madrasta dava pinga para nós, para nós não contar, né? Mas doía ver sua madrasta viver assim enquanto seu pai trabalhava. Que meu pai ganhava bem, ele ganhava 2 mil reais, minha madrasta comprava roupa de melhores para ela. E enquanto o meu pai trabalhava ela brincava com o coração do meu pai. Então, um dia, quando o meu pai chegou da Usina o meu pai falou, “Raabe, arrumei o seu marido” Ai meu Deus do céu... Já chegou com aquela notícia lá: arrumei um bom marido para você! Quem é o marido? Ai, na casa do meu pai tinha um monte de pé de manga... Ai ele falou, “Vem cá... Vamos lá na estrada que eu vou te mostrar onde que é a casa dele!” Chegou lá na estrada ele me mostrou. É bem pertinho da casa da minha avó, só que você tem que andar mais um pouco, dai fica em frente, mas só que a do meu pai fica um pouquinho mais longe. “Você viu a casa lá?” “Eu vi, mas eu não quero casar não, meu pai!” Falei, “Eu quero viver assim mesmo!” Ai meu pai falou assim, “Casa que é melhor, você vai ter filho...” Já começou com aquela, né...? Ai eu falei para o meu pai, “Eu não quero não!” Mas ai já comecei... Maconha eu não fumava mais. Na minha família ninguém fuma, só eu que fumei. Fumei um ano e pouco e não fumei mais. Aquilo lá vicia demais. Quando eu fumava não tinha fome.

Rose: Ah, é? Não tem fome mesmo...

Raabe: Não tinha fome! Nossa Senhora... Ai depois eu só fumava cigarro e pinga. Ai meu pai falou, “Pinga você não toma mais, Raabe. Mulher não pode tomar pinga!” O meu pai não toma pinga, ele não fuma. Depois que ele foi com essa madrasta, que está co ele agora, ele fuma só, mas pinga ele não toma. Ai ele falou para mim assim, “Eu arrumei marido, você vai casar e começou a contar cada história, sabe?” Ai ele falou para mim... Ai eu me empolguei um pouco. Falei, “Será que eu vou casar?”

Rose: Ai ficou animada... (risos)

Raabe: Anhram... (risos) Ai eu falei para o meu pai, “Eu vou ver, se eu gostar do homem e for do jeito que eu quero, ai eu vou me entregar!” Porque eu não era de me entregar tão fácil também. Então o meu pai falou, “Então você vai casar com ele!” O meu pai já queria que eu casasse na hora. Eu falei, “Não... Vou conhecer o homem, tem que conhecer isso e isso...” Ai eu fui para a casa da minha avó, quando eu cheguei em casa, aquele homem indo para a casa do meu pai também, meu pai convidou para ir lá. Ai eu vi ele levando um saco de laranja, levou um frango, levou bala e bolacha para o meu pai, porque eu não sei se ele já estava querendo coisa comigo... Então ele levou para o meu pai, né?

Rose: Então ele queria agradar o seu pai, né?

Raabe: É... Isso! Era só dar um passo e já entrava na casa da minha vó, ai ele já estava bem na entrada da casa da minha avó. Ai ele chegou e só fez isso (algum gesto), só fiz assim também para ele e já entrei. Ai ele falou assim, “Você mora ai?” Só... “Quem é você?” “Eu sou neta do Wilson!”, falei para ele... E o meu pai, ele chama Coróqui, o apelido dele, mas só que o meu pai, como que a gente fala? Ele é muito conhecido na aldeia. Ele é um homem grande, gigante... Bem grandão! Só que ele é conhecido lá na aldeia. E no caso do meu pai, todo mundo conhece ele... Eles chamam o meu pai de banda de forró, tipo assim... Meu pai fazia, todos os dias, baile na casa dele. No outro dia o meu pai falou assim, “Raabe, você quer mudar a sua vida?” “Eu quero, mas não com homem. Eu não quero casar, meu pai! Eu quero ficar sozinha...” Ai meu pai falou, “Eu vou arrumar uma casa pra você, se você quiser uma casa!” Na frente da casa da minha avó tem uma casa bem bonita e o dono dela estava querendo vender por “mil e pouco” para ir embora. “Vou comprar ela para você, minha filha. Você vai trabalhar e vai colocar o que você quiser lá dentro.” Falei, “Tá bom!” Meu pai comprou, o dono da casa vendeu... Eu fui lá e limpei, arrumei tudo. Eu estava querendo mudar a minha vida naquele momento, mas em alguns momentos eu queria voltar de novo para a casa da minha mãe. Só que se eu voltasse para a casa da minha mãe eu sabia que não ia voltar mais. Ai eu pedi para o meu pai 50 reais e meu pai falou que não, que eu estava querendo fugir de novo, né? “Sua mãe falou que você não fica nem 6 meses e já começa a fugir de novo...”

Rose: A fujona...

Raabe: Hunrum... Ai o meu pai arrumou aquela casa e também fui eu que arrumei aquela casa ali. Não tinha nada para colocar lá dentro. Lá dentro o meu pai tinha um sofá velho. O meu vô falou, “Eu não vou usar muito, porque eu to velho e já vou morrer já...” Ela me deu um guarda-roupa com um armário. E ela viveu mais uns anos, viveu mais uns 4 anos depois... Ai

ela me deu eu arrumei tudo, fiquei toda faceira... E eu ficava na minha porta olhando para a estrada, doida para fugir. (risos)

Rose: Doida para fugir... (risos)

Raabe: Ai, a mãe daquele homem vende... Tem uma mercearia, né? Ai o meu pai falou, “Eu vou te dar um dinheiro, vai lá comprar umas coisas para agente comer!” E eu gostava de comer carne assada, minha vida é comer carne assada. Eu falei, “Eu vou comprar uma carne para a gente comer assada.” Tá eu raspo para você... O meu pai, além de, eu não sei o que meu pai tem, agora ele tem duas enteadas. Falou que está o lugar da minha filha. Acho que é por isso que ele não veio me visitar, né? Mas só que o meu pai, apesar disso, eu acho que ele me ama mesmo.

Rose: Ama sim...

Raabe: Ai eu ia, falei para o meu pai que ia buscar. Ai quando eu cheguei lá na casa daquela mulher, eu vi aquele homem sentado lá. Ai eu falei para mulher que eu ia comprar carne, isso e isso... Ai a mulher deu para mim. Falei, agora eu vou... Fiquei pedindo o que eu ia comprar, né? Só que naquele momento ele ficou me olhando, e eu nem percebi que ele ficou me olhando. E tinha uns 4 irmãos, que estavam todos sentados com ele. Ai ele falou assim, quando eu virei ele falou, “Vem aqui um pouquinho...” E eu não era esse negócio de... Falei, “Não, to indo embora!” Desci para baixo. Ai que ele veio correndo atrás de mim. Quando eu vi ele correndo atrás de mim ai que eu corri mais forte. Estava carregando sacolinha ,né? Ai rasgou a sacolinha, a minha carne caiu no chão... Virou uma bagunça... Ai enquanto eu catava ele chegou e falou, “Por que você está correndo de mim? Você tem medo de mim? Seu pai sempre lembra de mim, diz que tem uma filha, mas eu nem sei quem é essa filha. É você!” Ai eu falei para ele, “Nem olha em mim, porque eu to indo já, porque amanhã eu to indo embora para a casa da minha mãe...”

Rose: Querendo fugir...

Raabe: Anhram... A minha vontade era só isso! Só que no momento que eu olhei para a cara daquele homem parece que mexeu comigo, sabe?

Rose: Você gostou dele?

Raabe: Anhram... Gostei. Ai, então, mexeu comigo... Ai no outro dia o meu pai falou, “Eu vou fazer um baile!” Ele fez um baile e me levou para esse baile. Ai eu quando eu cheguei lá todo mundo dançando... É que o meu marido o pai dos meus filhos é bem bonito, também não é tão feio assim... Então, ai, eu estava sentada assim, ai o meu pai falou assim, “O moço aqui quer dançar com você!” Eu ele estávamos com 19 anos quando me casei com ele. Ele era bem novinho... Ai falou, “Vamos lá dançar?” Ai fui lá dançar. Ai ele queria comprar, o meu pai vendia cerveja, né? Ai ele falou para comprar cerveja, “Vamos lá buscar o dinheiro para

comprar cerveja... Vamos lá buscar comigo?” Falei, “Vamos...” Ai que... Nossa Senhora... Aquela dona da mercearia era mãe dele, era uma mulher tão boazinha, tão boazinha... Então ai, quando eu cheguei lá, a mãe dele falou assim, “O que você quer meu filho?” Ele falou, “Que quero uns 50 reais para eu comprar uma cerveja.” Ai a mãe dele olhou para mim com aquela cara, sabe? E falou para mim, “Você não é filha do Coróca?” Falei, “Sou!” “Uma mulher dessa (não entendi), porque esse aqui casou duas vezes e nenhuma mulher serviu.”, falou desse jeito. (risos) Anhram... Falou desse jeito.

Rose: Ela te elogiou...

Raabe: Anhram... Mas eu falei para ela, “Não, mas eu não quero casara agora não! O negócio comigo é só curtir.”

Rose: E já estava gostando, né? (risos)

Raabe: Já estava gostando. Mas ai, eu não queria mostrar para a minha família que eu estava gostando. Eu gostava dele, né? Ai, ele falou assim que ia ficar uns 3 meses fora porque ele ia trabalhar. Ele é trabalhador... Ele é muito trabalhador. Desde que eu estou aqui ele nunca deixou me faltar nada. Todo domingo, minha mãe trás o que ele compra e manda trazer. Manda um dinheiro, manda uma coisa que eu quero... Então, ai no dia, ele falou, “Eu vou trabalhar, você me espera que eu vou mandar dinheiro para você!” Falei, “Tá, vou esperar...” Ele foi trabalhar e já mandou dinheiro para mim, é... 250 reais ele me mandou. Ele falou para o meu pai que era para eu esperar que ele ia namorar comigo 6 meses, era mentira dele, ele ia trabalhar para casar... Eu sabia! Ai, um certo dia, sabe o que meu pai fez? Eu queria namorar, mas eu não queria casar... Sabe o que o meu pai fez? Meu pai fez eu... Ele nunca permitiu uma bebida, mas ali ele permitiu. Ele falou, “Eu vou comprar uma Catuaba para a sua filha tomar...” Ele falou, “Faz isso, vai lá na casa da sua avó tomar...” Eu não sabia... Nem percebi! Ai eles compraram Catuaba, que eles falam oncinha, não sei você já viu.

Rose: Já...

Raabe: Então... Meu pai falou assim, “Vai, Raabe, tomar na casa da sua avó... Se ficar bêbada você já dorme lá na casa da sua avó, senão você vai ficar caindo e se machucando toda.” É... Começou a inventar essa história. Ai eu falei para o meu pai, “Tá bom.” Ai eu fui, cheguei na casa do meu avô e comecei a tomar, tomar, tomar... De repente eu nem lembrava mais nada não. Eu já tinha dormido com o homem, acordei de manhã cedo e o homem estava perto de mim. Falei, “Você dormiu aqui?” Ela falou, “Dormi, ué... Você falou para eu dormir aqui, eu dormi.” “Eu falei...?” Eu que tinha falado para ele dormir lá...

Rose: Nossa... (risos)

Raabe: Ó... Sabe quantas eu vezes que eu dormi com ele? Umas 3 ou 4 vezes só e o meu pai me fez casar com ele.

Rose: É...?

Raabe: Hunrum... Ai, no outro dia eu dormi de novo. Já estava meio... A gente namorou, né? Porque antes a agente ficava. Ficou 4 meses que a gente ficou... É, eu me lembro até hoje, dia 14 de outubro. Ai o meu pai falou, “É, Raabe...” Não, o meu tio, Derci, que é “carrosante” falou, “Raabe, o seu pai quer falar com você!” Ai eu levantei faceira, né? Pensei que era só comigo, mas ai ele falou, “Não é só com você, com ele também!” Ai... Quando falou assim eu já fiquei sabendo. E na verdade eu queria só ficar com ele, porque eu tinha um homem que eu amava na vida. É um homem que se chama Simão, ele é bem bonitinho. E a gente ia ter um caso, mas o meu pai me atrapalho nesse caso. E o meu pai já arrumou. E eu falei para o meu pai que eu não queria casar com esse marido que eu tenho hoje, eu queria casar com esse tal de Simão. Mas o meu pai falava, “Esse homem não presta minha filha, além dele ser bonito ele não faz nada! E você tem que arrumar um homem, e ele sendo feio não importa, ele te sustentando.” O meu pai é muito bom, ele pensa na vida e eu na boniteza, né?

Rose: (risos)

Raabe: Anhram... Ai, eu cheguei na casa do meu pai, ele pegou um banco e colocou, dai falou, “Raabe, vem tomar um tereré...” Tá... Ai a minha madrastra cozinhou. Já fez o almoço para a gente comer, mas eu nem estava com vontade de comer, porque eu já sabia que o meu pai ia fazer alguma coisa. Ai tinha o Rosenildo, tinha o enteado do meu pai, ai ele me falou, “Seu pai vai fazer você casar hoje, Raabe!” Ai eu, “Será...?” Falei, “Vou fugir...” Ai ele, “Não vai ter como você fugir! Porque na estrada tem toda a Polícia te esperando, vai pegar você, se você fugir.” E o meu pai já tinha contratado a polícia para me pagar se eu fugisse para me pegar mesmo.

Rose: Meus Deus... Teve que casar.

Raabe: Anhram... Mas por isso que eu falava para o meu marido, “Eu casei na marra com você!” Mas fiquei tanto só amando ele e ele fica rindo. O meu pai falou assim, “Raabe, você só está vivendo fujona da sua mãe... Sua mãe este em um desespero. É melhor você casar. Você tem que pensar em um futuro para a sua mãe.” Ai eu casei, fiquei casada lá... Depois fui lá na casa do chefe para me fazer casar, na frente de todo mundo. Olha só, que eu passei vergonha na minha vida. E sabe por que? O meu pai falou assim, “Raabe, a professora emprestou um vestido de casamento.” “Eu não vou casar com vestido de casamento!”, falei para ele. “Você vai ter que casar sim!” Meu pai já com a aliança, ele pagou 1000 reais na aliança. Ai só... Tenho até a marca da aliança quando faz assim, ó... E eu vim aqui na cadeia e as meninas tiraram de mim, porque a gente levou uma surra. Ai, eu casei... Ai fizeram o meu casamento com muita gente, são que ai demorou quase um mês para fazer o meu casamento.

E eu fui casada com esse homem. Nossa Senhora... Não, mas eu gostava dele, mas eu tinha vergonha do meu marido.

Rose: É...?

Raabe: E aquele Simão ficava me olhando e falando, “Você vai casar com esse homem?” E ficava me enchendo o saco... Então ai eu quase desisti na hora do casamento. E quem fazia o casamento era o William, chefe da Funai. Ele que faz os casamentos. Ele falou assim, “Se você, tem alguém aqui que tem alguma coisa contra esse casamento que fale aqui ou se cale para sempre.” Eu pensei, “Alguém vai falar, alguém vai falar...” De repente um senhor levantou e falou, “Ela não pode casar com esse rapaz, porque esse rapaz já casou duas vezes e esse rapaz não serve para marido! Vai judiar dela...” “Cala a boca! Não é para você falar!” Ai saiu todo mundo brigando com o homem.

Rose: Nossa...

Raabe: “Cala a boca, você não precisa falar nada, não!” “Você não presta para marido, não trabalha!” Ai... Ele falou, “Cala a boca vocês, eu vou casar e pronto!” Ai eu casei lá, mas só que eu não beijei o meu marido na frente de todo mundo lá! E gente falando para eu beijar. Eu falei, “Não vou beijar...” Ai o meu marido falou, “Você tem vergonha de mim?” “Eu não tenho vergonha. Eu não quero me casar com você!” Eu amava um pouco, mas eu não queria casar.

Rose: Mas você achava ele feio?

Raabe: Não... É que ele foi casado duas vezes e eu não sei o que ele fez com as mulheres dele.

Rose: Hã...

Raabe: Na verdade, ele foi casado duas vezes e depois eu fiz... Sabe o que eu fiz? Fui encontrar com a ex mulher dele, porque eu não sabia da história dele. Ele tratava bem a mulher dele, ele vestia bem a mulher dele, mas só que, apesar disso, a mulher dele era bêbada, né? Toma pinga...

Rose: Ah...

Raabe: Então depois ficou com os outros homens, ai ele não gostou e deixou. E a ex mulher dele começou a contar isso para mim. Ai, a gente viveu um ano e pouco só... 1 ano e 6 meses a gente se separou já. Eu falei, “Não quero mais você, não quero!” Eu mesmo separei dele. Chega a doer de eu saber que a ex mulher dele frequenta a casa da mãe dele, né? E isso doía para mim, a ex mulher dele frequentar a casa da mãe dele.

Rose: Da sua sogra...

Raabe: Na minha sogra tomando tereré... E foi na minha sogra, eu falei para ele, “Eu não vou mais ficar com o seu filho, além de eu ser casada no papel...” “Por que?”, ela falou. Porque eu não gosto que eu venha aqui para tomar tereré com a senhora e a sua ex nora fica tomando

tereré e eu não gosto. “E o que tem a ver você não gostar? Porque eu não tenho nada com ela. Ela está vindo, mas eu não gostava quando ela era minha nora.” Ai ela começou a contar como que ela vivia, como que ela batia... Meu marido tem um corte aqui, que a mulher dele tirou até sangue dele. Como ela ia tomar tereré, a minha sogra não podia falar nada, né? Ai eu fiquei 2 anos e 7 meses e engravidei da minha menina que hoje está com 7 anos. E você não acredita o que aconteceu, a minha menina está com 7 anos agora. Tem um homem em Amambai que se chama Ormirio, que considera minha filha como filha dele...

Rose: Ah, é...?

Raabe: Anhram... Ah, o meu marido, se souber! Uma vez a minha mãe falou para mim assim, “Raabe, você não acredita, seu ex namorado chegou em casa e falou que a filha dele já está grande...” Da minha filha ele falou isso. E na realidade não é filha dele, e na realidade eu só tive um caso com ele uns 6 meses, mas ai eu fui embora para a casa da minha mãe e ele pensa que a filha é dele. Ai, o meu marido não sabe disso, se souber...

Rose: Nossa!

Raabe: Vira um leão... Ai, hoje em dia a gente fica assim, né? Hoje a minha filha cresceu e ela é bem branquinha com o cabelo bem cacheadinho, por isso todo mundo fala que ela não é filha do meu marido, né? Porque o meu marido é moreno de cabelo liso.

Rose: Ah?

Raabe: Falam que não é..., mas o meu pai é paraguaio e a minha mãe já é índia. Então a gente já nasceu mestiço. Mas só que a minha menina, ela tem o cabelo enroladinho daqui até as pontas, bem bonitinha, bem branquinha, mas bem magrinha, muito bonitinha. Agora tem o meu filho que está com 2 anos, o Vitor, ele não, ele é gordinho, sabe? Vai ser aqueles homens gordo e grande, sabe? Ele é assim... Então as pessoas falam que o menino é filho do meu marido, mas só que a menina não é, eles tem preconceito sobre isso, né? Na aldeia se você tiver uma diferença já é preconceito para você. Falam que não que não é filho, que você pulou a cerca e isso e isso... Eu falei para o meu marido, “Seu eu pulasse a cerca, em 2 anos e 6 meses eu não ia engravidar tão rápido, né?” E eu esperei 2 anos e 6 meses para engravidar da minha filha. Ai a gente viveu nessa situação, ai o meu marido bebia... Mas só que nunca me bateu, nunca. Ai, uma vez ele brigou com o pai dele e a gente voltou para a aldeia, que é onde ele está morando sozinho agora. Ai a gente voltou para ali, e ficamos uns 3 meses, ai eu entrei na igreja. Me converti à Deus, porque a minha filha estava a beira da morte, quase para morrer. O doutor falou que ela foi desenganada pela medicina do homem.

Rose: Ah é?

Raabe: Ai ele falou que ela ia morrer, porque não tinha mais cura. Olha só... O doutor chegou e falou, “Raabe, eu sinto muito, mas eu tenho que falar para você, a sua filha vai sobreviver até 15 dias. Depois de 15 dias ela vai perder a vida!”

Rose: Hum... Mas o que ela tinha?

Raabe: O doutor falou que ela tinha problema no coração. Então, problema no coração não tem cura. Ele falou que era para esperar um transplante, mas ia demorar muito, mas com isso ela já vai morrer, o doutor falou... Ai eu falei para o doutor se não podia fazer nada, ai o doutor falou, “Não...” O meu marido já desesperado começava a chorar, desesperado. “Tem uma condição que vai me salvar”, eu falei para o doutor. “Qual que é a condição? É transplante?”, ele falou. “Não, é o transplante de Deus. Eu vou me converter à Deus, eu vou orar e ela vai ser salva!” Ai ele falou, “Depende da sua fé.”, ele falou assim para mim. Além de eu fazer toda maldade nesse mundo, bebia e tomava pinga e fazer essas coisas... Deus, ele me amava ainda. Ai eu fui e me converti à Deus, o meu marido se converteu. Só que no dia que eu me converti um irmão falou assim, não se você já ouviu falar...

Rose: Já sim...

Raabe: Você levantou a alma para Cristo, Deus vai salvar a sua filha. Mas você não brinca com Deus, porque Deus não é de brincar. Falou assim, “Não é você fazer ele de remédio e depois você fazer a vontade do homem. Não é assim!” Eu me converti... Eu estava contando: 1,2... Quando ia chegar 15 dias, faltava 2 dias para 15 dias... Eu tenho tanta fé, por isso que eu falo para as meninas, que eu não perco, que eu vou embora daqui em breve. Olha só, naquele dia, faltava 2 dias, meu marido falou, “Vamos arrumar as coisas da menina, se acontecer alguma coisa com ela já estão prontas as coisas dela!” O doutor que veio ver falou, o ultimo que veio ver falou, “Essa aqui só falta dois dias!” Chegou nos dois dias, que hoje vai fazer 15 dias... Quase aconteceu alguma coisa, ela começou a tossir, tossir, ficava branca assim... Parecia que ia acontecer alguma coisa. Ai eu olhei para o meu marido e falei, “Vamos orar... Vamos clamar a Deus o que aconteceu.” Ai eu comecei a orar, eu e o meu marido. Começamos a orar, orar, orar... Uma hora de oração e a menina parou de tossir e pediu água. Sabe até com quantos anos eu dei mamar para a minha menina? 3 anos e 5 meses... Por isso! Agora o menino foi mais cedo, 1 ano e 5 meses já desmamei, porque a minha mãe falou que era homem, não pode mamar muito! Ai vivemos essa situação... Nossa! Ai é cada coisa, o povo falava mal de mim, falava da minha filha, falava do meu marido... Mas a gente suportava. Chegou um tempo, que eu engravidei do meu menino, o meu tio falava assim para mim, “Vocês são irmãs falsas!”, falava para mim. Ai eu não aguentei e falei para o meu tio, “Tomara que você quebre esse braço veio ai, porque ai eu ficaria feliz!” Ai me diziam, “Raabe, você não pode fazer isso.” O meu tio foi, caiu de bicicleta e quebrou esse braço.

(risos) Nossa Senhora! Eu sofri na vida, sofri muito na vida, depois que eu casei a minha vida foi melhorando. Ai, uma vez para vir para cá... Uma vez teve um mutirão das Polícias lá... E eu sou tão curiosa, por isso que eu falo, eu sou tão curiosa. A dona Carol fala, “Raabe, não seja uma curiosa na rua!” Falei que não vou ser, mas se eu encontrar... Ai, teve um mutirão de Policiais Federais. Nossa, em cada esquina você via 5 ou 6 policiais de carro. Naquele negócio, tipo de uma antena parabólica e tinha um bichinho desse tamanho assim, passava pertinho da minha casa assim... Eu ficava olhando... A minha irmã estava na casa dela com o marido dela e diz que estava passando bem pertinho assim. E veio, veio e ficou assim... Ai o meu marido foi lá e tacou uma pedra. Atiraram no bichinho e derrubou! De repente eu via os policiais passando um atrás do outro, ai o meu irmão ó... Sumiram. Esconderam, porque não podia fazer isso, né? E ela pensou que era alguma coisa, né? Porque olha só, aqui a gente está sentado, né? Ele ia vir bem aqui e ficava olhando para você!

Rose: É um drone!

Raabe: Anhram... EU não sei para que é!

Rose: Ele filma tudo, vai fazendo filmagem. É um drone.

Raabe: Hã... Por isso que a minha irmã deu risada de mim. Eu estava cortando a minha unha e eu estava de saia e eu não vi que estava vindo na minha direção, ai a minha menina falou, “Mãe, mãe... Olha ai!” Que eu estava cortando a unha e olhei para cima. Ficou bem aqui assim... Ai veio, fez assim, fez assim e como estava voando ficou bem alto e parecia que ia cair na casa das outras pessoas. Ai eu falei, “O que é isso?” Eu não sabia. Todo mundo falando para mim, “Você viu, Raabe, o que veio para acabar o mundo? Vai acabar o mundo!” Falei, “Que acabar o mundo nada, isso ai é alguma coisa.” Eu já sabia que era alguma coisa, porque eu fui pescar numa tilapeira lá, tinha muito policial lá. Ai depois que caiu aquele negócio o policial entrou na aldeia para pegar, né? Então no outro dia não tinha nada de Policia Federal e eu indo para escola um homem falou, “Raabe, eu quero conversar com você.” Chamou o meu nome. Eu falei, “Eu?” Ela falou, “É verdade que aconteceu briga aqui na aldeia, assassinato?” EU falei, “Não! Não aconteceu.” Ai ele falou assim, “É, mas eu ouvi falar que aconteceu.” “Você ouviu, mas você não viu. EU moro aqui eu vejo.” Ai ele falou assim, tava um menino e uma menina de bicicleta, ai ele chamou o chefe lá e conversou... Por isso que a Policia Federal me conhece. Eles perguntam, “É verdade que teve isso?” Eu falei, “Não! Mentira.” Mas a pessoa que fez isso com você... Que fez você entrar aqui, fez você perder a viagem, mas quando para fazer uma briga, ai que vai acontecer alguma coisa. Então a Policia Federal entrou com mais de 50 viaturas... Muita, muita Polícia. Ai foi embora. No dia que eu vim presa eu pensei que ia ser assim de novo, porque no dia que veio eles chegaram na minha casa e perguntaram o que aconteceu na aldeia e eu contei para eles... Ai eles foram

embora! Falei para a minha mãe o que aconteceu... A minha mãe falou, “Deve ser alguma coisa, eles devem ter suspeita de alguma coisa.” Ai tá... Se eu tivesse feito eu ia me esconder, corria e me esconderia. E eu já ia me esconder. Por isso que o meu marido sempre fala para mim, “Raabe, se você soubesse que ia acontecer isso na sua vida, se você tivesse feito alguma coisa, a gente ia esconder.” O meu marido não tem nada a ver e nem eu... Então a gente já ia sumir, se eu tivesse feito, mas como eu não tinha feito eu não tinha medo da Polícia. Por que eu ia ter medo? Então, no dia que eu fui presa, foi de manhã cedo, 6h30 a Polícia chegou em casa. Quando chegou eu não acordei o meu menino, se eu acordasse o meu menino eu não ia poder vir sozinha... Ai eu falei para a minha menina, “Levanta, lava os seus pés e suas mãos, vai se escovar e a gente vai para a escola.” Ai, eu sempre levo pão para ele comer na escola. Ai, a Bate- Seba, que está comigo presa agora, ela sempre fazia o café para os meninos porque os meus nenéns eram pequenos, mas mesmo assim eles não podiam faltar na escola. Porque... Sabe para que eu estava estudando? Eu estava estudando para fazer o curso de agente de saúde. Eu queria criar o meu próprio sustento, sabe? Eu queria... E a mulher falou que se eu começasse a estudar eu ia, e eu queria fazer o de técnico em enfermagem depois que eu terminasse. Ai eu comecei a estudar, a me endireitar, a pensar, sabe? Porque eu sou muito inteligente. Além de eu vir presa, as pessoas falam, “Você é inteligente demais. Quando você sair daqui, Raabe, continua estudando, continua o seu futuro.” Falei, “Agora que eu vou estudar mesmo para fazer Direito, eu vou fazer!” Ai ela falou assim, “Faz, faz...” Porque a minha irmã já está estudando isso. Ai eu falei, “Eu vou também!” Ai a Policia chegou e perguntou assim, “Raabe, seu nome é Raabe?” Falei, “Sou eu!” Ai ele falou assim, “Você pode sair para fora?” “Posso!” Ai ele, “Senta ai...” Ai eu sentei. E na minha casa tem muitas varandas, né? Ai a mulher da Policia Federal não me viu, ela estava lá atrás do carro dela, arrumando já um jeito para me prender, né? Ai ele falou, “Você tem filhos?” “Eu tenho dois!” Mas ai ele falou, “Tá acordado? Então faz eles dormirem e não deixa eles verem anda.” Tá bom! Fui lá e falei com a minha menina, minha menina estava com sono mesmo, né? “Deita, dorme direitinho... Hoje a gente não vai para a escola não”, falei para ela. Ai ela deitou e dormiu, ai eu cobri bem os dois. Comecei a chorar, para que acontece isso na minha vida? Todo dia na minha vida é uma bagunça atrás da outra. Ai eu fui... Quando eu abri a porta a mulher já estava assim com o revólver para cima de mim. Quando eu abri a porta ela falou, “Você fez merda!” Ai eu falei para ela, “Eu não sou assassina, se eu fosse assassina você podia apontar essa arma para mim. Eu não matei ninguém, não matei nem meu pai e nem a minha mãe para vocês fazerem isso comigo!” Não... Ai ela começou a contar como foi! Olha só, por isso que eu falei para a minha mãe que quando eu era nova eu nunca fui presa, e ali eu bebia mesmo, ali eu fumava mesmo. A gente até roubava as coisas de comida para mim e eu

nunca fui presa. Depois que eu vim para a minha própria casa eu vim presa, isso eu acho uma injustiça.

Rose: Mas porque que ela falou que você foi presa?

Raabe: Porque, olha só, 2 mulheres que viviam comigo e 2 homens, 1 no caso já foram liberados. Ó, veio 2 homens que estão em Dourados e mulheres são 6, são 5 agora na cadeia. Então ele falou assim, “Vamos fazer o depoimento em Ponta Porã e você já volta!” Ai eu acreditei na Polícia, falei, “Tá...” “Eu vou revistar a sua casa, mas não foge, senta ai!” Eu falei, “Como que eu vou fugir? Por que eu não sei o que está acontecendo!” Ai eu fiquei sentada lá fora com o meu documento. Então, para eu não sair rasgada eu falei para a policial pegar uma saia para mim, a mulher trouxe uma saia para mim e eu vesti. Ai eu estava esperando, ai os dois entraram e não tinha ninguém fora. Ai a minha sobrinha fez assim para mim, porque se eu entrasse no mato eles não iam me achar, porque o mato é grande, né? Eu tinha nada, né? Por que eu ia me esconder? Falei, “Não, vou ficar aqui!” Porque a minha família falava, “Você é muito teimosa, porque se você fugisse...” Os 2 homens que fugiram estão ai hoje, eles estão se apresentando com advogado... Então eles estão normal ai. Porque a gente ia ser preso 6, 7, 8 pessoas, só que 2 pessoas fugiram. Então, depois de um mês eles se apresentaram com advogado e não vai mais preso.

Rose: Mas você tem advogado particular?

Raabe: Eu acho que eu tenho, eu não sei... Eu acho que eu tinha, porque eu não vejo mais ele, desde março eu não vejo mais. Ai tá, depois que ele me trouxe aqui em Ponta Porã, fizeram muitas perguntas. Ai, olha só, me acusaram de formação de milícia, de formação de quadrilha, ameaça e sequestro. Eu falei... E no papel que eles fizeram eu não tenho nem um filho. E ai diziam que eu pegava essas duas crianças, eu e essa mulher que está presa ai... A gente levava com o marido dela. Se fosse isso meus filhos iam ver, mas meus filhos são pequenos e eu nunca fiz isso. Ai o delegado acreditou em mim... Ai eu falei para o delegado, “Como que eu vou ser evangélica, depois de evangélica eu fazer isso nas pessoas? Eu e minhas crianças somos inocentes! Porque eu tenho duas, meus filhos pequenos.” Ai o delegado falou, “Eu acredito muito em você, mas só que...” Eu falei para ele que eu não tenho nenhum envolvimento com essas duas. Eu frequento a escola, na mesma escola que eu frequento ela é merendeira da escola e a outra é vendedora de picolé. Eu nunca vi elas fazendo isso. E o que esse homem veio fazer com a gente é injustiça, porque vocês acreditaram nele. E seu eu contar o que ele fez? Ai ele perguntou... Porque eu perdi a minha cesta básica, porque ele virou chefe na aldeia, ele cortou a minha cesta básica, a Bolsa Família dos meus filhos... Então por isso eu falei, “Enquanto eu estou aqui na cadeia, ele está lá comendo as minhas custas. Ele faz o papel falso e a prefeitura manda pensando que eu to pedindo. Ele faz o

documento falso no nome das pessoas e ele recebe roupa, compras, muitas coisas!” Então, ele fez isso e quando eu vim presa para cá, daí o delegado falou porque eu fui presa, disse e disse... Eu falei para o delegado, “Eu não vou achar ruim mesmo se eu for presa, eu vou... Mas eu vou em nome de Jesus, porque nenhum homem pode falar que eu fiz isso, porque Deus sabe. Ele é o meu testemunho!” Falei isso para o meu advogado. E para o advogado a gente não pode levantar a voz, mas eu falei. Ele falou, “Eu acredito muito em você! Se você não fez isso, lá em frente ao juiz ele vai tomar providência, ele vai ter dó de você!” Eu falei para ele que eu não preciso de dó, eu quero que conheça o meu problema. Se eu tivesse um erro eu mesmo iria contar. Eu ia falar que eu fiz isso, mas eu não fiz, no caso eu não posso falar nada. E esse homem, ele fez papel falso e o pessoal tirou ele da aldeia, deixaram ele lá na estrada. E de lá ele veio direto na Delegacia. Ele diz que foi apanhado, que foi estuprado... Esse homem é cara de pau, esse homem... E nisso agora ele fugiu para ao Paraguai, porque ele sabia que se continuasse no Brasil... E ele é homem paraguaio, ele não é brasileiro. Então, aí, depois que eu vim presa para cá, eu cheguei aí no portão... Eu não chorei em nenhum momento, eu falei para Deus, “Eu vou te entregar tudo nas suas mãos. Se é isso, que seja isso, mas eu sei que eu vou embora. Um dia eu vou...” Aí eu cheguei ali no portão, a senhora pegou o meu papel e olhou, aí ela falou assim, “Meu Deus do céu...” Ela levou um susto, né? Quando olhou o papel... Por causa de nós 3... Aí os homens já tinham ido para Dourados! Aí, eu recebo Bolsa Família do meu filho, aí um ano e pouco e eu não recebi mais. Até 5 ou 6 anos... Aí eu me lembro muito bem, eu recebi na terça e na quinta-feira eu vim presa, mas eu trouxe dos meus meninos, eu não gastei. Eu cheguei aqui e me falaram, pega uns 100 reais para você gastar, mas eu falei, “Não, é do meu filho. Eu vou ter que dar o dinheiro para ele!” Daí a gente passou nesse quartinho, nesse quartinho a gente passou a revista... Eu falei para ela, “Não precisa me revistar. EU não trouxe nada de coisa grande. Eu só trouxe o meu documento e só isso. Não trouxe roupa, nada...” Aí a senhora falou, “Não fala que vocês são de Comando Vermelho!” Falei, “O que é isso?” É nome de uma facção.

Rose: De uma facção...

Raabe: Aí eu falei, “Nem o Comando Vermelho eu sei!” Imagina esse negócio aí... (risos)

Rose: PCC.

Raabe: Isso, assim que ela falou para mim. Eu não sei o que é isso, eu só vejo em testemunho de pessoa que é evangélico que já seguiu isso aí. Eu só ouvi falar em testemunho isso aí... PCC... Aí eu falei, “Não sei o que é isso!” Aí a gente também foi acusada de ter estuprado a criança. A Marta e essa uma diz que levava as crianças para o marido e o irmão poder estuprar. E a gente não. Não tem essas coisas lá na aldeia. Aí a senhora contou a minha história, aí ela falou, “Se perguntarem para vocês se vocês fizeram isso, vocês falam que

não!” Eu falei para a senhora, “Eu vou contar o que? Se o meu marido não fez isso e eu também não fiz. Em nome de Jesus!” Ai ela me levou no carro que eles falam... Nossa! A gente chegou, logo em seguida chegou a marmita. A gente comeu a marmita, as meninas comeram, mas eu não consegui. Mordi dois pedaços e não conseguia. Ai eu nem lembrei no momento que eu deixei o meu filho na cama, dormindo, como que eu fiz... Ai eu comecei a chorar, né? Eu e a Cida. De repente, quando eu estava chorando, a menina viu na TV estava passando... Os dois homens passou, mas nós não passou, mas falou meu nome. “Que a gente talvez pode estar envolvida, mas a gente não tem certeza!”, o delegado falou. Ele não tem certeza, mas talvez pode estar envolvida, mas o pessoal da cadeia não sabe né? Pensam que ele tem certeza absoluta. Ai, eu estava sentada assim, as meninas também estavam sentadas, de repente chegou uma menina assim, como uma grávida (?) deste tamanho, ela foi de bonde para Campo Grande, chegou lá e falou assim, “É verdade que vocês estupraram uma criança de 6 anos e de 7 anos?” Falei, “Eu não. Eu não estupro e não mandei estuprar ninguém... Eu to aqui acusada e esse juiz que me prendeu nem tem prova... Porque a pessoa que fez isso eu quero que sente na minha frente e fala se eu mandei fazer isso mesmo! É o que eu quero...”, falei para ela. Ai ela falou, “Aqui não tem querer.” Eu falei, “Mas eu não quero mesmo! E eu quero ver quem é a pessoa que vai colocar a mão a toa em mim!” Eu sabia que eles estavam falando. Ai eu já vi a outra falando bem devagarzinho para as outras lá que iam bater na gente! Ai eu falei, “Se vocês querem me bater pode me bater, mas não me machuca não, porque a gente machuca e um dia se fere... Um dia é da caça o outro é do caçador!”, falei para elas. Por isso que eu falei para a Cida, eu orava muito... Até hoje eu falo para Deus, “Eu te agradeço, porque eu tenho passado muitas coisas aqui dentro, mas para ter me sepultado, de tudo o que aconteceu em mim!” Eu orava muito à Deus. Ai, de repente, a menina pegou um cabo de vassoura e quebrou no meio e deu um para cada um. Rodo quebrado no meio, que a ponta do rodo já deu para cada um... Ai, as outras tiraram aquele negócio de cuia de tereré... porque tem aquele negócio, né? A nossa colher é de “cola” (?), né? Mas mesmo assim elas conseguem fazer uma ponta. Ai pegaram muitas coisas para bater na gente... Ai elas falaram, “Começa a falar...” E na verdade a gente não tinha nada a ver, a gente não pode falar nada, né? Tem que ficar de boca fechada.

Rose: É...

Raabe: Mas a gente não queria apanhar, né?

Rose: Você tinha que se defender, né? Mas a gente apanhou muito, mas a gente não se defendeu. Por isso que eu falo. Não... Eu falei para ela, “Se vocês quiserem me bater, pode me bater, mas me bate até eu morrer, não fica me machucando a toa não!”, eu falei para ela. E eu entreguei a minha alma completamente para Deus, eu falei, “Se é isso que acontece, deixa que

aconteça isso!” Ela me bateu... Nossa! Ai que elas bateram. Eram 16 mulheres, 16 mulheres... Bateu... Sangue da Marta começou a descer, da Bate Seba, em mim ele não machucaram nada. Daqui eu levava vassourada, eu levei só daqui... Das minhas bundas, ficaram toda verde! Na minha cara não tinha arranhão, mas na Cida não, na Cida ficou verde aqui e esse daqui. Nossa... O corpo inteirinho! Da Bate Seba também!

Rose: Nossa...!

Raabe: Porque elas bateram demais nas duas, porque eu estava atrás, né? No banheiro... Quando alcançava doía, mas quando não alcançava não doía, ai elas batiam, batiam! E elas falavam, “Se vocês gritar você vão morrer, suas vagabundas!” Ai elas chamaram a gente de puta! Ai quando as meninas me bateram eu fiz assim, eu fechei meus olhos e falei assim, “Senhor, se é a sua vontade a gente vai viver, se não é da sua vontade a gente vai morrer! Mas eu não vou gritar, eu vou deixar você agir.” (não entendi o que ela disse) A gente apanhou, apanhamos quase uma hora. Olha só, eu apanhei, apanhei... Depois eu falei assim, “É, a minha mãe não me encosta um dedo e essas que são erradas... Ah, mas não vai mesmo, peguei um cabo de vassoura!” Olha só, isso eu fiz uma vez na cabeça da menina, quando eu bati nela ela saiu correndo...” Ela saiu correndo e a outra chegou, a outra ia vindo ela se jogou, veio se jogando, mas eu dei um soco nela. Falei, “Agora ninguém vai me bater, quem é mais bucetuda para encostar a mão em mim...”, falei desse jeito. Peguei o cabo de vassoura e fui para cima delas, nem uma veio. Elas me deixaram na roda, mas não me bateram mais. Mas nas duas, meu Deus do céu... Bateram muito, muito, muito. Ai eu fiquei sentada na esquina assim, ai eu falei, “Mas quem encostar do dedo em mim não vai sair vivo daqui não, eu vou matar essa pessoa!” Nossa... Eu estava nervosa!

Rose: Ah, mas também, né?

Raabe: Depois que eu apanhei muito eu reagi. Ai eu vi a Sandra fazendo assim, “Ai...” Só uma vez. Quando eu fui ver ela já estava assim no chão já, desmaiada. Ai saia sangue aqui no nariz, saia aqui na boca, na orelha... Saia sangue para todo lado. Ela machucou tudo por dentro. E a filha dela estava em pé assim no azulejo e estava dessa cor assim, pingava só sangue.

Rose: E hoje? Mas hoje parou...?

Raabe: Não, mas a gente estava no corró. No mesmo dia eu falei para a senhora, eu gritei para a senhora, “Senhora, essas meninas vão matar a gente!” Ai a senhora foi, elas quase mataram a senhora também! Ai elas falaram para a senhora, “Se você entrar aqui dentro a senhora também vai morrer!” Capaz, pegou aquele pau e entrou lá dentro e tirou nós 3, saiu nós 3, fomos para o hospital. Quando chegamos no hospital parece que a gente estava morrendo. Olha só, o doutor aplicou 2 bezetacil em mim que eu nem senti.

Rose: Nossa...

Raabe: Muita dor que eu estava... Ai no outro dia a gente foi fazer o corpo de delito lá no, como é que eles falam? No...

Rose: IML

Raabe: IML! Depois nós voltamos para cá. Quando já fazia uns 15 dias que a gente apanhou a gente já estava para cá, ai o advogado veio, o advogado que ia trabalhar no nosso caso. Chegou e aqui nessa sala mesmo ele perguntou como que era, e a gente mostrou as nossas costas. As costas da Sandra não fazia um mês que acabou as manchas, estava muito, muito feia... Ai ele assinou todos os papeis e falou, “Eu vou procurar um jeito.” Mas eu acho que esse advogado está para pisar mesmo na gente, sabe? Porque pediu dinheiro todo dia, minha mãe mandava dinheiro todos os dias para ele. Todos os dias.

Rose: Você não sabe o nome dele, né?

Raabe: É W. C..

Rose: W. C..

Raabe: Hunrum...

Rose: Vou ver, porque ai eu posso entrar em contato com ele. Para ver como que está a situação de vocês.

Raabe: Tá... É W. C....

Rose: Vou pegar o telefone dele.

Raabe: O numero dele está ali na frente eu acho... A mulher tem ali.

Rose: A outra que vir você pede para trazer, porque ai eu vou ligar para ele, tá?

Raabe: Tá. Não, mas eu tenho o numero do celular dele...

Rose: Você tem?

Raabe: Está com a menina ali. Eu mando guardar no meio da Bíblia, porque uma vez teve geral e sumiu dos advogados e eu não, guardava aqui... Ai eles falaram, “O que você tem ai?” Ai eu, “É o numero do meu advogado, eu não quero que ninguém rasgue!” Mas ai a gente ficou um mês, sabe? Eu não podia ouvir falar que eu entrava em pânico, sabe? Eu entrava no banheiro e ficava quietinha. Depois de algum tempo foi passando, foi passando... Ai esses dias atrás tinha umas meninas batendo boca... Ai, sabe o que aconteceu também com a gente? Esses dias eu estava almoçando, ai a menina tinha limão e essa menina pediu limão para a Bate - Seba, mas ela não ouviu. Não que ela não quis dar, ela que não ouviu... Ai, “Dá limão para mim. Alcança esse limão para mim!” Era uma índia também, que matou o marido dela! E só porque ela matou o marido dela quis ser mais do que os outros, né? Ai ela falou, “Dá o limão...” Ai a senhora... A dona Bate- Seba não ouviu e eu ouvi, mas eu não ia oferecer. Na cadeia a gente não pode ficar oferecendo as coisas para os outros, cada um manda nas suas

coisas. Ai nesse momento a Sandra não ouviu, ai ela falou assim, “Michele, trás limão da cozinha, porque essas ‘Jack’ não quer dar!”, falou desse jeito para a gente. Quando ela me falou, eu falei, “Quem você chama de ‘Jack’?” “Foi para vocês!”, ela falou para mim. É, pelo menos as pessoas me chamam de ‘Jack’, mas tem pessoa que chama de ‘Jack’ e pode ser pior do que ‘Jack’.”, falei para ela. “Se eu tivesse feito isso eu poderia ter consciência pesada, porque eu saberia que fiz, mas eu não tenho consciência pesada, porque eu não fiz nada. Tô com a consciência tranquila, porque eu não fiz!” Nossa... Ai que eu fiquei nervosa, hein? Ai eu falei para ele, “Além da pessoa falar isso, eu não tirei a vida de ninguém! Eu não fiz um inocente pagar lá na cadeia por causa dos outros. E você não...”, falei para ela. “Você matou o seu marido. Seu marido está comendo terra agora e você está aqui, querendo ser mais do que as outras.” Nossa... Fiquei brava! Ai ela falou assim, “Você é ‘Jack’ mesmo!”, ela começou a gritar. “É, ‘Jack’... Você é pior do que ‘Jack’, você que matou. Você é uma assassina. Um dia Deus vai te cobrar tanto!”, falei para ela. “E do jeito que você matou o seu marido, um dia você pode ser morta também! A gente mata, mas como próprio sangue a gente paga”, eu falei para ela. “Você é ‘Jack’...” Sabe? Ai ela começou a dançar assim na minha frente. Nossa Senhora... Eu falei para ela, “Você para com isso se não eu vou te dar...” Ai ela falou assim, “Se você encostar um dedo em mim eu te mato!” “Você matou o seu marido porque ele ficou bêbado, mas eu você não mata não! Se encostar um dedo em mim eu juro que eu te mato mesmo”, falei para ela. Ai neste momento, quando eu fiquei brava com ela eu levantei, ai a irmã, a irmã evangélica falou assim, “Raabe, não faz isso não. Deixa esse diabo blasfemar a vontade. Você vai embora, depois o diabo quer te arrastar!”

Rose: É verdade.

Raabe: No momento que ela falou, parece que me aliviou o meu coração, sabe?

Rose: Não é fácil. Porque você vai sair rapidinho daqui...

Raabe: Anhram...

Rose: Então você não pode fazer nada errado, né? Porque é o diabo mesmo te tentando.

Raabe: Isso... Ainda mais que eu não vim de droga, se eu viesse de droga você podia pegar cadeia de 1 ano, mas nesse caso se você contar para o juiz que você não tem nada a ver com isso... O juiz vai entender e você vai embora rápido, mas se você continuar se arrastando, se arrastando, ai você vai demorar. Ai, eu fiquei nervosa, sabe? Eu fiquei desesperada. E eu não posso ficar nervosa, porque o meu nariz sai sangue, quando eu fico muito nervosa. Ai eu fui no banheiro o sangue começou a derramar, derramar... Fiquei tremendo sabe, quase que eu ia cair. Parece que... Fiquei muito nervosa! Ai eu falei, “Vou na escola!” Porque eu estudo, né? Para ganhar remissão. Eu vim na escola eu falei para a senhora, “Senhora, a menina me chamou de ‘Jack’ e eu não gosto que me chama. Eu respeito todo mundo. Desde que eu

cheguei ali no 'xis' nunca uma pessoa me xingou, porque eu amo todas as pessoas que estão ai... Apesar de elas terem defeitos e qualidades, mas eu não sou assim”, falei para a senhora. Ó, na cadeia, eu ouvi falar que se a pessoa trouxer as coisas para mim, só eu que tenho que comer, né? Mas eu não... Minha mãe trazia frango, mortadela fatiada, ela trazia muitas coisas para mim comer, eu não como sozinha.

Rose: Você divide...

Raabe: Eu coloco lá no meio e falo para as meninas, “Vamos sentar todo mundo e vamos comer todo mundo junto!” E a maioria a família não visita, porque são de longe, né? E quem tem mais visita é só eu, só a minha mãe. Não tem, porque são tudo de longe, de São Paulo, Rio de Janeiro, então os parentes não vem. Ai a minha mãe trazia as coisas, eu nunca neguei um pão, café... Aqui a gente liga de cada quinta-feira então se acaba café e essas coisas, eu ligava a cobrar para a minha mãe e pedia café, açúcar e a minha mãe trazia. Mas ai as meninas falavam ma de mim, mas eu não dava ouvidos, ai eu falei para a senhora, que se tivesse uma cela só para mim, uma cela bem pequena que nem na forte eu ficaria. “Não, você não pode ficar ai, porque você não é castigada nem nada!” Ai então eu fiquei um tempo ai, um mês vai fazer segunda-feira, mas eu nunca briguei com ninguém. Só essa mulher índia que fez isso comigo, ela me chamou de 'Jack', ela chamou... Falou assim, “Se eu não te matar aqui dentro, quando a gente sair lá fora eu te mato!” Falei, “Você não me mata nada, porque eu não vou morar perto da sua casa mesmo. Você mora na aldeia e eu vou morar na cidade, e se você quiser ir na cidade me matar vai ter Polícia para te prender!”, eu falei para ela. (risos)

Rose: Risos... Ah é...

Raabe: Ai no domingo que a minha mãe veio eu falei para ela. Ai ela acredita muito em macumba, no espiritismo. Falou para mim que ia até ligar no vô dela para fazer isso. Eu falei, “Liga! Por mim você pode chamar até o Satanás lá do inferno para vir, porque o meu Deus é maior.”

Rose: O nosso Deus é o Deus do impossível.

Raabe: Eu falei para ela, “Se você quiser pode chamar tudo o que estiver lá no inferno, até o Exu Caveira, mas o meu Deus é maior! Eu vou falar para Deus destruir o que está em você...” Ai a senhora falou para ela, “Se você continuar mexendo com ela eu vou mandar você de bonde!” Porque eu nunca fiz nada para a senhora.

Rose: É... Ai você reclama para as Senhoras aqui.

Raabe: Elas falaram para as meninas, “O que acontecem aqui você tem que falar para a gente, porque se você falar para ela ai você entra na briga. O que acontecer lá você vem e fala para mim que eu chamo a pessoa para conversar.”

Rose: É... Ou você pede para mudar de cela, ou pede para mudar ela de cela.

Raabe: E mudaram ela de cela.

Rose: Mudaram?

Raabe: Mudaram. Sabe o que eu fiz? Eu segurei na grade assim e comecei a chorar, falei assim, “Senhor, por que tanto sofrimento? Depois que eu apanhei muito, machuquei muito... Peguei uma...” Também eu não te contei, olha o que a gente fez. Elas fizeram coco no vaso, então eles tiraram o coco da água com a caneca e mexeram com a própria colher que elas comem e fez a gente beber.

Rose: Nossa...

INTERRUPÇÃO: Uma funcionária do Presídio interrompe porque ia fechar a sala.

Raabe: Ai a gente vive nessa situação, sabe? É muito triste. Além de passar lá fora... Olha, eu passei fome, passei miséria, passei tudo lá fora, mas aqui eu passei o castigo maior.

Rose: Mas é provação. Deus está testando vocês!

Raabe: Isso que a minha mãe falou, ele está provando para ver se você continua orando ou você desiste.

Rose: Ou você desiste... É a prova final!

Raabe: Só que toda noite quando eu durmo eu sonho, eu não sonho indo embora e encontrado minha família, sabe? (Emocionada!)

Rose: Mas vai dar tudo certo, Raabe, não se desespera... Confia, tenha fé! Alimenta a sua fé que vai dar tudo certo para você. Tá?

Raabe: Mas tá... Ela fala tanto palavrão lá para mim...

Rose: Não... Repreende, fala, “Em nome de Jesus eu repreendo todo o mal que está jogado em mim!” Tá?

Raabe: Hunrum...

Rose: Repreende. Repreende mesmo, porque Deus está contigo!

Raabe: É... E desde que eu cheguei aqui, tem 5 meses, eu nunca deixei de adorar o Senhor! Porque eu copio hino, eu canto hino de noite. Aqui tem uma ‘Jéga’, eu fecho tudo aqui para ficar sozinha. Eu falo para Deus que muitas pessoas daqui foram embora com a minha oração, por isso que eu agradeço a Deus. Está muito difícil, mas só que eu sei que Deus está fazendo isso para me provar e Ele quer que eu um dia possa testemunhar.

Rose: Isso, seu testemunho vai trazer muita gente para presença do Senhor.

Raabe: Por que... Uma coisa também que eu não guardo é rancor das pessoas! A menina que entrou no ‘Corró’ me deu chute na barriga muitas vezes. Então ela foi no mesmo ‘Xis’ que eu estava, ei ela chegou lá e falou para mim, “Raabe, você está aqui?” Eu falei para ela, “Eu estou aqui...” Ai, sabe... Eu sonhei na noite que ela ia embora... Eu sonhei que ela ia indo

embora e ela estava pedindo perdão para mim. De manhã cedo ela falou que estava condenada há 6 anos, mas aí eu falei para ela, “Você não está condenada há 6 anos, porque Deus quer que você conheça esse plano para você ir embora!” Aí ela falou assim, “Raabe, eu te bati muito lá no ‘Corró’, mas eu não sabia o que aconteceu realmente, mas como as pessoas ficaram falando eu pensei que era verdade. Por isso que a gente fez isso!” Eu falei, “Acabou, para mim acabou. Não me lembra mais dessas coisas, porque o que é passado não volta mais. Agora eu tô precisando de tudo muito bom!”, eu falei para ela. Aí, naquele momento, a moça chegou e falou, “O oficial tá aí...” O oficial de justiça... Aí ela veio, ela assinou o semiaberto dela e começou a chorar e falou, “Raabe, eu vou sair de semiaberto!” Eu falei, “Você não vai de semiaberto, você vai de alvará, porque hoje a noite eu sonhei com você e quando eu acordei eu falei para Deus que não deixasse você nesse lugar!” E quando eu comecei a orar eu tive uma visão que ela ia embora, mas que antes dela ir embora ela ia fazer alguma coisa. Aí, de repente a dona Carol chegou e eu estava sentada perto da grade, aí a dona Carol falou, “Raabe, você está pensando o que?” Aí ela falou, “Logo você vai embora, porque Deus está sempre com você!” E ela me dá tanta força, essa dona Carol... Aí, essa dona Gigi também! Todas as meninas eu ouvi falar mal da senhora, mas a senhora nunca me xingou. No lugar que eu fico nas grades pensando, né? Aí elas conversam comigo. Ela fala para mim muitas coisas, que é para mim continuar orando, porque Deus é maior na nossa vida. Aí, então, nesse momento, chegou dona Carol e falou para ela, “Você vai embora de alvará de soltura.” Ela pulou lá de cima... Nossa, mas tinha muita gente na minha frente e eu estava encostada assim na parede, né? Tinha muita menina na minha frente, aí abraçou... E ela não abraçou ninguém, ela falou, “Sai da frente, sai da frente...” Ela veio bem na minha frente e falou assim, “Raabe, você me perdoa do que eu fiz de você lá no ‘Corró’, que eu bati em você no ‘Corró’...”, ela falou para mim. “Será que você me perdoa lá no fundo do seu coração?”, falou desse jeito para mim.

Rose: Hunrum...

Raabe: Eu falei, “Te perdoo porque acontecem muitas coisas, né? Mas eu já tive uma visão que isso ia acontecer e que você ia embora, por isso que eu te falei para você não se preocupar que você ia embora!” Aí ela chegou, me abraçou e começou a chorar, chorar, chorar... Aí as meninas arrumaram as coisas dela, mas ela não se despediu de ninguém. Mas ela foi lá e me deu dois pijamas, falou, “Esse aqui é para você dormir a noite! Lembra de mim, porque além de eu ter feito as coisas erradas com você, mas eu te amo.”

Rose: Aí, que bom...

Raabe: Hunrum... Eu sei que você não fez, porque você tem um coração tão bom. Eu tenho 2 meninos, 3 agora... Eu cuido dessas crianças diariamente, todo dia, mas eu levo cada xingo da

mãe deles, mas eu não ligo. As vezes a mãe dele fala, ontem ela chegou lá e começou a chorar, “As pessoas que falam mal dos meus filhos eu não vou deixar mais ninguém ver.” Por isso que até agora, eu já passei muita humilhação aqui nesse lugar. Então, ela falou, “Tem alguém que fala mal do meu filho!”. Ela começou a chorar lá... Ai eu estava deitada na minha ‘Jéga’, ai eu falei, “Foi eu que falei mal do seu filho para você falar na minha cara? Eu não falei mal de criança, porque eu tenho dois meninos... Se eu tenho vontade de ver os meus filhos, eu vejo essas crianças aqui para mim acaba...”

Rose: Tem criança aqui?

Raabe: Tem! Tem 3 e na onde eu moro. Nossa, a menina que estava perto de mim começou a passar mal, passou mal. Ela falava cada coisa louca... Ela gosta, a minha mãe é evangélica, todo domingo ela vem aqui e ela pede para a minha mãe fazer oração. Minha mãe faz, mas só que acaba a oração começa a brigar. Só que Deus não tem como agir. (Este trecho está bem confuso!)

Rose: É verdade!

Raabe: Mas o tempo bom mesmo de viver era com os meus filhos, com a minha família, meu maior presente mesmo. E também eu fiquei evangélica, também foi melhor, porque eu viajava de aldeia em aldeia, eu ia pregar... Eu ganhei muita a minha pregação, porque deu um baile quando eu não fui (?), as pessoas me viam subindo no altar e falava a palavra de Deus. Eu tinha testemunho, chorava, cantava, então nisso eu fui ganhando muitas vidas. Tem muita meninas, jovem convertidas que eu ganhei...

Rose: Então, quem sabe Deus não te colocou aqui para você converter almas? Você já pensou nisso?

Raabe: Não... Não cheguei a pensar ainda, mas é verdade...

Rose: É... Quem sabe? Para você ganhar almas aqui para o Senhor. E todo esse período você está aqui para isso, entendeu? Então, fala do amor de Deus para as pessoas, né? Que estão aqui, que estão muito precisadas... Tipo essa menina que você falou, ela está precisando. Então, assim, tudo na vida da gente tem um propósito de Deus, né? Então, Deus está permitindo que você passe esse período aqui, quem sabe quantas almas você vai ganhar para o Senhor aqui...

Raabe: É verdade! Uma alma vale o mundo inteiro para Deus.

Rose: Vale...

Raabe: Por que essa menina que eu estou falando, não, tem outra... Chama Franciele, ela era muito estressada, ela não se sentia bem, ela falava mal para todo mundo. Ela xinga em qualquer momento, mas só que para mim ela não fala nada.

Rose: Então...

Raabe: Olha só, quando eu cheguei nesse ‘Xis 1’, ninguém aguenta ficar nesse lugar, mas quem tem força pode ficar... Porque nesse lugar ninguém aguenta. Eu já estou há 5 meses, todos os dias eu oro à Deus, todos os dias. Ai uma vez, ela começou a me xingar, me xingar, me xingar, me xingar, sabe? E ela podia me xingar, ela falando mal de mim, “Vocês fizeram isso, vocês não tem vergonha... A gente podia pegar uma faca e matar vocês!”, ela falava. Eu nem ligava. Quando ela falou a ultima, eu falei, “Deus, tenha dó, tenha piedade dela. Ela não sabe o que fala!”

Rose: É...

Raabe: Ela começou a chorar... “Ai, Raabe Bate- Seba” Ai caiu em cima de mim! Ai eu falei, “O que foi?” “Tô sentindo uma dor no coração!” Ela tem esse problema. Ela falou que tem, mas eu acho que não. E ela fala mal das pessoas, ai Deus dá isso para ela!

Rose: Dá... É...

Raabe: Ela falou, “Ai, meu coração! Dói muito...” Ai ela começou a chorar... Ai todo mundo... Eu falei, “Deixa eu, deixa comigo!” Coloquei ela os meus braços e comecei a orar por ela, no outro dia ela estava toda feliz... Eu falei, “O que foi?” Ela falou, “Raabe, melhorou! Eu estou tão feliz...” E por isso, até hoje... No começo, quando eu entrei, ela fez isso comigo. Mas até hoje ela não brincava comigo, mas hoje não, se eu estiver bem séria ela fala, “Cadê o seu Deus? Conversa com o seu Deus, pára com essa tristeza!” Ai eu falo, “Não, eu não estou triste não... Eu só estou aqui pensando na vida!” Ela falou, “Não pensa na vida não, porque você vai ter todo um futuro pela frente” Ai ela chega, ela briga com todo mundo, menos comigo.

Rose: É, tá vendo? Ela já percebeu que você tem a unção de Deus.

Raabe: Hanram... Você vê que ela falou assim para mim, “Raabe, desde que você veio nunca aconteceu na minha vida, está mudando...” Ela está acalmando. Ela era muito brava, muito mesmo. Mas agora não. As pessoas falam mal para ela, ela fecha a casa dela. E ela está orando! Isso que eu falo...

Rose: Ó... Tá vendo? Tô te falando, que Deus tem um propósito muito grande na sua vida!

Raabe: Não sei... Olha, eu levo xingo para todo o que é lado. A pessoa me xingou eu nem ligo, depois a pessoa vem falar, “Ah, desculpa que eu te xinguei!”

Rose: É...

Raabe: Hunrum... E a maioria que me bateu está tudo desse lado ai, todo mundo já me pediu desculpa.

Rose: Tá vendo?

Raabe: Hunrum... E aquela história lá, me perdoa por eu ter feito isso ou aquilo? A outra: Me perdoa também? Tem uns 6 por ai, tudo que eu perdoei... E hoje eles me tratam como se eu

fosse da família deles. Se eles compram alguma coisa, um pedaço de alguma coisa, sempre eles me dão! “Ô, Raabe, isso aqui é para você!” Olha só, a menina está lá no ‘Xis 5’ e me manda mortadela lá do outro lado.

Rose: Ah, é...? Olha!

Raabe: Ela falou assim, “É para você!” Eu falei, “Mas quem mandou?” “Fulana...” Tem uma menina que se chama Rafaela que tem medo, tem medo de mim. Ela falou, “Eu não vou mudar para lá porque eu tenho medo da Raabe, ela vai bater em mim!” Eu falei, “Não vou bater em ninguém não, porque se eu quisesse bater já tinha batido em todo mundo!” Mas eu não mereço mais, eu não bato mais. (risos) É isso que eu vivi, muitas coisas, né? Depois que eu estou aqui eu comecei a dar valor à vida e ao dinheiro.

Rose: E dar valor a quem está lá fora te esperando também, né?

Raabe: Isso... O que eu mais quero dar valor é a minha família, eu posso ter sido presa, eu posso ser ex-presidiária, mas só que a minha vida de Deus ninguém vai mudar! Sabe por que? Uma vez a minha filha, ela já é grandona, já tem 8 anos já... Ai ela me falou, “Mãe, você pode ser ex-presidiária, mas a gente sempre vai amar você!”

Rose: Lógico... Tá vendo? Que prova de amor...

Raabe : A minha mãe também! Minha mãe falou assim...

Rose: Seu marido não vem aqui?

Raabe: Marido não entra...

Rose: Não entra?

Raabe: Não entra! Ele veio sozinho, queria entrar, mas só que elas falaram, “Não!” Mas só que ele é evangélico, e ele anda orando todos os dias ao meu favor!

Rose: Isso... É, dando força para você, sua mãe... E eu vou estar orando por você também!

Raabe: Isso que... Aconteceu muitas coisas aqui na minha vida, mas eu não guardo mágoa de ninguém não. Mas só que o que eu sofri lá fora, porque eu bebia, e as coisas que eu fazia lá fora eu to pagando aqui dentro. Mas só que falou que eu fiz isso, isso e isso é mentira. Eu não fiz! Deus sabe...

Rose: É... Deus sabe! Deus sabe de todas as coisas, Raabe. É só um período que você está passando aqui dentro para dar uma amadurecida... Quem sabe, né? Deus falou assim, “Ó, eu vou mostrar assim para ela...” Tem um propósito de você estar pregando aqui dentro. Tá? Então, assim, não se desespera em nenhum momento. Não faça nada para te prejudicar... Sempre que alguém vier te xingar...

Raabe: Eu sempre falo, se a pessoa vem me xingar eu já levanto e vou lá banhar... Eu tenho uma cama para mim, eu fecho tudo as cortinas e já fico lá e já durmo.

Rose: É, fica lá...

Raabe: As meninas falavam assim para mim, “Raabe, chega de dormir, você vai pegar depressão! Você dorme do dia todo...” Eu falei, “É melhor dormir o dia todo do que ficar ouvindo babozeira!” Então é melhor eu fazer isso.

Rose: É...

Raabe: É... Ela falou, “Você é muito esperta!” As meninas levantam 5hs para banhar, eu não... Eu levanto 3hs.. 9hs eu vou banhar, depois eu volto, depois almoço, depois eu durmo de novo. Se eu não vou na escola eu durmo o dia todo. Só levanto lá pelas 16hs, na hora do ‘Confere’, depois eu janto e durmo de novo... Mas aí as meninas falaram que se dormir demais você pega depressão.

Rose: Mas é melhor você ficar dormindo do que ficar participando de coisa, de briga e converseiro...

Raabe: É, um monte de coisas que não é bom. Aí elas acharam que ia me dar depressão, mas quando eu acho que não. Quando eu acordo eu como bem e depois bebo alguma coisa assim...

Rose: É melhor você dormir.

Raabe: A minha mãe sempre fala, “Foge das brigas, foge das confusões! Essas confusões não vão levar a nada”

Rose: Não... Só aumenta os dias aqui, né? Você tem que pensar nisso. Não pode aumentar os dias aqui, pelo contrário, tem que sair.

Raabe: Tem que sair... Isso mesmo! Porque eu falei para a senhora, “Senhora, eu vou contar para você o que a menina tinha falado mal... Isso tem a ver comigo?” Ela falou, “Não... Você fez a coisa certa, você veio contar, então quer dizer que se acontecesse alguma coisa para você foi ela que fez isso com você.” Aí ela falou para mim assim, “Não tem nada a ver, o que aconteceu lá você tem que contar não pode ficar guardando!”

Rose: É, uma ameaça, alguma coisa você tem que contar...

Raabe: Porque ela me ameaçou muito, ela falou que antes de eu ir embora vai me matar para poder ir embora. Eu falei, “Aí que você não vai mesmo!”

Rose: Aí que ela vai ficar mais presa ainda...

Raabe: Ela foi presa duas vezes já. Eu falei, “Você não tem educação mesmo. Eu na primeira vez, nunca mais quero voltar para cá, imagina duas!” Aí ela falou para mim, “Não, mas cadeia é feita para maluca...” Ela fala essas coisas para mim! Eu falei, “Para você que serve cadeia, mas para mim não. Eu quero ir para minha casa e não voltar nunca mais!” (risos)

Rose: Verdade!

Raabe: Tem pessoas que gostam de cadeia.

Rose: Tem pessoas que gostam! É... Tem pessoas que gostam. Não quer mudar, né?

Raabe: Não quer mudar...

Rose: Quer viver sempre na...

Raabe: Nessas bagunças... Eu falei para a minha mãe no dia que ela veio, “Mãe, no dia que eu for embora daqui, eu nem lembrar de Polícia eu quero!” Ela falou, “Por que?”

Rose: Não... De jeito nenhum! Você tem que fazer de tudo para nunca mais vir aqui.

Raabe: Isso...

Rose: Nunca mais. Uma que você não fez nada mesmo... E está aqui injustamente.

Raabe: Mas quando eu sair daqui eu sei o que eu vou fazer, em 1º lugar: eu vou na igreja, eu vou me converter novamente na igreja, porque eu preciso. Sabe por que? Porque no meio dessas coisas eu quero... Que nem minha mãe falou, “Eu sou evangélica!”, eu falei para a minha mãe. Mas eu quero me converter de novo, para eu recomeçar uma nova vida.

Rose: Isso, para você nascer de novo.

Raabe: Sim... E eu quero contar o meu testemunho que aconteceu comigo, eu quero contar porque eu sei que eu vou ganhar muitas pessoas. De ex-presidiária eu posso ganhar... Porque a minha mãe falou, “Sendo ex-presidiária você é filha de Deus... Então Deus ama você!”

Rose: É...

Raabe: Hunrum... Eu falei para a minha mãe... Se você abrir o seu coração para Deus, você pode ser qualquer pessoa desse mundo, se abrir o seu coração para ele, você é dEle.

Rose: Nossa... O ladrão lá na cruz não foi perdoado?

Raabe: Foi perdoado...

Rose: Então... Deus... O amor dele é eterno por nós.

Raabe: É eterno, isso é verdade! Mas tem pessoas que amam a Deus só um pouquinho, depois já faz a maldade na vida dos outros, né? Porque tem dias que as meninas ficam falando, “Deus, Deus...” Depois de repente começa a xingar, “Eu vou te matar! Não sei o que lá!” Eu só fico olhando.

Rose: Ela está se enganando a si própria! Né? Mas a gente não engana.

Raabe: Por isso que eu... Ontem eu estava banhando no banheiro, eu estava catando um hino, quando eu estava cantando um hino eu ouvi elas orando, cantando... Aquelas do círculo de oração, né? Tão bom as pessoas orar... Eu pensei que era oração mesmo. Comecei a cantar hino... Eu me banhei, quando eu sai ouvi, “Você não respeita a oração! Você é uma vagabunda! Não sei o que lá...” Acabaram de orar... Ai, tem uma irmã da igreja, eu não sei que igreja ela é, mas ela é bem humilde. Ai falou para ela, “Se você quiser fazer oração, faz no seu canto! Não faz mais no meio”, falou desse jeito para ela. Eu falei, “Não liga não... O Diabo não quer que você fale, mas você tem o direito de falar.” Você começa orar quando você estiver deitada que Deus ouve em qualquer lugar do mundo. Eu falei, eles me humilham, falam, “Eu não quero que ‘Jack’ ore comigo!” Ai que eu oro mesmo!

Rose: Ai que tem que orar dobrado!

Raabe: Ai eu comecei a orar e as crianças começaram a chorar, chorar... Chorar demais. Ai eu falei para a mãe deles, “Trás esse neném aqui, deixa eu fazer oração!” Eu fiz a oração e até hoje as crianças não choram mais a noite. Chega umas 19, 20hs já dorme até amanhecer o dia!

Rose: Olha que benção...

Raabe: Hunrum... Mas o ser humano não vê as coisas certas na gente, né? Além de as pessoas, você fazer o bem, tenta fazer a maldade...

Rose: A gente tem que entender, Raabe... Assim, que o ser humano, ele nasceu já com o pecado. Então, todos os dias a gente tem que lutar contra o pecado, contra o mal que está dentro de nós, né? Todo dia a gente tem que alimentar o bem dentro de nós. E tem pessoas que fazem o contrário, todo dias elas alimentam o mal, ai vai crescendo, vai crescendo e aquela pessoa vai se tornando cada vez pior. Então a gente não, a gente tem que alimentar o bem! Dentro da gente para você se tornar melhor, porque é uma luta diária, viu?

Raabe: Porque no meio da minha família quem é evangélico: meu irmão mais velho, minha mãe, meu irmão caçula e sou eu. Três. O resto não é evangélico não! Mas só que quem não é evangélico, eles acreditam em Deus. E se o casal estiver brigando eles vão para a igreja e falam para Deus para repreender isso no casamento, mas eu falei, “Vocês que tem chance de conhecer Deus, e eu não tinha! Porque eu mesmo não queria. Mas você tem...” Meu pai falava assim para mim, “Raabe, vamos na igreja fazer uma visita!” Eu falava, “Eu não quero não... Esses crentes são todos falsos!”, falei desse jeito para ele. E depois que Deus colocou uma nova vida na minha filha, ai que eu acreditei que Deus existe mesmo. Sabe por que? Quando minha filha ia morrer, eu contei para a senhora...

Rose: Contou.

Raabe: Quando ela ia morrer, eu tinha uma consciência que se eu convertesse à algum homem da terra não ia mudar mesmo, mas se eu orasse à Deus de verdade ia acontecer algo de diferente. E quando eu orei aconteceu algo diferente. E meu casal, a gente tem 10 anos de casado, como o pai da minha filha agora. Tenho 10 anos... Ai, falando nisso, uma vez a minha mãe chegou e falou para mim, “Raabe, o seu marido não está muito bem...” Eu falei, “Ah, ele que sabe... Se ele quiser ir embora para a casa da família dele ele vai!” Mas o que eu mais quero, quando eu sair daqui, é os meus filhos comigo. E só isso... Meus filhos e Deus, está muito bom! Porque Deus é meu marido, meu pai, minha mãe que está no céu... Ai a minha mãe falou, “E eu não sou sua mãe não?” “Em segundo lugar eu falei, primeiro é Deus, porque ele que te mandou...” Sabe, a minha mãe, olha só... A senhora lá na frente falou para ela, que se ela quisesse me ver outra vez ela ia ter que tirar a carteirinha, minha mãe foi e fez a carteirinha... Voltou! Todo domingo ela não falta, todo domingo. Ela falou que pode faltar

dinheiro alguma coisa, mas ela pega e vem embora. Ela chega e fala, “Eu não trouxe nada, mas eu vim ver você!”

Rose: Ah, é o mais importante.

Raabe: O mais importante. Sei lá, os meus irmãos querem ir, mas só que eles não podem entrar. Porque é filho do meu padrasto, não é filho do meu pai, né? Mas eu acho que tem direito, né?

Rose: Tem, tem direito... Se eles querem vir é só ir no patronato e fazer a carteirinha.

Raabe: Isso, foi isso que a senhora falou para ele. Tem que ir no patronato, eles vão fazer a carteirinha para vocês, e vocês entram... Porque, assim, a gente não sabe, mas lá no patronato eles vão revisar os documentos.

Rose: Não, não é... É porque vai mostrar, né?

Raabe: São da mesma mãe, só que o pai é diferente...

Rose: Isso... Só o pai é diferente! São irmãos, tem laços sanguíneos normal.

Raabe: A minha mãe sempre fala... (pequena pausa: barulho de mulheres ao fundo)A Sueli vai embora hoje!

Rose: Ah, é?

Raabe: Vai... Eu falei para ela e para as meninas, “No dia que eu for embora, eu vou me despedir de todo mundo, vou dar tchau para todo mundo, mas eu vou sair sozinha lá para glorificar a Deus!” Ela falou, “Será que você faz?” Eu falei, “Eu faço...”

Rose: Vai ter que fazer...

Raabe: Hunrum... Porque eu fiz uma promessa para Deus, que se eu sair daqui eu vou lá no culto glorificar a Deus.

Rose: Hunrum... Muito bem. Logo, logo você vai estar gritando, glorificando a Deus assim também!

Raabe: E eu não sei se eu vou gritar ou vou pular...

Rose: Ou vai chorar... (risos)

Raabe: Eu não sei, mas vai acontecer alguma coisa. Mas quando acontecer, no dia que eu for embora, eu vou estar na maior felicidade do mundo, sabe?

Rose: Vai... E eu vou estar torcendo para isso acontecer logo!

Raabe: Porque esse advogado que a minha mãe colocou não quer atender, minha mãe liga e ele não atende. E minha mãe falou que toda vez que liga ele não atende! E a família da Sandra liga e ele também não atende.

Rose: Então, a próxima que eu for atender, daí você manda o telefone.

Raabe: Qual que é aproxima?

Rose: Eu não sei qual que é a próxima, mas eu vou falar com as que estão com você, com a Bate - Seba... Eu vou falar, ó... Com a Bate- Seba, com a Bala, com a Sara, com a Ana e com a Marta. Qualquer uma delas que estiverem lá junto com você, você manda.

Raabe: O que está comigo é Marta e a Bate- Seba!

Rose: Então, ai você pode mandar por elas, tá? Ai eu ligo.

Raabe: Hunrum... Dai você liga e pergunta do meu caso.

Rose: Tá... Eu vou perguntar sim.

Raabe: Depois você vai vir de novo aqui?

Rose: Venho. Se eu não vier eu deixo recado com a Tania.

Raabe: Ah, tá...

Rose: A dona Tania, tá?

Raabe: Ela me avisa, porque eu preciso saber do meu processo. Porque eu também estou...

Rose: Eu ligo lá fora. Eu vou sair agora para almoçar e depois a hora que eu voltar... Eu ligo lá fora e já dou o recado aqui para vocês.

Raabe: Hunrum... Tá, mas só que eu vou mandar amenina vir trazer o numero.

Rose: Então... Eu vou ir almoçar agora, ai depois eu volto, ai você já manda o numero por ela.

Mas ai, a hora que eu for sair eu pego e deixo um recado, 'bereuzinho' para vocês lá na cela.

Tá bom?

Raabe: Tá bom! Obrigada...

Rose: Obrigada eu, tá? Adorei te conhecer... Vou estar orando muito por você para você sair rapidamente. Não dá nem para eu te dar um abraço daqui de fora...

Raabe: Não dá...

Rose: Deus esteja contigo, tá?

Raabe: Amém... Com você também, que ajude no seu trabalho, onde você estiver.

Rose: Amém... Depois que estiver pronto eu vou atrás, onde você estiver.

Raabe: Eu to morando... Quando eu sair daqui eu vou morar na cidade de Amambaí, porque minha mãe está morando lá, na vila Cristina.

Rose: Na vila Cristina? Tá!

Raabe: Hunrum...

Rose: Eu vou anotar aqui. Amambaí, vila Cristina. Tua mãe não tem nenhum telefone celular, nem nada para eu entrar em contato.

Raabe: Minha mãe tem, mas só que o numero... Não, eu mando o numero também!

Rose: Tá, manda o numero da sua mãe e do advogado, tá?

Raabe: Tá! O nome da minha mãe é Marta Oliveira!

Rose: Eu tenho o nome dela aqui... Dela e do seu pai.

Raabe: Ai tem o meu artigo?

Rose: Então, tem... 288, 146, 147...

Raabe: O que quer dizer isso aí?

Rose: Então, eu vou dar uma pesquisada na internet...

Raabe: Você pesquisa?

Rose: Hunrum... Eu vou ver na internet certinho. A hora que eu sair lá fora eu olho no meu celular certinho já te falo.

Raabe: Você marca no 'bereuzinho'...

Rose: Marco. Marco tudo, pode deixar. Abração, tá?

Raabe, Tá. Beijo...

Rose: Beijo.

SARA: Depoimento [30.04.2015]. Entrevistador: Rose Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rose junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Rose: Seu nome é Sara Gonçalves, né? Que etnia você é?

Sara: É...

Rose: E você é Kaiowá ou Guarani:

Sara: Kaiowá.

Rose: Kaiowá? Sara, eu to escrevendo um livro... Eu não sei se as meninas já te avisaram...

Sara: Já, já avisaram.

Rose: Já te avisaram? Então, eu gostaria de saber se você quer participar...

Sara: Hunrum...

Rose: Você aceita participar?

Sara: Aceito...

Rose: Então tá... Então o que eu quero saber... É o que eu to conversando com as meninas já, é a história da sua vida, tá? Porque eu vou escrever a história da vida de vocês. Então eu quero saber, assim, desde pequena, da sua infância, de onde você nasceu, se você foi criada pelos seus pais, como que foi sua infância, sua adolescência, seu casamento, se você tem filhos, né? Tem um filho eu vi aqui, né?

Sara: Tem...

Rose: Como que você trabalhava, se você estudava, tá? Como que foi... Aqui na sua ficha tem que você tem um 121 (artigo do código penal), né?

Sara: É...

Rose: Dai como aconteceu esse homicídio, quais foram as causas, se você bebia, se você usava drogas... Tudo isso, tá?

Sara: Tá...

Rose: Então você pode começar.

Sara: Hunrum...É agora mesmo?

Rose: É...

Sara: Hã... Pensei que era outro dia.

Rose: Não, é agora.

Sara: Ah, tá... Como que a gente... Tá, espera ai.

Rose: Quem que te criou? Foram seus pais mesmo...?

Sara: Quem me criou foi minha mãe. Minha mãe me criou, né?

Rose: Tá, você morava onde quando você nasceu?

Sara: (em) Nove de setembro de 1987... Ai minha mãe me criou, minha mãe disse assim, que eu nasci no meio do mato. Minha estava grávida, ai ela foi longe... Diz que ela foi longe mesmo, e que ai eu nasci... Ai diz que a minha madrinha me descobriu! Que eu estava lá, ai a minha madrinha disse que ela me trouxe de lá. Ai eu fiquei com a minha mãe, né? Com a minha mãe... Mas só que o meu pai eu não tenho mais, faz tempo que meu pai faleceu.

Rose: Então você chegou a conhecer ele?

Sara: Eu conheci ele... Ai como eu conheci o meu padrasto e ele me criou desde pequeno, ai a minha mãe me registrou com o nome do meu padrasto, né? Eu cresci com ele, eu estudei, estava estudando.

Rose: Ai você estudou até que série?

Sara: Estudei até a 4ª série. Até a 4ª série eu estudei... Ai eu fui na escola.

Rose: Fala Guarani ou não?

Sara: Falo...

Rose: Fala?

Sara: Ai eu estava estudando, né? Estudando até 13 anos... 13 anos, ai eu conheci um rapaz. Ai eu fugi com o rapaz, minha mãe nem sabia que eu ia casar com ele.

Rose: Ele era indígena também?

Sara: Era indígena também... Ai eu casei com ele. Ai eu tinha, acho que 14 anos, comecei a... Ai eu engravidei. 14 anos...

Rose: Nossa... Criança de tudo!

Sara: Eu estava grávida e nem sabia. Ai eu falei com a minha mãe: o que é isso na minha barriga, esse bolinho aqui que está me incomodando muito...? Ai eu falei... Ai eu estava grávida. Eu criei minha filha sozinha.

Rose: Não deu certo o casamento?

Sara: Não deu certo. Porque o meu marido me bateu muito, ai eu larguei ele. Eu estava grávida de 3 meses, ai eu criei meu filho sozinha.

Rose: Na aldeia mesmo em Caarapó?

Sara: Na aldeia mesmo de Caarapó. Nunca o pai dele passou nem um real para mim, nem dez centavos... Eu trabalhava. Eu tenho também 5 crianças que é da minha irmã, que a minha irmã abandonou as crianças, foi embora e eu não sei para onde. Eu fiquei cuidando das crianças, ai eu trabalho... Eu comecei a estudar de novo, eu estava estudando quando vim para cá.

Rose: Hum... Mas você trabalhava lá dentro da aldeia mesmo?

Sara: Lá dentro da aldeia mesmo.

Rose: E daí... Por que você veio para cá? O que aconteceu? Você bebia? Você usava droga?

Sara: Não, droga não... Nunca mexi com isso ai não.

Rose: Só bebia...

Sara: Só que eu bebia, eu bebo... (risos)

Rose: Cachacinha é bom de vez em quando... (risos)

Sara: Eu não sei o que aconteceu aquele dia, eu estava bêbada... Eu fui para a escola, eu fui na casa do meu tio. Quando eu voltei um homem que eu encontrei na estrada, aquele tal de Ramón. Ai eu encontrei na estrada e ele me ofereceu 50,00 reais para eu matar a mulher dele, né? É, ele me ofereceu. Ai eu não ia aceitar... Eu não falei nada, fui para escola. Quando eu voltei da escola ele disse que já estava com contato de um amigo ou um rapaz que estava na estrada, ai eu achei aquele rapaz na estrada, aquele tal de Denis... Ai ele falou assim: “você aceita ai, aquele Ramón vai pagar para nós matar a mulher dele... Você aceitaria?” Ai eu falei para ele: “Eu? Eu não vou fazer isso não, eu tenho a minha filha para criar, eu tenho também sobrinha também tudo, minhas crianças para eu cuidar... Tem minha mãe, minha mãe é idosa, ela não anda mais. Te meu padrasto que é idoso também para eu cuidar.” Eu falei para ele assim... Ai ele falou assim para mim: “Não... Eu trouxe... Você quer uma bebida?” Não... Eu não quero não, eu já estava saindo da escola. Dez horas em ponto. Eu disse: “Não, eu já vou embora, eu não quero não!” Ai (ele falou): “Toma, toma...” Ai eu comecei a tomar, eu nem me lembrava mais o que eu fiz... Ai eu fui lá para casa, nem mostrei para a minha mãe e nem para o meu padrasto. Ai diz que eu acordei as seis da manhã ali na sala mesmo. Olhei para a minha roupa cheia de sangue. Olhei para as minhas filhas e elas estavam dormindo. Ai eu pensei: “Meu Deus do céu, o que eu fiz? Jesus...” (risos) Ai eu falei: “Meus Deus do céu, agora?” Ai eu fui lá no córrego, lá no rio e falei: “Eu vou tomar banho agora. E agora, o que eu vou fazer?” E a minha filha correndo atrás de mim e falando: “O que você fez, mãe?” A polícia vai atrás de você, minha mãe falou. Todos os Capitão atrás de você com facão deste

tamanho, o outro com pau... Vem tudo ai, agorinha. Já, já estão chegando ai. Quando eu peguei a minha roupa, eu estava só de calcinha, ficando de pé escutando minha filha falando... Ai quando eu olhei para trás todo mundo chegando já. Ai ele falaram para mim assim: “O que você está fazendo ai, você lembra o que você tá fazendo?” Eu lembrei um pouco, mas só que eu estava bêbada também, eu falei. Ai ele me xingou... “Quero que você conte agora! Se você não contar eu vou quebrar você toda!”, ele falou para mim. Ai eu falei: “Se você me bater ai que eu não vou contar para você, não...” Ai ele queria me bater. Ai já começou... Me chutou aqui, me deu pancada, me derrubou no chão. Ai eu levantei aqui. Ai eu falei para ele assim: “Se vocês me baterem ai que eu não conto para vocês nunca! Eu não vou contar para vocês, eu vou contar lá na delegacia, para eles que eu vou contar, mas para vocês nunca que eu vou contar.” Ai ele começou bravo, bravo de novo... (risos) Ai eu fui andando assim e ele me batia. Mandava eu andar logo senão ia atirar no meu pé. E eu falava: “Atira ai essa bosta!”

Rose: Estava brava já?

Sara: Estava brava. Cheguei tinha um posto lá, quando eu cheguei no posto lá... Ai ele falou: “Deita!”. “Como que eu vou deitar aqui?”, falei para ele. Começou a me bater, me derrubou no chão. Ai eu tinha o uniforme da escola, pegou e rasgou de mim e me algemou assim... Só de sutiã lá no posto. Eu tinha o cabelo bem por aqui (possivelmente apontando a altura)... Ai eu vi o facão deste tamanho, ele pegou meu cabelo e fez “tchá, tchá”, cortou meu cabelo...

Rose: Cortou seu cabelo:

Sara: Cortou tudo... E minha mão cheia de sangue, ele me cortou aqui. Três pontos que eu levei aqui. Aquele cacique me cortou. Ai quando eu olhei no chão assim, cheio de sangue. Olhei meu cabelo deste tamanho no chão. Eu tinha o cabelo bem por aqui (possivelmente apontando a altura)... Ai ele falou para mim: “Se você não contar aqui, aquele homem, a família dele toda... Nós vamos matar você aqui e jogar. Ninguém vai saber, sua mãe não está aqui. Sua mãe viajou.” Falou para mim. Ai eu estava deitada assim, eu falei para ele assim: “Me mata! Me mata logo, porque a morte é para nós mesmo”, falei para ele. Eu deitei assim no chão, ai ele começou bravo a andar pra lá e pra cá... Ai ligou para a Força Nacional. Ligou para a Força Nacional. Falou”Daqui a pouquinho vai vir. Se a Força Nacional não chegar aqui você vai morrer e ninguém vai saber!” “Eu vou queimar você tudo!”, falou o capitão. “Queima”, eu falei. Ai eu fiquei assim, toda sangrando... Ai comecei sangrar. Aqui onde cortou. Ai fui sangrando, sangrando. Ai a Força Nacional chegou lá. Chegou lá a Força Nacional lá. Ai ele falou para mim... Eu estava deitada assim de costas. Eu falei: “E esse meu uniforme que você rasgou tudo... E agora eu vou de sutiã?” Ai ele foi e pegou uma roupa velha, ai ele colocou em mim. Ai a Força Nacional chegou: “O que que é isso aqui? É sapatão?”, falou de mim, né? (risos)

Rose: Risos

Sara: Eu estava deitada assim no chão... “O que que está acontecendo com esse aqui? Essa aqui é sapatona? O que que é?” “Eu não sou sapatona não, senhor!”, eu falei para ele. (risos) Ai eu levantei. Ele falou para mim: “O que você fez?” Ai ele falou assim para o Capitão: “Dá licença, dei eu sozinho... Vou conversar com ela sozinho!” Ai o Capitão arrodou, pra cá e pra lá. Ai eu contei para a Força Nacional o que eu fiz, né? Conteí. Ai ele falou assim: “Vamos conversar lá na delegacia agora.” Ai eu falei para ele que o Capitão me bateu muito e cortou o meu cabelo também... “Não, eu to aqui com você, ninguém vai relar a mão em você!”, falou para mim. Que bom que vocês chegaram, senão eles iam me matar. (risos)

Rose: Risos... Daí você lembrou o que você fez ou não?

Sara: Ah, eu lembrei um pouco eu lembrei. Mas eu lembrei um pouco o resto eu não lembrei. Eu não sei o que botaram naquela pinga.

Rose: Hum...

Sara: Só fui bebendo um golinho, dai fui bebendo dois golinhos... Ai quando eu vi já estava bêbada já. É...

Rose: Meus Deus... Dai você foi lá e ajudou o homem a matar a mulher?

Sara: Eu fui lá, eu fui... Ai eu fui porque eu estava bêbada já, né? Eu fui lá, eu cheguei... Diz que eu cheguei, eu cheguei e já dei duas facadas nela, ai eu voltei para trás, eu estava bêbada! Bêbada... Morta de bêbada.

Rose: Hum...

Sara: Ai eu cheguei em casa, né? Diz que eu dormi na sala...

Rose: Ai você não lembrava de mais nada? Ai é complicado...

Sara: Agora que é difícil para mim, agora dia 4 que vai fazer 8 meses que eu estava muito preocupada com a minha mãe. Que a minha mãe é idosa, né? Ninguém vai cuidar da minha mãe. Ninguém cuida mais da minha mãe... Ninguém, nem meu padrasto. Minha filha está abandonada também. Tem 12 anos. Não sei para onde que ela está com o meu tio, depois que ela voltou com o pai dela... Não sei onde que ela está. Agora eu to muito preocupada com a minha mãe, com a minha família. Ai, meu Deus, nunca mais que eu vou fazer essas coisas. É muito difícil para mim isso, sem visita, sem nada. Meus Deus!

Rose: É, porque... Ninguém te visita?

Sara: Ninguém. Ninguém vem me visitar... (risos)

Rose: Ê... Sara! Não pode mais beber, né, Sara?

Sara: Nunca mais... Pelo amor de Deus! Não vou mais fazer essas coisas...

Rose: Ê... Já pensou?

Sara: Muito feio.

Rose: Porque tipo assim, é uma coisa que você nem lembra o que você fez direito, né?

Sara: É... Aquele dia eu falei para a senhora que eu ia ligar para o orelhão, eu liguei para o orelhão falar com o meu pai, ô pai... Falou para mim: “Você está em casa?” Meu pai não sabia, porque o meu pai está lá para Bate- Seba Catarina. O meu padrasto tá trabalhando lá em Bate- Seba Catarina.

Rose: Hãhã...

Sara: Ai ele falou para mim assim: “Você tá onde”, falou para mim. “Você está em casa?” “Eu to aqui na cadeia”, falei... Deus me livre! “O que que você está aprontando aí? Eu não posso ir te visitar aí nem nada, porque eu estou trabalhando! Vou só em agosto, setembro ou outubro, por aí que eu vou para lá. Não posso ir para aí agora não...” Ai que eu fiquei...

Rose: Ai que você ficou mais preocupada... (risos) Você já foi condenada ou não?

Sara: Já...

Rose: Já?

Sara: 3 anos...

Rose: 3 anos... Você está trabalhando ou estudando?

Sara: Não, eu queria estudar, mas ainda não me chamaram.

Rose: Não chamaram... Ah, porque logo você sai daí, né?

Sara: É...

Rose: Se tivesse remissão sairia ainda mais rápido ainda.

Sara: É... É?

Rose: É. Remissão se você trabalha ou estuda você sai mais rápido.

Sara: Eu vou estudar, eu já marquei meu nome, mas não me chamaram ainda.

Rose: É, mas pede qualquer coisa para fazer. Porque daí você vai conseguindo remissão e sai mais rápido.

Sara: Mas 3 anos, assim... Pega quantos anos?

Rose: Eu não sei quantos anos. Tem que olhar o seu processo para ver. Eu vou olhar o seu processo para ver quanto tempo você pegou mesmo, porque daí logo você vai para o semiaberto, né? Se tiver remissão você sai mais rápido ainda. Você já cumpriu... Você foi presa em 9 de setembro?

Sara: 9 de setembro de 2014.

Rose: É, daí dia 9 já faz um ano agora. Daí se você estivesse estudando desde que você chegou aqui você sairia mais rápido ainda... Quanto mais rápido você começar a estudar, mais rápido você sai.

Sara: Marquei meu nome para estudar, mas só que não me chamou ainda não.

Rose: É...

Sara: Tá difícil para mim. (risos)

Rose: Mas manda um “Bereu” (não tenho certeza se é isso mesmo que ela diz).

Sara: Vou mandar “Bereu”...

Rose: É... Manda “Bereu” toda semana que dai eles te chamam para estudar. Para você sair mais rápido. Mas ai eu combinei com as meninas, eu vou mandar um kit de higiene e algumas calcinhas.

Sara: Tá...

Rose: Tá? Para vocês... Eu vou colocar o nome certinho, eu to levando as fichas de vocês, tá? Dai eu vou mandar entregar aqui na portaria.

Sara: Desde que eu cai... Porque não tinha roupa nenhuma, nenhuma roupa para eu vestir na delegacia. Tinha uma mulher na cadeia lá em Caarapó, que deu para mim um vestido... Eu pedi para a Pastoral, a Pastoral que trouxe para mim roupa...

Rose: Trouxe?

Sara: Não trouxe nenhuma visita para mim até agora...

Rose: É...? Eu sou a sua única visita até agora? (risos)

Sara: É! (risos)

Rose: Mas eu vou mandar, tá?

Sara: Tá!

Rose: Eu te agradeço. Eu vou dar uma olhada no seu processo também, para ver se está tudo certinho... Daí eu entro em contato com a FUNAI daqui para eles darem um apoio para vocês, tá?

Sara: Hunrum... Tá bom!

Rose: Brigadão, tá?

Sara: De nada...

ANA: Depoimento [30.05.2015]. Entrevistador: Rose Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rose junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Rose: É Kaiowá ou Guarani?

Ana: É, Kaiowá!

Rose: Kaiowá... Hum, tá! Dai eu vim aqui pra perguntar se a senhora aceita participar de um livro que eu vou escrever.

Ana: Tá...

Rose: Eu conversei com a as meninas. A senhora aceita?

Ana: Na escola?

Rose: É, na escola...

Ana: Ah eu aceito.

Rose: Aceita? Dai eu vim aqui para a senhora contar a história da vida da senhora. Desde quando a senhora era pequenininha, na infância, quando cresceu, até chegar aqui na cadeia. Até chegar no homicídio, tá?

Ana: Hum, tá...

Rose: Tá? Pode começar a contar...

Ana: Ai, falou você que matou. Não é eu matou não. Ai beber pinga... Ai acordei... Cheguei o pau lá na minha casa (não tenho certeza que é isso que ela fala), ai me levaram para a Delegacia. Ai lembrei. (esse trecho está bem confuso, parece que ela fala umas palavras em Guarani). Por isso que eu vim aqui. Não é eu. Tem o homem...

Rose: Hum... O homem que matou seu marido?

Ana: É. Como que chama ele? Elois...

Rose: Elois?

Ana: É... E ele não sabe não. Falei lá na Polícia que ele não sabe não. Não é eu.

Rose: Fazia quanto tempo que a senhora estava casada com ele?

Ana: Eu casada com ele quarenta anos já?

Rose: Quarenta anos?

Ana: É... Por que você matou seu marido? Não é eu não. Tem minha filha que vem aqui (confuso). Por causa da pinga, né? Eu não é, pra ser assim não.

Rose: Desde pequena a senhora morava lá na aldeia de Amambaí?

Ana: É... Eu morava no Amambaí. Eu não sei quantos anos eu moro em Amambaí.

Rose: E os filhos da senhora, vem visitar?

Ana: Minha filha não veio...

Rose: Não veio?

Ana: Não...

Rose: A senhora não recebe nem uma visita?

Ana: A minha irmã que vem qualquer dia, só uma que vem... Agora não vem mais.

Rose: A senhora tem netos?

Ana: Ne... Tem.

Rose: Quantos?

Ana: Tem dois.

Rose: Dois?

Ana: É.

Rose: Mora lá na aldeia também?

Ana: Mora lá em Amambaí também...

Rose: Faz tempo que a senhora mora lá na aldeia de Amambaí?

Ana: Faz tempo já...

Rose: Quarenta anos também?

Ana: Quarenta anos que moro em Amambaí, cidade de Amambaí. E morei também no Limão Verde. Do Limão Verde eu vim para cá...

Rose: A senhora é evangélica?

Ana: Minha irmã que é evangélica.

Rose: A senhora não é?

Ana: Eu não... Não! Por isso que vou ter que ficar aqui...

Rose: Faz pouco tempo que a senhora está aqui, né?

Ana: Agora faz quatro meses que to aqui, né? É...

Rose: E como que foi aqui quando a senhora chegou, a senhora foi bem recebida, bem tratada ou não?

Ana: Não... Não fui bem tratada não...

Rose: Ah... Então tá, dona Ana. Obrigado, viu?

Ana: Então tá... Tchau então. Só isso, né?

Rose: Só isso. Tchau.

TAMAR: Depoimento [28.10.2014]. Entrevistador: Rose Ribeiro. Dourados, 2014. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rose junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Rose: Tamar, você aceita participar desta entrevista por conta própria (é...), de boa vontade?

Tamar: Aceito.

Rose: (Ao fundo) Então você começa a contar...

Tamar: Primeiramente eu gosto muito da minha avó... Da minha vizinha que criou e mais o meu pai, né? E nós somos, no total, vinte e cinco (25) pessoas. Que ela criou no mundo, sem pai, sem mãe. Ela trabalhava na roça, plantava bastante coisa e ensinava muito bem, levava eu na escola, na igreja... Ela junto. Ela lutou, lutou bastante e hoje ela é uma senhorinha de idade, tá com setenta e cinco anos. Eu gosto muito dela. E, para mim, tudo o que eu tenho é ela. Quando eu to longe assim eu penso muito nela. Eu agradeço muito a Deus por tudo... (pausa) e ela também, né? E é isso mesmo. E tem o Vanilson, o Josemar que são meus irmãos, somo em três (3): eu, Vanilson e o Josemar. O Josemar tem vinte e três anos e o meu irmão tá com

vinte e seis... Não sei se tá, faz tempo já que eu não vejo eles, mas eles são trabalhadores, sossegados, gente boa. Minha tia é crente, agora que está com a minha “nenénzinha”, né? É crente... São culto toda noite na casa dela. O marido da minha tia é pastor. Não sei como funciona, é que eu não vivo com eles. Depois que eu tinha doze anos eu já sai da cidade, minha vó queria para o meu bem, né? Deu para uma senhora cuidar de mim, e essa senhora cuidou muito bem de mim, até dezesseis anos. Depois eu fui conhecendo as pessoas, comecei a sair, fazer amizades, fui conhecendo... Cheguei até numa coisa ruim, mas eu to lutando, eu vou sair dessa vida, eu quero sair. Principalmente por causa da minha “nenénzinha”, né? A neném que eu tenho, eu gosto muito dela. E tadinha, não sabe de nada, né? Depende de mim. Eu quero arrumar um serviço, trabalhar... Ajudar a minha filha, minha avó, cuidar dela. Tenho certeza que ela precisa de mim. Eu to aqui, né? Pagando pelos meus erros, que eu fiz, mas eu vou sair. Eu não vou desistir da minha felicidade, eu vou lutar. A única coisa que eu quero agora é trabalhar, cuidar da minha filha, muito... Eu não sei a minha vó está bem, né? Minha tia, meus irmãos... Mas eu tenho certeza, tenho fé em Deus que eles estão todos bem!

Continuação...

Entrevistadas: Tamar, Rebeca, Ester e Rute

Entrevistador: Rose Ribeiro

Entrevistado: Tamar

Tamar: Eu sou a Tamar, minha vó me criou. (Ela diz o nome da avó, mas eu não compreendi) [...] o nome dela. Então, ela lutou tanto por nós, eu e meus três irmãos. Hoje, graças a Deus a gente está grande. Eles também estão todos bem...

Rose (ao fundo): Fala da sua filhinha, aquela história que você falou... Quando você começou a ir na rua, como que você conheceu o pai da sua neném na rua, lembra?

Tamar: Entendo, mas não sei... Eu não estou tão bem não, senhora. Não to tão bem não.

Rose: Hã?

Tamar: Não to tão bem não.

Rose: Você não está bem hoje então para fazer? Você quer que eu venha outro dia?

Tamar: Acho melhor.

Rose: Melhor? Ah, então tá... A gente vem outro dia então.

Tamar: É que to com ânsia de vômito...

(Alguém pergunta ao fundo): Ela está grávida de novo?

Tamar: Eu to.

Rose: Tá de quantos meses?

Tamar: Três meses...

Interrupção

Rose (aparentemente se dirigindo a outra pessoa): Pode falar....

Rebeca: Meu pai já morreu já, minha mãe também já morreu... Eu criei pela minha tia, né? Eu tenho três... Dois guri e uma menina com a minha tia, e o meu esposo está na minha casa.

Rose: Como que seus pais morreram? Você tinha que idade?

Rebeca: Eu não sei não. Até agora eu não sei não. Eu conheci mais a mãe a minha tia.

Rose: Você morava onde, na Bororó?

Rebeca: Na aldeia Bororó.

Rose: Como que você foi para lá?

Rebeca: Eu nasci ali, minha mãe também nasceu ali também.

Rose: Você foi criada ali desde sempre?

Rebeca: Desde sempre.

Rose: Dai você namorou o indígena ali, conheceu...

Rebeca: Casei...

Rose: Como foi sua infância dentro da aldeia?

Rebeca: Minha infância estava de boa, né? Ai de repente que eu fiz isso, fiquei triste. Fiquei muito arrependida, até agora.

Rose: Agora você está arrependida do crime que você cometeu?

Rebeca: Sim...

Rose: Mas então, conta para mim, como que foi o crime?

Rebeca: O crime foi porque a mulher matou meu sobrinho, né? Ali ela falou para mim... Ai eu achei ela na estrada, ela falou para mim que eu e a minha outra prima que está ali na cela. Eu e a Ruth estávamos lá e ela falou para mim: “eu matei seu sobrinho com o meu esposo, eu ajudei meu esposo a matar seu sobrinho”. Falou para mim, né? E vocês são vagabundos, vocês não prestam para “agir” (foi o que eu entendi) nada não. Ai ela começou, falou: “agora eu vou matar vocês!” Falou... Ai tiraram a faca para mim, né? Ai eu tirei a faca dela, eu fui me defender. Ai eu cortei ele, pulei nele já. Ai eu não sei quantas facadas que eu dei, perdi a minha mente...

Rose: E por que eles mataram seu sobrinho?

Rebeca: Eu não sei não isso daí, porque eles mataram...

Rose: Hum... Não era briga envolvendo nenhuma terra ai, nada... Era coisa pessoal mesmo?

Rebeca: Era coisa pessoal mesmo...

Rose: É...? E seus filhos estão com a sua tia... E o seu esposo é o que Guarani, Kaiowá?

Rebeca: Kaiowá.

Rose: Tá te dando apoio aqui?

Rebeca: Tá sim. Tá me visitando aqui, por enquanto. Só que eu nunca mais vi as minhas filhas, minha filha eu não vi mais... (começa a chorar)

Rose: É...? Que idade que ela tem?

Rebeca: Vai fazer nove anos, oito anos... Eu não sei. Seis anos... (não fica claro porque ela está bem emocionada neste trecho)

Rose: E elas não vieram mais te visitar? Seu esposo não trás?

Rebeca: Meu esposo não trás não, porque a passagem é muito cara.

Rose: Hum...

Rebeca: Ai minha filha tem... Quando eu vim aqui presa tinha três anos, agora ela já tem quatro anos. Não vi mais não.

Rose: Calma, não fica assim não.. A gente pode tentar resolver isso um dia, trazendo eles de carro em um dia de visita para vir te visitar. Fica tranquila, tá?

Rebeca: Tá... (chorando)

Rose: Fica tranquila. Não chora não... Senão eu vou começar a chorar também!

Rebeca: É isso mesmo...

Rose: Então você foi criada pela sua tia?

Rebeca: Pela minha tia.

Rose: Não conheceu seu pai...

Rebeca: Não conheci meu pai... Não conheci minha mãe... Nem ninguém...

Rose: E como que foi sua criação? Sua tia foi amorosa com você?

Rebeca: Não... Ela me criou como minha mãe até agora! Ela tá bem doente também, ela tem pressão alta.

Rose: Hum... Ela tem pressão alta.

Rebeca: Tem também... E agora tá esperando a... Falou para mim que depois de um ano também nós vamos sair, eu não sei não, né?

Rose: Ah, mas sai sim... Sai para o semiaberto, logo, logo. Você está trabalhando aqui?

Rebeca: To estudando.

Rose: Tá estudando?

Rebeca: To estudando agora...

Rose: Hum... Que bom!

Rebeca: Assim... Só isso.

Rose: Só isso?

Rebeca: Hunrum...

Interrupção

Rose: Mais perto de você... Poe assim perto de você! Só fala ai, só fala...

Ester: Eu sou Ester.

Rose: Pode falar...

Ester: Em Guarani?

Rose: Não... Guarani não... (aparentemente rindo) Fala em português. Consegue falar em português? Consegue falar em português?

Ester: Só Guarani.

Rose: Só em Guarani?

Ester: Hunrum...

Rose: Então fala em Guarani.

Ester: Té Amambaí...

Alguém fala ao fundo: Ester ...

Ester: Ester .

Alguém ao fundo: Sou indígena Kaiowá...

Ester: Sou indígena Kaiowá... Reside na região de Amambaí. Tenho um filho... Saudade do filho, neta... Do pai, mãe... (difícil compreensão) Tô presa de Amambaí, Bataguasu... Por causa é... Quem visita é E. B. marido... E o indígena de Amambaí, Emilio Souza...

Rose: Fala que vocês tinham bebido...

Ester: Tinha bebido... Por causa da bebida... Na rodoviária de Amambaí para visitar a aldeia Jaguapiru (não ficou claro se é esta mesmo a aldeia que ela diz, seria bom verificar). É... Por causa da bebida, fui condenada a vinte anos. Nunca tem visita. Dá saudade do filho, neto... Do pai, da mãe...

Rose: Consegue falar mais alguma coisa? Fala como era sua vida na aldeia antes de você vir para cá...

Interrupção

Rose: Poe aqui perto... Como que você vivia lá? Você trabalhava, você ficava na roça, como que era?

Ester: Eu trabalhava na roça...

Rose: O que você plantava lá?

Ester: Eu planto a mandioca, a batata, cana, manga...

Rose: Como que... O que você sentiu quando chegou aqui no presídio? O que você sentiu?

Ester: Eu senti saudade do filho...

Rose: Saudade do filho? Você se arrependeu de ter feito o que você fez?

Ester: Tô presa por causa do marido.

Rose: Por causa do marido, né?

Ester: Hunrum...

Rose: Mas você se arrependeu?

Ester: Arrependeu! Tá Amambaí... Tá preso em Amambaí...

Rose: Tá preso em Amambaí, né? Ele pegou vinte anos também?

Ester: Vinte anos...

Rose: Tá joia então, Ester...

Interrupção

Rute: Como que eu vou falar?

Rose: Eu sou Rute ...

Rute: Eu sou Rute , tenho vinte e sete anos, eu sou casada, tenho dois filhos... Elas moram na Bororó e... Criada na minha avó. Ai... Eu me arrependi muito, porque eu ia trabalhar, perdi meu emprego, porque eu fiquei presa aqui, né? Só que quando eu sair daqui eu vou seguir a minha vida nova, né?

Rose: Fala do crime, da briga, como que foi...

Rute: Aquele dia eu estava lá no sábado, na festa, na casa da liderança... Ai, na hora que a festa acabou eu fui para a minha casa, ia dormir, ai... Eu dei uma facada naquela mulher que me abusava, né? Ela me provocava, né? Me provocava... Ai eu perdi a minha mente e dei uma facada no braço dela e sai correndo para a minha casa, só... Ai ficava a Rebeca, a Rute e dois sobrinhos. Ai não sabiam que estava acontecendo isso ai... Só isso que eu tinha para dizer, falar.

Rose: Dai conta quando você chegou aqui no presídio, quando você recebeu visita do seu esposo, como você é tratada aqui dentro...

Rute: Aqui tá tudo bem para mim, né? Primeiro, né? Eu não tinha visita, eu fiquei apavorada, né? Fiquei triste. Ai, depois de dois meses meu esposo veio me visitar aqui no presídio... Ai que eu soube que a minha família está (tudo) bem, com a minha filha e com o meu filho. Agora fiquei calma! Só isso...

Rose: Isso? Ah, obrigada!

Bate- Seba : Depoimento [30.05.2015]. Entrevistador: Rose Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rose junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Rose: Daí, eu estava conversando que este artigo 228 e esse 146... Isso não é nada grave. Entendeu? Não é nada para vocês estarem aqui presas todo esse tempo.

Bate- Seba...: Verdade.

Rose: Ai eu peguei o telefone do advogado, vou ligar para ele, tá?

Bate- Seba...: Tá.

Rose: Dai eu conversei com elas o seguinte, eu estou escrevendo um livro a respeito. Acho que ela falou para você, né? Dai eu quero saber a história da sua vida, como que era a sua vida, sua infância... Você também é do Rancho Jacaré, né?

Bate- Seba...: Sim eu sou do Rancho Jacaré.

Rose: Então, dai desde que quando você nasceu, como que foi sua infância, como que foi sua vida até chegar aqui na Penitenciária. Eu to sabendo como vocês foram tratadas aqui no inicio. Eu quero que você me conte pra eu estar fazendo este livro de vocês...

Bate- Seba...: Ah, tá... Você vai fazer um livro dessa história?

Rose: Da história de vocês...

Bate- Seba...: De nós, né?

Rose: Isso, eu vou fazer sobre vocês. Depois eu vou levar lá para vocês verem.

Bate- Seba...: Eu sei, eu sei... Hunrum!

Rose: Daí você pode começar, tá? Falando seu nome, falando que você pode participar, né? Desse livro e tal... Pode começar a contar sua história, sem vergonha... Tá, tudo certinho, como que foi sua infância lá... Você trabalha de merendeira, né?

Bate- Seba...: Sim... Hunrum... É, eu sou de Rancho de Jacaré, nasci lá, conheci meu marido lá! Eu sou há 32 anos casada, o primeiro marido foi ele mesmo e está até hoje. Continuamos.

Rose: Quantos filhos?

Bate- Seba...: 7 filhos que eu tenho. Tenho 7 filhos porque 1 foi adotado, né? Um guri que está com 19 anos que esta fugido, mas isso não é nada, né? Mas os outros filhos estão comigo ainda, né?

Rose: Ah é?

Bate- Seba...: Tá comigo ainda. Então eu sofri muito pra criar a minha família lá no Rancho Jacaré, né? Ai depois que cresceram tudo, ai eu mandei aquele meu filho estudar na Escola Agrícola... Com 9 aninhos que eu mandei ele, para se formar, para formar homem, como que vai ser o estudo dele, né? Para aproveitar o estudo dele... Esse ai é o meu caçula, mais baixo que dos outros, né? Então, eu sofri muito com o meu filho. Fiz tudo e não perdi nenhum, cresceu tudo. Ai depois que cresceu toda a minha família que eu peguei este emprego de merendeira, né?

Rose: Hum...

Bate- Seba...: Porque eu sou de lá mesmo, né?

Rose: Na escola?

Bate- Seba...: Na escola. Na escola de (ela fala em Guarani)... Nossa escola, né? Ai, o que aconteceu? Eu não sabia de nada, né? Eu trabalhava sempre. Eu tenho muito animal, eu plantava sempre, mandioca, batata, arroz, feijão, milho, abobrinha para nós termos em casa, né? Meu marido que plantava. Eu ajudava ele, porque eu trabalhava de merendeira, né? Todo dia de manhã, pegava as 7h00 da manhã até as 11h30 e das 13h00 até as 16h40... Sozinho primeiro eu trabalhava, eu vou falar, a minha história é muito triste, porque não tinha ninguém para me ajudar. Continuei trabalhando, até 1999, tá com 15 anos que eu trabalhei lá no Rancho Jacaré. Ai, em 2011 ou 2012, 2013 eu comecei me envolver na política de lá, na política indígena, né? Ai eu estava de lado, junto com o nosso grupo, nosso grupo é um lado de trabalho, de serviço, né? Ai eu sempre continuei com meu serviço, ai nós conversamos com um professor, á são 3 professores só. Conversamos só eu e a Iraci, só Iraci mesmo, né? Iraci que está em Amambaí. E ela já mudou de Amambaí. Só que eu comecei a trabalhar primeiro, né? Eu trabalhei muito com ele, mas ai quando ele saiu eu fiquei no lugar dele. Fiquei no lugar... E a comunidade conversou de novo com nós, com a minha família eu não quero que saia. Continuei o meu serviço, né? E foi indo na frente o meu serviço, foi indo, foi indo... 5 anos eu completei, ai eu pedi pra ele pra sair, eu quero sair porque estou cansada. Conversou com as mães e falou para mim, “Eu não quero que você saia, você fez o curso, você faz muito bem a merenda, muita merenda para a nossa família, então eu não quero que você saia!” Ai eu fiquei quieta de novo, ai não sai... Ai continuei o meu serviço, a cada dia adiando, ai foi chegando o fim de ano eu peguei férias por 60 dias. Com 60 dias eu comecei de novo no serviço. Em 2013 já começou a política, eu nem sabia, eu nem me envolvia porque eu sou de lá mesmo. Eu cheguei e conversei com o meu marido, “Será que nós vamos entrar bem com este daí?” A política dos índios você já sabe, um ou outro que puxa para um lado e outro puxa para o outro lado. Pior que entra daquele que... Os outros fazer para nós, acusamento (?) de nós... Ai que ele ferrou nós. Ai pegaram nosso nome, meu nome também, diz que eu fiz mal a comida, diz que eu não fiz curso, diz que eu não sabia fazer a comida para a criança... Eu já contei isso para as mães. “Me fala seu eu fiz mal a comida? Me fala na minha cara...” Ai as mães falaram para mim, “É só aquele pessoal que quer que você saia...” Eu falei para o meu marido, que tem um pessoal que quer que saia, tem um pessoal que puxou de lado, né? Ai o que aconteceu... Ai o Tomaz já entrou também, é professor, né? Já entrou a cabeça com os outros também, né? Fazia 2 anos e 6 meses que o T. estava lá... Ai já entrou uma tristeza na minha vida, sabe por que? Porque eu trabalho há muito tempo, porque ele entrou na cabeça, por que entrou na cabeça da pessoa. Ele não sabe falar em português também, ele fala mesmo... Ai entrou na cabeça da pessoa! Então por ai já ficou de olho já. É sim verdade... Ai falou que eu não queria mais dar comida para criança. Entrou na minha

boca, tirou da minha boca daquela conversa que eu falei. Eu não falo não, o que eu falo eu falo de verdade. É isso, é isso mesmo. Ele chegou e falou assim... Eu já tinha falado com a diretora. A diretora se chama Cilene, eu falei pra ela, “Viu, Cilene, o povo falou assim, assim nas minhas costas, que vão fazer um documento para me mandar presa...” Já tinham falado já pra ela. Ai a diretora o que falou para mim? “Não, Sandra, fica frio... Que ninguém vai tirar o seu serviço, porque você é daqui mesmo, não temos outro para ficar no seu lugar para fazer merenda!” Ai eu olhei bem para a cara dela e falei, “Não, viu, eu sei que estão querendo me mandar presa, querendo me acusar.” Ai com 20 dias já começou a chegar resposta para mim. Vai então você preso, porque estão fazendo o papel nas suas costas, estão fazendo assim, assim... Daquele que deu a cabeça para a pessoa que está fazendo o papel e agora você vai presa. Ai eu falei, “Tudo bem, eu não fiz nada, eu nunca xinguei a criança, eu nunca xinguei as mães, eu nunca xinguei os pais delas, eu nunca deixava com fome criança e a família das pessoas que moravam lá do Jacaré...” E por isso que eu fiquei muito triste dentro do meu coração!

Rose: É...

Bate - Seba...: Eu que passo fome, eu que passo tristeza, eu que passaria com a criança quando ficava doente, a criança lá da escola... Podiam me reconhecer, podiam me agradecer que eu trabalhava junto com a criançada deles, com aquela criança que estava comigo sempre. Eu tenho muita saudade, por isso estou preocupada já por causa disso ai. Eu não fiz nada. Eu vou falar de verdade em qualquer lugar que eu fui lá, eu falo de verdade que eu sofri mesmo, eu sofri, eu trabalhei para manter a minha família, para crescer, eu consegui serviço... Depois o que fizeram de mim? Me jogaram aqui no inferno, mas graças a Deus, Deus sabe que eu não fiz nada. Eu sou inocente! Eu não fiz de nada. Eu nunca bati em criança, eu nunca falei palavrão para criança, mas mesmo assim colocaram a mão da pessoa na minha boca... Isso ai que estão fazendo de mim. Isso ai que dói para mim! Eu nunca, nunca... Pedi pelo amor de Deus que eu nunca xinguei ninguém.

Rose: A senhora é evangélica?

Bate - Seba...: Eu sou evangélica.

Rose: É...? De qual?

Bate- Seba...: A Presbiteriana, da Missão Caiuá. Sou de lá mesmo, eu fiz Instituto Bíblico. Quando eu vim de lá eu que passei para merendeira. É por isso que eu fiquei muito triste, pra mim... Diz que tem muita criança triste, tem muita criança lembrando meu nome. Ai eu falei, que Deus que sabe. “Você que sabe, né?” (trecho confuso!) ...Mas eu luto bastante, passando luta! Bastante... E nunca xinguei ninguém. Em nome de Jesus eu coloquei, e graças a Deus eu estou aqui por erro da pessoa que fez isso nas minhas costas. Queria me matar, mas não

conseguiu me matar... E graças a Deus eu estou viva, estou bem. Estou esperando Deus abrir uma porta pra tirar a gente, a gente sair de novo.

Rose: Sai, sai... Vai sair!

Bate- Seba...: É...

Rose: Viu... A Raabe a Marta já me contaram que vocês apanharam muito aqui.

Bate- Seba...: Apanhou mesmo. Quase morri...

Rose: É

Bate- Seba...: Quase morri, quase morri... Eu já entreguei tudo para a minha filha já. Eu tenho vaca, tenho porco, galinha, tem pato. Tem... Tudo o que tiver dentro da minha casa, minha roupa, freezer, ventilador que tem. Eu falei para ela... Me pulou em cima da 'Jéga', ai no 'Corró'... Ai no 'Corró' mesmo... Ai falou pra mim, ai me amarrou na minha roupa, amarrou a minha mão, amarrou a minha perna, me deixou de joelho. Igual a Jesus Cristo o que eu passei aqui. Isso daí passou com a minha vida, e me bateu com o cabo de vassoura na minha cabeça e quebrou na minha cabeça. Sangrou muito meu corpo, estava toda sangrada. Parece Jesus o que estou passando! Mas mesmo assim eu não vou desistir. Pelo amor de Deus e pela minha vida! Eu choro. Falei para a minha filha, "Agora você vai... Se eu não salvar minha vida nessa cadeia, está na sua mão aquele que tem lá em casa, lá no mato, que tem tudo!" A minha filha e a Raabe choraram por mim, falaram assim, "Você não vai morrer não!"

Rose: Sua filha vem te visitar?

Bate- Seba: Tava junto da minha filha... (não entendi bem!) Porque eu não conseguia nem levantar, nem levantar assim... Isso aqui quebrou aqui, e parece que estava quebrado aqui, não consigo nem fazer assim... Parecia que estava rodando naquela casa para mim, parecia que ia cair em cima de mim.

Rose: Hum...

Bate- Seba...: Ai a Raabe falou assim, "Não fica falando assim para nós não! Hoje já faz 3 dias que nós estamos aqui, não fala para nós, você não vai morrer não!" Ai eu falei para ela, "Mas acode para a polícia ai, acode para nós irmos no hospital..." Ai mandou chamar, também não consegui. Falei para a Raabe, "Acho que não vou aguentar mais não!" Eu entreguei a Raabe na tua mão, a minha filha na tua mão, o que eu tenho na minha casa, tudo que eu comprei na minha casa! Que eu sofri para trabalhar... Pra mim ganhar meu dinheiro, para ter na minha mão o que eu comprei. "Eu quero que você segure tudo para mim se eu morrer... Não dá para as outras família!" A Raabe olhou para mim e chorou também. Falou para mim, "Não fala assim. Você vai para o hospital e você vai melhorar!" Mas quase eu não consigo, quase eu morri mesmo. Pretejou tudo aqui no meu corpo, acabou mesmo. Esse daqui acabou mesmo, esse meu rosto não é mais... Pretejou tudo, tudo mesmo! Eu achei que não ia

viver mais mesmo, eu não aguentava nem levantar. Com os 49 anos acontece isso para mim, eu to indo para 49 anos já, 49 anos. Eu sou casada há 32 anos e isso aconteceu para a minha vida. Mas, também, graças a Deus, melhorei a minha vida de novo. To esperando uma resposta. Se quando abrir as portas para mim com fé em Deus a gente vai sair daqui de novo, em nome De Jesus.

Rose: Vai sim... E tudo isso foi questão política?

Bate- Seba...: É. Verdade!

Rose: Vocês 3 vieram, você, a Marta e a Raabe, tudo por causa dessa questão política?

Bate- Seba...: É... Só de política que fizeram (isso). Fizeram acusação, apareceu, tiraram coisas da minha boca. Ele falou para mim que disse que eu ia colocar veneno para a criança! Eu não falei, isso que colocaram coisa na minha boca. Isso dai nunca, eu não falei... Diz que aquele que está de lado que falou de mim, né? Daquele que é o Kaiowá que passou para cá Bate- Seba O Guarani tem inveja de mim porque eu tenho serviço, né? Então entrou isso na cabeça dela, daquele povo que não sabe falar em português. Eu falo de verdade que eles não sabem mesmo. A gente fala com eles e eles não sabem responder, só em Guarani mesmo. Só em Guarani sabe falar... É, essa dai que tem ódio de mim porque, colocou coisa que eu não falei na minha boca, mas eu não falei nada! Eu não falei, eu não disse o que eu não falei. Tirou a toa da minha boca... Esse dai fez acusação, né? Por uma política em cima de nós, para me prender, para me derrubar, para me tirar do meu serviço que eu estou fazendo. Isso ai que estão fazendo.

Rose: Hum...

Bate- Seba...: Mas eu comecei a trabalhar em 1999, está com 15 anos que eu trabalho nesse serviço que me tiraram de lá...

Rose: 15 anos...

Bate- Seba...: É 15 anos mesmo. Isso dai que eu penso, né? Agora você está aqui. Eu vou fazer uma pergunta já para vocês, você sabe... Eu to com 15 anos de serviço no município de Laguna Caarapã. Será que dá para fazer seguro desemprego? Assim quando não se trabalha mais, né? Quanto será que vão dar?

Rose: Mas é contrato?

Bate- Seba...: É contratado. Carteira assinada.

Rose: Dai você pega os papeis do acerto. Que foi feito o acerto, né? Dai você vai no Ministério do Trabalho e dá entrada.

Bate- Seba...: E outra coisa, daquele que dia 27 de novembro que nós viemos para cá, será que vai dar para eu receber todo o meu dinheiro? Porque dia 27 já tinha saído o meu dinheiro já para mim e do final de dezembro também que eu não recebi nada, isso dai eu quero receber.

Rose: Vai receber...

Bate- Seba...: Então, isso daí que eu queria fazer para agora, perguntar pra você... Eu sou de lá mesmo, eu não nego minha raça mesmo que eu sou Kaiowá mesmo.

Rose: Hunrum...

Bate- Seba...: Eu sou Kaiowá.

Rose: Com muito orgulho, né?

Bate- Seba...: É... Só que a minha mãe já é falecida, meu pai também é falecida. Eu sou sozinha. Eu sou de lá, mas eu sou sozinha, porque a minha irmã já saiu de lá... Só eu que não quero sair de lá da aldeia. Eu gostei muito dessa aldeia de lá... Sabe por que eu gostei de lá? Porque a gente planta nasce bem, a gente cria animal, cria bem, né? Não incomodo ninguém não. Por isso que... Só isso daí que deu problema para nós!

Rose: Mas não tem conflito de terra lá, né?

Bate- Seba...: Não. Aqui no Jacaré não tem... É área demarcada, essa daí. Área demarcada. Eu sou de lá mesmo, a minha família é tudo de lá mesmo, porque eu casei, né? A minha família é tudo de lá mesmo, até aquele que foi adotado é de lá mesmo... Agora que já estão todos rapazes, né? Eu... O meu caçula que está com 10 anos agora. Tá lá na casa da irmã dele em Dourados, porque a minha filha casou e foi para Dourados...

Rose: Tá em Dourados...

Bate- Seba...: É...

Rose: Mora aonde lá?

Bate- Seba...: Mora na chácara. É criame de peixe que estão fazendo. Tem uma que mora na fazenda. Aqui também... A Zilda Fernanda casou aqui em Amambaí também e está na chácara e tá com criame de peixe também que está fazendo. É... Os dois meus filhos. Um está em Campo Grande. Depois você vai conhecer mesmo. A Z. F., ela mora lá em Campo Grande.

Rose: Em Campo Grande?

Bate- Seba...: É... Ela também está para lá, mas eu não conheço a casa dela, né? Mas tá com 3 filhos já também.

Rose: É?

Bate- Seba...: É... To com 9 netos já, que eu tenho!

Rose: Nossa...

Bate- Seba...: Sim, 9 netos já!

Rose: E nova ainda, né?

Bate- Seba...: To nova ainda, to com quase 50 anos Bate- Seba (risos)

Rose: Ai, ai... (risos)

Bate- Seba...; Contar para você o que aconteceu neste ano, meu Deus do céu... Mas com fé em Deus e coragem que eu cheguei aqui, né? Quase acabou com a minha vida também. Só por Deus que salvou a minha vida. Mas polícia não fez nada comigo, nada, nada mesmo... Eu vim de lá de boa, sem algemar. Eu fui algemada aqui na Federal (Polícia). De lá da minha casa eu vim de boa, foi algemar só o meu marido, eu não.

Rose: Seu marido foi preso também?

Bate- Seba...: Foi... Por causa de política também! Foi, fizeram acusação nas costas dele também. Então, e eu, ele, minha filha e a Raabe também... Porque não gostam de nós lá. Queriam mandar nós embora dessa aldeia, por isso que fizeram isso, para nós vir preso para cá. Queriam que nós saíssemos todos de lá. Mas eu nasci lá, como é que nós vamos sair de lá? Não vai conseguir sair de lá... Nós somos tudo de lá mesmo. Aquele que T. V., né? Pra ele que foi de lá do Paraguai, né? De lá que queria mandar nós embora de lá dessa aldeia. Porque nós temos bastante animal, planta, tudo o que você pedir nós temos lá em casa... Então ele não gosta. Trabalho bem também, né? Então ele não gosta que a gente trabalhe assim, porque ele bota na cabeça dos outros. Ai tem aquele 'bobinho' também já entra pra mandar nós embora... Porque nós temos muitas coisas lá em casa. Sabe que nós temos mandioca, batata, milho, arroz, mandioca de farinha para vender. De certo que está tudo sujo já... Tem 4, 5 hectares que nós plantamos. Só de mandioca de comer nós temos 5 hectares que nós temos lá em casa... E pior que tem galinha, porco, vaca...

Rose: Nossa... E que está cuidando?

Bate- Seba...: Só minha cunhada que está cuidando. De certo... Tem dias já... É 5 meses que fiz já.

Rose: Seu marido não saiu também?

Bate- Seba...: Não saiu ainda não também. Tá lá em Dourados...

Rose: Tá lá em Dourados? Como é que é o nome dele?

Bate- Seba...: L. e o meu filho V. M.

Rose: L. F....

Bate- Seba...: E o V. M.

Rose: Vou dar uma olhada neles.

Bate- Seba...: Hunrum... Coitado, nós sofremos bastante. Por causa disso que não está preso em Amambai (foi isso que eu entendi)... Nós queremos sair de lá, né? Aquele lá que estava no resto daquele meio não era de lá não. É da outra aldeia... Foi de lá na aldeia, veio lá de Cerro Corá! Tomaz, a mulher, a família... Não gostam de nós, porque nós somos de lá mesmo.

Rose: Esse Tomaz ele não é de lá da aldeia, ele veio do Paraguai, ele é paraguaio?

Bate- Seba...: Ele é paraguaio. Ele é de Rancho Corá... Você conhece, né? Diz que ele não é da aldeia, diz que ele mora na vila.

Rose: Hum...

Bate- Seba...: É, na vila!

Rose: E ele que foi lá? Ai começou a fazer cabeça...

Bate- Seba...: É... Fazendo isso daí, lá. Primeiro na escola mesmo. Fazendo política... Fazendo a cabeça para criança. Ai eu conversei com a professora, com Nelson, de lá também... Ele é de lá mesmo. Eu cheguei e falei para o Nelson, “Nelson, vai derrubar nós, esse daí... Tá fazendo política dentro da sala, será que vai...?” Porque ele é coordenador, né? É o T. V. , né? Colocaram no município para coordenar a escola, ai que acabou para derrubar eu, porque ai que ele entrou de lado para fazer a cabeça de ‘boba’ que não sabe falar português, deu a cabeça para ele. Foi na casa dele e ele fez a cabeça da pessoa. Então, em cada sala o T. V. fazia uma política dentro da sala.

Rose: Hum...

Bate- Seba...: Eu conversei com o Nelson, eu falei para ele, “Nelson, não vai dar mais para nós trabalhar desse jeito. Será que desse jeito vai continuar esse coordenador? Será que é assim mesmo que trabalha esse coordenador dentro dos indígenas? Será que é assim mesmo?” Ele falou para mim, “Eu não sei, porque eu sou professor... Então você é a mais velha aqui de nós, está com 15 anos.” Primeira vez que entrou desse jeito com política dentro da sala... “To para fazer 15 anos e nunca dentro da sala, nunca vi política”, falei para ele. Que não tinha, não tinha mesmo. Na frente da criança, na frente dos jovens não chegaria, dentro da sala não! Nunca que eu trabalhei, tantos anos... E eu em 2014 comecei a trabalhar dentro da sala mesmo, é política pra cá, e política pra lá... Dentro da sala mesmo. Fizeram uma reunião, dentro da sala mesmo. Foi o Tomaz Véra que está fazendo isso ai... Já tá fazendo 2 anos e 6 meses que ele está lá, né? E já começou a fazer isso? Ai eu falei pro professor, “Será que vai dar pra nós trabalhar?” Ai falei, “Não sei...” Ai já começou, diz que eu não sei fazer comida bem... Porque eu sou de lá, quando eu comecei a trabalhar eu fiz curso, né? Fiquei 4 dias, 8 dias, 10 dias eu fiquei lá em Laguna Caarapó. Se quer conversar com a diretora, você vai conversar, ela vai falar desse jeito para você. Porque eu sofria junto. Eu quero trabalhar! Eu fazia curso mesmo! Bastante curso que nós fizemos pra fazer a comida, né? Que tamanho, que minuto que é para mim dar para a criança e que minuto que é para retirar de cima do fogão, né? Isso daí que eu sei tudo, isso daí que ele não quer que eu faça. Isso daí que ele não quer, não quer mesmo... Ele que está mandando, ele que vai ser mais maior do que nós... Por ai que deu na cabeça daquele povo que está fazendo política de lá, né? Isso ai que fez a cabeça para a mulher, para as mães, né? As mães que acreditaram, porque não sabem, nunca foram ver,

fazer uma visita para mim... Nunca foi. A gente pede, pra vir fazer visita para nós, mas nunca foram. Quando tem reunião que vem... Merenda nunca faltava. Pediam para mim o que queriam para criança eu fazia para dar. E mesmo assim, o que aconteceu? Foi ele que fez a cabeça para as pessoas, né? No Jacaré é difícil mesmo para fazer curso de lá, de longe, tudo de longe da cidade. Só Caarapó e Amambaí...

Rose: Hunrum...

Bate- Seba...: Então tem muitos que não sabem falar em português, só em Guarani. Se agente falar em Guarani eles sabem, se falar em português não sabe. Não sabe mesmo... Por isso que o Tomaz entrou na cabeça da pessoa, para a pessoa... A onde que eu vim ficar aqui!

Rose: Hunrum...

Bate- Seba...: Aquilo mesmo. Pode me levar em São Paulo, Brasília, aquilo que eu falei eu vou falar. Que eu sou de lá mesmo, nascida e criada, casada... Sofremos lá mesmo, tenho minha família. E trabalhei muito... E ajudei muito, porque eu sofri muito com frieza e calor, suado, cansativo e mesmo assim (não entendi!)... Eu não merecia. Por isso que eu fiquei muito triste, fiquei muito triste, as vezes que eu choro aqui. Eu fiquei muito triste. Não podiam fazer isso comigo. Eu que não quero sair de lá, porque eu sou de lá mesmo, né? Pra onde que eu vou?

Rose: Tem que ir lá e tem que falar...

Bate- Seba...: É mesmo, né? Meu marido é de lá, meu filho é de lá, meu sogro é de lá também!

Rose: É...

Bate- Seba...: Minha sogra é de lá! O vô do meu marido morreu tudo de lá mesmo. É tudo de lá, não tem como.

Rose: É...

Bate- Seba...: Agora que eu to preso, mas quando eu sair daqui, a onde que eu vou? Vou lá de novo, eu não quero ir para outra aldeia mesmo. Eu sou de lá! Dai é nossa aldeia...

Rose: Verdade, não tem como mesmo.

Bate- Seba...: Não tem como... Tem quem é de lá. Fazer o que, né? A terra eu posso perder, mas a minha não posso perder. Eu posso chegar de novo na frente da minha criançada de novo.

Rose: Mas vai dar tudo certo.

Bate- Seba...: É... Então está bom!

Rose: Ai eu agradeço a sua participação.

Bate- Seba...: Tá bom!

Rose: Tá? A hora que você tiver voltado eu quero ir lá, quero visitar você lá...

Bate- Seba...: Tá bom... É, tem um lugar bom para chegar lá... Tem uma estrada boa para chegar lá. Sempre quando vai lá, tem um cliente que vai. Tem uma estrada boa... Hunrum... Isso dai que é a minha casa! Encostadinho da casa da minha filha. Esse dai daquele que veio. Esse dai é minha filha...

Rose: A Marta é sua filha?

Bate- Seba...: Marta é minha filha também.

Rose: Ah...

Bate- Seba...: Minha filha, meu marido, mas nós todos fomos presos. Não tem ninguém para ficar em casa, só a minha cunhada que ficou lá.

Rose: E a Raabe, veio por que?

Bate- Seba...: A Raabe? É por causa da política também. Porque ela fala bem... Ela fala bem também, né? Fala para os outros que quer que eu saia... Então por isso que mandou eu pra cá. É... Por isso que ele mandou pra cá também! Não quer nós lá. Quer aqueles que não são de lá mesmo, do que nós que somos de lá. Tudo separado, né? Então foi o T.V. que fez a cabeça das pessoas, e tudo de lá mesmo. E nós somos separados, nós somos de lá mesmo. Estão querendo tirar nós de lá.

Rose: É...

Bate- Seba...: Mas eu não vou sair de lá não.

Rose: É... Não tem que sair não.

Bate- Seba...: Eu não vou sair. Assim que eu sair eu vou procurar o meu serviço. Que mandou falar pra mim que quando eu sair daqui é pra eu procurar para restituir meu serviço... Mandou falar que está destituindo daquele meu lugar, não sei o que eu vou fazer. E diz que quando eu sair daqui quer que eu vá trabalhar lá de novo.

Rose: Tem que voltar...

Bate- Seba...: Tem que começar o mês de julho se eu sair daqui rapidão...

Rose: Já volta pra lá, né?

Bate- Seba...: É, já volta pra lá, né? Por isso que foi bom que vocês vieram me visitar aqui. Agradeço muito vocês. Deus que vai ajudar muito pra vocês também! Da viagem... Tá cansativo para chegar aqui também. Deus sabe da sua vida também. Vocês que vieram muito de longe para ver nós aqui, agradeço muito para Deus. Para abençoar a sua vida, Deus sabe do seu pensamento. Enfrenta muita luta para chegar aqui também, para visitar nós aqui...

Rose: Eu agradeço. Eu vou fazer de tudo que estiver ao meu alcance para ajudar vocês...

Bate- Seba...: Tá bom então!

Rose: Tá bom?

Bate- Seba...: Mas não vai demorar muito?

Rose: Não, não vai demorar.

Bate- Seba...: Tá bom então...

Rose: Não vai demorar...

Bate- Seba...: Vou esperar então!

Rose: Eu vou entrar em contato com o defensor de Dourados e vou passar o nome do seu esposo e do seu filho que estão lá também, presos... Para dar uma olhada.

Rose: Tá bom? E qualquer coisa que eu possa fazer por vocês aqui, tá? Mas de vocês está mais fácil de sair ainda.

Bate- Seba...: É verdade! Tá?

Rose: Eu que agradeço! Tchau...

Bate- Seba...: Fica com Deus, Ele va ajudar você também!

Rose: Amém.

RAQUEL: depoimento [Data?]. Entrevistador: Rose Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rose Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Raquel: Meu nome é Raquel, eu vou participar da entrevista. Falar um pouco da minha vida. Quando eu era criança, a minha vida foi muito sofrida. Meu pai e minha mãe foram pessoas bem pobres da aldeia. A gente vivia com o que tinha dentro de casa, as vezes não tinha nada para comer, ai saia catando caruru com manga verde. Quando eu tinha uns 5 anos, eu lembro até hoje. Teve um dia que a minha mãe ficou doente. Ela teve anemia no sangue, ai começou a acabar o sangue do corpo dela. Ai meu pai levou ela na igreja e nada resolvia, ela ficou em coma 4 anos. Ai ela deixou uma crina de 6 meses e uma menininha de 4 anos, eu acho... Eu tinha 7 anos. Ai eu vi a minha mãe chegar em casa carregada, ai colocava ela na cama e ela aguentava ficar dois dias e ela voltava para o hospital. Ai comecei a cuidar da minha irmãzinha de 6 meses e a de 4 anos. E a de 6 meses pegou anemia também e foi se tratar no hospital. No final, passou 4 nos com a minha mãe em coma e eu comecei a cuidar dos meus irmãos. Meu pai era muito revoltado, batia em nós, xingava nós... Ai não tinha nada para comer. Meu pai trabalhava de servente de pedreiro, não ganhava nada na época. Ganhava bem pouco, o dinheiro acho que dava para comprar um pacote de arroz, pouquinhas coisas. As vezes acabava as coisas dentro de casa, ai nós saímos para catar as coisas para comer assim... Coisa do mato, pegava baldinho para pegar água no rio, a nossa casa era de sapé. Era bem pequenininha, todo mundo dormia no chão... Colocava aquelas bolsas no chão assim...

Dormia. Ai chegou um tempo que minha mãe começou a melhorar, ai eles descobriram... Que eles colocavam muita bolsa de sangue nela, né? E não sabia o que era, né? Ai um dia falaram que era macumba, ai meu pai foi na igreja. Minha mãe no hospital e meu pai na igreja... Meu pai chegou na igreja e o pastor revelou que fizeram uma macumba para ela, tinha uma macumba pra ela. Ai meu pai pegou e foi ergueu a mão e era ela, era a esposa dele. Ai o pastor falou que meu pai tinha que ir lá no mato catar uma latinha de leite ninho que tinha um “aberê” dentro, lagartixa que chama. meu pai chegou meia noite da igreja, chegou correndo assim com o farolete, lembro até hoje que ele foi lá no mato e tirou de dentro do mato uma lagartixa que estava com o nome da minha mãe lá dentro da lata e o bichinho. Ai ele pegou e assim e o “aberê” já tinha comido o rabo dele todinho assim, ele mesmo tinha comido o rabo dele. Ai ele soltou. O pastor falou, “Não pode matar, se matar a sua mulher vai morrer!” Ai pegou e soltou o “aberê”, passou 3 dias a minha mãe veio embora para casa. Até hoje... Agora ela trabalha faz de tudo. Ai comecei a ficar mocinha, né? Ai meu pai começou a trabalhar na Usina, ai chegou um tempo que eu tinha 11 anos de idade, foi nessa época já... Ai ele arrumou um serviço na Debrasa, nós vivíamos esperando ele, assim, nós vivíamos... Ai ele trabalhava 3 meses e voltava, ai comprava as coisas para dentro de casa e ia trabalhar. Ai meu pai, não sei o que deu na cabeça dele, se ele queria uma coisa melhor para mim ou se... Ai eu estudava, cantava na Igreja. Eu era uma pessoa bem feliz, tinha sonhos, tinha planos, de estudar e ser alguma coisa na vida para ajudar eles... Ai chegou uma época que ele chegou da Usina e falou assim para mim, “Você vai casar!” Eu arrumei um namorado para você. Mas eu falei, “Mas eu não quero casar, eu quero estudar ser uma pessoa na vida! Eu quero casar quando eu for de maior.” Mas ai ele falou, “Não você vai casar hoje.” Arrumou um namorado lá, o cara tinha dinheiro e tudo. Mas eu não queria o cara. Dai ele falou para o cara, “Pode fazer uma casa aqui no meu terreno que eu te dou um pedaço... E você vai casar com a minha filha!” Ai o cara pegou e começou a fazer a casa, eu tinha que casar com o cara... Comecei a namorar assim, brigando com o cara. Sabe? Assim... Aquele namoro forçado. Ai ele já tinha levantado a metade da casa. Ai meu pai falou, “Se você não casar eu vou te entregar para o conselho tutelar! Você vai sumir daqui...” Falou um monte de coisa. Eu tinha que casar com o cara. Ai o que eu fiz? Eu fugi... Tipo assim, eu meio que fiquei com o cara uma semana, ai eu fugi. Ai eu fui morar na cidade, eu achei um primo meu... Ele fez uma casa para mim, e eu fui trabalhar. Eu ficava uns meses trabalhando em uma casa e saia, era humilhada pelos patrões... Ai sai dali e ia para outro emprego, ai eu comecei a estudar, fui trabalhar com uma mulher. Trabalhava de tarde, cuidava das crianças de tarde e estuda de manhã. Só que a minha patroa trabalhava na zona, dai ela tinha que chegar de madrugada para eu estudar de manhã e ela não chegava. E eu queria ir para escola e não podia deixar as crianças sozinhas. Ai chegou uma

hora que eu levava tanto “pito” das professoras que eu chegava atrasada, falavam um monte. Ai chegou um dia que eu não aguentei mais, a professora falou para mim, a diretora... “Se você não quer estudar, dá a vaga ara quem quer estudar! Você quer sair dessa escola pode sair, a gente não precisa de você.” Ai eu peguei e sai, peguei a minha mochila e fui embora, nunca mais eu voltei a estudar. Dai fui vivendo assim, tentando melhorar minha vida, mas não dava, né? O que eu ganhava era pouco. Dai eu consegui engravidar de um homem que ate hoje eu não sei quem é ele, que é o pai do meu filho, né? Ai eu ganhei o neném sozinha, trabalhei até o 8º mês de gravidez, lá no quartel eu fazia rejunte. Depois o cara me deu uma folga e eu fui e ganhei o neném. Ai a minha situação piorou mais, ai eu fiquei como pai do neném uns meses, mas apanhava... Ele me batia, judiava de mim, do meu filho, era bem agressivo ele. Eu fico criando aquela revolta dele, né? Chegou um tempo que eu achei... Não, ai eu trabalhava no quartel ainda. Dai eu deixava o neném na casa da minha mãe, chegava 9h00 da noite, gastava 1h00 para ir trabalhar. Ai eu chegava 7h00 pegava o neném e ia para a minha casa, ia dormir, né? Ai chegou um dia que estava um barro, um barro... E eu gostava tanto dele, porque ele era o pau do meu filho, né? Ai chegou um dia que eu cheguei cheia de barro, com massa, fui lá peguei o neném enroladinho assim e fui embora para a minha casa. Olhei assim, e falei, “Tem gente em casa!” Ai fui ver, ele estava dormindo com uma mulher dentro da minha casa. Acendi a luz assim e vi aquela cena. Ai, aquilo acabou para mim. Eu não fumava, não bebia, nem nada, né? Era uma pessoa assim... Ai comecei a fumar cigarro naquele dia. Eu quase matei ele, brigamos, virou aquela bagunça. Dai comecei a fumar cigarro, comecei a desandar, fumar maconha... Dai já estava indo para o outro lado, ninguém conseguia fazer eu parar. Comecei a ficar muito revoltada, porque eu não conseguia engolir aquela cena, né? Dai ele foi embora, ai eu comecei a sair a noite, fumar droga, bagunçar... Meu filho precisava de tantas coisas e eu não podia dar, ai aquilo me foi subindo, foi subindo... Chegou um tempo que eu falei, não... Eu vou ter que vender drogas. Vou ter que melhorar a minha situação, ai passou um tempo eu arrumei um namorado. Ai ele falava para mim assim, “Não, eu vou te ajudar!” Eu via, assim, ele ganhando muito dinheiro. Eu via ele ganhando, ele lá em cima. Ai ele falou, “Não, vamos vender aqui na sua casa, que nós rachamos!” Ai começamos a vender, comecei a fumar e vender. Dia e noite, ai já não parava mais... Era kilos e kilos de drogas, ai eu comecei a abastecer a aldeia inteira de drogas. Era... Fazia mil reais por dia e mil reais por noite. E ai fui tendo aquela vontade de ter mais dinheiro, mais dinheiro e assim dava para manter a família inteira... Ai não consegui parar mais. As vezes eu falava, “Eu quero parar, eu quero parar...” Mas não conseguia. As vezes eu pedia para Deus que eu queria parar, porque a pessoa que vende é mais viciada do que o viciado. Ai comecei a usar e vender, eu passava a noite em claro assim. Tinha noite que eu

passava olhando o meu nenémzinho na cama e eu usando droga. Olhava para ele assim... As vezes dava vontade assim, eu jogava assim as drogas e pensava, “Não eu vou ficar com o meu filho! Vou curtir meu filho.” Ai dava vontade eu começava a usar droga de novo, começava a fumar, no outro dia eu não aguentava nem comigo. Meu filho chorava, porque queria mamar e eu não dava para ele porque queria fumar. No outro dia eu pensava, “Poxa eu briguei com o meu filho porque eu queria usar droga, isso não é vida.” Mas ai eu não conseguia mais me libertar. Passou um tempo, dai a minha mãe falou que ia tomar ele de mim, né? Ai eu até deixei ele com ela um bom tempo, ai que eu comecei a fumar mesmo. Ai não parei mais, ai vendia e fumava, vendia e fumava... Ai o meu irmão começou a usar drogas também, e ele estava tendo até aqueles ataques assim, do coração, sabe? Estava quase morrendo, e eu tinha dó de falar para ele, “Não!” Porque se eu não desse ele ia comprar em outro lugar. Eu tinha que dar, ai eu dava droga pra ele. E meu pai sempre falava, “Minha filha, não faz isso... Minha filha, não faz isso!” Mas eu sempre dava um jeitinho e ai ele deixava eu vender de novo. Ai teve um tempo que o pessoal falou assim, “Você vai rodar, você vai rodar!” Eu falei, “Ah, eu não vou rodar não, que não sei o que...” Chegou um tempo que eu falei para Deus, “Eu preciso parar, me dá uma oportunidade?” Era 3h00 da madrugada, eu já tinha fumado um monte, ai, quando eu lembro assim, era umas 6h00 da manhã chegou um carro na minha casa e falou assim, “Você quer trabalhar?” Eu falei, eu muito louca, assim... Falei, “Eu quero!” Ele falou assim, “Então vamos embora, essa via não é para você não!” Uma pessoa que eu nem conheço, eles são lá de São Paulo. Ai falou para mim, “Arruma suas roupas e vamos embora!” Eu peguei meu neném, levei para a casa da minha mãe, tomei um banho assim... E fui embora dormindo dentro da van, fui parar lá em Corumbá. Ai comecei a trabalhar em um estúdio fotográfico. E ai, assim, lá em Corumbá era muita droga, gente fumando na rua... E eu com eles ali, né? E eles falando, “Você não vai fumar, você não pode fumar... Nem que se for para nós trancarmos você dentro deste hotel aqui, você não vai fumar!” Ai eu fiquei, assim... 3 meses nessa abstinência de querer fumar e não poder, assim, sabe? Olhando as pessoas fumando e não poder, ai eu consegui ficar 6 meses sem fumar. Ai deu o Natal, eu falei, “Vou voltar para a minha casa...” Eu cheguei na minha casa eu estava gorda, bonita... Já, bem dizer assim, voltando ao normal, né? Ai peguei e fui encontrar com esse meu namoradinho ai que vendia. Ai comecei a ver ele vendendo droga e passando para os caras na minha frente e pedindo para mim guardar, ai eu comecei guardar e comecei filar. Pegava, guardava e fumava... Ai quando fui ver não voltei mais para trabalhar, não voltei mais. Ai eu comecei a vender de novo, ai eu comecei a vender e fumar com força, ai eu virei usuária mesmo, não comia mais, não fumava mais... Era só droga e cerveja e farra. Ai teve um tempo assim que eu falei para Deus, “Eu preciso me libertar dessa droga, que eu prefiro até ir presa, porque eu

prefiro me libertar... Porque eu tenho um filho para cuidar!” Ai eu me lembro assim, que era 2h00 da manhã, e eu ouvi o carro da Polícia dando ré e eu ali com dois kilos de “pasta base” em baixo da cama. Ai eu só subi assim no teto e enfiei assim... Ai eu falei assim para Deus, “Se eu conseguir sair dessa, nunca mais eu vou mexer.” E eu agarrei o meu filho assim e aquelas luzes da Polícia assim rodeando a casa e eles falando assim, “Não tem ninguém, não tem ninguém!” E aquele fumação de droga saindo assim, sabe assim para fora da casa? “Mas tá cheirando droga...”, o policial falou. “Vamos ter que arrebentar essa casa!” Ao começou a iluminar ao redor e falou, “Não, vamos embora! Vamos deixar, vamos embora.” Aquele alívio eu tive assim, e falei, “Ai, Deus, obrigado! Nunca mais eu vou mexer com isso, amanhã eu vou devolver tudo.” Ai, tá... Passou uma semana... Não, ai eu falei com o meu namorado, “Eu não vou mais vender isso, não...Porque eu fiz uma promessa para Deus” Ele falou, “Ah, então tá bem...” Eu falei, “Então, tá...” Eu fiquei uma semana sem vender. Ai quando deu na sexta-feira ele chegou lá em casa, chegou e trouxe 300 gramas de pedra e tinha uma maconha que ele jogou atrás da casa e eu não sabia. Eu não sabia dessa maconha. Ele deu para o meu irmão e jogou atrás da casa... Eu falei para ele, “Eu falei para você que eu não ia mexer mais, que eu tinha prometido para Deus! Prometi para o meu pai que eu não vou mais mexer com isso...” Dai ele falou para mim, “Então tá bom, você não vai vender eu vou...” Ai eu falei, “Então me dá aqui que eu vou vender!” Comecei vender. Sentei lá e coloquei uma sacola do lado e comecei a vender... Dai quando eu penso que não as policia encostaram. Ai só vi assim, eles falando, “Levanta, levanta...” Ai eu falei, “I... Agora fude!” Não... Consegui esconder a droga dele, mas eu não sabia que tinha uma droga atrás da casa. Eles falaram assim, “Se nós acharmos droga aqui, nós vamos te levar presa!” Falei, “Pode levar...” Porque eu já tinha escondido a droga comigo, mas eu não sabia que ele tinha jogado uma droga atrás da casa. Dai o polícia, “Então nós vamos revirar essa casa!” “Pode revirar!” E eles andando para lá e para cá e rindo da cara deles e falando, “Ah, vocês não vão achar droga aqui não, rapaz!” Porque a droga estava “mocada” comigo, mas na verdade meu namorado tinha jogado a droga atrás da casa... Quando eu penso que não eu escuto assim, “Um, zero quatro... Não... Zero, quatro!” Eu falei, “I... Fudeu!” Ai lembrei assim, será que tinha alguma droga dentro da casa? Ai olhei para o meu namorado e ele não falou nada. Ai o cara sai de dentro da casa com um saquinho e falou, “O que é isso daqui?” Eu olhei para ele e falei, “Não sei...” Ele falou, “Isso daqui é droga. Você falou que não tinha droga!” Eu falei, mas não tinha mesmo. Ai eu olhei para o cara e pensei que ele ia falar que era dele, porque na verdade era dele. Ai ele falou assim, “Não sei não, senhor. Não é minha não... Não mexo com isso não!” Eu olhei para a cara dele e falei, “Não, senhor... É tudo minha!” Dai... Fui embora. Ai, eu lembro, né? A minha mãe chegou chorando assim... Ai eu ai com os policiais e eles falando assim para mim,

“Você é usuária? Você é garota de programa?” Porque eu estava com uma roupa bem curta, né? E eu muito louca, com os dedos todos queimados, assim, né? Ai ele falou para mim, “Olha para você, guria... Você é bonita, olha que está fazendo para você! Tá se matando... Pára com essa vida. Esse cara aí que está te levando para o fundo do poço, né?” Eu olhei assim e a minha mãe olhando para mim, assim e falando, “Fala a verdade, minha filha... Fala a verdade!” Mas eu estava com dó do cara, né? Porque assim... Ele tinha uma família para cuidar, e eu pensei nele também, né? Dai eu falei, “Não, é minha, senhor!” Ai minha mãe falou assim, “Minha filha, você vai ser presa!” Eu falei para ela, “Não, mãe, eu não vou presa não... Daqui a pouco eu vou voltar.” Querendo fazer ela ficar assim, sabe? Alegre... E ela chorava e falava para mim assim, “Você vai presa, minha filha. O que eu falei para você?” Aquele dia foi muito sofrido. Eu tinha um coelho, um coelho bonitinho, branquinho, né? Ai a minha mãe pegou o meu filho e levou lá para baixo para ele não ver, né? Ai eu lembro que eu peguei o coelho assim e o policia falou, “Vamos embora, vamos embora! Falei para ele assim, “Espera aí, rapaz!” Fui lá, peguei o coelho assim e dei um abraço assim... Coloquei ele no ombro e falei para a minha mãe, “Cuida bem dele, tá?” Ela pegou o coelho assim e começou a chorar... Ai o carro deu ré assim e fui embora, presa, sumi. Quando passou uns dois dias o meu coelhinho morreu. Acho que ele sentiu muita falta de mim, né? Dai eu lembro que eu cheguei lá e escutei aqueles trincos assim: Trá... trá... Do trinco. E o policial falando assim para mim, “Vamos lá...” Ai fui lá... Eu fi ele abrindo o “portãozão”. E falou assim, “Agora eu trouxe uma amiga para vocês!” E eu não estava nem aí... Ai dormi, nem vi aquela noite passar. Ai eu achava que tirar cadeia era de boa, né? Estava muito louco, não estava nem aí. Quando foi no outro dia, acordei com aquelas grades, olhei para mim e falei, “É... Eu estou presa!” Ai eu não sabia se estava presa eu estava sonhando, né? Ai fiquei um mês assim, passando o maior sufoco. Ai eu tinha falado para o meu pai que ia fazer o aniversário dele. Ai eu recebi um bilhete dele no 1º DP, “É minha filha, você tinha dito que ia me dar um presente de aniversário... Olha o presente de aniversário que você me deu, uma cadeia para eu ir te visitar, uma cadeia...” Ai eu lembro que ele falou para mim que nunca ia me ver na cadeia e tal, porque ele não aceitava, né? Passou um tempo eu fiquei ali, emagreci bastante, porque lá era muito sofrido, né? A Polícia, o pessoal era muito ruim... Dai fui para o Presídio, ai cheguei no Presídio... Parecia que eu nunca mais ia conseguir sair dali. Olhava para o céu, as vezes... A minha janelinha era lá em cima, eu não conseguia ver uma estrelinha, passava a noite em claro assim... Pensando na família. Muitas coisas acontecendo lá fora e eu não podendo ajudar. As vezes eu falava, “É, Deus, me tira daqui... A minha família precisa de mim, meu pai a minha mãe, meu filho, a minha avó!” A minha avó ia entrar em cirurgia, fez duas cirurgias... A única coisa que eu pedia para Deus é que não levasse ela antes de eu sair dali.

Porque eu queria sair dali para ver ela... A minha mãe emagreceu um monte. O meu pai e minha mãe entravam assim, chorando, naquele desespero. O meu filho ia me ver lá, né? Ai ele grudava nas grades e ia gritando, “Mãe, mãe...” Saia chorando assim, grudado nas grades com a minha mãe levando ele na marra, assim... Foi bem sofrido. Eu passei por cada coisa naquela cadeia... Não desejo nem para o meu inimigo! Ai eu comecei a trabalhar... E vendo o tempo passar. Quando penso que não, chegou o meu Alvará. Eu nem sabia do meu Alvará, mas eu sempre falava para Deus, “Quando eu sair daqui eu vou mudar! Dessa vez é para melhor.” Porque eu não vou mais mentir para Deus... Ele, sabe... Me castigou tanto, acho que por isso que eu to tão certinha assim... Ai, eu lembro que estava trabalhando na cozinha, empurrando um carrinho de verdura, trabalhava com gosto para ir embora, remir pena... Ai, dona Lucia falou assim, “O Cris, vem aqui...” Ai eu fui lá, ela falou assim, “Você quer ir embora?” Eu olhei para a cara dela e falei, “Ah a senhora está brincando!” “Você quer embora, ou você não quer ir embora?” Ai pegou e meu o papel... “Você vai embora agora, vai lá arrumar suas coisas!” Larguei carrinho, larguei tudo! Sai correndo assim, lá para dentro. Falei, “Eu vou embora! Eu vou embora!” “Não conta pra ninguém, não... Isso ai atrai coisa ruim!”, falou para mim. Não pode contar! Ai, tá... Arrumei minhas coisas, ai ela me trouxe para o semiaberto. Ai, dormia aqui... Ai ela falou assim, “Amanhã você vai ver a sua mãe!” E eu com aquela agonia de ver minha mãe, ver minha mãe, ver meu filho! Não via a hora, passei a noite sem dormir com vontade de ir embora. Ai quando abriu eu sai desesperada e já mandei chamar um moto taxi... Cheguei lá minhas irmãs... Todo mundo me achando diferente! Estranho... Todo mundo olhando para mim assim, “Ah, é presa, é presa!” Sabe? Te olhando com outro olhar... Meus irmão todos chorando quando me viram, meu filho. Meu filho falou assim para mim, “Mãe, você já pagou tudo? Eu sabia que a senhora estava presa, a senhora ficou mentindo para mim!” Eu falei, “Não, a mãe não pagou tudo ainda não!” Ai ele falou, “Ah, paga logo, mãe, para você morar comigo! Meu vô falou que vai fazer um quartinho...” Ele não quer mais morar só comigo, ele grudou muito com o meu pai e a minha mãe. Ai não desgruda mais. Não tem como eu tirar ele deles, né? Ai comecei a trabalhar no semiaberto, dormi... Trabalhar de dia e dormir a noite. Ai trabalhei em um serviço ali, muita bagunça... Muita droga rolando no bar! Ai eu olhava para aquilo e olhava para mim e falava, “Não, eu não posso ficar perto desse povo ai... Vai me atrair coisas ruim, eu vou começar a me drogar de novo” Comecei a fazer um monte de coisas erradas, ai eu falei para mim, “Eu vou embora desse lugar.” E a mulher me dava de tudo ali, ela gostava de mim até... Ai, quando eu vi eu já estava quase entrando no meio das drogas. Falei para ela que eu ia sair de lá e ela não aceitou. “Não, você não vai sair daqui não...” Ficou me segurando e tal. Ai eu peguei e falei para as mulheres que eu precisava de outro serviço. Que eu não queria mais ficar ali, porque eu não

estava mais aguentando e estava sendo muito ruim para mim... Porque eu fui usuária, né? E conviver no meio dessas pessoas, fumando e cheirando... Ai eu já estava quase fumando de novo, quase cheirando. E se viciar, se drogar. Dai pegaram e me colocaram em outro serviço. Tô bem... Tenho sofrido assim, porque não tenho onde ficar, mas eu tô bem porque estou trabalhando... Estou sendo outra pessoa! Posso ver a minha mãe, assim, sã... Não daquele jeito que eu via antes. Antes eu não dava nem atenção para eles. Hoje eu daria tudo para ser liberta. Porque as vezes eu imploro para o patrão, “Ah, deixa eu vir domingo...” Para eu não ficar presa! Queria a minha liberdade e ser uma pessoa diferente, assim... E poder ficar com a minha família e ficar com ele o tempo que for, porque eu fiquei longe deles. E isso me fez me apegar ainda mais a eles, né? Só peço a Deus que me dê uma vida melhor, que eu possa ajudar a minha família... Ser feliz e ter muita saúde. É isso aí!

BALA: depoimento [Data?]. Entrevistador: Rose Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rose Ribeiro junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Rose: Você é Guarani ou Kaiowá?

Bala...: Kaiowá.

Rose: Então você aceita participar, né? Aceita? Assim, não é nada... Eu só quero saber a história da sua vida. Você fala bem o português?

Bala...: Mais ou menos.

Rose: Mais ou menos?

Bala...: É...

Rose: Entendeu... Assim, em que aldeia você morava, como que foi sua infância, tá? Eu vi aqui na sua ficha que o seu artigo é o 121 (artigo do Código Penal), né? Você matou alguém?

Bala...: Não é porque, eu matei porque ela me bateu. E para me defender que eu fiz isso aí.

Rose: Ah, tá. Então, daí eu quero que você conte toda a sua história para mim...

Bala...: Ah, tá. Tá bom!

Rose: Quero que você me conte desde que você era pequenininha, onde você morava...

Bala...: Tá bom?

Rose: Tá? Você é Kaiowá, eu já coloquei aqui na sua ficha. Quanto tempo faz que você está aqui?

Bala...: Eu caí aqui em setembro...

Rose: Setembro de 2014? Tá... Então conta para mim! Conta para mim, como que foi sua vida, se você foi criada pelos seus pais...

Bala...: Eu me criava... Quando que a minha mãe... Eu estava com um ano e três meses eu ficava com a minha avó.

Rose: Com a sua avó... Você foi criada pela sua avó, né? Hum... Foi criada com a avó.

Bala: Minha mãe me abandonou, ai eu fiquei com a minha avó.

Rose: Sua mãe te abandonou?

Bala...: É...

Rose: Onde você morava, em qual aldeia?

Bala...: Eu morava lá na aldeia de Amambaí...

Rose: E como que foi a sua infância? Conta para mim... Você tem mais irmãos? Quantos irmãos?

Bala...: Tem! Irmãos tenho dois.

Rose: Hum...

Bala...: Só eu sozinha...

Rose: Não tem irmão?

Bala...: Não. Só o meu irmão tem dois. V. F. A. e o outro J. A. e eu R. A.

Rose: Hum...

Bala...: E a minha mãe quando morreu, eu não sei nem quem é o meu pai. Quando eu tinha 9 aninho eu que soube que a minha mãe não era minha avó. Minha avó me criava, mas não era minha avó de verdade. Só Mateo Arguello que é meu avô, porque a mulher dele não é, mas eu considerava minha mãe, porque ela que me criava, né? Ai, fui criada com ela até depois dos 11 anos... Ai depois que a minha mãe Elizabete Arguello diz que é, minha mãe veio morar na fazenda e me deixou com o meu vô, M. A. . Ai veeo lá. Ai que me falou quem é minha mãe, mas só que eu falei para ela que ela não era minha mãe... Quem eu considerava de verdade minha mãe era Suzana Arguello (não entendi bem se é este o nome que ela diz), minha mãe que eu considerava. Meu pai considerava Trindade Amaral (também é preciso verificar se é este o nome). Só que depois minha mãe queria me levar, mas não consegue. Porque nem meu pai e nem minha avó queriam me entregar. Porque ela me deixou sozinha. Ai, depois, minha avó era bêbada também, ai eu bebo cachaça desde novinha, desde os 9 anos.

Rose: Desde 9 anos?

Bala...: Desde 9 anos.

Rose: E usava drogas também ou não?

Bala...: Drogas não. Graças a Deus. A minha avó não fuma nem cigarro, só que bebe. Bebe uma cachaça. Ai, depois, 10 anos, 11 anos estava estudando. Estudava até 12 anos. Depois de 12 anos eu casei com um homem que não tem nem casa. Me levou na fazenda, me deixou lá... Ai fiquei dois anos, trabalhava lá na fazenda sozinha. Ai quando voltei para a casa da minha avó, foi quando completei 14 anos. Ai depois de 14 anos eu fui lá no baile, ai, de repente eu achei outro para ser meu marido, né? [...] Martins (não entendi o primeiro nome da pessoa que ela menciona), que eu casei desde que tinha 14 anos. Ele fuma, fuma, fuma. Ai começou a me bater e até me machucar. Eu criava duas, três... Uma até que me bateu, que morreu. Primeiro isso. Depois que nasceu T. V. A. e terceiro a minha filha (não deu para entender o nome)... Ai, de repente, ficou 7 anos, casei com ele. Depois uma mulher, não sei quem é, me traiu, ai levou meu marido, ai eu fiquei viúva... Ai depois eu fui na Limão Verde. Saiu de lá, já morreu meu avô, Mateo já morreu. E a minha avó que me criava esta ai ainda, está lá na aldeia. Ai, depois, eu não sabia onde que eu ia ficar, né? Ai eu não tinha casa, nem nada. Eu morava junto com a minha filha né? Ai depois eu fui na casa da minha tia, por filha A. P. fiquei lá porque eu bêbada, né? De repente ficou crente. Ai fiquei em um barraquinho assim, que a minha tia arrumou para mim. Fiquei lá com a minha filha. Meu marido morava com outra mulher já. O pai do meu filho, né? Ai depois, eu fui na casa da minha amiga, o nome dela é L. de S. morava ali, depois ela falou se eu não queria trabalhar. Ai eu falei que queria trabalhar, porque eu preciso e é para manter minha filha. Eu estava com a minha filha só... Eu não tenho ninguém, eu nem sei quem PE o meu pai de verdade. Ai eu vivo sozinha. Ai foi eu e a L. lá no Limão Verde. Lá na aldeia Limão Verde, ai eu achei um cara. O cara mesmo que chamou lá... O nome dele é Eliezer, é aquele cara que morreu, né? Fui na casa dele e ficamos 3 dias. Ai a minha patroa me aceitava lá para fazer faxina e trabalhar na roça também. Ai já comprou para mim uma cesta básica, né? Para manter a minha filha. Ai me deu 5,00 reais... Ai quando eu cheguei lá na casa da Eliana, ela ficou junto com a L., aquela minha amiga que me levou, né? Ai, chegou lá e começou a beber... Bebe, bebe e ai eu não sei mais. Quando eu acordei, eu dormi na casa (este trecho está bem confuso)... Quando eu acordei o homem já estava comigo já. Ai a tia dela levando e falou: “Levanta, vamos tomar um chimarrão!”. Falou para mim... Ai eu falei para ela: “Tomo!” Ela falou: “Tem toalha ali para tomar banho, ali, tem tudo!” Só que o Eliezer já falou para a tia dele que ia ficar comigo, mas me pegou bêbada... Ai ficou 3 dias, casou... Ficou amigada com 3 dias. Ai, depois de 3 dias, começo bêbado a lembrar quem era primeiro o meu marido. Quem quebrou a minha virgem (virgindade?)... Ai eu fiquei quieta porque eu não sabia quem quebrou minha virgem. Então, de repente, ai já ficou bravo, bravo, bravo... Dois dias ficou bêbado, eu também fiquei. Ai depois começou a me bater. Me machucou tudo, me bateu... Tudo aqui este sinal eu tenho. Ai me deixou quieta, ai eu não falei

nada. Ai depois eu fui na casa do meu tio, C. A. , lá no Limão Verde, ai eu conversei com ele... Falei para ele que o meu namorado novo me machucou toda. Ai ele falou: “Certeza ou você está mentindo? Ou foi outra mulher que bateu em você e você negou?” Não, é verdade. Ai então ele ficou quieto, deixou quieto. Ai... Ai me levou, me falou assim: “Eu trabalho na fazenda, vamos comigo na fazenda!” Ai poruq eu quero um homem para ficar dona de casa, né? Pensei que o homem era trabalhador, mas só que o homem não tem nem casa, nem nada.

Rose: Hum...

Bala...: Meus Deus do céu. Ai depois, sem passagem... Imagina ir até lá na aldeia a pé, fui lá a pé. Três dias sem comer, minha filha quase morreu de fome. Sorte que lá na pista arrumou para mim uma marmitex para mim e para minha filha. Ai, depois de 3 dias, fiquei 4 dias, cheguei lá na aldeia (não entendi o nome), tudo bêbado... Ai que começou... Nem saiu nada. Ai começou o baile, todo mundo com muita bagunça. Ai depois chegou um amigo dele, Jeferson, o nome dele é Jerferson, ai levou 3 litros de Jamel. Ai, como eu sou viciada em Jamel, qualquer álcool eu bebo, sou bem viciado. Se eu pegar tomo. Não para brigar... Quando ficou bêbado, de novo me bateu, tudo de novo. Ai, quase me quebrou.

Rose: Nossa...

Bala...: Me furou! Ai, meu Deus do céu. Ai depois eu falei para a madrasta dele, não a minha sogra, a madrasta dele: “Eu vou embora! Se me bater de novo eu vou de carona até o meu tio!” Eu chorava para ela, porque eu não tenho pai, não tenho mãe... Onde será que eu vou? Tenho só a minha tia, que é irmã da minha mãe... Ai ela falou para mim, fica aqui. Esse cara não tem casa, não tem nada... Eu imaginei... Quando eu cheguei eu dormi no chão, não tem nem colchão, não tem nada. “Esse cara é barreira!”, falou para mim. O próprio pai dele! Mas por que você ficou com ele, porque ele bêbado bateu em muitas mulheres por ai... “Por isso que não casou, cheio de tatuagens!”, falou para mim. Ai depois de uns 4 ou 5 vezes que me bateu eu sumi, eu e minha filha. Coitadinha da minha filha, estava com 4 anos, agora está com 5 anos – eu quando vim para a cadeia. Ai depois, eu sumi, eu sumi. Ai cheguei umas 11 horas da noite ou 2 horas da manhã eu cheguei lá na aldeia do Limão Verde. Ai depois eu já vim de carona... Eu fiquei 3 dias, eu deixei todo o meu documento lá, deixei tudo, tudo lá. Eu deixei na casa da minha sogra. Quando eu avisei para o meu Tio, C. A. , para me acompanhar para eu trazer as minhas coisas, os meus documentos. Ai eu fui... Ele me acompanhando até lá na aldeia. Ai eu cheguei lá, muita gente bêbada... Ai eu cheguei lá eu perguntei pela dona de casa, chamei a dona da casa, para eu pegar o meu documento. Ai deu para mim. Ai falou, “Toda aquela mercadoria que a Funai arrumou para você, ele levou tudo, trocou com cachaça! Aqui você não tem nada...” Só o que salvou mesmo foi o meu documento. Porque eu sou mulher para me virar para trabalhar. Ai o Eliezer saiu, não sei aonde que ele foi, e chegou lá...

E falou, “E ai, Chiquinha, você chegou?” Falou para mim. Ele me chama Chiquinha... “Aonde que você foi, você sumiu, esse ai é seu irmão?”, falou para mim. É meu tio! Ai meu tio falou para ele, “Viu, eu quero falar com você... Você bateu muito na minha sobrinha... Agora você quer voltar com ela de novo? Não!” Não. Eu vou voltar, eu vou voltar! Eu vou voltar de novo com ela. Eu falei para o meu tio, “Ele não tem nem casa, nem nada, como eu vou voltar para ele?” Ai meu pai, não é meu pai, eu que chamo ele de pai, falou, “Então tá bom!” Ai quando chegou lá na rua ele veio de carro atrás de mim, com carona lá no Limão Verde, ele morava lá Soróro (não entendi bem se é isso mesmo) e veio para a Limão Verde atrás de mim. Ai ele falou, “Agora eu vou achar, eu vou matar!” Falou para mim, né? Ai eu chorava, ai eu liguei para os meus parentes, para o meu irmão. Eu não tenho nada mesmo, é verdade, desde que o meu marido me largou eu não tenho nem mais casa. Ai eu falei para o meu tio, “Eu vou lá em Dourados! Ai eu vou lavar para você roupa, ai eu vou comprar uma passagem e vou lá para Dourados. Vou procurar quem seja o meu pai, Sérgio [...] Rodrigues...”

Rose: Hum...

Bala...: “Ai vou procurar lá em Dourados, quem pai que está no documento. Vou procurar quem e de verdade meu pai, se achar eu vou tirar DNA para me reconhecer... Por que ele me jogou”, falei para o meu tio. Ai, de repente, quando eu virava, o homem já estava ai, perto de mim. Ai falou para mim, “E ai, Chiquinha?” Ai falei, “A minha tia também não tem é nada, né? Não tem assim para fazer, como que é... Não tem um fogão para cozinhar. Tem que ser um fogo para colocar a comida”. Ai eu falei para o meu primo para trazer uma lenha para fazer uma comida, né? Ai eu falei, “Eu tenho aqui um litro de Jamel...” Ai eu tomei junto com ele. [...] (Este trecho está complicado, quase não dá para entender o que ela fala) Ai quando eu fui embora para a casa do meu tio, pelo menos para comer uma mandioca. Eu estava indo embora, o cara me seguiu, ai quando eu virava ele me chutou, primeiro me chutou na cintura. Por isso que eu senti muito aqui. Na cintura aqui. Ai falou para mim, “Agora, Chiquinha, você vai pagar para mim, porque você me deixou, me largou!” Eu não larguei você, eu não quero ficar com você, porque você não tem nada, como que vai ficar assim, sem trabalho? Ai ele falou para mim assim, “Eu vou lá na correria, eu vou mandar...” Como é? Como é o nome que ele chama? “Eu vou trazer daquele para vender!” Não sei o nome. “Eu vou trazer para vender!”, falou para mim. Não precisa, porque eu vou trabalhar, eu vou procurar meu pai. Ele me segurou, todo o meu cabelo ele cortou. Meu cabelo era alto. Ai me segurou... “Por favor, não pode me bater mais...Você já me machucou tudo já! Por favor, não pode me bater mais.” Ai minha amiga, eu estava longe... Eu estava longe dela, ela que me salvou. Ai quando chegou lá perto da casa da vizinha, deu tapa de novo na minha cara. Ai que começou a me judiar... Porque eu não estava bêbada, eu estava mais ou menos bêbada. Ai só um soco ele

levou, eu também... Ai o meu rosto todo sangrada, uma multidão de gente na aldeia me viu, tudo sangrando. Sangrando, sangrando... Ai eu falei com a minha vó. A minha avó vou catar latinha para comprar um pucheiro lá... Na verdade a cesta básica não foi mais entregue lá, ai foi catar latinha para comprar um pucheiro, comer um guisado lá. Ai minha vó já veio de a pé com a bicicleta, porque a câmara dela furou e veio de a pé. Ai me achou, “Chiquinha...” Ai minha filha lá na frente, ai tacou junto comigo! Minha avó estava ai, e minha amiga estava longe. Ai eu falei, “Vó, olha ai quem me bateu, vem me salva aqui...” Ai minha vó falou. “O que você procura, você tá bêbado de novo? Eu avisei para você não ficar mais bêbada!” Ai pensou que era brincadeira, cheia de sangue... Ai eu peguei o chinelo e corri, corri até a minha amiga. Cheguei na frente dela eu falei, “Me ajuda aqui, por favor, ele quase me matou!” O cara correu também atrás... Ai pegou deste tamanho um pau, árvore quebrou para me bater... Ai que eu não quero que me bata mais. Cheguei na frente da minha amiga. Ai falei para o César, “César, me salva, por favor!” Ele falou, “Pode deixar... Pode passar você! Eu vou ficar aqui para cuidar se ele passou, se ele virou, se ele não está bêbado, com certeza vai para outro lado, senão ele vem em mim!” Ai ele esperou, esperou. Eu fui na frente.. Como é o nome, da fazenda...? Ali tem a fazenda do Seu Luis... Ali que fiquei, fiquei olhando... Fui esconder de novo. Mas só que eu estava mais ou menos bêbada, assim... (tem um trecho que eu não consegui ouvir, está muito confuso). Dai eu falei para minha minha, “Vai na casa da sua tia, pelo menos ara comer mandioca, tá’ pertinho! Se ele me bater de novo eu vou gritar pra você!”, falei para a minha filha. Se gritar eu vou avisar para a minha vó, falou a minha filha!” Correu para a casa do meu tio. Cheguei lá eu não escutei nada, nada, nada, nada... Quatro horas da tarde já, mas só que eu bêbada, mais ou menos bêbada. Quando eu passei falou, “Chiquinha, me espera ai”... “Você vai me comer, você está me procurando?”, falei para ele. Ai ele falou para mim, “Não, eu vou pegar você agora!” Ai tem uma faquinha branquinha, deste tamanho (possivelmente mostrando tamanho), branquinha, branquinha... Não sei a onde quem que arrumou pra ele, faquinha branquinha. O César ficou lá do outro lado. Ai enquanto ele me segurava, ele queria furar a minha boca, só que ele acertou aqui, no meu dedo, acertou... Só que eu já sai, não sei como, porque eu cai... Me segurava aqui, assim me segurava (indicando como) e eu gritava, “César...! Me ajuda!” Ai, depois, soltei dele... E consegui gritar. Ele queria me quebrar. Ai o César chegou... Jogou pra mim a faquinha, aquela branquinha. (Não dá para entender bem as parece que eles se travaram uma luta corporal) Ai caiu a faca dele. Quando caiu a faca dele o César chegou. “Chiquinha, mete ela... Ela vai te matar, você!” Ai eu mordi aqui... Ele estava segurando a minha boca. A faca dele caiu, a faca do Eliezer caiu... Como que... Quando a faca caiu, meti a faca, já furei ele aqui! Furei por aqui e por aqui, né? Ai eu cai, “César, ajuda...” Ai César chegou e deu um bicudo, ai caiu. Ai o

César pegou e deu um soco na boca dele. “Assim que é... Você que bateu em mulher assim...”
“Corri, Chiquinha, você agora... Corre, Chiquinha! Deixa comigo agora!” Ai eu, “Tá bom!”
Corri... Mas eu pensei que era só briga... (não dá para entender!) Ai meu tio foi lá, chegando lá já estava morto já. Chorava... Ai ficou tremendo assim, e agora? O que eu vou fazer? Ah, tem que falar que você defendeu, porque ele bateu muito em você, para defender... Ai César falou, “Fica quieto, Chiquinha, não se preocupa não! Porque bateu muito em você e queria bater em mim também. Ai por isso que... A mãe dele bateu, todo mundo tem medo dele!” Ai me segurou aqui, ai queria de novo me bater, com 7 vezes me bater... Ai eu furei, eu não sei... Ele falou que coração! Não sei se foi essa que matou, porque eu furei só uma vez para me defender. Ele me segurava abrindo minha boca, mas só que me acertou aqui...

Rose: Acertou bastante, né?

Bala...: Uma só que me acertou. Graças a Deus eu to viva para a minha filha, né? E se eu não fizesse assim eu ia estar morta já.

Rose: É verdade!

Bala...: Era para eu estar morta já... Ele me judiava muito, muito. Mas só que lá na aldeia, que eu sabia ele batia. Todo mundo me falou.

Rose: É...

Bala...: Mas só que eu to arrependida, mas só que Deus sabe, né?

Rose: É, ou era você ou era ele, né? Legítima defesa, né?

Bala...: É, então... Eu falei assim, que ele me judiava muito, até o meu cabelo ele cortou. Porque eu era mulher bonita. Meus Deus... Ele quase, ele me judiava muito. Ai depois a Polícia foi lá, eu nem corri, eu estava lá. Ai a Polícia chegou, “Ah, eles vão me bater de novo! Polícia, pelo amor de Deus...”

Rose: Polícia bateu?

Bala...: Polícia do indígena! Até aqui... Tem o sinal da Polícia! Quase me furou com aquele de pauzinho, não tem? Até aqui quase me furou. Porque me bateu em mim... Todo mundo lá não tem paciência comigo lá! Machucou minha boca toda, fiquei 4 ou 5 dias comendo só caudinho... Depois vim consultar, tomar remédio... Mas só que os meus olhos que não conseguem olhar bem, assim. Por isso que eu não trabalho, meus olhos que não me ajudam, né? Ai quando eu estudava, saiu água... Quando eu costurava, saiu água. Por isso que falam, “Todo dia você chora, Chiquinha...” Não é chora, é meus olhos que só embasam.

Rose: Mas você já foi condenada ou não?

Bala...: Eu fui... Foi dia 22 de abril que marcou, não veio carro. Fiquei 12 horas esperando o carro, mas não veio.

Rose: Não veio?

Bala...: Não veio carro não.

Rose: Ah, foi adiado então!

Bala...: Acho que é.

Rose: Foi adiado então.

Bala...: Só que aqui, eu preciso muito. Eu não tenho nada. Imagina, eu só to com uniforme, 2 calças e 2 calcinhas que é doação também. E produto, talvez eu tenha, talvez eu passe sem. Porque...

Rose: Ninguém vem te visitar?

Bala...: Ninguém! Desde que eu cai na cadeia. Desde que eu cheguei aqui ninguém veio me visitar. Eu liguei para a minha tia em Amambaí, pedi pra ela trazer para mim um kit, era dia 19 de abril, mas não atendeu não. Talvez eu erre o numero dela, né? Não atendeu não.

Rose: Eu vou entrar em contato com a FUNAI daqui.

Bala...: Minha RG (Registro Geral) tá tudo lá. Meu documento ficou tudo lá na casa do Celso.

Rose: E seus filhos, estão com quem?

Bala...: Minha filha tá com meu tio, mas só que daquela outra minha filha está com a minha irmã. Ah, é mentira... Eu que estou com o meu pensamento... A minha filha está com a madrasta dela, mas só que a madrasta dela é antes de eu vir pra cá judiava, bateu muito nela. Sempre já falei para a assistente social, a assistente social sabia. Ela conhece bem aquela mulher, o nome dela é C. A. . É o nome dela, mas só que ela bateu muito... Eu não quero entregar a minha filha aquele dia, mas é capaz dela querer ficar com ela, porque eu não tenho casa não tenho nada. Mas quando eu sair daqui, eu vou cuidar de novo da minha filha. Porque se ela não quer entregar a minha ou eu vou voltar pra cá ou eu vou ficar lá... Aquela mulher que me traiu.

Rose: Hum...

Bala...: Mas é, eu pensei assim, né? Porque minha sobrinha mesmo foi estupro, né? Eu tenho medo que a minha filha assim, né?

Rose: É... É perigoso!

Bala...: Aqui, das índias que eu conheci... Porque a minha prima atacou lá no Campanário. Por isso que eu tenho medo para a minha filha (este trecho está muito confuso, incompreensível). Tô nem ai, porque madrasta é madrasta, não é a própria mãe assim!

Rose: É... Diferente!

Bala...: É sim. Por isso que eu liguei uma vez para a minha tia. Diz que ela deu comida azeda para ela, o pai dela foi lá na oficina falou, né? Ai eu ficava muito preocupada, nossa... Chorava! Fiquei sem comer até... Até agora. Porque é a minha filha, né? Minha filha fez 7 ou 8 anos agora.

Rose: Tá mocinha, né?

Bala...: É, então... Dai o outro fez 4 anos, agora tem 5 anos, vai fazer em março o aniversário dele.

Rose: Você tem uma menina e um menino?

Bala...: Um menino e uma menina. Hunrum... Mas só que uma tá com a minha tia. Não sei como que eu vou fazer, mas eu não quero que a minha filha fique muito assim com a minha tia, porque o meu irmão a minha tia já criou, o Jeferson. Quando minha mãe morreu estava com 5 aninhos, bem pequenininho, igual o priminho dele. Depois que minha mãe morreu ficou com ela, hoje tá com 20 anos já.

Rose: Hum...

Bala...: Outro meu irmão não sei... Foi não sei a onde. Tem dois filhos, meu irmão, o outro, o Caçula não casou. Eu também to recém separada, mas se Deus quiser, quando eu sair daqui eu vou me mandar para a Taquara... Porque é difícil, né? Sem casa, sem pai, sem pai, sem nada... Separada.

Rose: Ai tem que construir, né? Ai dá para você fazer a inscrição naquele projeto 'Minha casa, Minha vida', estão construindo um monte de casa, né?

Bala...: É verdade... Isso que eu falei agora, só Deus. É Deus... Deus é grande, né? Sempre meu irmão vem ele fala!

Rose: Logo você vai sair daqui, vai dar tudo certo!

Bala...: Porque eu não tenho casa, não tenho nada, né? Porque minha vó morava lá na aldeia, só que minha vó é bêbada, meu parente tudo... A irmã da minha mãe é evangélica da Missão, ali que ficou minha filha, só que graças a Deus. Quando eu sair daqui a minha vida eu vou levar, né?

Rose: É, mas você tem que tentar sair do vício do álcool, né?

Bala...: É por isso que eu falei, né? É todo mundo fala isso para mim, né? Bebida não trás nada para frente, né?

Rose: Não... Não trás. Só leva a gente para trás.

Bala...: Por isso que quando eu sair daqui... Um dia vão ver meu testemunho, eu sempre orava, né? Pedia perdão, porque só Deus é que sabe, né? Todo mundo, ficou todo mundo que eu contei chorava. Todo mundo chorava por mim lá... Eu falei pra não chorar pra mim não, chora pra Deus. Outra minha amiga falou assim, "Vai lá pra Campo Grande!" Mas onde que eu nasci, eu não vou abandonar o meu nascimento.

Rose: Não... É!

Bala...: Porque eu não tenho nada, né? Mãe solteira, né? Antes eu era casada, tinha tudo, eu plantei muita coisa. Até a FUNAI foi lá na casa da minha vó ver a minha roça, eu tinha a roça

grande lá em Amambaí. Até quem foi La e comprou mandioca lá. Antes eu tinha muito, eu plantei, eu não era assim não... Depois que entrou com esse home, né? Ai que começou a minha vida embalar assim.

Rose: É...

Bala...: Pensamento ai... Pra mim agora, a onde que eu estou, né? Me arrependo para Deus, né? Só que Deus sabe, né?

Rose: Deus sabe de todas as coisas! Se você fez alguma coisa foi para se defender, né?

Bala...: É verdade! Porque... Eu não to mentindo não! Eu falei até para a juíza, né? Para me defender. Se eu não me defendesse assim eu já estaria morta já. Se quando eu sair vou pedir pelo menos para a Funai, assim pelo menos um barraco, né? Até enquanto eu não achar a minha casa, né?

Rose: É... Dai pede cesta, né? E vai trabalhando. E rapidinho você reconstrói a sua vida.

Bala...: É verdade.

Rose: Né?

Bala...: Quando eu sai daqui é certeza que a minha vida vai mudar. Não vou mais tomar bebida, né? Eu fico brava, né? Porque antes da minha avó é cultura de antigamente de bebida é coisa de família... Sabe lá que tem índio pintador, tudo vai para a festividade... Ai falou para eu rezar, mas eu falei que rezamento não presta. Eu rezava para sair e nada. Nem nada resolve até agora. Ai depois que eu fui orar para Deus, ai que deu... Eu orava, orava assim, “Me ajuda, coloca uma pessoa para me ajudar!” Ai de tarde já me doou um sabonete, assim é só Deus.

Rose: É verdade.

Bala...: É, por isso que eu fico aqui pensando na minha filha, como que a minha filha ficou. Cabeça assim, como que a minha filha ficou? Eu me preocupo mais, minha filha é... Preocupa mais ou menos, porque eu acho que ela tá bem. Tá com a minha tia.

Rose: Ah, com certeza.

Bala...: Tá com a minha tia, porque a minha tia não está bêbada. Mas só que a outra, aquela madrasta dela é maior que eu, porque bebe muito. A vó dele bebe muito. Todo mundo da Funai, como é que eu vou falar, todo mundo sabia que a vó dela está bêbada... Bêbada de mais, pra caramba!

Rose: É, ai não vai para frente.

Bala...: Não vai para frente não. Até agora que eu pensei só Deus grande, né? Até a minha amiga falou, que se eu não fosse me defender eu já estaria morta, né? Quando eu comecei a chorar para ela.

Rose: (risos) Mas tá certo, você fez o que tinha que ter sido feito.

Bala...: É...

Rose: E para você foi legitima defesa, porque você só acertou uma facada. Para se defender... Senão você estaria morta.

Bala...: É verdade mesmo. Se eu não ia defender já ia estar morta mesmo.

Rose: Mas eu vou mandar pelo meu filho, meu filho mora aqui em Ponta Porã, mando pelo meu filho uns kits de higiene para você, tá bom?

Bala...: Tá bom!

Rose: Tá? Dai eu agradeço você pela participação. Ai quando você estiver já na aldeia eu quero te visitar, ara tentar te ajudar com alguma coisa.

Bala...: Tá bom...

Rose: Tá?

Bala...: Tá. Ali eu não tenho nada, não tenho nada. Eu tenho só... Eu já falei que só tenho duas calcinhas (não entendi o resto).

Rose: Eu vou tentar arrumar umas roupas para você também!

Bala...: Só para mim tem que se arrumar. Não é para aquela outra mulher não! (risos) Meus Deus do céu... Aquela outra índia, eu quase deu briga de novo com ela, né?

Rose: (risos) Hã? Com quem?

Bala...: Aquela Raabe, eu falei bem na cara dela porque você é Jack. Ai chamou a senhora, meu Deus do céu!

Rose: Mas você sabe que ela não é? Sabe por que eu te falo? Eu to com a ficha dela aqui ó, vou te mostrar... Ó, essa é a sua, né? Balao... Bruna... Cadê o da Raabe? Tá aqui, ó... O artigo dela é esse 288 aqui. Elas não tem nada a ver com Jack. Isso aqui significa sabe o que? Formação de quadrilha e constrangimento ilegal. Elas não tem nada de Jack.

Bala...: Mas ela tá presa por quê?

Rose: Elas estão presas aqui injustamente. Sabia?

Bala...: É, mas só que aquele dia que veio a tia dela falou que não é assim não.

Rose: Não é, o que vale é isso aqui, ó... O que vale tá no papel aqui, tá? Igual o seu... O seu está 121... Aqui, ó, Bala, está 121. Ó isso aqui é homicídio, né? Agora os dela não é nada grave. Elas nem deveriam estar presas! Nenhuma das três. E as três é o mesmo artigo.

Bala...: Verdade?

Rose: Verdade, ó... 288, 146 e 147... Tudo igual, ó...

Bala...: Então aquele dia o corró bateu a toa pra ela... Nossa Senhora Aparecida... Machucou tudo ela aquele dia. Machuquei tudo aquele dia pra ela, pelo amor de Deus! Já saiu aquele dia no corró, machucou tudo... Enfiaram o cabo de vassoura no cu dela. Machucou tudo!

Rose: Hum...

Bala...: Saiu sangue. Aquele dia estava no castigo, né? Porque não sei quem que entrou com celular, achou com maconha também... Quando eu saí, vi chorando, ai eu perguntei quem é. “Ah, é uma Jack...” Por isso que eu falei, nem eu sabia.

Rose: Pois é, mas elas não são.

Bala...: Eu não sabia. Porque eu sou primária, né? Ai eu falei, “Quem é?”. “É a índia do Campanário!” [...] Ai eu perguntei em Guarani para ela o que aconteceu. Ela falou que enfiaram um cabo de vassoura no cu dela, sangrou tudo... Sangra, sangra... Sangrado tudo! Ficou... Aqui, Nossa Senhora! [...] Não dá para o povo índia não. Aquele outra quase morreu, a Bate- Seba.

Rose: Quase morreu mesmo.

Bala...: Aquele dia que me bateu aqui, quase que eu morri também.

NOEMI: Depoimento [30.05.2015]. Entrevistador: Rose Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rose junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Rose: Pode falar...

Noemi: Eu sou Noemi Ribeiro Araujo Arce.

Rose: Da etnia Guarani...?

Noemi: Da etnia Guarani, nascida em Jaguapiru, criada lá até meus 12 anos. Sou casada, sou mãe de 4 filhos e tenho neto de 4 anos.

Rose: Que mais? Pode falar da sua vida, como você nasceu, como você foi criada com a sua avó...

Noemi: Eu fui criada com os meus avós, quando eu nasci a minha mãe me abandonou. Ai a minha vó me criou, mas eu não quero falar sobre isso. Tem que falar:

Rose: Não, não. Só o que você quiser falar, tá?

Noemi: Tá. Ai eu casei com 12 anos, minha mãe fez eu casar. Ai eu fui viver minha vida, tive meu primeiro filho, depois tive o meu segundo casamento. Ai eu separei do meu marido de novo, ai eu virei garota de programa. Ai até eu arrumar esse marido que eu tenho agora. Ai eu casei com ele e depois de 6 anos eu conheci a minha cunhada. Ai, com 6 anos eu não tinha conhecido ela ainda. Quando eu fui conhecer ela, ela chegou na cidade que a gente morava em fevereiro, ai quando foi em julho meu marido pediu para ela ir passear na minha casa. Eu não sabia que ela mexia com as coisas erradas, ai ela começou a frequentar minha casa. Com 3 vezes que ela foi lá a gente caiu presas. Meu marido trabalhava na fazenda, eu e ele. Ele era capataz de fazenda, profissional.

Rose: E ela morava aonde antes?

Noemi: Em São Paulo...

Rose: Em São Paulo?

Noemi: Hunrum... E eu não conhecia. Ai ela veio pra cá, eu aceitei ela na minha casa. Eu via... Tentaram me avisar, mas eu não acreditei na hora. Ai quando nós descobrimos que ela mexia com as coisas erradas foi no momento em que a gente foi preso, todo mundo juntos. Eu estava em casa dormindo, eu e meu marido. Ai chegou 3 “camburão” cheio de Polícia, arrebentaram a porta da minha casa, entraram batendo em todo mundo. Tava eu e meu marido só, ai bateram em nós e algemaram nós. Queriam droga, queriam arma, mas nós não tínhamos essas coisas na nossa casa, porque a gente trabalhava, a gente não fazia coisa errada. Ai eu apanhei muito, ele também. Colocaram sacos plásticos nas nossas cabeças, quase mataram a gente de tanto que sufocavam. Ai eu vi meu marido apanhando, ele me viu apanhando. Eles viram que a gente não tinha nada e eles levaram a gente preso. Ai quando a gente chegou na

Delegacia tinha aquele monte de gente que a gente nem conhecia, tanta gente igual eles que tinha acabado de chegar na cidade. Ai eu olhei e falei pra minha cunhada: “quem são essas turma?”. Ai ela falou: “Essa é a nossa turma!”. Ai eu assustei e comecei a chorar, ai eu chorei muito... Eu olhava meu marido, todo machucado e eu também. Eu quase morri na Delegacia, que eles não dão assistência pra gente. Eu fiquei ruim, porque eles bateram muito no meu rim, me machucaram muito mesmo. Ai a gente ficou lá preso, ai quando a gente chegou lá pra mim foi o pior de tudo. A gente ficou lá 22 dias até a gente sarar, quando eu sarei e o meu marido sarou, muita gente que estava junto sarou também, ai trouxeram a gente pra cá, pra esse presídio de Rio Brilhante. Ai estamos aqui... Quando eu entrei eu não acreditava que estava presa ainda, né? Porque eu achava que ia sair, mas quando eu entrei pra dentro que eu vi aquelas grades fechando, ali foi o final de tudo pra mim. Nisso eu já to faz 1 ano e 7 meses presa.

Rose: Sem assistência nenhuma?

Noemi: Sem assistência nenhuma.

Rose: Sem visita?

Noemi: Sem visita... Eu não tenho ninguém pra me visitar. Eu não quero que meus filhos venham aqui me visitar, por mais que sejam meus filhos, mas é muito doído. Eu não quero. E eu não tenho nada aqui. Se não fosse a dona Vera de ter me dado essa grande oportunidade de ter trabalhado na cozinha eu acho que eu seria outra pessoa, porque eu não tenho condições pra nada, né? Então, eu trabalhava lá, não era registrado, nem o meu marido. Então não tem como eu ter uma assistência lá de fora...

Rose: E o seu marido tá aonde?

Noemi: Ele tá em Campo Grande.

Rose: Em Campo Grande?

Noemi: Hunrum... Tá preso lá. Ele, a mãe dele vai lá visitar, paga advogado pra ele. Mas é que nem eu falei pra minha sogra, “paga pro seu filho, porque ele é seu filho, né? Ele saindo pra mim já tá bom, porque eu sei que se ele estiver na rua eu sei que eu tenho assistência aqui dentro, mas nós dois presos não tem como.”

Rose: Não tem...

Noemi: Porque é eu por ele, ele por mim e Deus por nós todos. Ai é isso...

Rose: Conta a sua experiência no espiritismo, como foi quando você frequentou lá, o que você achou de diferente da cultura normal que você está acostumada. Tipo assim, porque a gente sabe que na cultura tradicional vocês tem os rezadores... Então, o que você sentiu de diferente e por que você foi lá no espiritismo? O que você foi buscar lá que não encontrou que na cultura tradicional?

Noemi: Ah, eu... Ai eu cheguei... Quando eu cheguei eu achei aquilo tudo muito bonito, aquelas mulheres vestidas todas de branco, né? Dançando... Ai eu fui lá e perguntei se eu poderia entrar no grupo deles. Ai eu era bastante experiente para fora da aldeia, né? Não tinha mais aquele costume de lá. Ai ela falou pra mim, “essa aqui é a minha religião, se você acreditar e tiver fé, você tem dom você entre!”. Ai ela passou a mão na minha cabeça, ai falou pra mim que eu tinha dom. Ai eu comecei a entrar, ai eu comecei a me envolver junto com eles. Então, assim, eu não posso explicar como que aconteceu. Assim, a gente desenvolve lá dentro, a gente trabalha. É uma coisa muito gostosa, você adivinhar as coisas, fazer o bem para as outras pessoas. Foi muito bom durante dois anos, só que a partir do momento que eu vi eles fazendo aquelas coisas de magia negra e essas coisas entrou no meio eu fiquei com medo. Ai foi na onde eu sai, não quis frequentar mais. Ela falou pra mim que eu ia sofrer muito se eu sáisse, e foi mesmo eu sofri.

Rose: Ai que você caiu presa?

Noemi: Ahram... Ai antes de eu ir presa, antes de eu casar eu virei garota de programa. Ai ela falou pra mim que eu ia virar isso mesmo.

Rose: Foi ai que você começou a se envolver com as drogas também?

Noemi: Ahram... Ai eu comecei a entrar em boate, ai que comecei com bagunça, né? Droga, bebida... Ai foi onde mudou tudo, completamente na minha vida... Só que aí eu nunca mais voltei, né? De lá pra cá eu comecei a ir atrás de outros tipo de religião, que nem na igreja. Ai eu comecei a ir na igreja, na Deus é amor, quando eu comecei lá eu comecei a cair na igreja. Ai eu comecei a ficar com medo e eu abandonei também, ai foi onde eu conheci o meu marido, ai a gente casou. Ele ía na igreja, mas eu não ia. Eu tinha medo de ir na igreja.

Rose: Ah, é? Por que caia?

Noemi: Ahram... Eu falava pra ele que eu não queria ir não, que eu tinha medo. Ai ele falava, “então eu vou...” Ai ele falava, “então eu vou...” Ai ele seguiu por nós dois, mas só que ai depois aconteceu tudo isso, né? Aí acabou, aqui eu não tenho religião nenhuma pra eu seguir. Porque no meu serviço, no dia que tem uma religião eu to trabalhando, então não tem como, mas eu sempre mando meu nome pra oração. E assim eu to seguindo, até o dia que eu sair daqui.

Rose: E os seus filhos, fala um pouco dos seus filhos. Quatro filhos, né? Quantas meninas? Quantos meninos?

Noemi: 3 guris e 1 menina...

Rose: Só uma?

Noemi: Só uma... Só que nenhum dos meus filhos foi criado comigo.

Rose: Não?

Noemi: Não. Foi criado, assim... Até uns dois anos, aí foi o meu primo que criou. Lá na aldeia, foram criados pra lá.

Rose: Lá na Jaguapiru?

Noemi: Lá na Jaguapiru... Por causa disso, né? Por causa que eu comecei a entrar nessa vida de drogas, de bebidas, de prostituição... Então meus primos não acham isso certo. Pegou e falou assim pra mim, “se você quer seguir sua vida, segue... Mas as crianças não são obrigadas a aguentar tudo isso”. Aí ele pegou as crianças e tirou de mim. Aí criou. Ele falou pra mim que se eu fosse seguir vida de cachaça e de drogas não deixa eu ir lá não. Aí eu peguei e sai, porque a droga fala mais alto, né? A última vez que eu tive contato com eles foi antes de eu vir presa, meu filho me procurou e me encontrou.

Rose: Ah, é?

Noemi: É...

Rosa: Daí, aqui você não teve contato nenhum com drogas, conseguiu ficar totalmente...?

Noemi: Tô, graças a Deus... E eu espero que nunca mais eu use drogas depois que sair daqui.

Rose: Amém... E você frequentou a escola normal?

Noemi: Foi normal mesmo... Até a 4ª série. Aí eu só sai por causa da minha mãe, que me tirou porque ela ia trabalhar na Usina, né? E nessa época meu avô já tinha morrido aí eu fui com ela pra Usina. Aí assim começou, ela tirando eu da minha avó, tirando eu da minha avó... Até eu fazer meus 12 anos, aí ela descobriu do fato que tinha acontecido do meu tio, aí ela fez eu casar.

Rose: E por que não deu certo esse primeiro casamento, fora a idade, né? Que você tinha 12 e ele 42 anos...

Noemi: Porque ele me batia muito...

Rose: Ah, é...?

Noemi: Ahram... Eu tenho marca dele aqui, tenho nos dedos, tenho na cabeça. A gente viveu juntos 2, 3... Com 14 anos eu separei dele. Eu fugi dele, eu e meu primeiro filho. Eu fui morar com 13 anos... Menina... Aí ele me batia demais. Ele chegou até a amarrar uma pedra no meu pé e jogar dentro do rio. O vizinho viu, foi lá e me salvou. É ele era indígena também, mas só que ele já é morto hoje. Aí tem só o meu filho mais velho... O outro é de outro casamento.

Rose: Ah, esse é o 3º casamento que você tem? Esse que você caiu presa?

Noemi: Ahram...

Rose: E o 2º por que não deu certo, conta pra mim?

Noemi: Ah, eu casei com ele... A gente se conheceu nessa religião do espiritismo. Aí a gente casou, eu tive meu segundo filho. A gente estava vivendo muito bem, mas aí na própria religião ele encontrou com uma mulher, gostou dela e me abandonou por ela. Aí só que eu

não liguei naquele tempo eu não sabia o que era amar, o que era gostar, sabe? Eu vivia a vida por viver, né? Já é meio triste a vida da gente, né? Aí eu não liguei, eu segui a minha vida. Aí depois eu tive meus dois filhos...

Rose: E esse casamento, você amou?

Noemi: Ah, eu acho que sim! (risos) Esse sim, ele conseguiu tirar eu das drogas, só não conseguiu tirar eu da bebida. Que eu acho que eu troquei uma coisa pela outra.

Rose: Ah, mas a bebida dos males é o menos, né?

Noemi: É o menor... Quando ele me conheceu eu pesava 38 quilos... Eu era muito magra, eu usava muita droga. Eu falei pra ele mesmo, não sei nem como ele gostou de mim, né? É Deus... Então ele me tirou. A gente foi embora da cidade, sempre trabalhou nas fazendas, então eu tive outra vida, né? Eu acho que eu aprendi a gostar dele de verdade.

Rose: Ah, que bom... Que a mulher é besta, a mulher quer um amor assim!

Noemi: É verdade. Antes eu não tinha, mas agora eu tenho. Mesmo distante eu sinto que gosto dele, e eu sinto muita falta dele. Aqui, a pior coisa dentro da cadeia é a saudade.

Rose: Você não escreve pra ele?

Noemi: Escrevo. Tem uma carta lá me esperando ainda... (risos)

Rose: Ah, que bom, Noemi, eu torço muito pela sua felicidade... A hora que você sair daqui a gente pode ter uma amizade lá fora! O dia que a gente se encontrar...

Noemi: Com certeza!

Rose: A gente se encontra pra eu saber, a gente toma uma cervejinha juntos...

Noemi: Ah, é... Quem sabe, né?

Rose: Então tá... Eu te agradeço, tá? Não vou te incomodar mais.

Noemi: Não... Não foi incomodo.

Rose: Vou deixar você trabalhar...

Noemi: Não, foi bom... Eu até desabafei um pouco! Coisa que eu não falo pra ninguém.

Rose: Ah, é bom por pra fora! Tudo que a gente tá sentindo, que vai angustiando, angustiando... Chega uma hora que a gente tem que falar. E é uma história bonita, né? Uma história triste.

Noemi: Triste, mas bonita...

Rose: Mas bonita e com final feliz.

Noemi: Com final feliz... Vai ser mais feliz quando eu sair daqui.

Rose: Então... Ah, é! Você vai ser feliz. Porque você conseguiu sozinha aqui dentro o que muita gente lá fora não consegue.

Noemi: Verdade... E eu falo tanto, basta a gente ter fé em Deus e bastante opinião que sai.

Rose: Eu já fico bastante feliz que você tenha vencido isso. E quem venceu a droga, vence qualquer coisa. É uma batalhadora nata...

Noemi: Qualquer coisa... É verdade! Poe Deus na frente que a gente consegue tudo o que quer. Não pode desistir não...

Rose: É! Muito obrigada, viu?

Noemi: De nada...

Débora : Depoimento [30.05.2015]. Entrevistador: Rosimeire Ribeiro. Dourados, 2015. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Rosi junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Débora: Meu nome é Débora , eu tenho 23 anos. Eu to aqui por um homicídio. Sou Guarani, tenho um filho que se chama “Brian William”... Eu amo muito ele!

Rose: Morava na Jaguapiru?

Débora: Morava na Jaguapiru... Eu morava sozinha, mas eu moro com uma irmã também.

Rose: Conta a história do seu pai, que era casado com a sua mãe e que ela ficou doente...

Débora: Eu era só crente também, Congregação Cristã no Brasil. Aí a minha mãe morreu e meu pai ficou, aí meu pai conheceu uma mulher, casou com ela. Foi morar na casa do meu pai, que era da minha mãe. Era uma casa grande... Não deixava eu morar ali, minha madrasta batia no meu irmão, no meu irmãozinho. Eu não aguentei, falava tudo o que ela falava pra mim de raiva...

Rose: Isso, vai contando... O que ela fazia com você?

Débora: Um dia meu pai comprou bebida pra mim. Eu bebi, bebi com o meu irmão também. Ai a minha madrasta mandou a filha dela me esfaquear na minha cabeça, quase morri...

Rose: Quase morreu... Ai depois você casou?

Débora: Aí eu casei. Morei na rua uns 5 meses, eu não tinha nada, passava fome na rua. Depois eu parei de beber e vendia Avon. Minha madrasta não gostou disso... Aí eu casei, 3 meses... Aí eu não sabia que estava grávida. Eu casei em setembro, outubro, novembro... No novembro aconteceu isso. Nós brigamos tudo antes do natal...

Rose: Conta da macumba também...

Débora: Ai ela enfeitiçou... Levou meu nome e o nome do meu marido pra nós separar. Aí nós separamos.

Rose: Aí você descobriu..?

Débora: Aí eu descobri, eu levei a minha tia... Quando eu voltei, no outro dia, minha madrasta mandou o meu irmão destruir toda a minha casa.

Rose: Aí você ficou magoada...

Débora: Aí eu fiquei magoada, briguei também com a minha madrasta... Ajuntei tudo o que eu estava sentindo e fiz isso, meu irmão pulou na filha dela e brigaram já... Aí acertou a pedra na cabeça dela, aí matou ela!

Rose: Dai você assumiu a culpa sozinha?

Débora: Dai assumi a culpa. Eu assumi, não queria que ele ficasse preso.

Rose: Dai quando você chegou aqui no presídio, como que você se sentiu aqui dentro?

Débora: Eu? Pensei muito... Me arrependi, eu não sabia que estava grávida.

Rose: Dai você chegou aqui e estava grávida, como que você foi tratada aqui dentro?

Débora: Fui tratada bem, né? Mas eu sofri por uma coisa, as coisas que eu não tenho aqui.

Rose: Ninguém vem te visitar?

Débora: Ninguém vem. Agora mesmo to precisando... Eu fico pensando assim também, né?

Rose: O que você está precisando?

Débora: É, shampoo, minha roupa... Short pra eu vestir, aqui não tem não!

Rose: A Funai não vem aqui e não dá assistência nenhuma para vocês, né? Nem tem advogado, nem nada, né?

Débora: Nada...

Rose: Dai conta do seu filho aqui dentro, como que foi... Que você teve neném aqui e que ficou com ele aqui 4 meses... Dai sua irmã levou, como que foi seu parto aqui e tudo...

Débora: O parto foi bem, foi normal.

Rose: Dai fala que você ficou aqui 4 meses com o seu bebê, né? Que você sente falta dele...

Débora: Fiquei! Eu to sentindo muita falta dele.

Rose: E sua irmã tá cuidando dele agora?

Débora: Minha irmã tá cuidando dele, mas eu queria ligar pra ele, mas só que não pode ligar. Marcam audiência, mas não me chamam não.

Rose: Vou falar com a dona Vera que você está precisando conversar com a sua irmã para saber do seu neném, tá?

Débora: Tá...

Rose: Dai eu vou ver se eu consigo mandar algumas coisas pra você. Assim, produtos de higiene, shampoo essas coisas...

Débora: Ali na aldeia não é fácil não. Quando eu vim pra cá, eu sei como que é ali na aldeia, eu vivi ali.

Rose: Ali tem muita pobreza, né?

Débora: Tem muito... Não é fácil também, né?

Rose: Assim... E o seu irmão, o que ele fala disso tudo? Você não teve mais contato com ele, né?

Débora: Meu irmão não quer não...

Rose: Não quer nem saber de vocês?

Débora: Meu irmão é bravo. Quando eu vim pra cá eu não falei com ele, ele mandou um abraço... Que eu destruí minha casa, mas eu não falei com ele ainda.

Rose: E quando você sair daqui, você vai voltar lá pra aldeia?

Débora: Não sei, eu to pensando, né? Mas só que como eu vou voltar pra lá... Vou ficar por aqui mesmo ou vou pra outro lugar.

Rose: Vai morar aqui em Rio Brilhante?

Débora: É... Eu vou trabalhar por ai, né? Um dia eles vão precisar de mim, meu ai ou meu irmão... Só que eu to sempre ai.

Rose: Então tá... Acho que é só!

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, xx de novembro de 2016.

Rosimeire Ribeiro da Silva